

REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO



Governador do Estado do Espírito Santo  
**Paulo Cesar Hartung Gomes**

Vice-Governador do Estado do Espírito Santo  
**Ricardo Rezende Ferraço**

Secretária de Estado da Cultura  
**Dayse Maria Oslegher Lemos**

Subsecretário de Estado da Cultura  
**Erlon José Paschoal**

Gerente de Ação Cultural  
**Maurício José da Silva**

Gerente do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas  
**Rita de Cássia Maia e Silva Costa**

Assessor Especial  
**Sérgio Blank**

REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

2.º Vice-Presidente: José Tristão Fernandes

3.º Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

4.º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

Secretária Geral: Nádia Alcuri Campos

Secretária Adjunta: Juliana Sabino Simonato

Tesoureiro Geral: Rogério Zanon da Silveira

Conselho Fiscal: Humberto Del Maestro; José Guilherme Ribeiro Neto;

Wallace Bonicenha; Adilson Vilaça; Manoel Carvalho; Sylvio Silva Vitali

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves (coordenador); Adilson

Vilaça; Estilaque Ferreira; Francisco Aurélio Ribeiro

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier da Costa

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917- .

v. : il.

Annual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória - ES • CEP: 29.020-620

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: contato@ihges.com.br

www.ihges.com.br

## EDITORIAL

Neste ano de 2010 a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* chega a seu sexagésimo quarto número, sendo este — nunca é demais repetir — o periódico cultural mais antigo em circulação no Espírito Santo.

Desse fato sem dúvida nos orgulhamos bastante. Não só pelas dificuldades de sempre na manutenção do funcionamento desta Casa, na edição da *Revista*, cuja periodicidade mantemos a qualquer custo, nas nossas várias realizações durante este ano, mas nos orgulhamos porque a *Revista do IHGES* vem melhorando a cada número publicado. O que é notório.

Não se está falando na concepção gráfica ou na temática dos assuntos tratados pelos autores, associados ou não, que tiveram seus textos veiculados aqui. Notamos uma melhora na relação da *Revista* não só com os associados como também com pesquisadores e profissionais, universo este que constitui o seu público leitor. A procura tem aumentado, as citações especializadas se sucedem, e os autores têm enviado bastante material para avaliação do Conselho Editorial.

2010 é o Ano Joaquim Nabuco no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, lembrando o centenário da morte do ilustre ativista, escritor e diplomata. Além disto, um dos pontos altos dentre as atividades realizadas durante o ano foi a mesa-redonda sobre os 150 anos da viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo, entre janeiro e fevereiro de 1860. Nenhum dos dois assuntos consta das páginas deste número da *Revista*. Com relação ao primeiro, os trabalhos contemplados no Concurso de Artigos realizado pelo IHGES sairão em separata da *Revista*; quanto ao segundo, o convênio entre o IHGES e o Programa de Pós-graduação em História na

UFES, que possibilitou a realização das atividades comemorativas à visita do Imperador, previa a divulgação dos textos apresentados na mesa-redonda em publicação da Universidade Federal.

Para melhor organização manteve-se a divisão entre artigos/ ensaios e os discursos proferidos pelo presidente e pelo orador do IHGES quando em representação institucional da Casa. Neste número temos também, juntamente com os textos versando assuntos de História, Geografia e ciências afins referentes ao Espírito Santo, a presença de textos sobre análise, crítica e história literária, que retornaram às páginas da *Revista* no número 63. Cremos que a *Revista* deve espelhar, dentro da sua concepção editorial, fixada no estatuto, a diversidade de assuntos que desafiam os esforços dos associados, já que se destina exatamente à veiculação da produção intelectual do corpo social.

E a diversidade é a tônica deste número. Os assuntos tratados vão, dentre outros, desde a genealogia do padre Antunes de Siqueira, as primeiras cogitações sobre a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, o aprofundamento dos estudos sobre a Imperial Colônia do Rio Novo, a descrição do monumento a Domingos José Martins, a história da Banda de Música da PMES, informações sobre a gastronomia capixaba, até aspectos da camada pré-sal descoberta no nosso litoral, passando pela memória dos estádios do Rio Branco Atlético Clube e por reflexões sobre o rendimento escolar de crianças de camadas populares, uma contribuição ao desafio constante que representa, entre nós, a educação da sociedade.

A publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* é obrigação estatutária, e esta presidência se orgulha de cumprir esta determinação. No entanto não seria possível sem o concurso do Conselho Editorial, integrado pelos associados Adilson Vilaça, Estilaque Ferreira e Francisco Aurélio Ribeiro. Nem sem a confiança depositada em nosso trabalho pela deputada Luzia

Toledo, associada do IHGES e autora de emenda parlamentar que destinou verba para publicação de dois títulos de nosso programa editorial, um deles a *Revista*.

A propósito disto, fica aqui um agradecimento especial não só à deputada Luzia Toledo, mas também ao deputado Cláudio Vereza, também associado ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, pela autoria, da mesma forma, de emenda parlamentar cujos recursos serão empregados para melhoramento das nossas instalações físicas.

Na véspera de comemorar noventa e cinco anos de atividades ininterruptas, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não pode prescindir da participação constante dos associados — participação esta que se faz não só na forma da produção científica de nível, que orgulha a Casa de que são egressos, mas também da sempre bem-vinda ajuda material, de modo a permitir a continuação da política de divulgação dos esforços de todos nós.

*Getúlio Marcos Pereira Neves*  
Presidente do IHGES





## SUMÁRIO

### ARTIGOS

Os primórdios da colonização do Brasil: A primeira vez que teria se cogitado transferir a Corte para o Brasil? | 11

*Estilague Ferreira dos Santos*

Considerações Gerais sobre o Petróleo do Pré-Sal no Espírito Santo e no Brasil | 33

*Ricardo Brunow Costa*

Participação Cidadã e Desenvolvimento Institucional: uma Análise Comparada entre Brasil e Estados Unidos | 45

*Rogério Zanon da Silveira e Tadeu Gomes Teixeira*

Uma Reflexão a Partir do Rendimento Escolar de Crianças das Camadas Populares: Evolução Histórica | 77

*Maria Lúcia Grossi Zunti*

Imigração Estrangeira no Espírito Santo: A Expansão Territorial da Colônia do Rio Novo | 93

*Aldieris Braz Amorim Caprini*

“La Profecía del Tajo” de Fray Luis de León: Um Canto Historiográfico Renascentista a um Mito Nacional dos Destroços Góticos | 111

*Ester Abreu Vieira de Oliveira*

E o Ururau zarpou... | 127

*José Carlos Mattedi*

A Banda de Música da PMES: 118 anos de história. O resto é estória. | 133

*Gelson Loiola*

Os Estádios do Rio Branco | 159

*Álvaro José dos Santos Silva*

Ficção, Significação Estética e Memória Histórica no Monumento a Domingos Martins | 183

*Almerinda da Silva Lopes*

Habitantes de Lugar Nenhum. Cidades/Personagens em Contos de Marçal Aquino | 203

*Isabela Basílio de Souza Zon*

Notas Genealógicas da Família Antunes de Siqueira | 219

*Paulo Stuck Moraes*

Culinária, Identidade Cultural de um Povo! | 261

*Evandro Ferrari*

## DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

A Região do Rio Doce e sua Influência na Historiografia Capixaba:

A Pesquisa da História do Espírito Santo e o IHGES | 269

Reativação do Núcleo do IHGES em Colatina | 295

O Intelectual Braz da Costa Rubim e a Fundação da Biblioteca Pública Estadual em 1855 | 303

Relação dos Associados do IHGES | 319

## ARTIGOS

### OS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL: A PRIMEIRA VEZ QUE TERIA SE COGITADO TRANSFERIR A CORTE PARA O BRASIL?

*Estilaque Ferreira dos Santos\**

**Resumo:** Aborda o contexto das relações internacionais de Portugal no início da colonização brasileira e a priorização do espaço ultramarino como área estratégica para a expansão do estado português, defendendo o ponto de vista de que a vulnerabilidade estrutural do império em formação teria justificado o surgimento já naquele momento da idéia de transferência da corte para o Brasil.

**Palavras-chave:** Colonização – Vulnerabilidade estrutural – Transferência.

### Introdução

Há duzentos anos atrás o príncipe-regente de Portugal, futuro Dom João VI, com parte significativa de sua Corte, atravessou intempestivamente o Atlântico e se estabeleceu no Rio de Janeiro. Ali chegando, acreditava-se, estaria completamente a salvo das tropas francesas enviadas por Napoleão Bonaparte em seu encalço: tropas invasoras que chegaram à Lisboa, no final de 1807, e ainda puderam avistar as velas de algumas das embarcações que faziam parte da comitiva em fuga e por muito pouco não conseguiram aprisionar os principais representantes da monarquia lusitana.

É claro e incontornável que se tratou de uma solução emergencial, de uma fuga precipitada, como admitiu quase unanimemente

---

\* Pós-doutorado em história luso-brasileira no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, Portugal. Membro do IHGES.

o grosso da historiografia até aqui, e é isso mesmo o que devem ter pensado e sentido, também, os personagens que participaram deste dramático acontecimento político em que, pela primeira vez na história, um rei europeu transladava-se, de “mala e cuia”, como se diz popularmente no Brasil, para a inculta América Portuguesa! Mas de onde surgiu essa idéia tão inusitada?

Entre os conselheiros de Dom João, naquela altura, sobressaía-se a figura de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, mais conhecido pelo título que recebeu posteriormente de “Conde de Linhares”, que havia exercido funções políticas de grande relevância em Portugal antes da vinda para o Brasil, e foi ainda o seu principal ministro no Brasil até 1812, quando morreu. Foi este Conde de Linhares, entre outros, o principal defensor da idéia da retirada para o Brasil, sob o argumento estratégico de que Portugal já não era “a mais importante parte da monarquia”.

Ele achava que, tendo em vista as potencialidades do Brasil e a iminência de uma invasão de Portugal pela França (aliada à Espanha), e o risco da perda do próprio Brasil, inclusive para o seu maior aliado, a Inglaterra, só restaria “ao seu Soberano, e aos seus povos, o irem crear hum poderoso império no Brasil, donde se volte a reconquistar, o que se possa ter perdido na Europa”.<sup>1</sup>

Nessa formulação, como se vê, a retirada para o Brasil era defendida não apenas como um recurso tático provisório, mas essencialmente como uma alteração estratégica e aparentemente definitiva do “assento da monarquia”, visando a criação de um “poderoso império” que afastasse de forma duradoura o risco de aniquilação da dinastia bragantina.

Pensava também Linhares que Portugal, uma vez libertado das ameaças externas seculares que sobre ele incidiam, continuaria sendo um excelente entreposto para os produtos ultramarinos, especialmente os brasileiros, e ainda desempenhando função decisiva como parte do novo império luso-brasileiro, mas perderia,

em virtude desta opção estratégica, o privilégio de ser o centro da monarquia, que daí em diante seria a “melhor e mais essencial parte da Monarquia”, ou seja, o Brasil, invertendo-se radicalmente a sua tradicional relação com a metrópole portuguesa.<sup>2</sup>

Hoje não temos mais nenhuma dúvida em afirmar — e isso pelo menos desde que foi publicado o trabalho clássico de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, que é de 1908, ano em que se comemorava justamente o centenário da retirada da Corte para o Brasil, um livro que defendia, por exemplo, o caráter “brasileiro” do reinado de Dom João VI no Brasil — que este acontecimento extraordinário acabou condicionando de forma significativa o processo de independência política do Brasil e de formação do estado nacional, determinando, por exemplo, sua feição dinástica ou monárquica e a sua forma centralizadora e unitarista. Na época, porém, a idéia da transladação para o Brasil, não deixou de ser vista e considerada por muitos como uma idéia absurda e despropositada.

Mas se a ideia pôde ser vista assim na época em que foi posta em prática, e ainda o é hoje por muitos como extravagante e demasiadamente original, causa uma grande surpresa verificar-se que a solução encontrada por aquele príncipe de caráter indeciso e pusilânime, e sugerida pelo Conde de Linhares, já tinha sido aventada há muito tempo atrás como hipótese bem defensável.

Na verdade, existem registros de que a ideia fora conjecturada praticamente em todos os reinados portugueses, de Dom João III, ainda no século XVI, até Dom João VI, e é justamente sobre a sua primeira ocorrência que queremos chamar a atenção neste ensaio.

Infelizmente, porém, não possuímos nenhuma informação direta sobre aquela que teria sido a primeira, e a mais antiga, sugestão de retirada do rei e da Corte portuguesa para o Brasil.

Numa obra publicada em 1737, conta o padre e historiador José Pereira Bayão, referindo-se à Martim Afonso de Souza — que

considerava ter sido “fidalgo de grande autoridade neste Reino, discreto, e de excellente juízo, muito cavaleiro, e esforçado de animo muy larguo, e ativo: cortezão e de boa graça” — o qual, segundo o historiador, teria tido com o rei Dom João III um diálogo em que o rei lhe indagara sobre a conveniência da sua ida para o Brasil. Literalmente, dizia ele:

tratandosse em conversação diante delRey o 3.º da bondade, e larguesa da terra do Brasil estando elle presente e disendolhe ElRey: que vos parece Martim Affonso? Passemonos para o Brasil? Respondeo elle dizendo, entre sizo e galantaria: Por certo Senhor, que doudisse era ella, que pudera fazer hum Rey sezudo, e não viver dependente da vontade de seus visinhos podendo ser monarcha de outro maior do mundo.<sup>3</sup>

Um diálogo, este, sugerindo claramente que Martim Afonso de Souza, muito amigo do rei Dom João III e iniciador do processo de colonização do Brasil, já teria confirmado ao rei o potencial estratégico do Brasil para a vulnerável monarquia portuguesa, inclusive cogitando da ideia de transferência do monarca para o mesmo território.

De fato, a informação também já tinha sido mencionada bem antes de Bayão por um outro religioso e historiador nascido no Brasil, o frei Vicente do Salvador (1563-1638). Em sua *História do Brasil*, o primeiro livro com este título, sugeriu o frei que o rei Dom João III, ao dar início a colonização do Brasil, e incumbir disso em 1548 à Tomé de Sousa, seu primeiro governador-geral, teria pensado que:

se alguma hora acontecesse (o que Deus não permita) ser Portugal entrado e possuído de inimigos estrangeiros, como há acontecido em outros reinos, de sorte que fosse forçado passar-se el-rei com seus portugueses a outra terra, a nenhuma o podia melhor fazer que a esta.<sup>4</sup>

Escrevendo isso algumas décadas depois do término do governo de Dom João III, que morreu em 1557, a memória do frei Vicente do Salvador parece ter sido estimulada por acontecimentos contemporâneos que certamente lhe causaram funda impressão: enquanto escrevia e concluía sua obra, os holandeses foram rechaçados heroicamente da Bahia (1625), onde vivia, sendo que ele mesmo havia sido feito prisioneiro pelos mesmos holandeses, que logo depois disso foram expulsos da Bahia. Porém não era isso o que estava acontecendo em outras partes do império português: na Ásia, por exemplo, as conquistas holandesas estavam sendo duradouras e bem sucedidas e conseguiam amputar de Portugal o que este tinha conquistado no passado e preservado com tanto esforço. Assim, o brio “nacionalista” associado ao fervor católico do frei não poderia deixar de incutir-lhe a noção de que os recentes desastres de Portugal dever-se-iam à sua anexação à Coroa Espanhola em 1580.

E, talvez, não tenha sido por outro motivo que na seqüência da passagem anteriormente mencionada o frei Vicente do Salvador também lembrava que a conveniência da “passagem” ao Brasil teria ficado muito mais clara justamente em 1580, quando Felipe II da Espanha fora bem sucedido em sua pretensão de anexar o reino português, para isso derrotando seus principais contendores, especialmente o infeliz Dom Antônio, o prior do Crato, que na sua resistência à dominação filipina teria se passado inutilmente às ilhas atlânticas (Açores), um fracasso que ele explica pelo fato de serem estas ilhas muito pequenas e estando “tão perto de Portugal que lhe iriam os inimigos no alcance, e antes de se poderem reparar dariam sobre eles”.<sup>5</sup>

Neste caso então só restaria o Brasil, país onde o frei já habitava há muitos anos, cujas potencialidades ele aprendera a apreciar, e sobre o qual nutria grandes expectativas, justamente no mesmo



sentido da ponderação feita pelo Conde de Linhares muito tempo depois. Dizia o frei Vicente do Salvador que o Brasil,

com ser grande, fica em tal distância e tão fácil à navegação, que com muita facilidade podem cá vir e tornar quando quiserem ou **ficar-se de morada**, pois a gente que cabe em menos cem léguas de terra que tem todo Portugal bem caberá em mais de mil que tem o Brasil, e **seria este um grande reino**, tendo gente, porque adonde há abelhas há o mel, e mais quando não só das flores, mas das ervas e canas se colhe mel e açúcar, que de outros reinos estranhos viriam cá buscar com a mesma facilidade a trôco das suas mercadorias, que cá não há.<sup>6</sup>

Assim, no embalo de um sentimento “nacionalista” que ia se disseminando em Portugal e que acabaria levando à ruptura de 1640 com a Espanha, sentimento que reatava inclusive com o legado sebastianista do pensamento português, o frei recorria à memória do passado recente, (1580), supostamente para advertir retrospectivamente seus contemporâneos do erro cometido por Dom Antônio, o qual se transladara para os Açores quando deveria tê-lo feito para o Brasil, como sugerem implicitamente as passagens antes mencionadas. Uma atitude, esta de Dom Antônio, que revelava, segundo o frei, um certo desprezo pelo Brasil, em claro contraste com a suposta atitude de Dom João III, concluindo disso o mesmo frei que “toda esta reputação e estima do Brasil se acabou com el-rey D. João, que o estimava e reputava”.<sup>7</sup>

Na verdade, como se viu, a pretensão do frei Vicente do Salvador parece ter sido a de contrastar o interesse que Dom João III teria demonstrado pelo Brasil, ao tomar a iniciativa de iniciar efetivamente a sua colonização, com a política que estaria sendo seguida depois de sua incorporação, junto com todo o império português, à monarquia espanhola, que supostamente não estaria revelando

o mesmo interesse em promover o crescimento da colônia. Neste sentido, tem razão o grande historiador Evaldo Cabral de Mello quando escreveu que:

Ao esboçar-se nos cronistas de final de quinhentos e começos de Seiscentos, a idéia de império brasileiro representou uma aspiração de colonos portugueses, sob a forma de um Estado de grande extensão geográfica, muito superior em todo caso à de Portugal, e movido por vocação eminentemente autárquica.<sup>8</sup>

É evidente também, de qualquer forma, que a sugestão do frei Vicente do Salvador, levava em consideração não apenas a fragilidade do processo de colonização do Brasil, apesar de suas potencialidades, como também a extrema vulnerabilidade do próprio reino português diante das demais potências européias, especialmente de seu poderoso vizinho, a Espanha, motivo pelo qual o frei julgava que uma retirada estratégica para o Brasil poderia ser conveniente para a preservação da própria monarquia portuguesa, atribuindo esta perspectiva, aparentemente, ao próprio rei Dom João III. Mas seria isso plausível? Ou seja, era mesmo essa a situação de Portugal nos primórdios da colonização do Brasil? A de uma tão grande vulnerabilidade, ao ponto de ser possível imaginar-se, já naquela época, a eventualidade de uma transferência da Corte do próprio rei Dom João III para o Brasil, um projeto que só viria a ser realizado efetivamente por Dom João VI em 1807?

## **1. Os primórdios da expansão portuguesa e a vulnerabilidade estrutural do império em formação.**

No capítulo 1 da parte II de seu livro *Os Sentidos do Império*,<sup>9</sup> o Prof. Valentim Alexandre introduziu a noção de que para se entender a conjuntura que resultou na transferência da Corte para o Brasil em 1807, no lugar do conceito de crise o que melhor expressaria a situação do império português sul-atlântico seria o de “vulnerabilidade estrutural”, uma vez que, segundo ele, se trataria de uma situação de permanente e estrutural dependência do império português frente ao contexto de suas relações internacionais. Outro passo de seu trabalho, nas suas reflexões finais, o mesmo autor, agora na perspectiva da reversibilidade das opções políticas, contrapõe o Estado luso-brasileiro setecentista aos Estados coloniais dos séculos XIX e XX, onde, segundo ele, a “matriz nacional” estaria muito mais clara, prevalecendo de forma incontestada, neste último caso, os interesses especificamente nacionais sobre os colonizados, o que, segundo Valentim, não se teria dado de forma definitiva no caso do Estado Imperial luso-brasileiro do século XVII e XVIII, no qual, embora Portugal continuasse sendo o centro político e econômico, não o fazia pela prevalência de valores nacionais e sim como “resultado de uma opção reversível, dependente de considerações de ordem geoestratégica”.<sup>10</sup>

Essas duas referências conceituais, ou seja, a de “vulnerabilidade estrutural”, e a da “reversibilidade das opções políticas imperiais”, seriam suficientes, segundo penso, para se compreender um fenômeno que reputamos dos mais inusitados na história das construções imperiais, e que destoa completamente, por exemplo, da caracterização feita pelo eminente cientista político Maurice Duverger dos estados imperiais como estados baseados essencialmente na força militar: a transferência do centro do império para uma antiga

colônia, como foi o caso da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1807.<sup>11</sup>

Nesse sentido, ao perscrutar a especificidade da formação imperial portuguesa, desde os seus primórdios, verifica-se que a situação de “vulnerabilidade estrutural” apontada pelo Prof. Valentim Alexandre já estava virtualmente presente na própria origem do sistema, e não apenas no século XVII, mas também nos séculos XV e XVI.

Sendo assim, a hipótese principal com a qual trabalhamos aqui é a ideia de que, partindo-se da constatação de que condicionantes fundamentalmente semelhantes operaram nos dois momentos cruciais da história do império português, a saber, no seu nascimento, em fins do século XV e primórdios do século XVI, e na sua crise terminal, nos inícios dos oitocentos, e que a concepção do Conde de Linhares, elaborada para dar conta da crise terminal do sistema, e segundo a qual Portugal “em si mesmo muito defensável, não é a melhor e mais importante parte da monarquia”, já estava virtualmente presente no contexto em que foram lançadas as bases do império, no século XV e XVI.

Esta concepção apresentou-se praticamente sob a forma de um intenso envolvimento da monarquia portuguesa e de suas redes clientelares no empreendimento ultramarino, na pressuposição geoestratégica de que a preservação e ampliação das conquistas resultantes era vital para Portugal, cuja parte continental, neste caso, era tida como incapaz de fazer frente aos desafios geopolíticos que lhe estavam impostos, dada a sua vulnerabilidade externa e insuficiente articulação interna. Concluindo-se, então, pela necessidade de sua projeção no espaço ultramarino, o qual passa a ser visto, desde os primórdios, tal como aconteceria conscientemente a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, três séculos mais tarde, como a “melhor e mais importante parte da monarquia”.

Ou seja, como uma área vital onde a expansão dos interesses do estado português poderia se processar desafiando de forma bem sucedida seus eventuais concorrentes, europeus ou não, e adquirindo por consequência, nesse espaço, uma margem de manobra que lhe estava vedada no espaço europeu. E isso sobretudo se levarmos em conta a advertência feita por Stuart Schwartz, para quem a:

importância do império não pode ser medida apenas em rendimentos e custos. Tem de o ser também em termos de imagem geral de Portugal, da concepção que a monarquia tinha do seu potencial e daquilo que os portugueses pensavam a respeito deles próprios.<sup>12</sup>

Já a partir deste primeiro momento, o acesso exclusivo de Portugal às riquezas reais e virtuais deste novo espaço vital, substituiu, para o estado português, a busca de uma projeção puramente europeia e continental, dada como inviável, por uma política que projetava o Atlântico luso-africano como uma área estratégica para a afirmação do mesmo estado português e posteriormente para o próprio equilíbrio europeu. E foi essa nova condição que definiu a política externa do estado português, dando-lhe coerência e sistematicidade e perfilando-a em torno de dois vetores fundamentais: a defesa incontinenti da exclusividade das novas rotas e territórios (com base na heterodoxa doutrina do *mare clausum*) e, no seu seguimento, a busca insistente, centralizada e relativamente organizada de um caminho marítimo para as Índias, para isso contornando o Atlântico africano.

Como contrapartida desta política buscou-se uma aproximação política, econômica e cultural com o reino vizinho, a Espanha, mitigada no entanto pela prédica incessante de uma impossível neutralidade política no plano europeu, via de regra associada à defesa de um ponto de vista pacifista para a resolução dos conflitos

européus, o que implicava, por sua vez, uma relação de permanente afinidade com a Santa Sé. Tudo isso com o intuito claro de impedir que os problemas políticos europeus interferissem na realização do seu grande escopo que era o de garantir a posse e o aproveitamento econômico do novo espaço que estava sendo conquistado e que se ampliava.

No plano interno, tratava-se também de impedir que as relações internacionais da grande nobreza, aliada do rei mas ciosa de suas prerrogativas tradicionais, principalmente com a Espanha, fugissem do controle real e tivesse qualquer ressonância no plano do principal vetor da política do rei que estava, como dissemos, no *front* ultramarino, e nesse sentido não é surpreendente que um dos principais personagens na definição e implementação dessa política, o rei Dom João II, (1481-1495), tenha sido também o responsável pela sujeição e até eliminação física dos grupos cortesãos mais recalcitrantes.<sup>13</sup>

Tratava-se de uma forma de pensamento imperial que acentuava drasticamente uma visão abstrata do espaço terrestre e marítimo e de suas potencialidades, (o historiador português Francisco Bethencourt atribui com razão o desastre de Alcacer Quibir, que levou à morte do rei Dom Sebastião, à prevalência desta concepção), e que acarretou, dado o aparente irrealismo quanto aos meios de exploração deste espaço, a priorização absoluta da defesa dos tráficos e territórios ultramarinos, portanto do império em formação.<sup>14</sup>

Assim, justifica-se a correção e a conveniência do procedimento adotado aqui de situar os primórdios da colonização brasileira no contexto das relações internacionais de Portugal, o que não me parece que tenha sido um procedimento muito frequente até este momento. No Brasil, por exemplo, o insigne historiador Sérgio Burarque de Hollanda, num trabalho que Michel Mollat, um especialista no assunto, considera definitivo sobre as expedições francesas ao

Brasil, não faz entretanto nenhuma referência ao contexto mencionado, julgando aparentemente, não ser necessário fazê-lo.<sup>15</sup>

Em Portugal, o moderno historiador Jorge Couto, autor de uma obra inovadora e influente sobre os primórdios da colonização do Brasil, reconheceu que as mudanças geopolíticas acontecidas especialmente na década de quarenta dos quinhentos tiveram amplas repercussões nas orientações adotadas por Dom João III, inclusive sobre a sua decisão de iniciar a colonização efetiva do Brasil, mas em seguida passa a discutir os “modelos de colonização do Brasil”, abstendo-se de penetrar nessa discussão.<sup>16</sup>

Mais recentemente, o também português Paulo Drumond Braga, embora se referindo à “extraordinária visão política e geoestratégica” de Dom João II, salienta que também a de Dom João III não se pode esquecer, uma vez que este rei teria o grande mérito de ter sido, segundo o autor, o “verdadeiro fundador do Brasil”, mas apesar disso dedica à sua política externa apenas uma página de seu livro sem fazer nenhuma conexão entre ela e a colonização do Brasil.<sup>17</sup>

Pelo contrário, e felizmente, referindo-se entretanto ao tema da presença portuguesa no norte da África, a historiadora Maria Leonor Garcia da Cruz chamou a atenção para o fato de que nos últimos anos os estudos sobre essa temática tem insistido na necessidade de aprofundar a análise, pela inserção das temáticas no contexto internacional da época, “bem amplo e complexo nas suas múltiplas incidências e condicionante de projectos, debates e soluções alternativas que se revelam em todo o processo da nossa Expansão”. E é justamente nesta perspectiva que também procuramos nos situar aqui.<sup>18</sup>

Em seus primórdios, o interesse despertado pela nova área geopolítica do Atlântico sul africano, nos demais países europeus, não foi de molde a criar problemas políticos muito sérios para Portugal. Castela, por exemplo, passou a maior parte do século quinze

atolada em quase contínua guerra civil, uma guerra que opunha, via de regra, a monarquia castelhana à nobreza — especialmente nos reinados de Dom João II, (1406-1454) e Henrique IV (1454-1474) — o que praticamente a impediu de tomar parte em projetos expansionistas de grande envergadura, como aquele no qual seu vizinho estava se empenhando, e o envolvimento ultramarino português pôde desenvolver-se, por consequência, de maneira profunda e sem retorno, uma vez que a cada novo avanço que suas expedições marítimas faziam criavam-se as próprias condições para uma expansão posterior mais penetrante.

Na medida em que ao nível global a área Atlântica permanecia desinteressante e relativamente esquecida, Portugal pôde inclusive iniciar o povoamento das ilhas Atlânticas, (Madeira e Açores), que se desenvolverão em grande parte como bases estratégicas de apoio logístico na busca do caminho para as especiarias. Para isso, no entanto, era preciso desde o início afastar possíveis concorrentes e prevenir intervenções indesejadas, e já em 1418, logo após, portanto, da conquista da cidadela de Ceuta (em 1415), surgem bulas papais legitimando o expansionismo português e o usufruto exclusivo das novas conquistas.

Entretanto, é somente a partir da segunda metade dos quatrocentos que a Santa Sé, tendo superado suas crises conciliares, irá desempenhar um papel arbitral mais importante na nova ordem política européia em gestação, uma nova ordem que tinha justamente como uma de suas determinações fundamentais a disputa, secular e religiosamente desimpedida, entre estados que estavam em busca de sua afirmação e plena constituição moderna. Em 1454, o papa Nicolau V com a bula *Romanus Pontifex*, e em 1456, o papa Calixto III com a bula *Inter Coetera* lançam as bases de uma definição jurídica do império português em processo de constituição. Consagrando-se com isso o sonho e o projeto henriquino cujo pri-



meiro reconhecimento havia sido a Carta Régia passada pelo regente Dom Pedro em 1443, onde se proibia a realização de viagens para lá do Cabo Bojador sem a prévia autorização do próprio infante Dom Henrique.<sup>19</sup>

Nas décadas finais dos quatrocentos, porém, as notícias do ouro da Mina, que estava sendo explorada por Portugal, não tardaram a chegar a ouvidos indesejáveis. A vizinha Castela, então em pleno processo de sua unificação com o reino de Aragão e também já ansiosa por estender sua influência afro-atlântica, não tardou a intrometer-se no negócio. Ações de corso e pirataria entre os dois reinos logo se tornaram endêmicas, demandando um acordo antes que novos pretendentes dificultassem ainda mais a aproximação entre eles. A 4 de setembro de 1479 foi assinado o Tratado de Alcaçovas, pelo qual os reinos unificados de Castela e Aragão reconheciam o direito exclusivo de Portugal à navegação e ao comércio na costa da África até a Guiné, e em troca obtinham de Portugal o disputado território das Ilhas Canárias. Mais importante ainda: Castela e Aragão comprometeram-se a defender em comum com Portugal, um ponto que era essencial para este último, a saber, a proibição de seus naturais e estrangeiros de comerciarem, sem a autorização do rei de Portugal, nos territórios já adstritos à soberania portuguesa e também naqueles que se descobrissem ou conquistassem daí por diante.<sup>20</sup>

Com Dom João II, que assume formalmente o governo após a morte de seu pai, Afonso V, em 1481, mas que já vinha desenvolvendo ampla ação política e diplomática anteriormente, inclusive tendo sido o verdadeiro mentor do tratado que iniciou a aproximação castelhana, o de Alcaçovas, como vimos, teremos “a primeira política de expansão ultramarina coerente e integrada”.<sup>21</sup> Essa ação do rei Dom João II imortalizou-se na pena daquele que foi um dos grandes ideólogos do processo de expansão: o cronista João de Bar-

ros, que em sua crônica mais famosa, vaticinou a respeito de Dom João II, que: “Tam ocupado e solícito o trazia este negócio, principalmente que viu e gostou de muitas cousas de que os antigos escritores não tiveram notícia, [...]”.<sup>22</sup>

Com esse rei, portanto, a expansão toma definitivamente um rumo centralizado e se verifica o triunfo definitivo de uma estratégia ultramarina que prevalecerá sobre a antiga visão ibérica, (que se resumia à conquista de territórios no próprio continente europeu) instituindo-se a partir de então, de forma definitiva:

o monopólio do Estado — a propriedade exclusiva da exploração direta dos bens, sem cedência, fosse a que custo fosse, a empresários coloniais. Será o mesmo que dizer que Portugal deteve, isoladamente, o governo das senhorias atlânticas, ficando o comércio oceânico um dos atributos da Coroa.<sup>23</sup>

Dom João II supera inclusive o simples e elementar territorialismo marroquino de seu pai, Afonso V, com um horizonte estratégico bem mais amplo, onde a exploração comercial do litoral africano, matriz de uma visão mercantil bem mais realista, mas que não eliminava a importância do território, conectava-se pragmaticamente à exploração e busca da rota para as Índias.

O aparente realismo desta política, porém, não impediu que surgissem as primeiras objeções internas à amplitude quase megalomaniaca de uma estratégia de expansão que na verdade possuía uma escala intercontinental e praticamente planetária. Os portadores desta crítica, que advogavam o confinamento dos interesses portugueses à exploração do litoral atlântico e africano, embevecidos com o ouro da Mina, intuíaam, já naquele momento, a desmedida entre um projeto que tinha aquelas dimensões e os poucos recursos materiais e humanos de que dispunha Portugal, ou seja,

eles anteviam a sua incapacidade para manter e preservar um empreendimento daquela magnitude, antecipando assim a própria noção de sua “vulnerabilidade estrutural”. Luiz Felipe Thomaz sugere neste sentido que o “longo” intervalo entre a transposição do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias em 1488, e a realização da primeira viagem às Índias somente em 1498, por Vasco da Gama, portanto dez anos depois, dever-se-ia atribuir à atuação desta corrente de pensamento que, embora continuamente derrotada, tinha muitos adeptos em Portugal.<sup>24</sup>

Entre um evento e outro, ou seja entre 1488 e 1498, entretanto, localiza-se o feito de Colombo, de 1492, o qual ensejará a oportunidade definitiva para que os dois reinos ibéricos aprofundassem sua aproximação, que viria a ser formalizada com o Tratado de Tordesilhas em 1494.

A descoberta do genovês confirmou a visão intercontinental e planetária de Dom João II, mas impôs também a noção da premência que deveria ser atribuída a um acordo entre os dois reinos, como forma de legitimar as novas conquistas, e essencial para prevenir a ambição internacional que certamente iria exercer-se: consagra-se uma aproximação política duradoura, e daí a rapidez com que os dois estados chegaram a um acordo.

Quero crer que se pode afirmar que daí por diante a convergência espanhola impõe-se como prioritária, abandonando-se, por exemplo, a tradicional busca de alianças matrimoniais continentais, (com Inglaterra, por exemplo), como forma de contrabalançar o poderio castelhano, e partindo-se para uma sistemática política de matrimônios reais que colocará no horizonte de forma cada vez mais palpável a possibilidade de uma unificação política peninsular, isso sem contar que à complementaridade dos circuitos econômicos e defensivos iria se agregar uma forte circularidade cultural cuja pedra de toque era a consolidação de uma concepção teológica dos grandes empreendimentos políticos nos

quais os dois estados estavam doravante envolvidos. Para Jean Aubin: “O conjunto é revelador da alienação diplomática onde se encontra engajado o pequeno reino lusitano, que não pode perseguir suas fortunas de além-mar sem garantir sua tranquilidade na Península”.<sup>25</sup>

Diga-se de passagem que o alvo fundamental, como já frisamos, era a segurança e o monopólio das rotas marítimas, e neste sentido se explica a convergência básica de interesses entre os dois reinos ibéricos, passando para segundo plano seus eventuais pontos de atrito, nem estava em jogo neste primeiro momento uma absorção pura e simples de Portugal pela Espanha, mesmo levando-se em consideração a observação de J. Elliot de que apesar de ser Portugal um pequeno país aparentemente desinteressante em si mesmo, o seu valor estratégico potencial era muito grande, uma vez que estava se transformando em centro de um vasto império comercial e que isso teria algum peso no novo equilíbrio europeu em gestação.<sup>26</sup>

É à luz das considerações anteriormente expendidas que devemos compreender a decisão fundamental do Tratado de Tordesilhas, que estendeu a linha imaginária que dividia o território dos dois estados para 370 léguas a partir das ilhas atlânticas de Cabo Verde e Açores e que acabaria por incluir parte do atual território brasileiro na área de jurisdição portuguesa. A historiografia portuguesa tradicional tem preferido incluir a discussão deste ponto do tratado na problemática da “intencionalidade” ou não do descobrimento do Brasil e de sua anterioridade à viagem cabralina, realçando, neste caso, a existência de uma “política de segredo”, a qual estaria incluída num plano mais vasto de dominação dos mares e dos territórios, inclusive das supostas riquezas brasileiras, de que já se teria conhecimento na época da assinatura do mesmo tratado. Sobressai, entretanto, o fato de que estas supostas riquezas brasileiras só tardiamente seriam exploradas, e mesmo mapeadas, enquanto que no momento da assinatura do tratado o que estava claramente

enunciado por parte de Portugal era o seu interesse em preservar o monopólio e a segurança das rotas do Atlântico sul que conduziam às especiarias, ou seja, às Índias. O mesmo sentido passava a ter a atividade diplomática portuguesa, toda ela voltada a partir de então para o intuito de assegurar a exclusão de concorrentes e a segurança das rotas e territórios descobertos e a descobrir.

Claro que, sobretudo no plano ideológico, os fins morais e religiosos como os da difusão da fé e o do combate ao “infiel” muçulmano, são ainda antepostos aos fins puramente econômicos e estratégicos, nem se pode subestimar a importância que estes fatores tiveram na mobilização das energias nacionais, ou na legitimação de todo o processo, nem desconsiderar o quanto esses objetivos estavam todos profundamente imbricados.

Entretanto, é notável a evolução que se percebe na política imperial portuguesa: para Dom Manuel I (1495-1521), em cujo reinado foi descoberto o Brasil, o objetivo principal ainda era o de combater os muçulmanos, reativando e dando continuidade à velha luta pela reconquista na península ibérica, caudal onde haviam brotado as nacionalidades ibéricas, estendendo-se mesmo até a perspectiva de retomar Jerusalém através do afastamento dos mouros do comércio das especiarias e do bloqueio ao império mameluco do Egito. Uma idéia imperial, esta, ainda caudatária da concepção de que uma vez atingidos estes objetivos, a rota marítima afro-atlântica poderia ser secundarizada, dada a maior viabilidade econômica da antiga rota do Mar Vermelho. Com Dom João III (1521-1557), porém, segundo Luis F. Thomas, se puseram de lado as veleidades de conquista de Jerusalém e do mundo muçulmano, desistiu-se do Marrocos e das idéias medievais de cruzada, se deu ao Brasil uma importância comparável à da Índia, e passou-se a pensar “sobretudo em pimenta, e se começa a cuidar de soberania mais que de suserania. O projeto imperial começará a volver-se em projeto colonial”<sup>27</sup>

Neste sentido, parecem insuficientes as análises que atribuem o início efetivo, mas tardio, da colonização do Brasil, nos primórdios da década de 1530, por iniciativa do rei Dom João III, à mera pressão exercida pelos marinheiros franceses que forcejavam por regularizar contatos comerciais com as populações nativas do Brasil, o que atestaria, nessa visão, certo descaso inicial pelo Brasil que teria perdurado pelo menos até a instauração da crise definitiva da porção oriental do império português, já na primeira metade do século XVII. Pelo contrário, o que parece evidente é que a prevalência de uma concepção imperial que privilegiava a defesa dos tráficos e territórios ultramarinos, inclusive do Brasil, é que teria sido a responsável pela decisão estratégica de iniciar a colonização do vasto território americano, em que pese à inexistência de meios efetivos para realizá-la segundo um planejamento minimamente eficiente, num contexto em que aumentavam os riscos de sua perda.

E é nesta perspectiva que se deve compreender, segundo penso, a sugestão do Frei Vicente do Salvador de que o próprio Dom João III, tendo em vista a vulnerabilidade de seu império em formação, mas também a prioridade de sua defesa, teria, já naquele momento, pensado em transferir sua Corte para o Brasil.

## Notas

<sup>1</sup> Carta dirigida ao príncipe-regente fazendo uma detalhada exposição sobre as condições políticas da Europa em face das Guerras de Napoleão, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos - I, 29, 13, 22, citada in SANTOS, Estilague Ferreira dos *A Monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes, 1999, p. 83.

<sup>2</sup> Idem, ib, idem.

<sup>3</sup> BAYÃO, José Peres. Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do Senhor Rey Dom Sebastião, Lisboa, 1737, p. 463, apud FREITAS, Jordão A *Expedição de Martim Afonso de Sousa (1580-1533)* in: DIAS, Carlos Malheiros *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, Porto, 1924, pp. 114/115.

- <sup>4</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1965, p. 162.
- <sup>5</sup> Idem, ib, idem
- <sup>6</sup> Idem, ib, idem
- <sup>7</sup> Idem, p. 162
- <sup>8</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*, São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 29.
- <sup>9</sup> ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime*. Porto: Afrontamento, 1993, pp. 93-166.
- <sup>10</sup> Idem, p. 810.
- <sup>11</sup> DUVERGER, M. *Le concept d'empire*. Paris: Puf, 1980, pp. 5-23.
- <sup>12</sup> SCHWARTZ, Stuart. *O Brasil no Sistema Colonial* in: Vol 3 de *História da Expansão Portuguesa*. dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chandhuri. Lisboa: Circulo de Leitores, 1998, p. 138.
- <sup>13</sup> MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática de Portugal, (Constantes e Linhas de Força)*. Lisboa: Ed. Revista Nação e Defesa, 1988, p. 69.
- <sup>14</sup> BETHENCOURT, Francisco. *O Complexo Atlântico* in: Vol 3 da *Historia da Expansão Portuguesa*, op. Cit., p. 320.
- <sup>15</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *As primeiras expedições* in: Tomo I, Vol 1, da *História Geral da Civilização Brasileira*. Hollanda, S. B. (org.). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989, p. 92.
- <sup>16</sup> Couto, Jorge. *Os Modelos de Colonização do Brasil na Primeira Metade de Quinhentos* in: *A Universidade e os Descobrimentos*. Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1993, p. 167.
- <sup>17</sup> BRAGA, Paulo Drumond. *Dom João III*. Lisboa: Hugin, 2002.
- <sup>18</sup> CRUZ, Maria Leonor Garcia da. *Portugal no jogo de poderes do norte de África no segundo quartel do século XVI*. in: *Cadernos Históricos*, IV, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, Agosto de 1993, pp. 113-128.
- <sup>19</sup> BETHENCOURT, Francisco. *O Complexo Atlântico* in: Vol. 3 da “*Historia da Expansão Portuguesa*”. p. 109.
- <sup>20</sup> CORTESÃO, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Imp. Nacional/Casa da Moeda, s.d, p. 557.
- <sup>21</sup> THOMAZ, Luiz Felipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 149.
- <sup>22</sup> BARROS, João de. *Ásia, Década I*, liv. III, cap. II. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1982, p. 12.
- <sup>23</sup> SOUZA, João Silva de. *A Prioridade de Dom João na devassa do Índico 1481-1495*. Apud Ana Maria Carabias Torres (org.) *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansion colonial*. Ed. Univ. de Salamanca, 1994, p. 26.
- <sup>24</sup> THOMAZ, L.F. *op. cit.* p. 160.

*Os primórdios da colonização do Brasil: A primeira vez que teria se cogitado transferir a Corte para o Brasil?*

<sup>25</sup> AUBIN, Jean. *Le Portugais dans l'Europe des années 1500 in L'Humanisme Portugais et l'Europe*. Actes du Colloque International d'études humanistes, (Tours, 1978). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 221.

<sup>26</sup> ELLIOT, J.H. *A Europa Dividida 1559-1598*. Lisboa: Ed. Presença, s.d, p. 20.

<sup>27</sup> THOMAZ, L.F, *op. cit.* p. 165.

## Referências

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime*. Porto: Afrontamento, 1993.

AUBIN, Jean. *Le Portugais dans l'Europe des années 1500, in L'Humanisme Portugais et l'Europe*. Actes du Colloque International d'études humanistes, (Tours, 1978), Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1984.

BARROS, João de. *Ásia, Década I, liv. III, cap. II*, Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1982

BETHENCOURT, Francisco. O Complexo Atlântico in: Vol 3 de *História da Expansão Portuguesa*. dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chandhuri, Circulo de Leitores, Lisboa, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond. *Dom João III*. Lisboa: Hugin, 2002.

CORTESÃO, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.d.

COUTO, Jorge. Os Modelos de Colonização do Brasil na Primeira Metade de Quinhentos in *A Universidade e os Descobrimentos*, Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da. Portugal no jogo de poderes do norte de África no segundo quartel do século XVI in *Cadernos Históricos, IV*, Comissão Municipal dos Descobrimentos. Lagos, Agosto de 1993.

DUVERGER, M. *Le concept d'empire*. Paris: Puf, 1980.

ELLIOT, J. H. *A Europa Dividida 1559-1598*. Lisboa: Ed. Presença, s.d.

FREITAS, Jordão. *A expedição de Martim Afonso de Souza(1530-1533)*, in: DIAS, Carlos Malheiros. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol.III, Porto, 1924.



MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática de Portugal, (Constantes e Linhas de Força)*. Lisboa: Ed. Revista Nação e Defesa, 1988.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. S, Ed. 34, São Paulo, 2002.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo: Ed.Melhoramentos, 1965.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *A Monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. O Brasil no Sistema Colonial in *História da Expansão Portuguesa* vol. 3, dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chandhuri. Lisboa: Circulo de Leitores, 1998.

# CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PETRÓLEO DO PRÉ-SAL NO ESPÍRITO SANTO E NO BRASIL

*Ricardo Brunow Costa\**

Por antiga sugestão do nosso consócio, o professor e escritor Ivan Anacleto Borgo, realizamos esta sucinta pesquisa sobre o pré-sal. Ao ilustre professor dedicamos este despretensioso trabalho.

O Autor.

**Resumo:** Abordarmos de maneira ampla a origem do petróleo do pré-sal como também da produção da aludida riqueza no Espírito Santo e no Sudeste brasileiro. Buscamos dar a opinião sobre a futura produção petrolífera do pré-sal aos especialistas no assunto em tela, tudo através do que foi reproduzido pela mídia.

**Palavras-chave:** Petróleo do pré-sal – Pré-Sal Estadual (ES) – Pré-Sal no Brasil – Petrobras.

## Introdução

O assunto relativo ao pré-sal vem desde algum tempo sendo explorado insistentemente pela mídia, tanto no aspecto político e econômico, como também, algumas vezes, nas controvérsias técnicas da própria consecução da exploração do petróleo do pré-sal.

Os esforços de pesquisa, exploração e comercialização do petróleo sempre foram concentrados e podemos dizer que ainda o são em várias partes do Globo nos chamados países produtores de petróleo, sendo, principalmente, os do Oriente Médio os que mais produzem o chamado ouro negro.

---

\* Geógrafo e pesquisador. Associado Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

O Brasil, apesar da novidade do pré-sal, continua com toda produção e pesquisa fortemente concentrada na camada do pós-sal por motivos óbvios, vez que a camada de petróleo pré-sal ainda oferece certas dificuldades — técnicas, econômico-financeiras e políticas — para deslanchar em definitivo. Estão tramitando no legislativo federal várias discussões acerca do assunto, porém, falta um consenso entre os parlamentares e o governo sobre essa questão palpitante.

## **1. O que é o Pré-Sal e a sua ocorrência**

O pré-sal tão corriqueiramente tratado pela imprensa escrita e falada é a camada de petróleo localizada a grandes profundidades abaixo do leito dos oceanos sob outra camada denominada de camada de sal; esta por sua vez, abaixo da camada de pós-sal; a qual corresponde à seção que se inicia logo abaixo das águas oceânicas, ou seja, do próprio leito destes.

As camadas do pré-sal foram formadas durante aproximadamente 100 milhões de anos a partir da decomposição de materiais orgânicos.

Como aludimos linhas atrás, antes da formação da camada do pré-sal está a camada do sal que foi depositada durante o processo de formação do Oceano Atlântico, fato que ocorreu após a quebra do Continente de Gondwana (antigo supercontinente formado pelas Américas e a África) e que teve como consequência o afastamento da América do Sul e do Continente africano e do distanciamento da América do Norte em relação à Europa, fato que teve início há 120 milhões de anos.

Nas camadas do pré-sal existentes no planeta a primeira descoberta de reserva de petróleo ocorreu no litoral do Brasil e foi de-

signada como camada de petróleo do pré-sal. Também do lado africano encontram-se áreas do pré-sal como no Congo, e no Gabão, onde se mapeia possíveis reservas de petróleo. Outras regiões do mundo oferecem a existência da camada pré-salina como o Golfo do México e do Mar Cáspio, na região do Cazaquistão, no Japão, nas Ilhas Malvinas.

É interessante frisarmos que as pesquisas aqui no nosso país como no exterior foram resultado do exaustivo trabalho envolvendo a geração de tecnologias de exploração, graças à Petrobras, que foram por sinal copiadas por multinacionais do exterior na procura do precioso petróleo nas camadas do pré-sal em formações geológicas semelhantes em vários outros locais da Terra.

## **2. O Pré-Sal Espírito-Santense e o Brasileiro**

Segundo alguns especialistas as reservas de petróleo do pré-sal do nosso país encontram-se dentro da área marítima pertencente a Zona Econômica Exclusiva do Brasil. Aludidas reservas possuem, de acordo com especialistas, petróleo de alta e média qualidade.

O conjunto de campos petrolíferos do pré-sal do país onde atualmente há uma atenção centrada da Petrobras compreende uma faixa que se estende desde o litoral do Espírito Santo até o Estado de Santa Catarina, com profundidades variando de mil a dois mil metros de profundidade no subsolo oceânico, atingindo, portanto, até oito mil metros da superfície marítima.

A existência de petróleo em rochas situadas abaixo das camadas de sal só foi percebida com o desenvolvimento de novas tecnologias sísmicas ligadas à exploração oceanográfica, além de técnicas bastantes avançadas de perfuração do soalho marinho sob até dois mil metros de lâmina d'água.

Talvez não seja improvável que novas reservas do pré-sal sejam encontradas ainda mais distantes do litoral do Brasil, fora inclusive da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), porém ainda na plataforma continental (que é um planalto submerso que orla todos os continentes, com declives suaves até a cota de 200 m. A plataforma continental é, na verdade, um prolongamento da área continental emersa (cf. T. Guerra A. 1993). Desta maneira, o Brasil teria a possibilidade de reivindicar exclusividade nessas futuras novas áreas a serem descobertas.

Atualmente, o termo pré-sal, de modo geral, está sendo empregado para qualquer descoberta em reservatório sob a camada de sal, em bacias sedimentares. No Brasil as ocorrências análogas ou semelhantes sob a camada do sal podem ser encontradas nas Bacias do Ceará, Sergipe, Alagoas, Bahia(em Camamu e Jequetinhonha), Espírito Santo.

Noutras partes do planeta, como já dissemos, podemos citar entre outras nas Ilhas Malvinas, na África, no Mar Cáspio, no Golfo do México.

Alguns especialistas acreditam que no pré-sal existem grandes reservatórios de óleo leve — de melhor qualidade e que produz petróleo mais fino. Estima-se que o pré-sal do Sudeste/Sul brasileiro se estende por 800km, chegando a atingir uma faixa de até 200km de largura.

O petróleo do pré-sal tem vantagens em relação ao encontrado a pequenas profundidades: no pós-sal o óleo pode ser atacado por bactérias que podem causá-lo danos. Essas bactérias vão consumir muitas vezes a parte leve do petróleo mais nobre e a partir da qual se extraem a gasolina e o diesel. No pré-sal, porque situado a grande profundidade, o óleo fica submetido a uma temperatura acima de 80.°C, o que serve para esterilizar e preservar sua qualidade. Então, o óleo retirado, apesar de mais caro, tem um valor maior no mercado.

O início da exploração do petróleo no pré-sal foi em setembro de 2008, quando a Petrobras, em quantidade reduzida, explorou o Campo Jubarte, na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Os prognósticos são de que somente em 2016 essas reservas estejam sendo exploradas em grande escala.

Segundo declaração do Presidente da Petrobras à *Revista Indústria Brasileira* (ano 9, n.º 97 – pp.18-19):

O pré-sal tem sido um grande aprendizado. Disparamos de tecnologias para as profundidades de reservatório e de água, mas um dos grandes desafios é a distância do litoral, principalmente no caso das descobertas na Bacia de Santos que estão a cerca de 300km da costa [...]. Iniciamos a produção no pré-sal do Espírito Santo, no campo de Jubarte, que já está fornecendo informações importantes.

O governador do nosso Estado declara que o pré-sal do Espírito Santo é importante pois está mais próximo do litoral do que o de Santos(SP). Também a profundidade aqui no Estado é menor, de 4.700 a 4.800m, enquanto em Santos, mais exatamente em Tupi, chega a 7.000m tornando o custo da produção bem mais elevado que no Espírito Santo.

Em artigo do jornal *O Globo* (Rio de Janeiro), de treze de maio do corrente ano consta que nos blocos do pré-sal já licitados, foram descobertas nos últimos anos reservas estimadas entre dez bilhões a dezesseis bilhões e meio de barris. São cinco bilhões a oito bilhões de barris no Campo de Tupi, a primeira descoberta anunciada; Três a quatro bilhões de barris em Iara, e mais um bilhão a dois bilhões de barris no Campo de Guará, todos estes localizados na Bacia de Santos.

Já na Bacia do Espírito Santo, no Parque das Baleias, as estimativas são de que existam reservas de petróleo entre um bilhão e meio a dois bilhões e meio de barris.

No dia 15 do mês de julho p.p. estive em nosso Estado o Presidente da República, acompanhado do presidente da Petrobras, do Ministro das Minas e Energia e do Ministro da Comunicação Social. Juntou-se a eles o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, os quais rumaram para o navio Plataforma FPSO (*Floating, Production, Storage and off-loading*) Capixaba, estacionado no Parque das Baleias, litoral do nosso Estado (a 85km da cidade de Anchieta), onde foi realizada uma cerimônia com referência à coleta do primeiro óleo da camada de pré-sal do Campo de Baleia Franca que detém a marca do primeiro poço do pré-sal a produzir um sistema definitivo no Brasil.

Foi anunciado nesse encontro que a Petrobras implantará no Espírito Santo um pólo de gás-químico que ficará localizado em Cacimbas, município de Linhares. Também foi declarado que o poço de pré-sal de Baleia Franca, acima referenciado, começará a produzir cerca de 13 mil barris de petróleo por dia (petróleo leve) sendo que a precisão é de que atinja a capacidade máxima de 20 mil barris por dia ainda no corrente ano.

Complementando tudo o que foi dito, o governador Paulo Hartung enfatizou o pioneirismo do Espírito Santo na produção do pré-sal, uma vez que o nosso Estado “estaria começando a primeira produção planejada, comercial, na área do pré-sal no Brasil.” Acrescentou ainda que é uma grande oportunidade oferecida aos capixabas no que respeita à geração de rendas e novos postos de trabalho. A implantação do pólo gás-químico em Linhares (Cacimbas), de um estaleiro em Aracruz e de uma base de suprimentos de plataformas de exploração e produção (em local ainda não indicado), foram também pontuados pelo governador nesta ocasião.

Em seguida, queremos dar um “flash” histórico sobre os eventos importantes acontecidos quanto ao petróleo, no Espírito Santo. É o que extraímos da *Revista ES Brasil* (ano 1, n.º 1).

Em 1957 foram realizadas as primeiras ações da Petrobras em terras capixabas. Uma equipe de 7 pessoas era responsável por fazer o levantamento topográfico da região.

Em 1959 iniciou-se a perfuração do primeiro poço em Conceição da Barra, onde nada foi encontrado.

Em 1961 técnicos da Petrobras concluíram que existia a possibilidade de descoberta de petróleo na região.

Em 1967 às 19h55min do dia 15 de agosto, o petróleo jorrou pela primeira vez no Estado, em São Mateus.

Em 1968 foi perfurado o primeiro poço na plataforma continental do Brasil, na costa de São Mateus, em frente à Fazenda Cedro, distando 55km do litoral e em lâmina d'água de 3.131m. A perfuração durou 31 dias, mas o petróleo não foi encontrado. Os trabalhos serviram de base para outros estudos.

Em 1969 descoberta em São Mateus, o primeiro campo de produção comercial.

Em 1971 em junho foi perfurado o poço terrestre mais profundo com 4.072 metros.

Em 1978 descoberto petróleo no mar em condições comerciais, dando origem ao Campo de Cação. Por esse motivo foi construída a Plataforma de Cação, no mar de São Mateus, distando 7km da costa, com profundidade d'água de 19 metros. Em agosto do mesmo ano, a plataforma atingiu seu pico de produção, com 8,5 barris por dia.

Em 1982 aumento do número de poços perfurados em função do descobrimento do Campo de Lagoa Parda e do incremento do número de poços no campo de São Mateus.

Em 1984 em maio, é alcançado o recorde de produção de petróleo no Estado, com a marca de 24.984 barris por dia.

Em 1988, em maio, foi descoberto o campo marítimo de Cangoá, na foz do Rio Doce, localizado a cerca de 50km da costa de



Linhares. Foi o primeiro poço de gás descoberto no mar capixaba, apresentando reserva comercial.

Em 1995 criada a Exploração e Produção de Petróleo do Espírito Santo. O objetivo foi dinamizar a exploração e produção de petróleo e gás no Estado.

Em 1996 descoberto o campo de Fazenda Alegre. Correspondeu à descoberta do maior volume de óleo em terra do Estado.

No ano de 1997, em setembro, descoberto o campo de Peroá, a segunda jazida comercial de gás no foz do Rio Doce e a maior do Estado, naquela época.

Em 1999, quatro blocos da Petrobras são reservadas para exploração em parceria com a Shell Mobil, Esso, Japex, Repsol/YPF e Unocal. A intenção das parcerias era agilizar o processo de exploração da bacia do Estado. Naquele mesmo ano, a Petrobras perfurou o 1.º poço em águas profundas do Estado.

2000 A multinacional Shell encontra petróleo no bloco-10, bloco de concessão da Petrobras.

2001 descoberto o campo de Jubarte (bloco-60) no Sul do Estado. Neste ano a Petrobras projeta a perfuração de 32 poços no ano, metade no mar, investindo 170 milhões de dólares.

2002 início da produção em águas profundas (Jubarte), com volume inicial de 17 mil barris por dia. Ainda em 2002, foi descoberto o Campo de Cachalote e iniciou-se o projeto de gás natural nos campos de Peroá / Cangoá e o projeto da estação de Fazenda Alegre e ao terminal Norte Capixaba.

2003 a Petrobras anuncia quatro novas descobertas no Bloco-60 e descobriu ainda óleo leve e de alta qualidade, na Bacia do Espírito Santo, ao Norte de Vitória. Jubarte, Cachalote, Fazenda Alegre e Peroá estão entre os maiores campos de Petrobras, naquela época.

Ainda em 2003 forma descobertos os campos marítimos de Baleia Franca, Anã e Azul, na área conhecida como Parque das Ba-

leias, no litoral sul do Estado. Também foi descoberto o campo de Golfinho, que apresenta reserva de óleo leve em águas profundas.

Em 2004 o porto de Vitória recebeu o navio-plataforma P-34 para obras. Novas jazidas são descobertas no campo de Golfinho, no mar de Aracruz, somando 450 milhões de barris em reserva.

Ano de 2005, mais uma multinacional, a Chevron Texaco, descobriu acumulação de óleo no litoral sul. Em janeiro, a empresa descobriu petróleo nas águas profundas do bloco BM-C-5.

Segundo detalha em artigo a Revista *Indústria Brasileira*, em seu n.º 97, de março do ano passado, em entrevista com o Presidente da Petrobras, fica evidenciado que nas áreas em conjunto do Parque das Baleias na Bacia de Campos (RJ), em frente ao litoral do Espírito Santo e as áreas do Tupi e Iara na Bacia de Santos (SP), a avaliação técnica prevê um volume mínimo de nove bilhões e quinhentos milhões de barris de petróleo e gás, podendo mesmo atingir a cifra de quatorze bilhões de barris, o que corresponderia às atuais reservas da Petrobras no Brasil (estimativa de 2009).

É importante acrescentarmos que o pré-sal é considerado como uma grande bacia petrolífera, sem que se tenha certeza que ele seja um conjunto de enormes campos petrolíferos independentes ou se é um único campo petrolífero de enorme proporção. Pensa-se, aliás, que ele possa se estender até depois das duzentas milhas marítimas da ZEE (Zona Econômica Exclusiva) do Brasil, já, portanto, no domínio das águas marítimas internacionais.

Diante do grande crescimento previsto das atividades da Petrobras para os próximos anos, tanto no pré-sal como nas demais áreas petrolíferas onde ela opera, houve um aumento substancial dos recursos programados em seu plano de negócios: construção de novas plataformas de produção, mais de uma centena de embarcações de apoio, além da maior frota de sondas de perfuração.

A construção de plataformas — já encomendadas — garantem

a ocupação dos estaleiros nacionais e de boa parte da cadeia de bens e serviços offshore do país.

E mais importante, haverá possibilidade de geração de novos empregos para a formação de tripulação dos barcos que operarão nesse mister.

Finalizando nosso trabalho, não querendo tocar no lado político da questão da exploração do petróleo que extrapolaria nossos objetivos, vamos nas linhas seguintes apenas destacar que há vários modelos de exploração do ouro negro, dependendo da orientação de cada país produtor. É assim que podemos citar o de concessão.

Concessão, modelo no qual as empresas privadas adquirem nos leilões de concessão, licenças com as quais adquirem o direito de explorar o petróleo por própria conta e risco. Embora as empresas tenham direito ao produto extraído elas têm que pagar impostos e royalties (caso dos EUA e Brasil).

Outro modelo é o Norueguês em que o país possui uma estatal que se associa a grupos de capital aberto, investindo na exploração. (Noruega)

O modelo Estatal Puro em que o monopólio de exploração é das estatais as quais arcam sozinhas com custo e risco. (é o que acontece com a Venezuela e a Arábia Saudita)

A partilha de produção é outro modelo. Aqui a empresa estatal se associa a companhias privadas para realizar a prospecção petrolífera. O risco é assumido pelo investidor privado, e em caso de sucesso, ele recebe uma partilha do produto obtido. (Exemplo de Angola).

Finalmente, há o Sistema Misto que combina o modelo de concessão com o de partilha. O nosso país segue, ao que tudo indica, por esta estrada, ao querer adotar o sistema norueguês na questão do pré-sal, embora mantendo as concessões nas demais áreas.

### **3. Considerações Finais**

Há uma grande euforia e expectativa por parte do Governo com relação ao pré-sal na economia do nosso país e também dos Estados que deverão explorar maciçamente o pré-sal.

Entretanto, ao lado dos otimistas, há os que pensam que existe um excesso da euforia e de entusiasmo em certos setores do setor petrolífero e da área governamental.

Quem terá razão os otimistas ou os pessimistas?

Só com o correr do tempo, acreditamos, haverá uma melhor resposta a essa questão.

Projeções de longo prazo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontam que a produção de petróleo da Petrobras deverá atingir em 2020 o total de três milhões e novecentos mil barris de petróleo por dia, sendo quarenta e seis por cento do total da produção originada do pré-sal.

Outros especialistas como o professor Giuseppe Bacocoli, pesquisador da Coppe/UFRJ (Coordenação de Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) acredita que o desenvolvimento da produção e exploração de petróleo do pré-sal, possibilitará um grande campo de trabalho para os profissionais qualificados, sobretudo na área de Engenharia. Acrescenta o aludido pesquisador que com as novas descobertas, há condição do Brasil entrar no grupo dos grandes países produtores e exportadores mundiais de petróleo.

Encerrando esta exposição queremos lembrar que dois fatos devem ser levados em consideração: 1) o Brasil, através da Petrobras, tem antes de tudo de se preocupar em estudar cuidadosamente o problema dos vazamentos descontrolados como o que ocorreu no Golfo do México, que causou tremenda poluição ambiental em grande parte da área junto a costa dos Estados Unidos. Há que se

estar preparado para enfrentar tal situação e cabe às empresas exploradoras saberem lidar com a questão.

2) Outro fato a ser pensado é o que se relaciona com o futuro do emprego de energias alternativas, pois, o mundo caminha na procura de novas fontes energéticas, vez que a despoluição do planeta é assunto do dia nos mais diversos setores de atividades das nações. Até quando o petróleo será utilizado maciçamente como é hodiernamente?

## Referências

- Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*. 16 de julho de 2010. p. 3.
- GUERRA, A. Teixeira. *Dicionário Geológico/Geomorfológico*. Rio: IBGE, 1993.
- Internet Google, 20 maio 2010.
- Internet Site Governo do Espírito Santo.
- Internet Wikipédia. Acesso em: 21 de maio. 2010.
- Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de maio. 2010.
- MURGEL BRANCO, Samuel e CARDINALE BRANCO, Fabio. *A deriva dos continentes*. São Paulo: Ed. Moderna Ltda, 1992.
- Revista *ES Brasil*. ano 1, n.º1, abril 2005, pp. 14-17.
- Revista *Indústria Brasileira*. ano 9, n.º 97, março 2009, pp. 18-21.
- Revista *Rumos*, ano 32, n.º 240, julho/agosto 2008, p. 27.
- Revista *Veja*. ano 41, n.º 33, 20 agosto 2008.

# PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Rogério Zanon da Silveira\*

Tadeu Gomes Teixeira\*

**Resumo:** Esta pesquisa aborda o tema participação e discorre sobre as relações entre Estado e sociedade. O objetivo é analisar a relação entre participação e desenvolvimento institucional no Brasil, a partir da comparação de dois acontecimentos históricos marcantes da formação das nações brasileira e americana, ocorridos simultaneamente no ano de 1831: a aclamação de D. Pedro II, aos cinco anos de idade, como Imperador do Brasil, e a participação dos cidadãos norte-americanos na vida pública nos Estados Unidos constata-da por Alexis de Tocqueville e analisada em sua célebre obra *A Democracia na América*. O referencial teórico que sustenta a pesquisa são acepções clássicas sobre participação, política, democracia e instituições. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), cujos dados foram obtidos principalmente a partir das obras de Carvalho (2007) e Tocqueville (1972), sendo também utilizados estudos de Holanda (2007), que tratam da formação histórica da nação brasileira, e de Ramos (1983), que investigam aspectos culturais e históricos da burocracia pública brasileira. A análise dos dados é essencialmente qualitativa e a interpretação buscou a obtenção de um sentido mais amplo para os dados examinados. Os casos estudados que marcaram o período de construção dos Estados brasileiro e americano, relacionados à atitude participativa dos cidadãos, ajudam a compreender a discrepância do desenvolvimento institucional desses dois países já algumas décadas depois de sua formação. Os resultados contribuem para o reforço da idéia da relação estreita existente entre participação cidadã e desenvolvimento institucional. Diferentes correntes de pensamento procuram explicar por que alguns países se desenvolveram e outros não, mas a tese de que a ausência de participação cidadã no período que antecedeu à República comprometeu a formação de instituições de qua-

---

\* Rogério Zanon da Silveira é Mestre em Administração (UFES) e Ciências Contábeis (IESPNAA). Auditor Fiscal da Receita Estadual e sócio efetivo do IHGES.

\* Tadeu Gomes Teixeira possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, e é Mestre em Administração (UFES) e Doutorando em Ciências Sociais (Unicamp).

lidade e assim o desenvolvimento social, econômico e político do Brasil, e a de que gera entraves até hoje, é muito firme. A análise da formação desses dois países mostra que se nos Estados Unidos a participação foi cultivada, no Brasil ela foi e continua sendo duramente conquistada. Trata-se de um tipo de análise que pode servir como contribuição para o estudo de variações de desenvolvimento de determinadas regiões, ou como contraponto à proposição de soluções demasiado simplistas para as questões sociais, pois os resultados contribuem para solidificar a defesa de que investir em participação cidadã parece ser condição fundamental para se buscar o progresso e o desenvolvimento da vida em sociedade.

## **Introdução**

A multidão então seguiu para a Quinta da Boa Vista a fim de buscar o menino imperador e trazê-lo para o paço da cidade. Ainda sob o choque da ausência do pai e da madrasta, ele foi colocado sozinho no banco de trás da carruagem, tendo em sua frente apenas a aia, d. Mariana. De acordo com Debret, o menino chorava muito, aterrorizado com a multidão e o barulho. (CARVALHO, 2007, p. 22).

Os estudos sobre a relação entre Estado e sociedade, sobre os atores e processos permeados nesse fenômeno e os efeitos que a qualidade dessa relação tem para o desenvolvimento institucional, têm adquirido cada vez mais espaço no Brasil, notadamente a partir da Constituição de 1988. A busca por maior participação na esfera pública no país teve origem especialmente a partir dos anos 70, com reclames populares por melhoria na saúde, educação, habitação, transporte e em outras áreas. Nos anos seguintes, essas reivindicações alcançaram o campo da política, da busca por mais espaços de participação e da transparência, mas foi a partir da promulgação da Constituição de 1988 que a participação política e cidadã ganhou contornos mais significantes.

Diferentes correntes de pensamento procuram explicar por que alguns países se desenvolveram institucionalmente e outros não. Os fatores imbricados nessas explicações são vários e entre os principais pode-se citar: fatores econômicos, riquezas naturais, religião, educação, clima, condições propícias à agricultura, identidade cultural e participação. Existe consenso de que se trata de fatores que pesam muito no desenvolvimento de um país, mas não há consenso ainda sobre o peso de cada um deles para o desenvolvimento das instituições. Este estudo propõe-se a contribuir com essa discussão.

Douglass North (2003), Nobel de Economia em 1993, vem estudando o assunto, e enfatiza que as instituições são fatores muito mais importantes ao desenvolvimento do que os recursos naturais, o clima ou a agricultura. Em tendo razão, o professor alimenta outra questão: como desenvolver instituições de qualidade sem uma base social forte de participação cidadã? Essa questão orienta a constituição de um problema inexaurível de estudo: por que dois países, como o Brasil e os EUA, desenvolveram-se, do ponto de vista de uma participação política e institucional, de maneira tão diferente?

Em busca de respostas ao problema objeto de estudo, define-se como objetivo desta pesquisa analisar a relação entre participação cidadã e desenvolvimento institucional no Brasil e Estados Unidos a partir de dois aspectos da história desses países ocorridos simultaneamente no ano de 1831: a proclamação de D. Pedro II, aos cinco anos de idade, como Imperador do Brasil e a vida em associações e a participação pública dos cidadãos nos EUA constatada pela viagem de Alexis de Tocqueville aos Estados Unidos registradas na obra *A Democracia na América*.

Em 1831, Alexis de Tocqueville iniciava sua viagem pelos Estados Unidos onde iria testemunhar a ação participativa das pessoas em plena formação do Estado Americano. No Brasil, naquele mesmo ano, D. Pedro II, aos cinco anos de idade, era proclamado Impe-



rador, com a tarefa dada por seus tutores de construir uma grande nação. É interessante lembrar também que, coincidentemente, naquele mesmo ano de 1831, era criada no Brasil a Guarda Nacional, instituição que deu origem ao coronelismo; fato que resultou em graves entraves ao desenvolvimento da participação cidadã no país, com reflexos até os dias atuais, como assinala Vasconcelos (1995).

Como referencial teórico, são apresentadas acepções do termo participação e de sua aproximação com as idéias de desenvolvimento institucional, política, democracia, sujeito e autonomia. Discorre-se ainda sobre os variados níveis de participação e os vastos ambientes de sua penetração, que vão desde a família e o trabalho, até o envolvimento em questões de âmbito mundial. Os dados empíricos foram obtidos principalmente a partir das obras de Carvalho (2007) e Tocqueville (1972). Também foram utilizados os estudos clássicos de Holanda (2007), que trata da formação histórica da nação brasileira e de Ramos (1983), que investiga aspectos culturais e históricos da burocracia pública brasileira.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) desenvolvida exclusivamente a partir de estudos já elaborados, livros e artigos científicos. A opção por esse tipo de pesquisa deveu-se a sua consonância com o objetivo do estudo, que se propõe a analisar posições diversas sobre um mesmo problema, no caso, a relação entre Estado e sociedade; participação cidadã e desenvolvimento institucional. A análise dos dados é essencialmente qualitativa e fundamenta-se em princípios orientadores recomendados por Gil (2009), com base em Tesch (1990). A interpretação dos dados, em consonância com esses princípios, não se dá rigorosamente após o processo de análise e o que se busca na interpretação é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados.

O texto se desenvolve em cinco partes. A primeira é esta introdução. A segunda parte trata da metodologia de pesquisa adotada:

natureza e tipo de pesquisa, método e instrumentos de obtenção dos dados e forma de análise e interpretação. A terceira parte discorre sobre o referencial teórico que sustenta a pesquisa. A quarta parte é dedicada à obtenção, análise e interpretação dos dados e a quinta às considerações finais.

As análises mostram que participar é uma ação que se vincula essencialmente ao cultivo do bem comum, como assinalado por Arendt (1999a), e assim a participação tem laços estreitos com a política e com a autonomia na acepção de Castoriadis (1992). Mostram ainda que a atitude participativa tem relações estreitas com o desenvolvimento da sociedade e que os acontecimentos mencionados que marcaram aquela época da formação do Brasil e dos Estados Unidos como sociedade contribuem para explicar a discrepância no desenvolvimento institucional desses dois países.

## **1. Metodologia de Pesquisa**

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica baseada em obras que tratam do tema participação e desenvolvimento institucional. Gil (2002) esclarece que grande parte dos estudos classificados como exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas.

As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44)

É um tipo de pesquisa importante para um estudo que requer dados dispersos espacial e temporalmente, característica que inviabiliza uma pesquisa direta (GIL, 2009). As fragilidades do método residem na possibilidade de as fontes pesquisadas possuírem erros

ou interpretações enviesadas. Nesta pesquisa, procurou-se suprir essa fragilidade por meio da seleção criteriosa de autores e obras de reconhecida credibilidade e valor que tratam do tema em estudo. O autor destaca que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de possibilitar ao pesquisador a cobertura de uma gama de fatos e acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia ser investigada diretamente por ele.

[...] seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda percapita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (GIL, 2002, p. 45)

Essas duas características citadas por Gil (2002), a questão histórica e o vasto espaço territorial, estão presentes nas pesquisas realizadas pelos autores que servem de fonte principal para obtenção dos dados. O livro *A Democracia na América*, de Tocqueville (1972), publicado em 1835, é fruto de centenas de anotações na viagem do autor pelos Estados Unidos, entre os anos de 1830 e 1831. Já Carvalho (2007), pesquisa a história de D. Pedro II, proclamado Imperador do Brasil aos cinco anos de idade, em 1831, para substituir D. Pedro I, que abdicara do trono.

Também são investigados estudos clássicos que analisam aquela época do Brasil. Ramos (1983, p. 222) analisa que a “tarefa política e administrativa do Império foi a construção nacional”, referindo-se ao reinado de D. Pedro II. Holanda (2007) investigou profundamente as origens do comportamento cívico brasileiro. Em 1936, após uma estadia na Alemanha, voltou ao Brasil onde pesquisou e

buscou explicações para o que entendia ser “certa incompatibilidade” brasileira com os ideais democráticos.

As etapas que antecederam a elaboração desse texto seguiram a orientação de Gil (2002): escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca de fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto.

A análise dos dados é essencialmente qualitativa e fundamenta-se em alguns princípios orientadores explicados por Gil (2009), de que : 1) a análise dos dados se dá concomitantemente à obtenção dos dados; 2) o processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não é rígido; 3) a comparação é a principal ferramenta intelectual; 4) os procedimentos para obtenção dos dados não são científicos nem mecanicistas; e 5) o resultado da análise qualitativa é uma concisão em mais alto nível.

A interpretação dos dados, em consonância com esses princípios, não se deu rigorosamente após o processo de análise, que por sua vez não se deu também após a obtenção dos dados. Gil (2009) explica que nas pesquisas qualitativas, em especial, não há como separar os processos de análise e interpretação. Nesta pesquisa, o que se buscou na interpretação foi “a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias” (GIL, 2009, p. 178).

## **2. Participação, Política e Autonomia: Uma Criação Essencialmente Humana**

A participação cidadã é entendida nesse trabalho como o conjunto de indivíduos imbuídos de espírito coletivo público, regidos

por relações políticas baseadas na igualdade dos cidadãos e fortalecidas com base na confiança mútua, agindo participativamente para o desenvolvimento institucional em nível local ou mais abrangente, definição que procura se aproximar da idéia de “comunidade cívica” de Tocqueville (1972).

O conceito de desempenho institucional utilizado na pesquisa se aproxima ao do utilizado por Putnam (2006) em sua pesquisa sobre a experiência institucional da Itália a partir dos anos 70. O conceito do autor compreende quatro elementos básicos: demandas sociais, interação política, governo, opção de política, implementação. “O desempenho institucional é importante porque afinal a qualidade do governo interessa à vida das pessoas” e falhando o governo o atendimento das demandas sociais e das necessidades coletivas fica comprometido, ou mesmo inviabilizado (PUTNAM, 2006, p. 25).

Que entendemos por “desempenho institucional?” Para certos teóricos, as instituições políticas representam basicamente “as regras do jogo”, as normas que regem a tomada de decisões coletiva, o palco onde os conflitos se manifestam e (às vezes) se resolvem. (PUTNAM, 2006, p. 24)

Parte-se também da premissa de que a participação deriva da ação humana. Para Arendt (1999a, p. 15), a ação é a única atividade exercida diretamente entre os homens, “sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade”. São os homens, e não o homem, que vivem nesse mundo, e todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política (ARENDRT, 1999a, p. 15). “A política baseia-se na pluralidade dos homens”, que se organizam politicamente para certas coisas em comum (ARENDRT, 1999b, p. 21).

Arendt (1999b, p. 210) fala da esfera política como resultado direto da ação em conjunto, da “comparticipação de palavras e

atos”, se referindo ao que chama de solução grega da democracia. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que os constitui. É por meio de palavras e atos, discurso e ação, que o ser humano se insere no mundo humano, “e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original” (ARENDDT, 1999b, p. 189).

A política, assim como o discurso e a ação, é uma necessidade imperiosa para a existência humana, tanto individual quanto em sociedade. Castoriadis (1992), em referência ao que chama de invenção grega da política, lembra que os gregos, favorecidos pela ausência de livros sagrados e profetas, criaram elementos inéditos questionadores da instituição estabelecida da sociedade. :

a sociedade ateniense não é nada mais do que os atenienses — sem os quais ela é somente restos de uma paisagem trabalhada, cacos de mármore e de vasos, inscrições indecifráveis, estátuas caídas e recuperadas num ponto qualquer do Mediterrâneo. (CASTORIADIS, 1992, p. 122).

A solução grega a que se refere Arendt e a invenção grega na visão de Castoriadis, contemplam a política, a democracia e a filosofia. Para Castoriadis (1992), a criação da política e da filosofia constitui o primeiro projeto histórico de autonomia coletiva e individual, por meio do qual seria possível ao homem se libertar do condicionamento social a ele imposto desde sua ancestralidade. A idéia de autonomia de Castoriadis (1992) está estreitamente ligada à idéia de participação. A autonomia, na visão do autor, reside na possibilidade efetiva de participação, mesmo que as opiniões e convicções individuais não se prevaleçam no grupo e em sua materialização, que pode se dar em forma de normas e lei. Daí surge a

democracia: da pluralidade indefinida de indivíduos pertencentes à sociedade, como forma efetiva de igual participação de todos, nas instituições e no poder explícito.

Por isso Castoriadis (1992) insiste, referindo-se à democracia ateniense no século V a.C., que é com seu projeto de autonomia, com a invenção do homem social, do cidadão, que Atenas passa a não ser mais a mesma. Sua política, sua democracia e sua filosofia colocam-na numa dimensão muito maior do que o conjunto de suas obras, pilastras, ruas e indivíduos que a compõem. A partir daí, o mundo passa a dispor de um projeto social-histórico de construção de subjetividade como instância reflexiva e deliberante: a subjetividade como pensamento e vontade.

O cidadão reflexivo visto por Castoriadis inspira a concepção de sujeito de González Rey (2005): o indivíduo consciente, intencional, atual, interativo. Para Rey (2005), a categoria de sujeito implica necessariamente a categoria de participação. A existência do indivíduo como sujeito é viabilizada pela reflexão. As diversas formas de participação do sujeito na prática social não eliminam a necessidade de diálogo consigo mesmo. Segundo González Rey (2005), de muitas formas os diálogos entre as pessoas alimentam os diálogos intra-pessoais, e assim a reflexão. A reflexão, por sua vez, vai alimentar os diálogos entre as pessoas.

Os conceitos de política, autonomia e sujeito, na forma como são compreendidos por esses autores relevam o aspecto da reflexividade, elemento próprio aos seres humanos. Para eles, as forças externas que restringem o comportamento humano não são suficientes para anular a participação consciente do ser humano nos variados momentos e instâncias da vida. A política, a autonomia, o sujeito, fenômenos desenvolvidos por meio da reflexão, muito mais do que fazerem parte da natureza humana, são antes de tudo uma criação humana. Assim, a participação consciente do sujeito é uma invenção humana.

Bordenave (1994) é um autor importante na discussão por menorizada do termo participação. Destaca alguns princípios que considera básicos para orientar o processo social da participação. O autor enxerga a participação como uma necessidade humana e, por conseguinte um direito das pessoas. A participação justifica-se por si mesma, e não por seus resultados. A participação é um processo de consciência crítica e de aquisição de poder, leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo e é algo que se aprende e se aperfeiçoa. A participação pode ser provocada e organizada e as diferenças individuais na forma de participar devem ser respeitadas.

O autor explica que a participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los, por isso mesmo não deve ser tratada como panacéia e nem ser indispensável em todas as ocasiões. Bordenave (1994) lembra que a idéia de microparticipação nem sempre encontrou eco na história do pensamento humano. Houve um tempo em que no âmbito da filosofia, por exemplo, se pensava que os homens eram capazes de trocar sua autonomia pela segurança do autoritarismo, simplesmente pelo fato de temerem a liberdade. É possível a existência de indivíduos que pensem assim, mas a julgar pelo avanço incontestável da democracia, formam uma minoria.

O Prêmio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen (1999), enfatiza que a Democracia vai se consolidando cada vez mais como um estado de participação. Lembrando uma passagem ocorrida em 1997, ao ser indagado sobre o que considerava o mais importante acontecimento do século XX, disse que não teve dificuldades, entre tantos acontecimentos marcantes, em destacar: “*the rise of democracy*”, o avanço da democracia (SEN, 1999, p. 3).

Bordenave (1994) fala da participação em três níveis de grupo: o primário, que corresponde à família e ao grupo de amigos ou de vizinhos; o secundário, representado pelos clubes, sindicatos, associações profissionais e organizações e instituições; e o terciário,



que se refere à participação em partidos políticos e movimentos de classe. Essas formas de participação são chamadas pelo autor de microparticipação, caracterizada quando duas ou mais pessoas voluntariamente se unem em torno de uma atividade comum com o objetivo de obter benefícios próprios e coletivos. Já a macroparticipação corresponde à intervenção das pessoas em atividades e processos que modificam a sociedade e mudam o curso da história. A construção de uma sociedade participativa passa pela microparticipação e pela reivindicação da ação de participar.

A autogestão é o grau mais avançado de participação, na qual as pessoas determinam seus objetivos de forma coletiva, bem como escolhem e estabelecem os meios e os controles para atingi-los. A autogestão aparece de forma explícita no projeto de autonomia de Castoriadis (1992), ao dizer que a política é um projeto de autonomia individual e social. Para o pensador, a autonomia reside na possibilidade efetiva de participação do indivíduo, e para que esse projeto de autonomia individual e social possa se desenvolver é necessário dotá-lo de instituições que tornem essa reflexividade coletiva efetivamente possível e concretamente instrumentada.

A autogestão pressupõe a ausência de diferenças entre administrados e administradores, visto que com ela se dá a auto-administração. Na visão de Vidal-Naquet (2002, pp. 196-197), essa transparência entre dirigentes e dirigidos continua a “espantar os modernos”. O pensador refere-se à originalidade democrática da cidade grega antiga Atenas, onde, entre outros aspectos, os dirigentes eram escolhidos por sorteio: “tentem um dia propor que o presidente da República seja escolhido por sorteio e verão os resultados”. Explicitamente aí reside a diferença entre o que é chamado de democracia antiga e democracia moderna. A participação na política ateniense, “o melhor exemplo conhecido de democracia grega” (DAHL, 2001, p. 117), se dava de forma direta, sem a representação. Como lembra Dahl (2001, p. 118).

o governo representativo não se originou como prática democrática, mas como artifício pelo qual os governantes não-democráticos (principalmente, os monarcas) poderiam enfiar as mãos em valiosos rendimentos e outros recursos que desejavam, especialmente para fazer guerras.

É claro que a autogestão, assim como a democracia direta ou democracia de assembléia, encontra problemas de escala, pois a quantidade de participantes acarreta consequências de ordem prática para a forma de democracia. Dahl (2001, p. 121) sugere que este é um problema do qual não se pode fugir, mas que pode ser enfrentado. “Talvez hoje e cada vez mais no futuro seja possível resolver o problema territorial com o emprego dos meios de comunicação eletrônicos”.

Os níveis de participação estão também relacionados a muitos fatores que facilitam ou dificultam o que se pode chamar de ação participativa. Esses fatores são os mais variados possíveis e passam por condições sociais e culturais, como também podem estar relacionados à trajetória de vida das pessoas, à subjetividade, à saúde física e mental. Em uma estrutura, social ou organizacional, rigidamente hierarquizada e centralizada, a participação das pessoas será bem mais complicada do que em estruturas mais flexíveis.

Bordenave (1994) assume que a macroparticipação requer o exercício da microparticipação nos diversos ambientes que fazem parte da vida das pessoas, como a família, o clube, o condomínio, a escola, a igreja, o local de trabalho, os partidos políticos, entre outros. Nesses espaços, em raros momentos, a questão da participação é objeto de discussão. Tome-se como exemplo a escola, onde o que geralmente ainda se presencia são alunos sentados passivamente em fileiras, à espera que os conhecimentos lhe sejam passados pelo professor. Essa mentalidade acaba passando para o nível político

numa esfera maior, e os cidadãos passam a depender do paternalismo do governo. Nesse mesmo sentido, espera-se também que o pai, o chefe, o padre, o síndico e o prefeito resolvam os problemas.

Na nova democracia, que se pretende participativa, é fundamental a microparticipação, aquela que se dá nas comunidades, sindicatos, associações de bairro, grêmios estudantis, sociedades profissionais, grupos de igreja, clubes esportivos, escolas de samba e muitas outras expressões associativas. (BORDENAVE, 1994, p. 57)

Nessa lógica reside a idéia da microparticipação como base para a macroparticipação, a mesma idéia testemunhada por Alexis de Tocqueville em sua viagem aos Estados Unidos em 1831. No âmago dessas questões reside também a compreensão de que a participação pode ser aprendida, desenvolvida e incentivada, e tem como ferramentas fundamentais o exercício da autonomia. A família e o espaço educacional constituem o berço da formação da consciência participativa, da geração de um comportamento individual que vise a vida em coletividade e o bem público. O termo público significa que “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”, e significa também “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDDT, 1999a, p. 62).

Bobbio (2000) destaca que a própria democracia pode ser considerada instituição, já que se constituiu num conjunto de regras e procedimentos em busca da construção de decisões coletivas. Também enfatiza que, historicamente, as formas centralizadas e ditatoriais de organização social têm falhado no desenvolvimento eficiente de políticas públicas, ao passo que a participação democrática vem comprovando cada vez mais a sua eficácia.

O desenvolvimento da democracia do início do século passado a hoje tem coincidido com a progressiva extensão dos direitos políticos, isto é, do direito de participar, ao menos com a eleição de representantes, da formação da vontade coletiva. [...] Na medida em que um número sempre maior de indivíduos conquista o direito de participar da vida política, a autocracia retrocede e a democracia avança. (BOBBIO, 1987, p. 145)

A participação dos indivíduos em torno de pequenas associações no início da construção dos Estados Unidos foi um fator importante e quiçá essencial para os índices de desenvolvimento institucional atingidos pelo país. O autor analisa que a força de um Estado Democrático reside na capacidade de seus cidadãos participarem ativamente nas diversas esferas econômicas, sociais e políticas.

Mais que pela igualdade das condições, a sociedade americana impressionou Tocqueville pela tendência que têm os seus membros de se associarem entre si com o objetivo de promover o bem público. (BOBBIO, 1987, p. 152)

Demo (1988) defende que participação é conquista, e com isso parece querer traduzir a essência dos problemas de ordem prática e acadêmica que envolvem o termo participação. Essa idéia está associada à opção que o autor faz de não desvincular o termo participação da questão da política social, mas de vê-la como eixo fundamental da participação, ao lado dos eixos sócio-econômico e assistencial. Essas considerações constituem o norte para a construção de um conceito de participação que possa contribuir para retirar do tema o tom vago que muitas vezes o envolve.

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser,

sempre se fazendo. [...] Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesma começa a regressar. (DEMO, 1988, p. 18)

Suas reflexões reforçam a idéia da participação como conquista, e não como dádiva, em todos os espaços, incluindo aí as organizações e as instituições. A participação não pode ser entendida como concessão pelo fato de se constituir em um dos eixos fundamentais da política social. A tendência histórica à dominação se revela também como uma barreira histórica à participação, e isso não deve constituir um problema em si, mas, na visão de Demo (1988), um ponto de partida.

Por tendência histórica, primeiro encontramos a dominação, e depois, se conquistada, a participação. Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade. [...] Por ser processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimentação fosse previamente delimitado” (DEMO, 1988, pp. 19-20)

O autor não admite que desculpas sejam dadas pela falta de participação: “são justificação do comodismo”, reage, pois a participação exige presença mesmo em ações às vezes arriscadas ou temerárias. A defesa de que a busca por maior participação é um processo eterno de conquista contribui para afastar o uso banalizado do termo: participação que se recebe graciosamente não é participação. Esse processo de conquista, que guarda relação estreita com o processo de busca pela autonomia, individual e social, se dá em todas as instâncias da vida em sociedade, desde os me-

nores até os maiores grupos. “É um processo de conquista, não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual” (DEMO, 1988, p. 21).

A compreensão da dinâmica do desempenho institucional tem sido há muito tempo objeto de estudo na ciência social comparada. Robert Putnam destaca correntes de pensamento que buscam explicar esse desempenho. A primeira que “ênfatiza o projeto institucional”, a segunda que “ênfatiza fatores sócio-econômicos”, e a terceira que “destaca a importância dos fatores sócio-culturais no desempenho das instituições democráticas”. A esse respeito, Putnam (2006, p. 27) destaca que “provavelmente o exemplo mais ilustre da tradição sócio-cultural da análise política [...] continua sendo Da democracia na América, de Alexis de Tocqueville.” O pesquisador declara que essa perspectiva é especialmente pertinente para o estudo que realizou, sobre a experiência italiana pós 1970. Da mesma forma que essa perspectiva sócio-cultural se apresenta bastante apropriada ao estudo do problema proposto neste artigo.

### **3. Participação e Desenvolvimento Institucional: A Participação Cidadã na Formação das Nações Brasileira e Americana**

O livro “A Democracia na América”, de Alexis de Tocqueville (1972), publicado em 1835, constitui um dos maiores clássicos da sociologia política moderna e é fruto de centenas de anotações na viagem de nove meses em que o autor percorreu os Estados Unidos, nos anos de 1830 e 1831. O objetivo era estudar o sistema jurídico americano e reunir subsídios para a elaboração do sistema francês, mas acabou indo muito além.

Tocqueville viveu o período efervescente da Revolução Francesa, e em sua viagem pelos Estados Unidos observou uma nova forma de sociedade em construção, sem precedente na história e nas teorias do conhecimento humano, como dizia. Era uma sociedade fundamentada no associativismo e na democracia. A partir das realidades antagônicas da época, francesa e americana, e com base em suas observações cotidianas sobre o modo de vida americano, Tocqueville passa a refletir sobre a questão da igualdade e da liberdade e de seus papéis para a construção da sociedade, ponto central de sua obra.

O principal esforço dos homens desse tempo teve de se voltar para desenvolver e fortalecer o poder social, para aumentar e garantir suas prerrogativas e, ao contrário, conter a independência individual em limites mais estreitos e subordinar o interesse particular ao interesse geral. (TOCQUEVILLE, 1972, p. 403)

Vindo de família nobre na França, diante da nova sociedade que descobriu na América, viu que a nobreza não tinha futuro, e profetizou: todos os homens e poderes que quiserem lutar contra essa força irresistível, a igualdade na liberdade, serão destruídos por ela (TOCQUEVILLE, 1972). Tocqueville ficou deslumbrado com a quantidade e a diversidade de associações existentes nos Estados Unidos:

Onde quer que, à frente de um novo empreendimento, você vê na França o governo e, na Inglaterra, um grão-senhor, pode estar certo de que, nos Estados Unidos, perceberá uma associação. (TOCQUEVILLE, 1972, p. 132)

Tocqueville visualizou na forma participativa americana uma solução para os entraves e debates filosóficos históricos sobre a democracia. Bobbio (1987, p. 151) lembra que se deve a Tocqueville

o reconhecimento e quase a consagração do novo Estado no novo mundo como forma autêntica da democracia dos modernos em contraponto à democracia dos antigos: “a América havia resolvido o problema da liberdade democrática que a Europa apenas começava a se colocar naquele momento”. Vidal-Naquet (2002, p. 232) observa, numa crítica aberta aos defensores da democracia de cima para baixo, que:

enquanto Tocqueville havia visto, na atividade popular, o próprio fundamento da democracia americana, alguns autores modernos, que se dizem e provavelmente se sentem democratas, pensam exatamente o contrário.

Naquele mesmo ano de 1831, em que Tocqueville fazia sua viagem pela América, num sentido totalmente oposto à ação participativa ou microparticipativa testemunhada por ele em plena formação dos Estados Unidos, no Brasil, um menino de cinco anos e cinco meses, D. Pedro II, era aclamado Imperador, para substituir D. Pedro I, que abdicara do trono. Seus tutores tiveram o cuidado de “fabricar” um “príncipe perfeito” para a monarquia, “um monarca humano, sábio, justo, honesto, constitucional, pacifista, tolerante” (CARVALHO, 2007, p. 27).

No calor da hora, a multidão poderia aclamar o herdeiro, proclamar o general Francisco de Lima e Silva ditador, ao estilo hispano-americano, ou mesmo exigir uma república federal. O grito de “Viva d. Pedro III!”, lançado pelo general Manuel da Fonseca Lima e Silva, irmão de Francisco de Lima e Silva, quebrou o suspense e foi decisivo (CARVALHO, 2007, p. 21).

Por quase meio século, dos 14 aos 65 anos, D. Pedro II governou o Brasil. As transformações que realizou — a consolidação da



unidade do país, a abolição do tráfico de escravos e, depois da escravidão, a construção das bases do sistema representativo e a liberdade de imprensa — o marcaram profundamente como nenhum outro chefe de Estado na história do país. Por suas qualidades como imperador e como homem, por sua cultura, honestidade, altivez e visão de mundo, era respeitado nos meios políticos e intelectuais em todo o mundo em sua época (CARVALHO, 2007). Para ilustrar, em sua viagem aos Estados Unidos em 1876, na edição de 16 de novembro de 1889, o *New York Times* não lhe poupou elogios: “Com uma ou duas exceções, D. Pedro tem provavelmente uma reputação pessoal mais ampla que a de qualquer outro monarca vivo” (CARVALHO, 2007, p. 169).

Ramos (1983, p. 222) analisa que a “tarefa política e administrativa do Império foi a construção nacional”, referindo-se especificamente ao reinado de D. Pedro II. Nesse período, a burocracia funcionou como agente ativo do desenvolvimento, da qual a população não participava. A tese do autor é que, no tocante à modernização e ao desenvolvimento,

é sempre um extrato determinado da burocracia que particularmente se distingue como agente ativo. [...] Há, em toda burocracia, elite e massa. Em toda burocracia uma minoria tem um desempenho privilegiado na iniciativa e execução de reformas, enquanto a maioria restante se conduz de modo largamente passivo” (RAMOS, 1983, p. 220-221).

A falta de participação das camadas sociais no poder político, notabilizada no período imperial, tem acompanhado a história do Brasil. Como acentuava Ramos (1983, p. 227), em 1966, “no Brasil, o poder político tem permanecido relativamente descolado no meio social, um tanto acima dele”. O problema é a margem que o

vácuo deixado pela ausência de participação cidadã dá ao surgimento de outros protagonistas. Uma conseqüência histórica séria desse vácuo de participação popular no Brasil, foi a criação, naquele mesmo ano de 1831, da Guarda Nacional. Essa instituição produziu entraves graves ao desenvolvimento de uma cultura participativa, com conseqüências que repercutem até os dias atuais.

Na visão de Vasconcelos (1995, p. 38), “na ausência das comunidades como as que haviam nos Estados Unidos, o latifúndio estruturou a vida no Brasil Colônia”. A sociedade brasileira foi construindo personagens políticos peculiares durante o período colonial, cujo personagem central foi o latifundiário, que acabou por gerar o coronel republicano, frisa o autor. A independência política de Portugal em 1822 não foi capaz de impedir que a estrutura econômica colonial arraigada fizesse surgir a figura imaginária do coronel, oriunda da Guarda Nacional. Aliás, a própria idéia que as elites brasileiras tiveram de conquistar a independência com o apoio de um príncipe, D. Pedro I, decorreu do medo da agitação das massas. O artigo primeiro da lei que a instituiu a Guarda Nacional, em 1831, determinou seu papel social:

Defender a constituição, a liberdade, a independência e a unidade do império; manter o respeito das leis, conservar ou estabelecer a ordem e a tranquilidade pública, assim como auxiliar o exército na defesa das fronteiras e das costas; todas as medidas tomadas pelos Guardas Nacionais contra os negócios públicos é considerado atentado contra a liberdade e um delito contra a constituição. (VASCONCELOS, 1995, p. 46)

A Guarda Nacional era constituída de milícias destinadas a defender a integridade do Império, garantir a obediências das leis imperiais, manter a ordem pública e auxiliar o exército na defesa das fronteiras e do litoral. Para se ter uma idéia de sua importân-

cia, a Guarda Nacional mobilizou em seus primeiros anos cerca de 200.000 homens livres, mas em 1850 só contava com 15.000. Por duas gerações, as funções administrativas dos governos locais foram confiadas pelo Estado imperial aos oficiais da Guarda Nacional, o que teve, naturalmente, influência crucial para a forma com que se deu o desenvolvimento da nação brasileira. A proclamação da República, em 1889, se por um lado encerrou a centralização das decisões políticas nas mãos do imperador, por outro significou a ascensão do coronel ao primeiro plano político (VASCONCELOS, 1995).

A participação popular no Brasil nessa época era ínfima. Diferentemente dos americanos que prosperavam à base do minifúndio, os brasileiros estavam sujeitos às repressões e violências formadas no seio do latifúndio. E assim, o grande proprietário de terras, o coronel da Guarda Nacional, tomou finalmente as rédeas do poder na política brasileira. Passou a controlar a frágil democracia, que nasceu marcada por forte exclusão popular. Tal situação iria começar a mudar apenas com a chegada de um maior número de imigrantes que vinham substituir o trabalho escravo, que não tinham uma mesma relação passiva que os escravos tinham com os proprietários de terra. “A administração pública viu-se obrigada a adotar medidas de proteção ao trabalhador rural e contra os excessos de seus patrões” (VASCONCELOS, 1995, p. 66).

É somente a partir da adoção dessas medidas que começam a nascer significativamente as raízes de uma cultura cívica e participativa do povo brasileiro. O imigrante, ao se deparar com o estilo bruto e coronelista dos proprietários de terra, provocou uma nova forma de relação frontal às relações existentes no sistema escravagista. Por outro lado, ao encontrar condições razoavelmente satisfatórias ao desenvolvimento de um trabalho com a terra e sem a presença de condicionantes repressivos, desenvolvia sistemas de

ajuda mútua que se equiparavam, guardadas algumas proporções, a mecanismos encontrados por Tocqueville nos Estados Unidos.

No tocante ao regime republicano e às eleições, a participação popular na política era uma grande farsa. As despesas dos eleitores, vindos predominantemente das propriedades agrícolas, eram pagas pelos “ricos e poderosos”. Ademais, a relação entre eleição e demandas sociais coletivas era inexistente, como lembra Vasconcelos (1995, p. 71): “Muito ao contrário, o voto representava o coroamento de uma estratégia do favor e da busca do interesse particular”.

A tese central de Vasconcelos (1995) é a de que a figura do coronel é um dos principais personagens políticos da história brasileira, e por meio dessa figura é que foram construídos o sistema político do Brasil e suas instituições. Sua base teórica apóia-se na teoria do imaginário, de Castoriadis (1986), de quem foi aluno. O coronelismo, uma espécie de anti-herói da participação, é definido pelo autor como “uma das instituições imaginárias centrais da sociedade brasileira”. “A sobrevivência do coronelismo até hoje é devida à profunda impregnação das práticas sócio-políticas brasileiras pelo imaginário do coronel” (VASCONCELOS, 1995, p. 15).

Uma investigação das origens do comportamento cívico do brasileiro foi realizada por Sérgio Buarque de Holanda. Em 1936, após uma estadia na Alemanha, voltou ao Brasil onde pesquisou e buscou explicações para o que entendia ser “certa incompatibilidade” brasileira com os ideais democráticos. O autor cita particularmente três fatores, decorrentes de fenômenos enraizados na formação nacional, que contribuíram para essa incompatibilidade:

- 1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- 2) a impossibilidade de uma resistência eficaz a

certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais;  
3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e cor. (HOLANDA, 2007, p. 184)

Além desses fatores, Holanda (2007) defende a existência de profundo contraste entre o pensamento liberal-democrático e a essência do homem brasileiro, essência estudada a partir das origens históricas da formação da nação brasileira. Em seus estudos, chegou à conclusão de que a identidade do brasileiro é a do “homem cordial”, cujas origens partem da história da formação do povo português e de suas diferenças em relação ao restante da Europa. O “homem cordial” é fruto da história brasileira que vem da colonização portuguesa, estruturada política, econômica e socialmente numa base familiar instável patriarcal e escravagista. A dificuldade do brasileiro em se desvencilhar da família ao atingir a vida adulta e cidadã o torna um “homem cordial”, avesso a formalidades, a regras sociais, que não consegue distinguir público e privado, por considerar que todos são amigos e família.

é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. (HOLANDA, 2007, p. 146)

Holanda (2007, p. 185) procura explicar a incompatibilidade entre os valores liberal-democráticos e a essência da identidade brasileira:

todo pensamento liberal-democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número. Não é difícil perceber que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseada nos valores cordiais.

A falta de visão de convivência em sociedade contida na essência da identidade do brasileiro tem conseqüências inevitáveis ao desenvolvimento de uma cultura participativa e cidadã de interesse público. Holanda (2007) considera a democracia no Brasil um grande mal entendido, pois os grandes movimentos sociais sempre surgiam de cima para baixo, com a população indiferente a tudo. Como exemplo, cita que a própria Proclamação da República, o marco da democracia no Brasil, foi assistida por um povo boquiaberto, que nem de longe conhecia o significado do que estava acontecendo. Mesmo as agitações ao liberalismo antes da proclamação da República foram promovidas por minorias exaltadas. As revoltas nas províncias partiam de famílias de ricos e poderosos.

Numa alusão aos que defendiam, na época do Império, que os males do Brasil decorriam exclusivamente da falta de alfabetização do povo, e que a massificação da educação poderia elevar o país à condição de potência do mundo, Holanda (2007, pp. 165-166) rebate:

A muitos desses pregoeiros do progresso, seria difícil convencer de que a alfabetização em massa não é condição obrigatória nem sequer para o tipo de cultura técnica e capitalista que admiram e cujo modelo mais completo vamos encontrar na América do Norte.

O historiador queria dizer que a simples alfabetização em massa não constituía um benefício prodigioso, se não estivesse acompanhada de outros elementos culturais, como participação, cidadania, solidariedade. Para exemplificar, citou o exemplo de uma

comunidade nos Estados Unidos, Middle West, que se vangloriava do apreço da comunidade às questões culturais, mas cujas crianças simplesmente não freqüentavam formalmente escolas e na qual não havia, há muitos anos, uma autoridade norte-americana em educação, advertindo ainda: “desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a complementem, é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego”(HOLANDA, 2007, p. 166).

O que se pode deduzir a partir das análises feitas até aqui é que a natureza participativa e cidadã na formação dos Estados Unidos, registrada pela viagem de Tocqueville àquele país e, em contraposição, a proclamação de D. Pedro II aos cinco anos de idade, como Imperador do no Brasil, acontecimentos ocorridos no mesmo ano de 1831, acarretaram conseqüências culturais e sociais históricas que contribuem para ilustrar a estreita relação entre cidadania participativa e desenvolvimento.

Diferentes correntes de pensamento procuram explicar por que alguns países se desenvolveram e outros não. Os fatores envolvidos nessas explicações são vários e entre os principais pode-se citar: fatores econômicos, riquezas naturais, religião, educação, clima, condições propícias à agricultura e identidade cultural e participação, tema abordado nesse estudo. O fato é que todos esses fatores, e outros, pesam muito no desenvolvimento das instituições do país, o que não existe é consenso sobre o peso de cada um deles no desenvolvimento. Mas é fato também que a realidade histórica desses dois países evidencia que a atitude coletiva e participativa de sua população influenciou determinantemente para o grau de desenvolvimento de cada um.

As idéias expostas neste trabalho ajudam a mostrar que a participação tem relações estreitas com o desenvolvimento da sociedade. A participação gera confiança, que gera educação, que gera trabalho

e instituições de qualidade. A tese de que a ausência de participação cidadã no período que antecedeu à República comprometeu o desenvolvimento social, econômico e político do Brasil, tendo comprometido a própria República, parece bastante forte, assim como a tese de que ainda gera entraves graves até os dias atuais.

Por fim, mais do que as deduções apresentadas, porém, o estudo carrega em si a vontade de contribuir para o fomento do debate acerca da participação cidadã e de sua importância para o desenvolvimento e o desempenho das instituições públicas; para a qualidade da Administração Pública. O estudo encerra a crença na aceção de participação como conquista, assim como na possibilidade de se buscar o desenvolvimento de ação participativa, por meio do investimento na capacidade individual e coletiva de criação de autonomia, de política, de participação, de democracia e de cidadania. Trata-se de tarefa que não se executa ou se obtém sem dificuldade, mas que casos históricos concretos fazem crer ser o melhor caminho para se conquistar o desenvolvimento institucional e condição *sine qua non* para o aprimoramento da qualidade das instituições.

#### **4. Considerações Finais**

A relação entre participação e desenvolvimento institucional constitui problema teórico inexaurível. A análise dessa relação de forma comparada, objeto desta pesquisa, a partir do estudo de momentos específicos históricos da formação do Brasil e dos Estados Unidos, apresenta-se deveras apropriada em busca de respostas ao objetivo proposto.

As leituras feitas mostram que a natureza da relação entre o Estado e a sociedade durante o período de formação do Brasil acarretou conseqüências para o desenvolvimento institucional que gera



impactos até os dias atuais. Se nos Estados Unidos os atores que fizeram parte dessa relação participaram mais como protagonistas, no Brasil prevaleceu o inverso, ou seja, uma população que na maioria das vezes nem entendia o que acontecia. Atribuir apenas a esse fator a responsabilidade por desenvolvimento ou por atraso não parece muito razoável, mas trata-se de um fator de enorme relevância. North (2003), Nobel de Economia em 1993, vem estudando o assunto, e enfatiza que as instituições são fatores muito mais importantes ao desenvolvimento do que os recursos naturais, o clima ou a agricultura. Em tendo razão, o professor alimenta outra questão: como desenvolver instituições de qualidade sem uma base social forte de participação cidadã?

Uma explicação para que os Estados Unidos tivessem resolvido o problema das instituições bem mais rápido do que o Brasil está no fato de que as instituições americanas se formaram a partir da base de sua população, ao passo que as instituições brasileiras foram historicamente forjadas de cima para baixo. Os acontecimentos históricos que inspiraram esse artigo contribuem para mostrar que nenhum governante sozinho, por melhor que seja, é capaz de substituir o vácuo de consciência participativa popular e conduzir determinada região ao desenvolvimento. No período de cinquenta anos de governo de D. Pedro II, poucos países no mundo tinham um governante tão qualificado quanto o Brasil, à frente de um país com clima, terras, rios, vegetação, enfim, riquezas naturais como nenhum outro no mundo. Porém, a hiperparticipação de D. Pedro II, como forma de compensar a ausência de uma participação cívica mais ampla, não se mostrou suficiente para o desenvolvimento maior do país e de suas instituições.

É verdade também que, a despeito de todo o seu desenvolvimento, os Estados Unidos sofreram um desvio que os conduziu a uma sociedade em direção ao atraso do ponto de vista da democra-

cia. Ao se tornarem hegemônicos no pós-guerra e unipolares com o fim da divisão entre blocos capitalistas e socialistas, como lembra Bresser Pereira (2008), insistiram pelo caminho do imperialismo. Inversamente ao exemplo americano, nos últimos quarenta anos, o Brasil conseguiu avançar democraticamente e alcançou desenvolvimento econômico e social razoável. Nesse período, o país foi capaz de superar um regime militar de governo, se transformar numa das maiores democracias do mundo e se credenciar como um interlocutor importante no cenário mundial. Suas instituições precisam de muito amadurecimento ainda, mas o caminho nesse sentido parece estar se consolidando.

A trajetória desses dois países mostra que se nos Estados Unidos a participação foi cultivada, no Brasil ela teve de ser e continua sendo duramente conquistada. Os imigrantes que vieram para o Brasil a partir do final do século XIX não encontraram, de forma geral, condições favoráveis para a prática de ação participativa, devido principalmente a uma cultura centrada no escravagismo e no latifúndio, fato que não ocorreu aos imigrantes chegados aos EUA. O Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão. A trajetória histórica da participação cívica no Brasil, até os dias atuais, parece marcada pela diversidade, por um caminho percorrido entre a dominação e a participação. Esse embate entre o coronelismo e a ação participativa cidadã ainda pode ser visto no Brasil em diversas áreas e ainda produz entraves significativos ao desenvolvimento de comportamentos político-participativos.

Um dos estudos mais profundos e recentes sobre desempenho institucional foi o realizado por Putnam (2006, p. 19), partindo da questão: “Por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não?” O pesquisador analisou durante duas décadas a experiência italiana, que em 1970 criou governos regionais. Os resultados da pesquisa comprovaram empiricamente a importância

da “comunidade cívica” para o desenvolvimento de instituições de qualidade. A história brasileira e estadunidense sobre a participação cidadã na construção de um Estado, guardadas proporções devidas, vão ao encontro desses resultados e servem para contrapor a proposição de soluções demasiado simplistas para as questões sociais, como as baseadas preponderantemente no crescimento econômico.

É necessário ressaltar alguns limites desse estudo, principalmente o relativo à dificuldade de se explorar um assunto difícil e vasto. Outro limite diz respeito à carência de dados empíricos levantados, que se justifica pelo estudo de acontecimentos com larga amplitude temporal e espacial. Procurou-se minimizar essa carência com seleção criteriosa de fontes bibliográficas que gozam de grande reputação sobre o assunto. O estudo deixa também lacunas ou perguntas que poderão ser objeto de estudo, como por exemplo: O simples desenvolvimento da educação nos moldes atuais contribui ou é suficiente para isso no Brasil? Como gerar experiências de participação em nível microsocial como forma de fomento à participação em nível maior?

Enfim, os aspectos analisados nesse trabalho, muito mais do que servirem como explicação para a condição atual da sociedade brasileira, se propõem a serem utilizados como elementos de contribuição para melhor compreensão da realidade do país, com vistas à construção de um futuro com mais autonomia, com maior senso de bem coletivo, com mais participação. No âmago das questões analisadas reside também a compreensão de que a participação pode ser aprendida, desenvolvida e incentivada, e tem como ferramentas fundamentais o exercício da autonomia. Investir em participação cidadã parece ser condição fundamental para se buscar o progresso e o desenvolvimento da vida brasileira em sociedade.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *O que é política?* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O futuro da democracia*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é Participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Os três desafios de Obama. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2008. Caderno Opinião, p. A3.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto* 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez: Autores Assoc., 1988.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- NORTH, Douglass. Para um país enriquecer. *Revista Veja*. Ed. 1830, São Paulo: Abril, 2003.
- PUTNAM, Robert. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Administração e contexto brasileiro : esboço de uma teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação

Getúlio Vargas, 1983.

REY, Fernando Luis González. *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

SEN, Amartya. Democracy as a Universal Value. *Journal of Democracy*: 10 (3); pp. 3-17, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Lisboa: Estúdios Cor, 1972.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. *A Invenção do Coronel: As Raízes do Imaginário Brasileiro*. Vitória: SPDC, 1995.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

# UMA REFLEXÃO A PARTIR DO RENDIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS DAS CAMADAS POPULARES: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

*Maria Lúcia Grossi Zunti\**

## Introdução

Este estudo sintetiza uma reflexão sobre o baixo rendimento escolar de crianças das camadas populares, por meio de um recorte que mostra uma evolução histórica dos resultados apresentados pelo próprio poder público, responsável em legislação específica pelo implemento de políticas na área da educação. Entende-se como rendimento escolar “os resultados da aprendizagem tornados evidentes pela avaliação somativa planejada e executada pelo professor em sala de aula” (GAMA e SANTOS, 1987, p. 26). Elege-se como objeto de análise o rendimento escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental no Estado do Espírito Santo nas últimas décadas do século passado. Nesse espaço e tempo, parte-se da hipótese — não esquecendo outras seqüelas historicamente existentes de longa data no Brasil<sup>1</sup> e por extensão no Espírito Santo — que a discriminação social de crianças das camadas populares que frequentam o sistema educacional na rede pública resulta num baixo nível de rendimento escolar que dados históricos evolutivos poderiam evidenciar. A essa hipótese acrescenta-se outra no sentido de que, se a problemática vem de longa data, e por todo esse tempo é do conhecimento do poder público — porque dele mesmo são os dados elucidativos — mesmo agora, no limiar do século XXI, ainda é um fato que se pode considerar como grave, com tendência a continuar. O que se pretende, ao final das evidências apresentadas, é

---

\* Mestre em Educação, UFES. Membro do IHGES e da AFESL. Professora e historiadora.

que por maiores que sejam as frustrações nesse campo da educação “uma esperança sempre renasce”<sup>2</sup> e pode renascer. Pode renascer, repete-se, caso uma reflexão sobre o problema traga à luz alguns conhecimentos provenientes de dados engavetados ou arquivados e esses conhecimentos possam apresentar tal teor de gravidade que seja provocativo. Provocativo no sentido de “acordar” os agentes internos e externos ao sistema e, assim, ensinar articulações e estratégias que vislumbrem posicionamentos individuais que por sua vez articulem ações com vistas a um processo coletivo de mudanças.

### **Categorias Teóricometodológicas**

As considerações até então expostas encaminham este trabalho para um estudo regional onde o foco é uma característica da educação já exposta. Esclarece-se de que se trata tão somente de reflexão sobre um fragmento na evolução histórica dos dados como “unidade de análise”, categoria metodológica adotada em face dos limites impostos por trabalho dessa natureza. Não se ignora, porém, que o corte espaço e tempo postos aqui não eliminam a totalidade dos fatos que, portanto, precisa ser considerado “como horizonte do pesquisador” (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 50).

Assim, deixa-se claro que o presente estudo debruça-se sobre dados evolutivos emanados e “produzidos pelo próprio Homem, considerado no seio dos grupos de que é membro” (FEBVRE, apud CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 349).

Justifica-se esse corte histórico com enfoque principal na última década do século XX, por motivo de algumas legislações promulgadas nas imediações e na própria década ensejarem, pelas suas particularidades, oportunidades de mudanças no campo da educação objeto deste estudo.

Referindo-se ao poder público como legalmente responsável pela condução das políticas educacionais, elege-se a legislação emanada da União — e, portanto, pertinente aos estados da federação — como categoria para focar a presente reflexão, na instância dos limites já anunciados.

Quanto à década de 90 do século XX, constitui-se como um período após longa ditadura no qual se iniciaram de fato as práticas políticas resultantes da redemocratização sob o comando da Constituição de 1988, abrindo possibilidades de tais práticas serem seguidas de atitudes sociopolíticas condizentes com o retorno da democracia. E foi na mesma década que uma nova LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996) se anunciava como uma promessa real de renovação das políticas educacionais para as classes populares.

Um paralelo entre as duas legislações mostra que a Constituição de 1988 além de garantir os direitos coletivos e individuais, a igualdade como direito inviolável, garantiu essa igualdade nos princípios que deveriam nortear a educação, não somente para as condições de acesso e permanência na escola, mas também na garantia da qualidade da educação.<sup>3</sup> Tais direitos foram reforçados na LDBN n.º 9394/96, isto é, repetem-se na íntegra os artigos e incisos constitucionais nos incisos I e IX da LDBN além de explicitar no artigo 4.º dessa lei que a Educação Fundamental é dever do Estado na escola pública.

A repetição ocorrida na íntegra nas duas legislações permite inferir sobre o fato de a lei, por si só, não garante na prática os direitos e princípios nela explicitados como argumentam vários cientistas. Apenas a título de exemplo e segundo Severino (1998, 65) a legislação, e não somente a educacional, “conceitua, mas não obriga, não assegura seu próprio cumprimento” além de ser “destruída pelo enviesamento ideológico da legislação como um todo”; por



outro lado Miranda (1953, p. 126) informa que “a igualdade não se decreta, se constrói”.

A par disso, Severino (op.cit.) ao discutir sobre o viés ideológico que desvirtua ou destrói o sentido da lei, faz um paralelo entre organização pública e privada. Alega que o Estado, como instituição pública no Brasil, não é de fato público, isto é, voltado para os interesses e necessidades da população; ao contrário, é “efetivamente privado” porque é descompromissado com os interesses coletivos e, em vez de realizar sua função pública intrínseca e explícita na lei volta-se para “salvaguardar os privilégios” de uma minoria. Fica patente o caráter ideológico da lei quando ela promete “exatamente aquilo que não pretende conceder”. No caso da LDBN 9.394/96, a “retórica neoliberal” que influenciou todo o aspecto formal da lei “encobre o total descompromisso com a efetivação dos princípios ali contidos”.

Quanto a Miranda (op. cit.) ele é bem direto argumentando que “decretar que a educação é direito de todos” sem estabelecer como e com que valores financeiros isso será efetivado realmente “para realizar sua verdadeira prestação é a mesma coisa que decretar que um campo dê trigo sem nada ali semear”.

Quanto ao fato referido do período de redemocratização do país poder ensejar mudanças sociais e culturais, ocorre que um Estado Democrático remete imediatamente à igualdade perante a lei, motivo pelo qual esse direito vem sempre garantido na letra da legislação. Entretanto, faz-se necessário ter em mente que “uma coisa é a democratização da direção política [...] outra coisa é a democratização da sociedade” (BOBBIO, 1988, p. 159). Como se disse, as leis não garantem nem a igualdade entre indivíduos nem, muito menos, a democratização de uma sociedade. Principalmente se lembrar que igualdade não se decreta por lei, mas se constrói, ou seja, “a sociedade civil precisa estar articulada historicamente” com

essa construção em vez de permitir que o Estado assuma o papel condutor da vida social (op.cit., p. 62).

Essa atitude na sociedade só pode ocorrer por meio do exercício da cidadania ou do exercício de tornar-se cidadão, isto é, a tomada constante de atitude pelos indivíduos como uma conquista de sujeitos que realizam seu próprio aprendizado como atores sociais ativos e, não, passivos (DAGNINO, apud ZUNTI, 2003). Para isso, seria necessário que as condições sociais existentes na sociedade garantissem a possibilidade real do exercício da cidadania e tais condições seriam, no mínimo, a ausência de miséria na população, uma distribuição de justiça igualitária e oportunidades iguais de acesso à renda (SEVERINO, 1998, p. 62). Faz-se ainda necessário considerar que, se a cidadania só pode existir dentro da legalidade do Estado Democrático, nos países onde a forma de Estado se mesclou com a dimensão autoritária, ocorre uma cidadania mais passiva que ativa. Isso também significa dizer que nos Estados onde a transição democrática foi negociada com atores remanescentes do autoritarismo, como no caso brasileiro ao final da ditadura militar, a democracia que emerge dessas condições é marcadamente conservadora tanto na política como na economia (O'DONNELL, apud ZUNTI, 2003).

Com base nessa breve reflexão, os resultados evolutivos do rendimento escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental podem ser historicamente bem compreendidos quando refletidos à luz da legislação e mediada essa por algumas afirmativas do poder público no Estado do Espírito Santo. Ao efetuar esse cruzamento, pretende-se evidenciar que a situação objeto desta análise pode ser revertida pela atitude coletiva de agentes sociais ativos.

## Evolução Histórica do Rendimento Escolar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental

A evolução foco desse estudo contempla dados dos últimos 50 anos que foram possíveis de aqui demonstrar, objetivando refletir sobre o final da década de 90 e projetando-se para os anos iniciais do século XXI.

<b>Tabela I – Ensino Primário Geral – Espírito Santo, 1950/1965</b>				
Anos	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Aprovações	% Aprovações
1950*	108.616	94.555	37.942	40,1
1960**	177.961	146.987	88.850	60,4
1965**	220.526	190.679	119.680	62,7
Fontes: *IBGE, Censo de 1950. **BANDES, 1972.				

Pode-se observar que a oferta de vagas, em quinze anos, indica um esforço do poder público na expansão quantitativa do ensino primário, pois, o número de crianças na escola mais que dobrou; por outro lado, a evasão é constante e visível na diferença entre matrícula geral e matrícula efetiva; as taxas de aprovação, apesar do crescimento, não chegaram ao dobro, isto é, nem mesmo se aproximaram dos 80% de rendimento nos mesmos quinze anos. Esse último descompasso pressupõe uma distorção idade/série que empurrará os problemas para frente numa cadeia discriminatória que parecerá infundável à medida que se acompanha a evolução do processo. Essa situação torna-se mais grave quando o próprio governo informa que a “situação tende a permanecer”, referindo-se às re-provações e justificando o não atendimento à educação porque “as despesas do Estado eram sempre maiores que a receita” (Espírito Santo, 1956, p. 21).

Ao final da década de 50, dizia o Governador que “as reprovações no primário eram maioria, onerando cada vez mais o erário, sem resultados consistentes” (idem, 1959, p.51). Nessa época, vigente a Constituição do Estado do Espírito Santo de 1947, garantia na letra do artigo 37 o compromisso ao atendimento educacional das necessidades de toda a população e, em outros artigos, afirmava a existência de um regime democrático e a igualdade perante a lei, mas cerca de 70.000 a 80.000 crianças em idade escolar estavam fora da escola (idem, 1958).

Nos anos sessenta, o governo optou por um Plano de Emergência Educacional recebendo para a execução dele uma dotação orçamentária que necessitou ser complementada por verbas federais, construindo salas de aula e instituindo cursos de treinamento para professores (Espírito Santo, 1964).

Entretanto, em 1964, a Constituição vigente foi suspensa passando o Brasil a ser conduzido por Atos Institucionais que culminaram na Constituição de 1967, substituída pela Emenda Constitucional n.º 1 de 1969. A Constituição de 1967 foi promulgada pelo Congresso, mas esse estava submisso e sob intensa pressão dos militares que expurgaram do legislativo nacional todos os elementos que não se aliaram à nova ordem política. Quanto à educação o artigo n.º 168/1967 dizia que “a educação é direito de todos” e, em 1969 complementava dizendo que “era dever do Estado”, mas não explicitou como a prestação desses direitos se efetivaria.

O que se materializou de fato foi como que uma cortina de fumaça por meio de um furor planejador, seguido de metas, programas e planos setoriais. Esses vinham imbuídos de forte conteúdo ideológico representado por intensa propaganda postulando sobre a salvação da Nação das possibilidades do comunismo, para garantir a manutenção da ordem interna e o progresso econômico do país.

No Espírito Santo, por exemplo, nunca se viu, na área da educação, tantos diagnósticos e relatórios, seguidos de planos e mais planos, metas e projetos. Alude-se apenas a alguns a seguir. Em 1967, instituiu-se no estado um programa denominado Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo que levou à criação de setores especiais voltados a buscar “uma solução para o ensino primário” (Espírito Santo, 1969, p. 41).

Não parecendo suficiente, em julho de 1968, um Simpósio para discutir o desenvolvimento do estado incluiu entre as decisões resultantes um Plano de Reorganização do Ensino Primário Oficial do Estado. Para implantar tal proposta constava da mesma que “2/3 dos valores orçamentários devidos ficariam na dependência de serem providos pelo Governo Federal” (ES, Simpósio, 1968, p. 7). Quer dizer, se essa dependência não se efetivasse, adeus às metas anunciadas.

Nem bem se começou a implantar a reorganização prevista, todo o planejamento educacional começou a ser refeito visando adaptar-se à Lei n.º 5.692/1971, que previa um planejamento técnico e centralizado para a educação, nos moldes da política nacional. O Plano de Implantação do Ensino de 1.º e 2.º Graus para o Espírito Santo, em obediência à lei estabelecia metas e objetivos para a educação no Estado, no triênio 1972/1974 e, ainda, a sua continuidade até o final da década (Espírito Santo, 1972).

Antes, porém, do “final da década” parece que tal continuidade não se efetivou porque o Governo do Estado precisou ajustar-se às definições assumidas pelo Governo Federal por meio do II Plano Setorial de Educação e Cultura incorporando-o ao I Plano de Desenvolvimento do Estado. O Plano Estadual de Educação 1977/1979 resultante, já de início afirmava que “o presente documento abre mão da linguagem orçamentária [...], em favor de definições bem claras das intenções do Poder Público”; afirmava também que o pla-

no tinha como objetivo a melhoria e a universalização do acesso à educação para todos (Espírito Santo, 1976). Quer dizer, ao não incluir um orçamento não poderia estar planejando a sua verdadeira prestação, assim pode-se concluir que não se tratava de uma proposta real, apenas de “intenções” como afirma a própria letra do plano.

Dados das décadas de 70/80 anunciam a falência desses planos e metas que não conseguiram efetivar uma oferta de vagas que acompanhassem o crescimento populacional bastante acentuado dessa época. Por exemplo:

**Espírito Santo: 1977**

População escolar na faixa de 7 a 14 anos: 358.799

População nas escolas na mesma faixa etária: 284.469

População fora da escola: 73.830

População escolar fora da faixa etária idade/série: 92.315

---

Fonte: Espírito Santo, 1980.

**Espírito Santo, 1979 – Rendimento na 1ª série do 1.º Grau\***

Matrícula inicial: 80.883

Matrícula efetiva: 68.822

Aprovações: 38.917 - Taxa de Aprovação: 56,5%

---

Fonte: Espírito Santo, 1979.

\*Municípios do estado, exceto os da Grande Vitória.

Tanto os dados de 1977 como os de 1979 apontam para a constância da evasão, da repetência e a taxa de aprovação disponível é inferior à que ocorreu uma década atrás (ver Tabela 1). Nesse período, até meados da década de 80, é comum ler relatórios ou diagnósticos com frases assim: “é na 1.ª série que ocorre o maior índice de repetência” (Espírito Santo, 1975, p. 52) ou “as aprovações na 1.ª série são o ponto de estrangulamento do sistema” (GAMA e MACHADO, 1985, p. 9). Quer dizer, em dez anos, o estado tinha

conhecimento do problema, ou até bem antes, mas as ações não responderam com uma solução consistente, já a essas alturas dos fatos.

Assim, em 1981, novo Plano de Educação para o Espírito Santo previa “a universalização das oportunidades educacionais” que se impunha como “prioridade a ser alcançada pelo sistema de ensino”; essa universalização deveria ocorrer “sob a égide de uma concepção democrática de expansão da oferta” que, esperava-se, conduziria à “igualdade de oportunidades” (Espírito Santo, 1981, p. 6, grifo do autor).

É fato que na década de 80 vinha ganhando força no país, frente principalmente à falência da economia planejada pelo governo militar, o retorno ao regime democrático. Entretanto, em 1981, permanecia em vigor a Emenda Constitucional n.º 1 e, em conseqüência, a linguagem no plano nada mais significava que uma esperança dos técnicos que o redigiram ou, novamente, apenas uma “intenção” expressa já que tais planos precisam passar pelo crivo do poder executivo.

A afirmação pode ser comprovada por dados de 1984 a 1987.

Tabela II – Ensino de 1.º grau no Espírito Santo – Rede Estadual				
Anos	Matrícula Inicial	Matr. Final	Aprovações	% Aproveit.
1984*	311.177	261.485	200.079	76,5
1985*	342.162	272.648	208.283	76,4
1987**	451.085	385.291	303.547	78,8
Fontes: * Espírito Santo, 1987. **Espírito Santo, 1990.				

Os dados da Tabela II indicam que ocorreu um razoável crescimento das taxas de rendimento escolar. Mas é preciso lembrar que o 1.º grau referia-se às oito séries e não se encontrou dados relativos às quatro primeiras. Esse crescimento, então, pode ser aparente porque: primeiro, o próprio governo informa que “ano após

ano tudo continua como e onde está [...] alguns problemas recrudescem, ao invés de serem solucionados” (Espírito Santo, 1990, p. 28) ou “o atendimento da oferta só atinge 70% da demanda real da população em idade escolar”, reclamando que havia assumido a direção do estado em 1987 num período “de queda brusca da receita ocasionando um quadro financeiro extremamente difícil” (Espírito Santo, 1991, p. 7); segundo, é preciso ainda lembrar o referido diagnóstico anterior com data de 1985, dizendo que as reprovações na 1.<sup>a</sup> série “estrangulavam o sistema”.

No mais, sabe-se também que o governo militar vinha há muito tempo perdendo sustentação política por não ter cumprido as promessas de progresso e ordem econômica. Alguns movimentos pelo retorno do regime democrático culminaram com um acordo entre os atores políticos defensores, respectivamente, do autoritarismo e da democracia e, resultante disso, foi promulgada a Constituição de 1988, restaurando-se a direção política de ordem democrática.

Entretanto, havia pela frente da nova ordem política dois fantasmas históricos a serem enfrentados: uma inflação que inúmeros planos econômicos não tiveram êxito em debelar e a presença de indivíduos que apoiaram o regime autoritário permanecendo na vida política do país. Assim, embora a Constituição de 1988 garantisse a igualdade perante a lei e o livre exercício da cidadania isso não surtiu efeitos aparentes na educação do povo, pelo contrário, foram tão pouco consistentes que, parecem, irão se refletir na virada do século, ou seja:

**1996 – Espírito Santo:**

Total de pessoas de 7 a 14 anos: 495.730

Sem instrução: 10.558

Com menos de 1 ano de instrução: 65.011

Com apenas 1 a 3 anos de instrução: 186.364

---

Fonte: PNAD/IBGE, 1996.



Mais séria que esses dados são as informações de pesquisa realizada em 2.002<sup>4</sup> em que se apurou:

- 96% das crianças da rede pública de educação no Espírito Santo ao terminar a 1.º série do Ensino Fundamental não sabem ler e escrever;

- causas apontadas: 1) ausência de material pedagógico inovador; 2) professores sem capacitação; 3) superlotação de classes.

É fato constatado que esses dados expõem uma situação que perdurava há quase meio século.

## Considerações Finais

Frente à breve exposição de dados que aqui foi possível demonstrar e repetindo que não se desconsidera outros fatores que não foram eleitos como foco de análise, algumas conclusões emanam dessas informações.

Toda a modernização que pautou os últimos 50 anos no mundo e, de alguma forma refletiu-se no Espírito Santo, bem como a democratização ocorrida a partir de 1988 — e mesmo a LDBN n.º 9.394/96 — não contribuíram para mudar sensivelmente a cultura política dos atores da cena política nas duas instâncias de governo nacional e estadual e, portanto, também não contribuíram para uma inversão do rendimento escolar das camadas populares no Espírito Santo. Aliás, como se disse, as práticas políticas são muito conservadoras no tipo de Estado Democrático instituído no país após o regime militar.

Confirmam-se, então, as posições analisadas anteriormente em relação à lei e ao regime democrático, isto é, uma coisa é a democracia implantada pela letra da lei e outra coisa bem diferente é a conquista das condições democráticas que fundamentem o real

exercício da cidadania. É por meio desse exercício que se propicia de fato a tomada de atitudes dos atores sociais, tanto internos como externos à escola, que possam gerar ações que encaminhem para reais mudanças na educação das camadas populares. Essas mudanças apontam no sentido “de maior comunicação entre educandos e educadores” objetivando uma real “adequação dos conteúdos e métodos de educação às características sociais e culturais das classes populares” (MANFREDI, 1981, p. 56).

Torna-se também imperativo que, diante do fracasso de tantos planos, metas e programas advindos do poder público, “não vá à escola, como Pilatos, lavar as mãos e tudo continua como dantes” (GARCIA, 1997, p. 8).

Sabe-se que existem nas escolas públicas aqueles que estão comprometidos com um trabalho permanente de reflexão, objetivando encontrar soluções para melhorar o rendimento. Entretanto, tal trabalho precisa congregiar todos os agentes da educação visando obter “uma construção coletiva de um novo conhecimento” passível de romper tanto com “o estigma da incapacidade de aprender” como também “para encontrar formas diferentes de solucionar os mesmos problemas” (LIBÂNIO, apud GANDIN, 2000, p. 24).

Somente assim entende-se ser possível romper outro estigma histórico: o de se esperar passivamente por soluções do poder público. Sem uma nova atitude coletiva de todos os agentes envolvidos na rede pública de educação, corre-se o risco de repetir e embasar a fala de que “a situação tende a permanecer”, como se expressou o próprio governo do estado há mais de 50 anos.

## Notas

<sup>1</sup> Ver sobre o assunto: Gandin, 2000; Severino, 1998; Paiva, 1987; Cury, 1989; Beisiegel, 1974.

<sup>2</sup> Severino, 1998, p. 59.

<sup>3</sup> Artigo 5.º, caput e inciso I; artigo 206, incisos I e VII.

<sup>4</sup> Informação divulgada em 2.003 pelo jornal *A Gazeta*, com base em pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas e encomendada pela Fundação Airton Sena.

## Referências

- BANDES. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. *Alguns indicadores econômicos e sociais do Espírito Santo: 1950/1968*. Vitória, 1972.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional n.º 1*. Brasília, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1996.
- CARDOSO, Ciro F. e BRIGNOLI, Hector. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- ESPÍRITO SANTO (ES). *Constituição do Estado do Espírito Santo*. Assembleia Legislativa Estadual, Vitória, 1947.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa estadual pelo Governador do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa estadual pelo Governador do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa estadual pelo Governador do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa estadual pelo Governador do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa estadual pelo Governador do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1969.
- \_\_\_\_\_. Simpósio. *Anais...* Vitória: Governo do Estado (Ver original: Coleções Especiais, Biblioteca Central, UFES), 1968.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Implantação do ensino de 1.º e 2.º graus no Espírito*

Santo. Vitória: SEDU/UFES, 1972.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico da situação educacional*. Vitória: SEDU/DEPLAN, 1975.

\_\_\_\_\_. *Plano Estadual de Educação: 1977-1979*. Vitória: SEDU, 1976.

\_\_\_\_\_. *Plano de Ação Setorial*. Vitória: SEDU, 1977, v.1.

\_\_\_\_\_. *Rendimento Final: ensino de 1.º e 2.º Graus*. Vitória: [S.n.], 1979.

\_\_\_\_\_. *Um estudo sobre a educação no Estado do Espírito Santo*. Vitória: SEDU/DADE, 1980.

\_\_\_\_\_. *Plano de Educação do Espírito Santo*. SEDU/Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA), 1981.

\_\_\_\_\_. *Movimento e Rendimento final: 1.º e 2.º Graus: 1984-1985*. Vitória: SEDU/DADE, 1987.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Secretaria de Estado da Educação: 1986-1990*. Vitória: SEDU, 1990.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Governo: 1987-1991 – assim construímos um estado melhor*. Vitória, 1991.

*Jornal A Gazeta*. Vitória-ES, p. 18, 4 nov. 2003.

GAMA, Elisabeth M. P. e MACHADO, Ana Maria M. *Diagnóstico estadual da Educação no Espírito Santo: comparação inter-regional de sua evolução*. V.II, Vitória: INEP/SEDU/UFES, 1985.

GAMA, Elisabeth M. P. e SANTOS, Átila J. dos. *Ensino de 1.º e 2.º Graus: o que dizem as pesquisas*. Vitória: SEDU/FCAA, 1987.

GANDIN, Danilo. *Escola e transformação social*. 6.ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GARCIA, Regina L. (org.). *Alfabetização dos alunos das classes populares*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1997.

MANFREDI, Sílvia M. *Política e educação popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1946*. 2. ed., v.V, São Paulo: Max Limonad, 1953.

SEVERINO, Antônio J. Embates da cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. In: *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 2. ed. São Paulo:

Cortez, 1998.

ZUNTI, Maria Lúcia G. A velha e a nova cidadania. *Revista Ensino & Ação*. Linhares: Faculdade Norte Capixaba, v. I, p. 27, ago. 2003.

# IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO ESPÍRITO SANTO: A EXPANSÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA DO RIO NOVO

*Aldieris Braz Amorim Caprini\**

**Resumo:** O trabalho é resultado de pesquisas bibliográficas e documentais sobre o povoamento do Vale do Rio Novo e Rio Benevente, sul do Espírito Santo, demonstrando como o processo de ocupação da região é resultado da expansão territorial da Colônia do Rio Novo a partir de 1860, especialmente na década de 1870. Objetiva-se assim, demonstrar que o povoamento dos atuais municípios de Iconha e Alfredo Chaves tem íntima ligação com a colônia, o que não é enfatizado na historiografia capixaba, deixando lacunas no estudo da história regional que devem ser preenchidas a partir da análise da expansão territorial da colônia. É apresentada a formação da colônia particular, o encampamento pelo governo imperial, a política de expansão e sua relação com a ocupação da região citada.

**Palavras-chave:** Imigração – Colônia do Rio Novo – Expansão territorial.

## Introdução

Na historiografia do Espírito Santo, encontramos vários trabalhos sobre a imigração estrangeira, em especial a européia. No entanto, muitos desses trabalhos abordam o assunto enfocando o processo migratório em todo o estado, o que é muito importante, mas também são necessários estudos que enfoquem de forma específica as regiões do estado para aprofundar o assunto e verificar as peculiaridades existentes.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar como ocorreu o processo migratório na região que compreende

---

\* Mestre em História pela UFES, Coordenador e Professor do Curso de História do Centro Universitário São Camilo-ES, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Iconha e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

as bacias hidrográficas do Rio Novo e Rio Benevente, verificando a expansão territorial da colônia do Rio Novo, uma vez que a imigração, nesse espaço, está intimamente interligada e, muitas vezes, essa relação não é estabelecida. Estuda-se a imigração, nos municípios de Rio Novo do Sul, Iconha e Alfredo Chaves, sem levar em consideração que, na segunda metade do século XIX, esses municípios formavam uma colônia de povoamento: a colônia do Rio Novo.

Para compreendermos melhor a imigração na região, tomaremos como referência os Rios Novo e Benevente, uma vez que estes foram importantes para o estabelecimento dos imigrantes e o escoamento da produção.

Em 1855, é fundada a Colônia Imperial do Rio Novo, de caráter particular, às margens do Rio Novo, pelo ex-trafficante de escravos o major Caetano Dias da Silva. Essa colônia vai receber imigrantes de várias partes da Europa, inclusive da Ásia, e por falta de capitais, é encampada pelo governo imperial em 1861, que amplia a colônia em mais 4 territórios, a partir de 1875, para receber mais imigrantes, especialmente italianos.

Nosso estudo enfoca a imigração nos vales dos Rios Novo e Benevente, para assim compreendermos o processo de imigração nos municípios de Rio Novo do Sul, Iconha e Alfredo Chaves. Esse critério de estudo, através das bacias hidrográficas, foi escolhido porque o meio fluvial foi um dos fatores importantes para a imigração, seja como meio de transporte ou como referência para localização dos lotes.

Nesse contexto, ressalta-se a importância do Rio Benevente, seja como meio de transporte ou referência para localização, pois o 2.º, 4.º e 5.º territórios foram povoados a partir do rio. Salienta-se ainda que a colônia de Castelo foi criada a partir do alto Benevente. Desse modo, para compreendermos a imigração na região entre o Rio Novo e o Rio Benevente, devemos analisar as relações estabele-

cidas, e não realizarmos estudos isolados de imigração em Alfredo Chaves, Iconha e Rio Novo.

Para tanto, foram utilizadas fontes secundárias que abordam a imigração no Espírito Santo, em especial o livro *Imigração estrangeira no Espírito Santo – 1847-1896*, de Gilda Rocha, que consiste num trabalho minucioso sobre a política de imigração, a partir de três fases, e que apresenta informações importantes sobre a região em estudo.

Também utilizamos o trabalho *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*, da professora Nara Saletto, que apresenta o contexto econômico e a estrutura agrária no final do século XIX, momento importante para a imigração estrangeira. A dissertação de mestrado de Luciana Osório Costa, *Colônia de Rio Novo*, é de extrema importância para o estudo da região em questão. Também é de grande contribuição o relato do Barão Tschudi, quando, da sua viagem ao Espírito Santo, onde descreve sua passagem pela colônia do Rio Novo, nos proporcionando um olhar da época, sobre o contexto estudado.

Em relação às fontes primárias, temos o relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Junior, pelo conselheiro Thomaz José Pinto Serqueira, responsável pela inspeção na colônia do Rio Novo, em 1874, relatando as condições da mesma e suas condições para receber mais imigrantes, a partir de 1874. Foi analisado o relatório que o diretor da colônia, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, envia ao Ministro da Agricultura, também em 1874, informando as condições para receber imigrantes. Sobre esse último é interessante ressaltar que Fernando Achiamé realizou um estudo minucioso do documento que muito contribuiu para esse trabalho. Os dois documentos no permite afirmar que em 1874 havia um grande interesse em se ampliar as terras da colônia, o que ocorre em 1875, em direção ao Rio Benevente, daí os documentos



serem de suma importância para compreendermos o processo imigratório na região.

Assim, o trabalho está estruturado de forma a apresentar, brevemente, o contexto imigratório no Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, e em seguida, a localização da região em estudo para, dessa forma, situar no tempo e espaço o presente trabalho. Posteriormente, será descrita a imigração nos vales dos rios Novo e Benevente e as considerações sobre o assunto.

## **1. A imigração estrangeira no Espírito Santo na segunda metade do Século XIX**

A imigração estrangeira no Espírito Santo e a economia cafeeira são assuntos intimamente ligados, especialmente na segunda metade do século XIX. Isso por que o café trouxe o desenvolvimento econômico e a imigração contribuiu para o povoamento da província.

Nota-se que até 1850, o estado não apresentava quadros de desenvolvimento econômico e populacional. A ocupação ainda estava limitada ao litoral e não havia um produto de destaque na economia nacional, pois a produção era essencialmente a cana-de-açúcar e a mandioca, mas sem expressão econômica.

Esse cenário começa a mudar a partir de 1840, pois, segundo Rocha (2000, p. 53):

[...] ao sul da Província, o produto [café] começou a ser cultivado, na década de 40, em terras virgens, cuja ocupação se liga estreitamente ao surto cafeeiro. Trata-se de parte da região banhada pelo rio Itapemirim e toda aquela banhada pelo rio Itabapoana, e que se constituirá no reduto da grande lavoura do café do Espírito Santo. Trata-se de uma pequena zona em relação ao

todo da Província, não chegando, por isso mesmo a ser suficiente para imprimir ao território espírito-santense — dominado em seu conjunto pela pequena propriedade — o mesmo dinamismo que a lavoura de café conferiu ao Rio de Janeiro e São Paulo.

No entanto, ressaltamos que, segundo Saletto (1996, p. 28), o café já aparecia no mapa das exportações de 1826 e 1827, na quantidade de 150 arrobas, e que já era plantado na região de Vitória. A autora (1996, p. 46) enfatiza:

O cultivo do café começou na zona de ocupação antiga, nos arredores de Vitória, e a expansão se fez, principalmente, pelo deslocamento de recursos até então aplicados no açúcar, no algodão e em culturas de subsistência. Excetuando a parte serrana, não foi uma zona pioneira, de desbravamento e migração.

Como havia muitas terras desocupadas, cobertas pela Mata Atlântica, o Governo Imperial promoveu uma política de imigração no Espírito Santo com o objetivo de povoar, através da criação de colônias, e não direcionar os imigrantes para as fazendas, até fins da década de 1880, pois, segundo Rocha (2000, p. 55):

Essa atitude de passividade da grande lavoura cafeeira da Província face aos núcleos coloniais de pequenos proprietários só pode ser explicada pelo fato de estar ela suficientemente abastecida de mão-de-obra escrava. Já se demonstrou, aliás, que à medida que a cultura cafeeira se intensifica no sul da Província, o contingente de escravos passa a se concentrar primordialmente nessa região.

Assim, o governo imperial cria 3 colônias: Santa Isabel em 1847, Santa Leopoldina em 1857 e Castelo em 1880. Em 1855 é criada a

colônia de Rio Novo, de caráter privado, que foi encampada pelo governo imperial, em 1861.

Gilda Rocha, em seu livro *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896* designa esse momento de criação das colônias (1847-1881) como 1.<sup>a</sup> fase da imigração por que, como foi dito anteriormente, não havia no Espírito Santo ação de grandes proprietários de terras para direcionar imigrantes para suas fazendas ou serem contra a formação de núcleos, surgindo assim as colônias descritas anteriormente.

A segunda fase (1882-1887) é marcada pelo baixo número de imigrantes que entraram no Estado. Esse fato é decorrente da mudança da política de imigração do Governo Imperial que, em 1879, suspendeu os benefícios assegurados pelo decreto n.º 3.784 de 19 de janeiro de 1967, o que resultou na queda do número de imigrantes no estado pois, a partir do decreto, as autoridades imperiais passaram a legislar de forma a conduzir os imigrantes para as grandes fazendas, especialmente São Paulo, em detrimento do Espírito Santo. A política de imigração não focava mais a imigração para a pequena propriedade e criação de núcleos coloniais e sim para as grandes fazendas.

No período de 1888 a 1896, denominado por Rocha de 3.<sup>a</sup> fase, chega ao Espírito Santo o maior número de imigrantes, e não somente para terras desocupadas, mas também para fazendas, pois

[...] a grande lavoura, que por muito tempo conviveu de maneira harmoniosa com os núcleos colônias — como já demonstramos anteriormente — muda de atitude a partir do momento em que se vê premida pela nova realidade que tinha diante de si: a crise da mão-de-obra; e os editoriais e comentários de *O Cachoeirano* nada mais são do que o reflexo da nova posição por ela assumida face ao problema. (ROCHA, 2000, p. 111)

Temos que nos ater ao fato de que a 3.<sup>a</sup> fase ocorre após a abolição da escravatura, por isso há pressão dos fazendeiros para receberem imigrantes em suas fazendas. Para tanto, o Governo Estadual toma, nessa fase, a iniciativa de trazer imigrantes para o estado. Eles eram conduzidos para fazendas e novos núcleos criados.

Neste contexto, a imigração tem a finalidade, além do povoamento, de substituir a mão-de-obra escrava. Foram criados núcleos próximos às fazendas como estratégia de mão-de-obra, uma vez que o imigrante, sem muitos recursos buscaria trabalhar em suas terras e nas fazendas para receber um dinheiro extra. Surgiram assim os núcleos Costa Pereira, na região de Cachoeiro de Itapemirim; Santa Leocádia e Nova Venécia, na região de São Mateus; Antônio Prado, Accioly Vasconcelos, Moniz Freire, Demétrio Ribeiro e Afonso Cláudio, na região central e em direção ao norte. Gilda Rocha (2000, p. 115) salienta que, com exceção dos núcleos localizados em Cachoeiro e São Mateus, os demais continuaram com a política de imigração para a formação de pequena propriedade.

Após essa breve apresentação do processo imigratório no estado, voltemos ao nosso objeto: a Colônia de Rio Novo. Conforme apresentamos, essa colônia surge no mesmo contexto e em data próxima às colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, sendo, no entanto, uma colônia criada com capital privado e, mais tarde, tornar-se-á a responsável pelo povoamento da região, que se estende do Rio Itapemirim ao sul, até o interior de Guarapari.

## **2. Imigração no Vale do Rio Novo**

Em 1855 é fundada, pelo major Caetano Dias da Silva, a Colônia do Rio Novo, de capital privado. O major era ex-trafficante de escravos, empresário no Rio de Janeiro e proprietário de terras em Itape-

mirim, destacando-se a fazenda do Limão em torno da qual surgiu a colônia no entroncamento do Rio Novo com o Rio Pau d'Alho.

Essa colônia se diferenciava das demais pelo seu caráter comercial, desse modo, não tinha o mesmo objetivo que as colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, o de povoar. O povoamento seria uma conseqüência do objetivo principal dos proprietários: o lucro. Esse contexto é apresentado por Luciana Ozório Costa (1981, p. 38):

A colônia do Rio Novo, fundada por uma associação de capital particular, e que portanto visava lucros, assume, diante da crença generalizada de que as colônias desenvolvidas na Província eram colônias de povoamento, um novo caráter, desconhecido no próprio Estado.

A forma de ocupar a terra é assim descrita pela autora, (1981, p. 39):

Os colonos que ocupavam os lotes rurais eram proprietários foreiros por contrato de foro perpetuo, onde se regulavam as condições de domínio útil e direto. Os que se encontravam sob o regime de parceria produziam cana na fazenda do Limão e nesta categoria eram os chineses que tinham melhor desempenho. Segundo o engenheiro Adalberto Jahn, estes chineses, quando se dedicavam integralmente ao trabalho nos seus lotes, pouco ou nada produziam, dadas as condições extremamente precárias que se encontraram — em lotes cobertos de matas ou que eram verdadeiros pântanos, com péssimos caminhos ligando um lote a outro. Toda esta dificuldade impedia que a produção desse resultados que permitissem certo lucro para os imigrantes saldarem suas dívidas contraídas com a Associação.

A produção consistia no cultivo do arroz, feijão, milho, mandioca e outros produtos para a subsistência, e o café para obter lucro, além da criação de animais. É interessante ressaltar que a co-

lônia não proporcionava boas condições de trabalho e vida para a população. Os lotes encontravam-se, em sua maioria, dentro de matas, outros eram localizados em regiões pantanosas, com caminhos mal conservados e falta de estradas e pontes para facilitar o escoamento da produção. Sem falar nas moléstias, que dizimavam a população, e na falta de serviços médico, religioso e educacional. Podemos analisar o cotidiano da colônia através do relato do Barão de Tschudi, em sua viagem ao Espírito Santo em 1860:

Não pude visitar os assentamentos dos colonos belgas e holandeses, já que não existe sequer um caminho que nos leve até eles à cavalo. Ao retornar para a fazenda Pau d'álho encontrei ali um grande número destes colonos esperando-me para contar suas reclamações e desejos. As queixas eram quase sempre as mesmas que as dos outros colonos e dirigiam-se, sobretudo contra Caetano Dias e seu filho inescrupuloso. Suas maiores queixas estavam relacionadas à brutalidade e à violência deste último, ao abastecimento irregular e deficiente e ao estado deteriorado dos gêneros alimentícios prometidos no contrato, a falta de uma igreja, de escola e de tratamento médico decente. Todos elogiaram a fertilidade do solo e confessaram que tinham muita esperança no futuro, caso a colônia passasse a ser propriedade do governo. Eram 176 pessoas saudáveis ao chegarem, porém mais da metade havia morrido. (TSCHUDI, 2004, pp. 111-112)

A última frase, referindo-se aos mortos, é uma informação preciosa para entendermos a situação desses colonos, assim como a falta de estrutura como igreja e escolas, mostra também a falta de capitais para conduzir a colônia.

Nesta situação, em 1861, a colônia do Rio Novo foi encampada pelo Governo Imperial, em vistas ao fracasso da Associação na

administração do empreendimento. No entanto, com a gerência do Império, a situação de pobreza dos colonos não mudou muito. Embora o governo tenha realizado obras públicas, como derrubada de matas, e custeado, salário aos colonos, ainda era comum que saíssem da colônia em busca de emprego, conforme apresentado por Costa (1981, p. 52):

Os graves problemas que se abatiam sobre a população podem ser avaliados através do relatório de 21/01/1863, em que o diretor da colônia relatava que, quase diariamente, apareciam na casa da administração colonos pedindo licença para saírem do distrito da colônia a procura de trabalho assalariado, por que não podiam sustentar suas famílias com o produto de seus lotes. Além de passarem fome e miséria, ainda tinham que arcar com o rígido controle da administração, que entendia que estes pedidos de saída podiam significar um modo fácil dos colonos livrarem-se de suas dívidas e mais obrigações que talvez tivessem com o Governo.

Observa-se que a colônia contava com poucos recursos do governo e tinha baixa arrecadação dos colonos, também se fazia necessária uma melhoria na infra-estrutura para aumentar a produção.

De 1855, quando fundada, até 1875, já nas mãos do governo, a colônia do Rio Novo apresentava-se, segundo Costa (1981, p. 53) com uma superfície de seis léguas de circunferência ou 11.400.000.000 braças de N.S.L.O.

Contudo, a colônia vai ampliar seu território a partir de 1875 para receber imigrantes italianos. Serão demarcados mais 4 territórios no sentido norte, em direção ao Rio Benevente. A sede da colônia era o primeiro território, o Rio Novo.

No ano de 1874, dois relatórios demonstram o interesse do governo imperial em utilizar a colônia do Rio Novo para desenvolver

o povoamento da região e brevemente emancipá-la. No relatório emitido pelo Conselheiro Thomaz José Pinto Serqueira, designado para inspecionar a colônia, além de detalhar as condições da colônia, ele relata: “E agora que dito qual é o estado em que se acha a colônia, respondendo a pergunta de V. Ex., se está habilitada para ser emancipada, cumpre-me dizer que sim”.

E continua:

Mas se a colônia do Rio Novo pode ser emancipada, nem por isso julgo que convenha ser: pelo contrário, é meu parecer que aquela colônia pode e deve servir de base a um vasto estabelecimento colonial naquelas paragens.

E conclui:

A colônia do Rio Novo tem um Segundo Território, que me constou estar medido, que tais registros não constam em seu arquivo, deve ser aproveitado. Povoado o Segundo Território, então nada obstará a que o primeiro seja emancipado.

Assim verifica-se que o conselheiro concluiu que a colônia do Rio Novo tinha condições de emancipar-se, atendendo aos interesses do governo. Contudo, antes disso, deveria servir ainda para ampliar a ocupação na região.

É interessante relacionar esse relatório com um outro apresentado pelo diretor da colônia, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, no mesmo ano, ao também Ministro da Agricultura que solicitou o número de lotes para a introdução de imigrantes na colônia. Pinto Pacca escreve que seria desvantajoso para o governo conduzir os imigrantes para o Segundo Território pois, próximo à sede da colônia existiam fazendas decadentes que, se adquiridas pelo Império, seria mais vantajoso, conforme segue:



[...] as terras do segundo território, completamente em matas virgens, sem caminhos, estradas, pontes, pontilhões e apenas com 50 prazos medidos, sem a casa para receber imigrantes [...]. [...] peço licença para expender a V. Ex.<sup>a</sup> o que me parece mais convir no estabelecimento de imigrantes, nas imediações da colônia do Rio Novo [...] nas regiões circunvizinhas encontram-se 4 fazendas abandonadas por falta de braços, já com grande valor real pela suas grandes lavou-  
ras [...] (RELATÓRIO apresentado Ministro da Agricultura pelo diretor da colônia de Rio Novo, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, 1974.)

Pinto Pacca, além do relato, faz um quadro comparando as despesas na instalação de imigrantes no 2.º Território e nas fazendas, deixando evidente o interesse que ele tinha em concentrar os imigrantes italianos próximos à sede da colônia.

Os dois documentos são importantes para compreendermos os interesses na povoação da região e principalmente, como isso ocorreria, tanto da parte do Império, como do diretor Pinto Pacca, e que merece um estudo mais aprofundado para verificar essa política pública. No momento observamos que o Governo Imperial tinha interesse em povoar áreas ainda cobertas por floresta, uma vez que preferiu a expansão em direção ao Rio Benevente do que utilizar as fazendas próximas à colônia de Rio Novo e da Vila de Itapemirim, ou seja, ocorre a expansão territorial em direção ao Rio Benevente.

### **3. Imigração no Vale do Rio Benevente**

A partir de 1875, a região do Rio Benevente começou a receber imigrantes, ocorrendo a expansão territorial da colônia. É importante ressaltar que, nessa época, havia, no litoral, as vilas de Bene-

vente (Anchieta), na foz do rio de mesmo nome com o porto, e as vilas de Piúma e Itapemirim. No sentido oeste, havia a Colônia do Rio Novo, a povoação de Iconha, com porto fluvial, e as terras cobertas pela floresta que formavam o 2.º, 3.º, 4.º e 5.º Territórios da Colônia de Rio Novo. Essa é a descrição do espaço geográfico que compõe as bacias do Rio Novo e Benevente, objeto desse estudo.

A colônia do Rio Novo, por meio de seus territórios, foi a que recebeu mais imigrantes italianos no Espírito Santo. Desembarcavam, principalmente no porto de Benevente e eram conduzidos aos lotes designados pelo governo. O maior número de imigrantes foi destinado ao 4.º Território da Colônia do Rio Novo, localizado no alto Benevente.

Esse processo de imigração para os novos territórios da Colônia do Rio Novo é assim descrito, por Gilda Rocha (2000, pp. 78-79):

Na década de 70, quando aumentaram as entradas de imigrantes no Espírito Santo, a colônia do Rio Novo se expandiu territorialmente. Ao núcleo inicial (1.º território) foram acrescentados mais quatro. O 2.º território, situado às margens do Rio Benevente, recebeu seus primeiros povoadores — 230 tirolezes — em 1875. O 3.º território, que ocupava terras do município de Itapemirim e Benevente, recebeu a primeira leva de imigrantes, composta de 773 italianos, em 10 de março de 1878; pouco depois chegaram 264 cearenses. O 4.º território, também situado em benevente, começou a ser povoado em 30 de julho de 1875, por imigrantes austríacos. Finalmente o 5.º território, situado em terras pertencentes ao município de Benevente e Guarapari, foi fundado em novembro de 1876, data em que recebeu os primeiros imigrantes.

As famílias que chegavam não encontravam condições ideais de estabelecer-se nos territórios, o que não é novidade ao estudar a

imigração estrangeira: promessas não cumpridas. A começar pela distribuição das terras. Os imigrantes reclamavam de que os lotes ficavam confinados no meio da mata e de difícil acesso aos recursos e ao transporte da produção. Ressalta-se que não recebiam moradias e, nos primeiros dias, ficavam alojados em barracões e à mercê dos perigos das matas. Reclamavam da falta de auxílio até que comesçassem a produzir. Em muitos casos as famílias passavam fome. Os caminhos abertos eram insuficientes e de péssima qualidade, sem falar na falta de pontes.

A região do 2.º e 4.º territórios, Iconha e Alfredo Chaves, cresceu em termos populacionais e Alfredo Chaves ganhou certa autonomia em relação a colônia de Rio Novo, que segundo Derenzi (1974, p. 85): “Alfredo Chaves fez parte da Colônia de Rio Novo como cessão [departamento]. Seus fatos administrativos, na era monárquica, se confundem”.

Nessa região de imigração, de colônias, formou-se a pequena propriedade que produzia gêneros alimentícios necessários à sobrevivência e o café, para vender e obter lucro. Nesse contexto, surgiu, na região, um pequeno comércio onde se vendiam produtos aos imigrantes que não eram produzidos localmente como o sal e o querosene. Em muitos casos, comprava-se deles a produção de café e revendia para as grandes casas comerciais, conforme Saletto (1996, p. 42):

O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da “venda”, que comprava seu café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus “fregueses” que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café que entregariam na época da colheita.

Nesse contexto temos, na colônia do Rio Novo, na região do 3.º território, a presença da firma Duarte e Beiriz, que adquiriu terras de fazendeiros falidos, como Thomas Dutton Júnior e imigrantes endividados, e que vendia lotes a prazo para imigrantes pagarem com o café, além disso adquiriam bens na casa comercial, mantendo-se “presos” a ela.

Esta empresa [Casa Comercial Duarte e Beiriz] vendia objetos para os italianos como enxadas, tecidos, alimentos, arame e outras coisas e eles se comprometiam a pagar quando colhessem o café. Quando acabava a colheita, traziam o café do interior até Iconha, em tropas. Chegando á Casa Comercial eles entregavam o café para descontar em suas dividas, sobrava pouco para receber, isso quando sobrava. (CAPRINI, 2004, p. 43)

A partir de 1880, a colônia de Rio Novo foi emancipada. Assim, seus territórios vão formar os municípios de Rio Novo do Sul e Alfredo Chaves e integrar Benevente (Anchieta). Em 1891, Piúma emancipa-se de Benevente e as terras que correspondiam ao 2.º território, juntamente com as terras ao redor da vila de Piúma, formam esse município, Piúma, incluindo a vila de Iconha.

## Considerações Finais

O estudo sobre o imigrante no Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, é um tema que, embora tenha vários estudos, ainda deve ser aprofundado, como por exemplo, o desdobramento da colônia do Rio Novo e o cotidiano nas colônias, uma vez que não se pode generalizar sobre o assunto. A ocupação da terra deu-se de forma variada dependendo do local, seja através do governo ou via comercial. A estrutura social envolve nacionalidades diferen-

tes e os objetivos de ocupação variem conforme o momento, como a imigração para pequena propriedade e para as grandes fazendas, sem falar no cruzamento desses dois fatores.

Assim, nos propomos a estudar uma região de imigração no Espírito Santo e demonstrar como ocorreu a ocupação e a expansão da colônia do Rio Novo, no espaço que se estende, atualmente, no sentido norte, das margens do Rio Itapemirim ao interior do município de Guarapari, espaço esse formado pelas bacias dos Rio Novo e Benevente. Uma vez que, ao estudar, hoje, a história dos municípios de Rio Novo do Sul, Iconha e Alfredo Chaves é muitas vezes ignorado que seus territórios tenham um passado em comum, no que tange às políticas de imigração.

Assim, a Colônia de Rio Novo, criada por iniciativa particular em terras do município de Benevente e Itapemirim, vai expandir-se na sua fase encampada pelo Governo Imperial, e povoar a região que vai do Rio Itapemirim até o município de Guarapari, pelo interior. Desse modo, os municípios de Iconha, Rio Novo do Sul e Alfredo Chaves, que não são litorâneos e que formam a região das bacias dos Rio Novo e Rio Benevente, foram povoados através da expansão territorial da colônia do Rio Novo. Sem falar da contribuição dessa colônia para os núcleos de Castelo e de Venda Nova do Imigrante. Daí a importância de se estudar essa região em conjunto, pois o povoamento ocorre de forma intrínseca e interligada.

O estudo foi um breve levantamento sobre o povoamento, através da imigração, de um rincão capixaba que deve ser melhor aprofundado, bem como o de outras regiões do estado, para que assim tenhamos maiores informações sobre a imigração do Espírito Santo, sem nos limitarmos a conhecimentos superficiais e genéricos sobre a temática.

## Referências Bibliográficas e Documentais

### Documentos – Arquivo Público Estadual – Vitória, ES

IMIGRANTES, Arquivo de Registro de entrada de imigrantes no Espírito Santo do Arquivo Público Estadual.

RELATÓRIO do diretor da Colônia de Rio Novo, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, ao Ministro da Agricultura, 1974.

RELATÓRIO do conselheiro, Thomaz José Pinto Serqueira, ao Ministro da Agricultura, 1974.

### Livros

ACHIAMÉ, Fernando Antônio Moraes. *A colonização e a pequena propriedade: a colônia do Rio Novo*. Vitória, mimeo., s/d.

AGUIAR, Arnalda Christina de, PEIXOTO, José Ricardo Louzada, MAGGIONI, Tereza Martins. *Rio Novo do Sul: Nosso povo, sua história*. Rio Novo do Sul: Ed. Do autor, 2003.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim, et al. *Iconha: nosso município*. Iconha: IHGI, 2004.

CAVATTI, João Batista. *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, s/d.

COSTA, Luciana Osório. *Colônia de Rio Novo*. Vitória, mimeo., 1981.

DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1974.

HOLANDA, Sergio Buarque de (org). *O Brasil Monárquico*, tomo 2, 3.º Vol. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

LAZZARO, Agostino et al. *Lembranças Camponesas*. Vitória, 1992.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo – 1847-1896*. Vitória: FCCA, 2000.

SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1996.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1996.

SIMÃO, Idalgiso. *História de uma colonização*. Cachoeiro de Itapemirim: Ed. Frangraf 1991.

TSCHUDI, Johann Jakob. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória: APES, 2004.

“LA PROFECÍA DEL TAJO” DE FRAY LUIS DE LEÓN:  
UM CANTO HISTORIOGRÁFICO RENASCENTISTA A UM  
MITO NACIONAL DOS DESTROÇOS GÓTICOS

*Ester Abreu Vieira de Oliveira\**

Pretendemos apresentar a ode “La profecía del Tajo”, de Fray Luis de León, que traz toques renascentistas, para fazer uma análise desse poema, que retoma a lenda de um mito medieval, Rodrigo, responsável pela destruição do império visigodo.

No Renascimento, um conjunto de fenômenos políticos, religiosos e culturais que substituiu o quadro espiritual da Idade Média, houve uma valorização do mundo antigo o que trouxe como consequência a imitação das formas artísticas desse mundo, um intenso estudo de autores clássicos e respeito às regras ditadas por Aristóteles e Horácio.

Durante esse período houve uma polêmica contra o feudalismo e a religião e já dominava uma ideologia burguesa. Na primeira etapa do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, comparado com a época medieval, houve uma grande quantidade de homens de grande cultura e deixou de existir a base social de concepção cristã do homem. Junto com a subordinação aos grupos sociais e religiosos, dominantes na Idade Média, surgiu a subordinação nacional ao princípio de fidelidade local (cidade/estado, o nacional) e uma concepção mais dinâmica do homem.

O pensamento e a sensibilidade dos homens representativos do Renascimento estavam presos à tradição judaico-cristã e às novas redescobertas do mundo greco-latino. Contudo, o Renascimento

---

\* Pós-doutora em Teatro Contemporâneo Espanhol, Doutora em Língua e Literatura Espanhola, presidente da Academia Feminina Espírito-santense de Letras, membro da AEL e associada efetiva do IHGES.

Obs: A autora do texto fez a tradução do espanhol procurando encontrar uma melhor compreensão para o leitor atual sem se ater à metrificacão do poema.



não foi um retorno à antiguidade, mas uma adaptação dele. Imitavam-se temas e formas e o paganismo da vida. Assim a filosofia estoíca ensinava a morrer com dignidade, mas a filosofia epicurista preenchia, por outro lado, de alegre paganismo a vida.

A arte pictórica renascentista toma seus motivos principalmente do universo do mito cristão e da mitologia judaica e menos dos mitos da Antiguidade.

A filosofia volta diretamente a Platão e Aristóteles, mas os letrados renascentistas adotavam ocupar-se de problemas nunca tratados durante a Antiguidade, como a questão do livre arbítrio. As estruturas políticas se parecem com a da Antiguidade e, por conseguinte, Cícero tinha prestígio entre os políticos.

Na Antiguidade, a base da unidade era a imagem idealizada da comunidade e a do homem ideal. Este coincidia com a concepção daquele que conhecia o bem e o punha em prática. Sócrates afirmava que o homem faz o bem quando o conhece. Platão afirmava que a qualidade mais essencial e sublime do homem é a faculdade de contemplar as idéias. Aristóteles já via o homem ideia como um ser social. Logo o homem que se afasta da vida pública não realiza nem o conceito nem o ideal de homem. Epicúreo dizia que o homem ideal era aquele que podia viver sem preocupar-se com a sua morte. Assim o homem ideal concebido era de beleza interior e exterior que exercia o uso de suas faculdades na comunidade, tinha uma vida moderada e possuía equilíbrio físico, espiritual e moral e se absorvia na contemplação da verdade. Na concepção cristã, outros elementos se acrescentam. Entre estes a ideia de igualdade (diante de /Deus) a noção de salvação individual, a ideia do livre arbítrio que, ligada à noção de corrupção humana, instituía a questão de uma liberdade individual. O homem medieval tinha um entendimento dual de suas bases sociais e concebia o homem com a idéia de corrupção e o ideal na idéia da graça.

Na Espanha renascentista, coexiste o sentido pagão da vida e o fervor religioso por persistir a tradição medieval — característica fundamental do Renascimento espanhol.

Na vida e na obra de Fray Luis de León podemos apontar características que definem o homem de letras do Renascimento: conhecimento da Bíblia, dos clássicos gregos e latino, profunda formação filológica e retórica, gosto pela literatura italiana e castelhana, vínculo com o popular, o cuidado com a expressão escrita, a procura da forma perfeita e a estética de matiz maneirista. Segunda Valbuena Prat (1960, p. 586) o predomínio de Horácio se pode ver nos poemas *Qué descansada vida* e em *La profecía del Tajo*. O primeiro poema procede de *Beatus Illa*, mas difere dessa obra por substituir o final céptico por um estóico cristão, por mesclar descrição da natureza vista e sentida nos jardins dos agostinianos de Salamanca, tetos *mudéjares* dos palácios e pelo caráter renascentista que dá à poesia como: a presença de um forte vento, de um sossego contrastado com a tempestade no alto mar. Já a segunda obra tem como fonte direta o poeta romano Horácio, no tema da Ode 15, do primeiro livro, na profecia que o rio Nereo (o deus grego marítimo) faz da ruína de Tróia, depois do rapto de Helena. No poema de Fray Luis, o diálogo intertextual se faz com o rio Tejo, o rio Hispânico, fazendo a profecia da destruição do reino visigodo, depois que Cava foi violada por Rodrigo, o último rei godo. Cava, nobre donzela, segundo a história lendária, era filha do conde Julián. Este para vingar-se de sua desonra chamou os muçulmanos que atravessaram o estreito de Gibraltar e destruíram o reino visigodo na batalha de Guadalete.

Fray Luis traduziu as obras de Horácio, por isso o conhecia bem e em suas obras se inspirava. Na *Profecía del Tajo*, o diálogo com Horácio acontece não só na profecia mas também no conteúdo. Na profecia do escritor espanhol, o rio avisa ao rei don Rodrigo sobre a grande desgraça que levariam seus amores com Cava, numa

confrontação e equiparação de acontecimentos lendários da história de Espanha com os acontecimentos explicados pelo mito clássico, enquanto na ode de Horácio é o deus marinho Nereo, quem adverte sobre as conseqüências que teria o rapto de Helena feito por Paris. Confrontemos os textos:

<b>Horacio</b> “Cuando el pastor pérfido por la mar llevaba en naves ideas a Helena su huéspedea, Nereo los vientos a un inoportuno ocio redujo y cantó el feroz destino: ‘Raptas en mala hora a la que infinitos soldados de Grecia buscarán, acordes en romper tus nupcias y el viejo reino de Príamo”	<b>Fray Luis</b> «En mal punto te goces, injusto forzador; que ya el sonido oyo, ya y las voces, las armas y el bramido de Marte, de furor y ardor ceñido. [...]
--	--

O Homem no Renascimento esforçou-se para separar o mito da história (ciência) vendo neles parábolas morais, mas não história e chegaram a converter os acontecimentos religiosos do passado histórico a mitos e relatos. Houve uma tendência em analisar o conteúdo histórico verdadeiro do mito. Procurava-se ver o que havia por trás da alegoria e havia uma tendência a transformar a figura mítica em personagem histórico e seus problemas míticos em conflitos históricos.

No Renascimento, o mito se humaniza e, ao mesmo tempo em que o homem se deifica, isto é, à medida que deus se torna homem, os homens se tornam deuses. Houve uma recorrência à fusão de mitos (greco-romano, judeu, cristão) fazendo-se, algumas vezes, um paralelo entre eles, colocando de relevo os aspectos em que ambos se assemelhavam. Assim se podia encontrar a identidade na dualidade: Cristo/Sócrates; Cristo/Apolo; Homero/Moisés; Bruto/Davi. A figura do mito se transformava em uma só figura, isto na

esfera cultural, pois na imaginação popular a tradição viva era a da mitologia cristã — Ester, Sansão, Davi, Golias, Judite, etc. — que exercia uma poderosa influência na coletividade.

Na Ode *La Profecía del Tajo* Fray Luis trata de uma lenda hispânica medieval e de um mito hispânico, Rodrigo, porém a introduz no espírito do Renascimento, de uma maneira que os protagonistas de seu poema correspondem com os de Horácio, o poeta romano.

Nereo – deus marinho –	Tajo – deus rio da península Hispânica
Paris –	Rodrigo
Helena – destruição de Tróia.	La Cava – destruição de Espanha.

Notam-se, na ode e nos romances do século XVI, os valores cristãos medievais que perduraram no Renascimento como o conceito de pecado, as virtudes cavalheirescas: lealdade e respeito às mulheres, a soberba e o efeito destruidor do covarde.

\*\*\*\*

Fray Luis de León (1527-1591) nasceu em Belmonte (Cuenca – Espanha). Tinha ascendência judaica. Estudou em Salamanca e ali se professou na ordem dos agostinianos. Estudou hebraico em Alcalá. Foi doutor em Teologia e professor na Universidade de Salamanca. De 1572 a 1576, esteve prisioneiro devido a um processo da Inquisição motivado por rivalidades religiosas e acadêmicas com os dominicanos pela tradução que fez dos *Cantares*. que ele dedicou à monja Isabel Osório.

Fray Luis defendia o uso do castelhano (romance) para todas as obras literárias, principalmente as de caráter religioso, pois discordava dos que preferiam o latim que não tinha o mesmo número de receptores da língua “vulgar”. Sua opinião era que o *Cantar dos Cantares* de Salomão era uma bucólica erótica deste rei à sua esposa e que esse fato não invalidava o sentido místico e poético que o livro adquiria. Dizem que, quando saiu da prisão retornou às aulas e

falou ao iniciá-las: “como dizia ontem”, como se ficassem apagados os dias de injusta prisão. Porém durante os cinco anos em que Fray Luis permaneceu prisioneiro, sem saber quem o acusava e sem conhecer a causa de sua prisão, escreveu alguns dos melhores e mais famosos poemas como o que assim começa:

Aquí la envidia y la mentira me tuvieron encerrado. Dichoso el humilde estado del sabio que se retira de aqueste mundo malvado, y con pobre mesa y casa en el campo deleitoso con sólo Dios se compasa, y a solas su vida pasa, ni envidiado ni envidioso.	Aqui a inveja e a mentira me fizeram prisioneiro. Feliz o humilde estado do sábio que se retira deste mundo malvado, e com pobre mesa e casa no campo feliz com só Deus se harmoniza e ao sua vida passa, nem invejado nem invejoso.
---	---

Este poema é chamado *Al salir de la cárcel*. Dizem que ele o deixou escrito na parede da cela onde ficou encarcerado.

Na frente da Universidade de Salamanca há uma estátua deste poeta e dentro há uma sala com o seu nome, onde dizem que ele dava as suas aulas.

A obra de Fray Luis não é muito extensa. Sua poesia é mais intelectual que sensorial. Ele concebia a poesia como algo que nos acercava a Deus, porque Deus a inspirou nos ânimos dos homens para que, com o movimento e espírito dela, os elevasse ao céu. Segundo ele, poesia é uma “comunicação do alento celestial e divino.” Assim, descreve um céu estrelado para apresentar o poder de seu Criador.

Fray Luis desenvolve a idéia de que neste mundo a humanidade está desterrada e geme pela ausência de Deus. O mundo é um eterno desterro. A vida eterna é a suprema sabedoria. Nos poemas *Noche serena* na ode *Vida retirada* podemos sentir esse sentimento ascético, desde as primeiras estrofes:

Noche serena	Noite serena
<p>Cuando contemplo el cielo de innumerables luces adornado, y miro hacia el suelo de noche rodeado, en sueño y en olvido sepultado, el amor y la pena despiertan en mi pecho un ansia ardiente; despiden larga vena los ojos hechos fuente; Loarte y digo al fin con voz doliente:</p> <p>«Morada de grandeza, templo de claridad y hermosura, el alma, que a tu alteza nació, ¿qué desventura la tiene en esta cárcel baja, oscura?»</p>	<p>Quando contemplo o céu de inúmeráveis luzes adornado, e olho para o chão de noite rodeado, em sonho e no esquecimento sepultado, o amor e a dor despertam em meu peito uma ânsia ardente; despedem longa veia os olhos como fonte; Louvar-te e digo por fim com voz dolorida:</p> <p>«Morada de grandeza, templo de claridade e formosura, a alma, que a tua alteza nasceu, que desventura a tem nesta prisão baixa, oscura?»</p>
<p><b>ODA I - VIDA RETIRADA</b></p> <p>Vivir quiero conmigo, gozar quiero del bien que debo al cielo, a solas, sin testigo, libre de amor, de celo, de odio, de esperanzas, de recelo.</p>	<p><b>ODA I - VIDA RETIRADA</b></p> <p>Viver quero comigo, gozar quero do bem que devo ao céu, sozinho, sem testemunha, livre de amor, de ciúme, de ódio, de esperanças, de receio.</p>

A obra de Fray Luis contém traduções do grego, hebreu e latim, poemas em castelhano, poemas em latim, obras teológicas em latim, 4 obras em prosa em castelhano, escritos breves, cartas. Há também obras perdidas.

Os temas de suas obras são: a solidão do campo, o heroísmo moral, a ética, o tirano, o homem constante, os heróicos, os satíricos, os religiosos e os místicos. Em sua poesia há uma alegria destinada ao mundo simples e puro. A estrofe mais usada por Fray Luis

é a lira, de origem horaciana, trazida para a Espanha por Garcilaso. Para ele a lira era a forma mais adequada para a contenção do refrão poético. Ela é composta de cinco versos: dois de onze sílabas e três de sete sílabas, com as rimas aBabB. O fim da estrofe é uma pausa. Como poeta, ele desenvolveu a lira como estrofe, mas preferia o hendecassílabo para as traduções de poetas latinos e gregos, que, em geral, realizava em tercetos encadeados ou em oitava real.

Na obra de Fray Luis pode-se observar uma trajetória e evolução. Inicia imitando os modelos clássicos, bíblicos e italianos, para chegar a uma original poética. Porém, de uma prosa exuberante passa a uma forma de expressão sóbria e concisa, como em *De los nombres de Cristo*. Seus poemas expressam mais constantemente a ânsia de paz individual e cósmica.

A Ode *La Profecia del Tajo* é uma síntese da Idade Média e do Renascimento. A forma de ode vem de Horácio via Garcilaso, mas o tema é de raiz espanhola.

Fray Luis mostra Rodrigo, o último rei visigodo, como um ser execrável a concepção da idéia de Fray Luis é platônica unida ao sentimento cristão.

Na primeira estrofe, o poeta expõe a situação: o rei comete um pecado, abusando de uma donzela, à beira do rio. Este ergue o busto para repreender o criminoso. Na segunda estrofe o rio faz a maldição e começa a profetizar os males que cairão sobre Espanha. Segue esta profecia até a 5.<sup>a</sup> estrofe, na qual o poeta apresenta a extensão dessa desgraça do sul ao norte, do leste a oeste: “a toda a espaçosa e triste Espanha”. Da 6.<sup>a</sup> à 10.<sup>a</sup> estrofe o poeta visualiza a entrada marcial dos mouros a partir do grito vingativo do conde Julián e põe expressões de comiseração na voz do rio. Na 11.<sup>a</sup> estrofe, o rio descreve a visão do fato consumado; o vento que sopra ajudando os invasores a cruzarem o estreito de Gibraltar e Netuno como seu tridente abrindo caminho para os inimigos. Da 12.<sup>a</sup> à 15.<sup>a</sup> estrofe o

rio se dirige ao rei para abandonar a loucura amorosa e empunhar a espada: “Acude, acorre, vuela”. Na 15.<sup>a</sup> estrofe, o rio Tejo se dirige ao rio Guadalquivir, que banha Sevilha, para falar-lhe de sua indiferença diante da dor humana correndo serenamente para o mar e levando os despojos dos guerreiros: “Y tú, Betis divino,/ de sangre ajena y tuya amancillado, darás ao mar [...] cuánto cuerpo de nobles destrozado!” Por último a 16.<sup>a</sup> estrofe, a que finaliza o poema, é fatídica.

Segue a ode VII – Profecía del Tajo, em espanhol e em português:

Folgaba el Rey Rodrigo con la hermosa Cava en la ribera del Tajo, sin testigo; el río sacó fuera el pecho, y le habló desta manera:  «En mal punto te goces, injusto forzador; que ya el sonido oyo, ya y las voces, las armas y el bramido de Marte, de furor y ardor ceñido.  ¡Ay! esa tu alegría qué llantos acarrea, y esa hermosa, que vio el sol en mal día, a España ¡ay cuán llorosa!, y al cetro de los Godos ¡cuán costosa!  Llamas, dolores, guerras, muertes, asolamientos, fieros males entre tus brazos cierras, trabajos inmortales a ti y a tus vasallos naturales;  A los que en Constantina rompen el fértil suelo, a los que baña	1) Desfrutava o Rei Rodrigo da formosa Cava nas margens do Tejo, sem testemunha; o rio ergueu o peito, e lhe falou desta maneira:  2) «Em mal lugar te gozes, injusto violador; que já o som escuto, já e as vozes, as armas e o bramido de Marte, de furor e ardor cingido.  3) Ai! essa tua alegria que causa prantos, e essa formosa, que viu o sol em mal dia, a Espanha, ah tão chorosa!, e ao cetro dos Godos tão custoso!  4) Chamas, dores, guerras, mortes, destruições, ferozes males entre teus braços fechas, trabalhos imortais a ti e a teus vassallos naturais;  5) Aos que em Constantina rompem o fértil solo, aos que banha
---	--



<p>el Ebro, a la vecina Sansueña, a Lusitania: a toda la espaciosa y triste España.</p> <p>Ya dende Cádiz llama el injuriado Conde, a la venganza atento y no a la fama, la bárbara pujanza, en quien para tu daño no hay tar- danza.</p> <p>Oye que al cielo toca con temeroso son la trompa fiera, que en África convoca el moro a la bandera que al aire desplegada va ligera.</p> <p>La lanza ya blanda el árabe crüel, y hiere el viento, llamando a la pelea; innumerable cuento de escuadras juntas veo en un mo- mento.</p> <p>Cubre la gente el suelo, dbajo de las velas desaparece la mar; la voz al cielo confusa y varia crece; el polvo roba el día y le escurece.</p> <p>¡Ay!, que ya presurosos suben las largas naves. ¡Ay!, que tienden los brazos vigorosos a los remos, y encienden las mares espumosas por do hien- den.</p>	<p>o Ebro, à vizinha Sansueña,<sup>1</sup> a Lusitanea: a toda a espaçosa e triste Espanha.</p> <p>6) Já desde Cádiz chama o injuriado Conde, à vingança atento e não à fama, a brutal força, em quem para teu dano não demo- ra.</p> <p>7) Ouve que ao céu toca com temeroso som a fera trombeta, que na África convoca o mouro à bandeira que ao ar desdobrada vai rápida.</p> <p>8) A lança já empunha o árabe cruel, e fere o vento, chamando à luta; inumerável quantidade de escuadras juntas vejo em um mo- mento.</p> <p>9) Cobre a gente o solo, debaixo das velas desaparece o mar; a voz sob ao céu confusa e vária cresce; o pó rouba o dia e o escurece.</p> <p>10) Ai!, que já ligeiros Sobem as compridas. Ai!, que esten- dem os braços vigorosos aos remos, e agitam os mares espumosos por onde fe- rem.</p>
---	--

<p>El Éolo derecho hinche la vela en popa, y larga entrada por el Hercúleo Estrecho con la punta acerada el gran padre Neptuno da a la armada.</p> <p>¡Ay, triste! ¿y aun te tiene el mal dulce regazo? ¿Ni llamado al mal que sobreviene, no acorres? ¿Ocupado, no ves ya el puerto a Hércules sagra- do?</p> <p>Acude, corre, vuela, traspasa la alta sierra, ocupa el llano; no perdones la espuela, no des paz a la mano, menea fulminando el hierro insa- no.»</p> <p>¡Ay, cuánto de fatiga, ay, cuánto de sudor está presente al que viste loriga, al infante valiente, a hombres y a caballos juntamente!</p> <p>Y tú, Betis divino, de sangre ajena y tuya amancillado, darás al mar vecino ¡cuánto yelmo quebrado, cuánto cuerpo de nobles destrozado!</p> <p>El furibundo Marte cinco luces las haces desordena, igual a cada parte; la sexta, ¡ay!, te condena, ¡oh, cara patria!, a bárbara cadena.</p>	<p>11) O Eólio direto sopra a vela na popa, e abre a entrada pelo Hercúleo Estreito com o tridente penetrante o grande pai Netuno facilita a armada.</p> <p>12) ¡Ai, triste! E até te tem o mal doce regaço? Nem chamado ao mal que sobrevém, não acodes? Ocupado, não vês já o porto por Hércules sa- grado?</p> <p>13) Chega, socorre, voa, transpassa a alta serra, ocupa o plano; não perdoes a espora, não dês paz à mão, movimente fulminando o ferro in- sano.»</p> <p>14) Ai, quanta fadiga, ai, quanto suor está presente ao que veste loriga, ao infante valente, a homens e a cavalos juntamente!</p> <p>15) Y tu, Betis divino, de sangue alheio e teu manchado, darás ao mar vizinho quanto elmo quebrado, quanto corpo de nobres estraçalhado!</p> <p>16) Ofuribundo Marte cinco luzes as haces desordena, igual a cada parte; la sexta, ¡ay!, te condena, ¡oh, cara patria!, a bárbara cadena.</p>
---	---

Damaso Alonso faz uma excelente análise desta Ode. Ele analisa aspectos formais das estrofes: hipérbato, polissíndeto, assíndeto, harmonia vocálica sinestesia, ritmo. Ele julga a ode de Fray Luis superior à de Horácio na diversidade de cenas descritas e no ritmo.

A lenda remonta à Idade Média no período do domínio visigodo. Isto ocorreu depois da queda do Império Romano, por volta do século V, quando a Península Ibérica sofreu a invasão de povos bárbaros germanos: suevos, vândalos, álanos e visigodos.

Quando houve o domínio visigodo, a unidade romana rompeu-se totalmente. Os visigodos romanizaram-se: fundiram-se com a população românica, adotaram o cristianismo como religião e assimilaram o latim vulgar. Rodrigo, o último rei godo, lutou até 711 contra a invasão árabe, defendendo a religião cristã, tendo como língua o latim vulgar na sua feição hispano-românica.

Foi o século V um marco do início do Romanço — período que se estende até o começo do século IX, em que ocorreu a grande diferenciação do latim em uma variedade de falares. É uma fase de transição, que resulta no aparecimento de textos escritos nas diversas línguas românicas. Dentre esses falares intermediários, estão o castelhano e o romanço Lusitano.

Contudo, no século VIII, a Península Ibérica foi invadida pelos povos muçulmanos, que compreendiam os árabes e os berberes e eram chamados de mouros pelos habitantes da Península. O árabe era a língua de cultura deles e sua religião, o Islamismo. Tanto a língua como a religião eram muito diferentes da língua falada na região e não houve imposição de uma ou outra. A língua árabe era a oficial, mas o latim, já bastante diferenciado, era a língua de uso, mas bastante diversificada. Como resultado da interpenetração da língua árabe e da língua popular de estrutura românica, o moçárabe era falado pela população cristã que viveu sob o domínio árabe. São

nas montanhas das Astúrias (norte da Península) que se iniciaram as lutas da Reconquista Cristã.

É nessa época de transição godo-árabe que surge a lenda de Rodrigo. Esta lenda é cantada em vários romances. Ela parte da invasão moura e morte de Rodrigo na batalha de Guadalete. Em *La flor nueva de romances viejos* (1963), Menéndez Pidal recolhe romances sobre Rodrigo, dos séculos XV, XVI e XVII. Os romances sobre Rodrigo eram bem difundidos na Espanha, inclusive no *Quixote*, personagens como dona Rodrigues e Sancho Pança repetem versos do romance sobre a penitência do rei Rodrigo. Cada romance, incluído no florilégio de Menéndez Pidal, trata dos amores de Rodrigo e da perda de Espanha de maneira diversa, segundo a época. O romance escrito no século XVII, derivado de outros tradicionais, narra o momento em que Cava se banhava numa fonte do jardim e o rei Rodrigo a viu e se encantou perdidamente com a sua beleza, o que ocasionou a perda da Espanha “[...] De la perdida de España/ fue aquí funesto principio/ una mujer sin ventura/ y un hombre de amor rendido [...]” (p. 40). O escrito no século XVI, se inspirou na Crônica Sarracina do século XV, o rei se declara a Cava, ela se ri dele e o rejeita e zomba dele, mas quando o rei foi descansar e manda chamar-lhe, ela vai espontaneamente: “[...] Fuése El Rey dormir la siesta;/ por La Cava ha enviado,/ La Cava muy descuidda/fuese do el rey la ha llamado” (pp. 40-41). Um romance do Século XVII, narra o desespero de Cava e sua suplica ao Rey de não desonrá-la, mas este não a escutou e ela escreveu ao pai: “[...] Rodrigo, que sólo escucha/las voces de sus deseos/ forzóla y aborrecióla,/ del amor propios efectos./ La Cava escribió a su padre/ cartas de vergüenza y duelo/ y sellándolas con lágrimas/ a Ceupta enviólas presto” (pp. 41-42). O romance do século XVI, inspirado na Crônica Geral do rei Alfonso o Sábio, narra a traição de Don Julian, que, para se vingar da sua honra ofendida, na pessoa de sua filha, escreve uma carta

para o rei mouro, oferecendo-lhe a Espanha (p. 43). O romance do século XV narra o sonho do Rei Rodrigo pressagiando a sua desgraça, depois de ter dormido com Cava. Outro romance do mesmo século, narra Rodrigo depois da batalha, montado no cavalo cansado, caminhando só, morto de sede e fome, lembrando-se de seu apogeu e suplicando a morte : “[...] Ayer era rey de España/ hoy no lo soy de una villa; [...] ¡Oh muerte, ¿por qué no vienes/ y llevas esta alma mía/ de aqueste cuerpo mezquino,/ pues se te agradecería”. Um outro romance, desse mesmo século, narra a penitência de Rodrigo e sua voluntária morte e salvação: Entrou para fazer penitência de seus pecados de violador em um sepulcro onde tinha uma cobra com sete cabeças que lhe ia devorando pouco a pouco. E quando o centenário ermitão lhe pergunta como estava diz: “[...] Ya me come, ya me come,/por do más pecado había,/endereço al corazón,/ fuente de mi gran desdicha./ Las campanas del cielo/ sones hacen de alegría;/ las campanas de la tierra/ ellas solas se tañían;/ el alma del penitente/para los cielos subía” (p. 50).

O goticismo literário, na primeira metade do século XVI, teve um grande esplendor. Segundo Menéndez Pidal, a lenda de Rodrigo oferece, mais que em nenhuma época, as formas mais variadas e inovadoras. E Fray Luis, naturalmente, sabia que os seus leitores/ouvintes tinham conhecimento dessa lenda e fez sabia intertextualidade com Horácio. Sua criatividade, ao tratar em seu poema do popular mito hispânico-godo, o impele a modificar o discurso dominante.

Quanto ao aspecto mítico, muito mais que uma interpretação histórica sobre a ruína do império visigodo, era, na Idade Média, uma afirmação anti-islâmica, ao mesmo tempo em que levava consigo uma promessa de uma monarquia peninsular. O mito de Rodrigo se tornava uma afirmação da essência hispânica e um ponto sagrado para a Espanha de “puro sangue” (casticista) e “cristiano-vieja”.

A data da morte de Rodrigo não é certa. A batalha de Guadalete teve lugar em Julho de 711, mas ao que parece ele teria sucumbido em Segoyuela (714). Segundo o abade António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do famoso Reyno de Portugal*, tomo II, Lisboa, 1708, Rodrigo foi expulso da Andaluzia e teria buscado refúgio na Lusitânia, onde poderia ter tentado fundar o seu reino, já que existia em Feital (Trancoso, distrito da Guarda) uma sepultura com a inscrição “Aqui jaz Roderico, rei dos godos”, e que se conservava no século XVIII na igreja de São Miguel de Feital. Há um ornanço que narra que rodrigo depois da infeliz batalha em guedalete foi exilar-se em Portugal.

Existe uma lenda sobre o rei Rodrigo que envolve a família de dom Julião. Conta a lenda que este enviou sua filha Cava<sup>2</sup> a Toledo para ser educada e teria sido seduzida por Rodrigo, que era um rei efetivo ainda que aparentemente precário. Dom Julião, com ódio, teria pedido ajuda aos muçulmanos para vingar sua ofensa. De todo modo, à margem desta lenda, coexistem uma série de provas menores que demonstram que, de alguma forma, Julião e parte da aristocracia visigoda se esforçaram deliberadamente em despertar o interesse dos muçulmanos pela Hispânia e que, em um primeiro momento, lhes prestaram considerável ajuda. Mas Fray Luis soube, utilizando recursos estilísticos e formais, encaixar, com contenção, uma lenda que sai das crônicas e vai para os narrativos e populares romances, dentro dos ideias renascentistas.

## Notas

<sup>1</sup> Há menção de Sansueña no Quijote 2.<sup>a</sup> Parte, cap XXVI, no romance que trata sobre a liberdade que deu o senhor Gaiferos à sua esposa Melisenda que estava na Espanha em poder de mouros na cidade de Sansueña que hoje se chama Zaragoza.

<sup>2</sup> Há uma explicação que o promontório da Cava Rumia quer dizer: *cava* = má

mulher e *rumia* significa “*crisã*”, e que o cabo havia recebido esse nome porque era tradição entre os mouros dizer que ali estava enterrada a “*mala mujer cristiana*” por quem a Espanha se perdera. Trata-se de uma referência à filha do conde dom Julián. A tradição popular contava que Cava, para vingar-se de Rodrigo, que a tinha enganado, havia orientado os mouros para a conquista da Espanha. A ideia de que a mulher é a perdição do mundo, que provém da Bíblia, do mito do Paraíso, da causa da expulsão desse lugar ideal de Adão e Eva, perdurou durante muitos séculos.

## Referências

ALONSO, Damaso. *Poesía española. Ensayo de métodos y límites estilísticos*. Garcilaso, Fray Luis de León, San Juan de la Cruz, Góngora, Lope de Vega, Quevedo. 4.ed. Madrid, Gredos, 1963.

HELLER, Ágnes. *El hombre del Renacimiento*. Traducción de José-Francisco Ivars y Antonio Prometeo Moya. Barcelona: Ediciones 62, 1980.

RICO, Francisco (org.) *Historia y crítica de la Literatura Española. Siglos de Oro: Renacimiento*. Barcelona: Crítica, 1980. v. 2, pp. 382-425.

Menéndez pidal, Ramó. *Flor nueva de roances viejos*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1963.

VALBUENA PRAT, Ángel. La poesía de Fray Luis de León. La prosa de Fray Luis de León. In: *Historia de la literatura Española*. 6. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1960 v.1, pp. 529-603.

## É O URURAU ZARPOU...

*José Carlos Mattedi\**

**Resumo:** O texto abaixo narra uma história triste, banhada no horror da arbitrariedade da baioneta militar, e que abalou a então Província do Espírito Santo. Em 1827, durante a Guerra da Cisplatina, uma embarcação da Marinha brasileira atracou em Vitória para conserto do casco avariado e, sorrateiramente, sequestrou os homens que participavam da procissão de Corpus Christ nas ruas da cidadela. Um episódio marcante e pouco conhecido da História capixaba.

**Palavras-chave:** Procissão – Marinha – Corpus Christ – navio de guerra – Ururau – Guerra da Cisplatina – Vitória – marinheiros – milicianos.

Sabe aquela expressão popular: “E ficaram a ver navio...”? Pois bem, isso de fato aconteceu, aqui, em Vitória-ES. No dia 14 de junho de 1827, os moradores da pequena cidade se reuniram no porto para dar adeus. Com lenços e lágrimas, famílias desesperadas acenaram para os homens da província que foram sequestrados dois dias antes, durante a procissão de Corpus Christ nas ruas da cidade. No navio de guerra brasileiro, denominado Ururau, pais, maridos e irmãos eram mantidos prisioneiros e levados para lutarem na Guerra da Cisplatina (1825-1828), na longínqua Bacia do Rio da Prata. Muitos foram, mas não se sabe quantos voltaram, ou se voltaram...

Tudo começou com uma avaria no Ururau. Essa embarcação à vela, com seis canhões a bordo, entrou em combate com um corsário argentino (o país vizinho defendia a soberania da Cisplatina, atual Uruguai) na costa capixaba, em 29 de maio de 1827. O inimi-

---

\* Jornalista, escritor, membro da Academia Espírito-santense de letras e associado efetivo do IHGES.



go fugiu, mas causou danos ao brigue brasileiro que buscou refúgio na baía de Vitória dois dias depois, onde passaria por reparos. Durante o período de conserto e de abastecimento da embarcação, foi delineado um plano para, traiçoeiramente, recrutar homens para a guerra no sul do Brasil. A captura contou com a providencial ajuda do comandante das Armas do Espírito Santo, Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama, há três meses no cargo e ansioso em mostrar serviço.

Vitória, um povoado cristão, respeitava as festas e os dias religiosos. Os moradores, tementes a Deus, não faltavam às cerimônias litúrgicas e às procissões que percorriam as vielas da cidade. Naquele mês de junho, precisamente no dia 12, os fervorosos vitorienses saíam na procissão de Corpus Christ. Era uma quinta-feira. As ruas estavam enfeitadas com pétalas de flores, folhagem fresca e palhas de palmeira. Formavam belos tapetes. A ornamentação também incluía arcos e bandeirolas, colchas e toalhas rendadas — estas expostas nas janelas e varandas das casas.

## **Cortejo religioso**

À tarde, iniciou-se a procissão. Na frente seguia a cruz, entre círios. Depois vinha a imagem de São Jorge (uma tradição lusitana), ladeada por andores. Do cortejo religioso participavam mulheres - com grinaldas cobrindo o rosto e rezando o terço que levavam entre as mãos — crianças vestidas de anjinhos, e homens com seus fraques. Autoridades seguiam eretas, acompanhadas pelo povo. Das janelas caíam pétalas de rosas, soltas ao vento por donzelas brejeiras. Tudo muito cerimonioso, provinciano. Entretanto, nos cantos das ruas e becos, ou encostados nas paredes das casas, admirados e atentos olhos forasteiros seguiam o suntuoso pálio. Eram os maru-

jos do Ururau. Mas, não estavam sozinhos: a milícia de Nogueira da Gama também se fazia presente, disfarçando suas intenções.

Cercada pelo mar, que roçava a base dos seus morros, Vitória assistia a mais uma procissão de Corpus Christ, que percorria calmamente as ruas altas da cidade. O fervoroso préstito passava pelo Largo da Misericórdia (hoje, Praça João Clímaco, próximo a então igreja-matriz de São Thiago), Ladeira do Colégio (escadaria do Palácio Anchieta), Rua da Assembléia (atualmente, Muniz Freire) e outras vielas nas imediações da igreja. Enquanto isso, marinheiros e milicianos aguardavam ansiosos para prender e conduzir a bordo os homens de fé. E quando recolheram-se os cânticos e adornos à matriz, finalizando o cortejo, os militares agiram. Cercaram as bocas das ruas que davam para o largo, aprisionando os cristãos como gado em curral.

De repente, a correria! Gritos. Gemidos. Socos. Pontapés. Abraços comprimidos. Gravatas apertadas. Roupas rasgadas. Poeira na pele. Sangue escorrendo... Brutalidade! Desespero. Agonia. Choro. Lágrimas. Brados aos santos e deuses... Aflição! Mulheres gritavam pelos seus homens, acorrentados e presos aos grilhões, que tentavam escapar, faziam força e pediam misericórdia... Imploravam. Soluçavam. Os olhos revelavam pavor. Ardiam em cólera e medo... Pais chamavam por seus filhos, e tentavam libertá-los... Em vão! Grilhões apertavam o pranto, que escorria... Filhos pediam pelos pais, e irmãs pelos irmãos... Um cenário de tristeza e medo abriu-se sobre a pequena Vitória — seus habitantes, tão religiosos, amargavam a dor.

## Defesa da pátria

Traíçoeiramente, todos foram apanhados de surpresa. Num golpe só. Alguns fugiram: rapazes desceram ladeira abaixo em

desabalada carreira; uns pularam ao mar, nadando para longe, a ermo. Deixaram para trás cartolas e chapéus de palha. Já outros, incautos, fisgados pelas garras das águias, foram levados à força para o Ururau, recrutados para a defesa da pátria. Marujos, suados, compraziam-se pelo carregamento... Foi quando alguém percebeu a imagem de São Jorge jogada no chão do Largo da Misericórdia. Na correria, esqueceram do pobre santo que foi recolhido à cadeia pública e lá permaneceu por um bom tempo... O sol daquela tarde a tudo assistira, brilhante e impassível.

No cais, marinheiros e milicianos foram postados para proteger a carga humana que, aos poucos, era levada à embarcação. Naquela época, o porto funcionava como um simples ancoradouro de madeira. No Canal de Vitória, os navios operavam ao largo devido ao volume de rochas submersas próximo ao cais. As cargas eram trazidas aos trapiches ou carregadas até as embarcações por meio de flutuantes ou pequenos barcos. Assim, em condições precárias, os homens foram arrastados até os botes e depois trancafiados no Ururau.

Caboclos, escravos e filhos de fidalgos foram aprisionados no porão. De lá, talvez, pudessem ouvir o lamento de mães, irmãs e filhos que imploravam pela liberdade deles na beira do cais. Os oficiais, insensíveis aos apelos, aguardavam apenas os últimos reparos no brigue para prosseguirem viagem — o que aconteceria no sábado, dia 14. Houve, então, um clamor pelas ruas da cidadela. Mães e esposas, ajoelhadas, gritavam aos céus e aos homens pela liberdade de filhos e maridos.

### **“Ordens superiores”**

Desesperados, os familiares buscaram ajuda no Comando das Armas. A lamúria comovia. Patético, Nogueira da Gama dizia ape-

nas que não faria nada, pois “cumpria ordens superiores”. Os mais afortunados sugeriram então uma troca: escravos sadios pelos filhos queridos. Provavelmente, alguns conseguiram reaver seus rapazes, mandando os servos para o sacrifício da guerra. Já os miseráveis, coitados, apenas lamentaram a má sorte.

E o Ururau zarpou... No sábado, logo pela manhã, o brigue de guerra encheu suas velas e singrou o mar levando a preciosa carga de vitorienses aprisionados. Deixava no cais a dor dos parentes, e carregava no porão a saudade de homens (pais e filhos, casados e solteiros, viúvos e escravos) recrutados à força para servirem à pátria. Desembarcaram no Rio de Janeiro. De lá, seguiram para o sul, integrando-se às Armas brasileiras nos mares de guerra. Contam que poucos voltaram às terras capixabas, aos braços dos entes queridos.

E Vitória, durante décadas, não assistiu mais à tradicional procissão de Corpus Christ, devido ao medo dos fiéis ou em memória aos que foram e nunca mais voltaram. Quanto à imagem de São Jorge, que ficou “detida” na cadeia pública, somente em 1864 voltou à matriz, em solene procissão.

\* \* \*

## **Recrutamento**

Tanto na Guerra Cisplatina (1825-1828) como na Guerra do Paraguai (1864-1870) houve recrutamento forçado de brasileiros. No início do segundo conflito, de acordo com o historiador Luiz Carlos da Silva, o brio “patriótico” levou muita gente ao combate, mas, à medida que o tempo passava e a guerra mostrava-se sem solução, novos soldados foram recrutados à força. “Em muitas cidades, a população masculina simplesmente sumia das áreas urbanas e até do campo [...] para fugir ao dever com a pátria. Assim, tornou-

se necessário recorrer aos escravos. [...] Grandes fazendeiros podiam se alistar como voluntários e enviar grupos de escravos em seu lugar”, escreve Silva na Revista de História da Biblioteca Nacional (Ano 2, n.º 18, março de 2007. Matéria: Em Guerra no Riachuelo. pp. 71 e 72).

### Fontes de pesquisa

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo – sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Tomo I. Vitória: Tipografia do Espírito-Santense, 1879.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Fundo Editorial do Espírito Santo, Vitória-ES. 1980, pp. 153 a 157.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Coleção Canaã – vol. 8, 3.ª edição. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano de 2008, pp. 307 e 308.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O Desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870/1940*. Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, 2.ª edição. 1995.

# A BANDA DE MÚSICA DA PMES: 118 ANOS DE HISTÓRIA. O RESTO É ESTÓRIA.

*Gelson Loiola\**

**Resumo:** A presente pesquisa tem por objetivo desvendar a verdadeira data de criação da Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, que tem uma participação marcante e gloriosa na história da Corporação capixaba, uma vez que tal assunto sempre foi abordado por historiadores de forma contraditória e sem qualquer comprovação documental, fazendo com que, ao longo do tempo, seus gestores cometam equívocos em suas comemorações de aniversário, fazendo com que a estória prevaleça sobre a história, fundamental para as futuras gerações.

**Palavras-chave:** Polícia Militar — Banda de Música – estória – história – criação – organização – memória.

## Introdução

Para entender a história é preciso buscar não somente as evidências, mas também, dados consistentes que a comprove, para que não se transforme em estória. E abordamos a questão, em face de, às vezes encontrarmos dados fragmentados, aos quais temos que pesquisar para chegarmos a uma conclusão histórica. Por exemplo, Demoner, na obra sobre a História da PMES (1985), afirma que: “desde a sua criação em 1840, a banda de música da PMES, sempre abrilhantou as grandes festividades, como a chegada do Imperador D. Pedro II à Vitória em 1860 e os festejos com o término da Guerra do Paraguai” (p. 131), sem citar a fonte e a data, o que sugeriu uma pesquisa mais aprofundada.

---

\* Coronel da Reserva da PMES, escritor, pesquisador, bacharel e professor de Direito. Especialista em Ensino Superior e associado efetivo do IHGES.

Em 2005, a Banda da PMES realizou uma magnânima comemoração de seu aniversário dos 165 anos de existência, considerando a data de sua criação, no dia 13 de setembro de 1840, a partir daí, iniciamos a pesquisa histórica comprobatória de sua criação.

## 1. O Desafio da Pesquisa Comprobatória sobre a Banda da PMES

Conforme comentamos e as afirmações anteriores da historiadora Demoner (1985), nos remetem, primeiramente, a Lei n.º 9, de 8 de maio de 1839, que reorganiza a PMES para o período compreendido de julho de 1839 a junho de 1840, onde consta o seu efetivo composto por 93 (noventa e três) policiais, assim distribuídos: 1 (Ten) 1 (1.º Sgt), 2 (2.º Sgt), 1 (Furriel), 6 (Cabos), 2 (Cornetas) e 80 (Soldados), sem qualquer referência à Banda de Música (L. leis, 1839, p. 41).

No ano seguinte, o presidente Lopes através da Lei n.º 4, de 6 de maio de 1840, pelo art. 1.º, dispõe: “A Força Policial para o ano financeiro de 1.º de julho de 1840 a 30 de junho de 1841[...]” (p.10), e fixa o efetivo com 1 (1.º Ten), 1 (2.º Ten), 1 (1.º sgt), 2 (2.º sgt), 1 (furriel), 6 (cabos), 2 (cornetas) e 80 (soldados), com relação a execução de toques musicais, temos apenas 2 corneteiros como no ano anterior, sem qualquer referência a criação de uma Banda de Música na Corporação.

Para melhor comprovação, no ano de 1840 foram aprovadas e publicadas as seguintes leis e resoluções: Lei n.º 1, de 5 de maio, revogando a Lei n.º 20, de 1838 que criara uma loteria em prol do Hospital da Misericórdia, na capital. Lei n.º 2, de 6 de maio, aprovando tabelas de emolumentos e seu regulamento. Lei n.º 3, de 6 de maio, autorizando a reforma da administração de rendas públicas. Lei n.º 4, de 6 de maio, fixando o efetivo da força policial e,

conforme comentamos não cria a Banda de Música na Guarda de Polícia Provincial. Resolução n.º 5, de 6 de maio, autoriza o governo a examinar terrenos em São Mateus e na Serra, visando abertura de canais. Lei n.º 6, de 20 de maio, fixa subsídios e ajuda e custos para os Deputados. Lei n.º 7, de 20 de maio, autoriza a venda em leilão de bens da santa casa de Misericórdia de Vitória. Lei n.º 8, de 21 de maio, extinguindo contribuições fixadas pelo decreto de 1817 em prol da Santa casa de Misericórdia. Lei n.º 9, de 22 de maio, orçando receita e despesa provincial para 1840 e 1841. Lei n.º 10, de 25 de maio, orçando a receita e despesa Municipal para 1840 e 1841. Resolução n.º 11, de 25 de maio, aprovando as contas da Câmara Municipal de Guaraparí. Resolução n.º 12, de 25 de maio, interpretando os art. 12 (que trata de guias e recibos de peças fardamento), e o art.18 (que trata da dispensa de serviços de praças especialistas — alfaiates e capoteiros). Lei n.º 23, de 1838, que regulamenta a Guarda Policial, sem qualquer referência a músicos. Resolução n.º 13, de 2 de junho, autorizando arrecadação de moradores da Vila da Serra para promover melhorias na estrada do Porto de Uma. Resolução n.º 14, de 4 de junho, dá competência ao governo para a nomeação de oficiais da Guarda Nacional na Província capixaba. Regulamento n.º 1, de 15 de junho, da Lei n.º 3, de 6 de maio de 1840, sobre rendas provinciais. Regulamento n.º 2, de 30 de outubro de 1840, da Lei n.º 6, sobre agentes de rendas.

Outro dado, importante é o que consta das atas lavradas em 1840 e 1841, nos arquivos da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, no ano de 1840, conforme comprovamos, a última lei publicada foi a n.º 10, de 25.5.40, e que após a sua publicação, a Assembléia Provincial entrou em recesso, o que era comum na época. Posteriormente tivemos as resoluções sendo a última publicada, a de n.º 14 no dia 4.6.1840, e não houve mais nenhum ato publicado naquele ano, apenas as regulamentações da lei n.º 6, em 6 de ju-



nho e 30 de outubro de 1840, respectivamente. Assim, não houve qualquer publicação datada de 13 de setembro de 1840, nem sobre qualquer criação de uma banda de Música na Província.

A Assembléia só reiniciou suas atividades em 30 de abril de 1841, o que torna inconsistente a afirmação contida na obra de Demoner (1985) “LEI de 13 de setembro de 1840: Criação de uma banda de música provincial” (p. 240), primeiro porque conforme comprovamos não houve a edição ou publicação de qualquer lei no período afirmado (atas da Assembléia), e segundo, que desta vez, resolve só afirmar a criação de uma “banda de música provincial”, e não a criação de uma “Banda de música na Força Policial”, conforme afirmara na p. 131 de sua obra, basicamente, instaurando a seguinte contradição: Em 1840 foi criada uma banda de música na Guarda Policial ou na Província do Espírito Santo? Conforme comprovamos através dos documentos citados, com certeza não foi na Força Policial.

## 2. A Organização Anual do Efetivo da PMES

Em seguida a Lei n.º 4, de 1841, que fixou o efetivo da PM para o ano de 1842, também não a cria a Banda de Música da PM, e no relatório do presidente João Lopes da Silva Coito datado de 28 de agosto de 1842, sugere a manutenção do efetivo de 1840 e 1841, e mostra o mapa da Força Policial com um efetivo existente 1 (Oficial Cmt), 1 (Oficial Sub Cmt), 1 (1.º Sgt), 2 (2.º Sgt), 1 (Furriel), 5 (cabos), 2 (Cornetas) e 61 (Soldados), em qualquer registro sobre a banda de Música.

**MAPPA DA FORÇA DA GUARDA POLICIAL, E DEMONSTRATIVO, EM QUE A MESMA HE EMPREGADA.**

QUARTEL NA CIDADE DA VICTORIA EM 30 DE AGOSTO DE 1842.		DEMONSTRAÇÃO DO SERVIÇO.									
		QUALIDADE DO SERVIÇO.									
		SERVIÇO REALIZADO NA CAPITAL DA PROV. DO RIO GRANDE DO SUL.									
		TOTAL.									
		OFFICIAES.		ESCRIBEVIAS.		CORNETAS.		SOLDADOS.		TOTAL.	
		1.º COMANDANTE.	2.º DELEG.	1.º ESCRIBEVIAS.	2.º DELEG.	1.º CORNETA.	2.º CORNETA.	1.º SOLDADO.	2.º SOLDADO.	1.º TOTAL.	2.º TOTAL.
Prontas . . . . .		1	1	1	2	1	1	2	1	55	68
Docias											
No Hospital . . . . .								1	1	2	2
No Quartel . . . . .											
Ausentes . . . . .										1	1
Estado effectivo . . . . .		1	1	1	2	1	1	5	3	61	74
Faltam a completar . . . . .								1	19	20	20
Estado completo . . . . .		1	1	1	2	1	1	6	2	80	94

DEMONSTRAÇÃO DO SERVIÇO.		DEPARTAMENTOS.		SERVIÇO REALIZADO NA CAPITAL DA PROV. DO RIO GRANDE DO SUL.		TOTAL.	
QUALIDADE DO SERVIÇO.		1.º COMANDANTE.	2.º DELEG.	1.º CORNETA.	2.º CORNETA.	1.º SOLDADO.	2.º SOLDADO.
Na Comarca de São Mateus . . . . .		1	1			1	20
Hagerstein . . . . .						1	7
Recemose . . . . .						1	5
Guamari . . . . .						1	5
Serra . . . . .						1	3
Alfda Yella . . . . .						1	2
Guarda de Cadela . . . . .						1	2
Reforço à mesma . . . . .							
Guarda de Quartel . . . . .							
Ordensampa . . . . .							
Patrullas ad a meio noite . . . . .							
SOMMA . . . . .		2	2	1	1	20	64

**OBSERVAÇÕES.**

Além do serviço estado n'este mappa, ha diligencias para fora da Capital, e quasi todos os dias requisições das Authoridades Policias.

ANTONIO JOSÉ PEREIRA MAIA PARANHOS,  
1.º Comandante.

1. Mapa da Guarda Policial de 1842. Extraído do Relatório Presidencial de 1842.

Interessante é que em sua obra, Demoner (1985) anexa o mapa de efetivo da Guarda Policial de 19.5.1843, onde consta, 1 (1.º Cmt), 1 (2.º cmt), 1 (1.º Sgt), 2 (2.º Sgts), 1 (Furriel), 6 (Cabos), 2 (Cornetas) e 59 (Soldados), distribuídos no interior (S. Mateus, Sul e Serra), 38 policiais, e na Capital 35 policiais, e não há qualquer referência a respeito da Banda de música, contendo como nos anteriores, apenas 2 corneteiros, comprovando a sua inexistência.

**GUARDA POLICIAL.**

**MAPPA da força e demonstrativo em que a mesma é empregada.**

QUARTEL NA CIDADE DA VICTORIA, em 19 de Maio de 1842.		DEMONSTRAÇÃO DO SERVIÇO.									
		QUALIDADE DO SERVIÇO.									
		SERVIÇO REALIZADO NA CAPITAL DA PROV. DO RIO GRANDE DO SUL.									
		TOTAL.									
		OFFICIAES.		ESCRIBEVIAS.		CORNETAS.		SOLDADOS.		TOTAL.	
		1.º COMANDANTE.	2.º DELEG.	1.º ESCRIBEVIAS.	2.º DELEG.	1.º CORNETA.	2.º CORNETA.	1.º SOLDADO.	2.º SOLDADO.	1.º TOTAL.	2.º TOTAL.
Prontas . . . . .		1	1	1	2	1	1	2	1	54	67
Docias											
No Hospital . . . . .								1	1	2	2
No Quartel . . . . .											
Estado Effectivo . . . . .		1	1	1	2	1	1	6	2	59	73
Faltam a completar . . . . .								1	1	2	2
Estado completo . . . . .		1	1	1	2	1	1	6	2	60	74

DEMONSTRAÇÃO DO SERVIÇO.		DEPARTAMENTOS.		SERVIÇO REALIZADO NA CAPITAL DA PROV. DO RIO GRANDE DO SUL.		TOTAL.	
QUALIDADE DO SERVIÇO.		1.º COMANDANTE.	2.º DELEG.	1.º CORNETA.	2.º CORNETA.	1.º SOLDADO.	2.º SOLDADO.
Na Comarca de S. Mateus . . . . .		1	1			1	20
Na Villa da Serra . . . . .						1	4
Na Comarca do Sul . . . . .						1	5
Patrullas de noite . . . . .						1	3
Guarda de Gales . . . . .							
Guarda de Quartel . . . . .							
Ordensampa . . . . .							
Fiquetes . . . . .							
SOMMA . . . . .		1	1	1	1	4	23

**OBSERVAÇÕES.**

Além do serviço estado n'este Mappa, ha diligencias para fora da Capital, e quasi todos os dias requisições das Authoridades Policias.

ANTONIO JOSÉ PEREIRA MAIA PARANHOS, Capitão 1.º Comandante.

2. Mapa da Guarda Policial de 1843. Extraído da obra de DEMONER, 1985, p. 50.

### 3. A Extinção e a Recriação da Força Policial da Província

Na época provincial, conforme constatamos, lei organizava a PM para o ano seguinte, e pela Lei n.º 12, de 16 de novembro de 1844, no “Art. 4.º Fica dissolvida desde já a guarda policial”, e o seu efetivo passa a compor a recém criada Companhia de Guerrilha cuja missão é de recapturar escravos fugitivos e combater os quilombos que se espalhavam na Província capixaba. Assim, a partir de 1845 o Espírito Santo fica sem a sua Guarda de Policia Provincial.

Em razão da extinção da Força Policial, o vice-presidente Joaquim Marcellino sanciona a Lei n.º 8, de 29 de julho de 1845, que pelo art. 1.º dispõe: “Fica desde já criada nesta província uma guerrilha que se empregará unicamente para prender criminosos e escravos fugidos” (l.leis, 1845, p. 7), e nos demais dispositivos prevê um efetivo de 20 integrantes voluntários, uniformizados, com um comandante nomeado pelo presidente da província; não sendo obrigados a ficarem aquartelados, devendo comparecer apenas quando convocados pelo comandante, sempre que necessário, para capturarem criminosos e escravos foragidos, nos demais casos somente mediante ordem do presidente

Visando substituir os serviços da extinta Guarda de Policia Provincial, pelo Decreto de 30 de setembro de 1845, conforme dados extraídos do relatório presidencial de 1846, é recriado o Corpo de Pedestres, que fora extinto em 1824, tendo o tal Corpo, se constituído numa Companhia de Pedestres um efetivo de 82 (oitenta e duas) praças, o qual passa a ser comandando a partir do dia 2 de outubro de 1845, pelo Capitão reformado do Exército Brasileiro, Antônio Fernandes de Andrade.

Visando substituir a extinta Força Policial, através do Decreto de 30 de setembro de 1845 é recriado o “Corpo de pedestres”, reafirmando assim a nossa tese embrionária de 1800, porém, em

17 de julho de 1846, o Corpo de Pedestres é deslocado para policiar a estrada que liga o Espírito santo a Minas Gerais, deixando a capital desguarnecida em seu policiamento. A ausência de uma Força Policial regular começa a causar certos problemas levando os presidentes da Província em diversos relatórios apresentados na Assembléia Legislativa capixaba, a reclamarem a sua inexistência e solicitar a sua recriação.

A tentativa de se reorganizar um corpo policial surge através do advento da lei n.º 9, de 4 de maio de 1848, a qual autoriza o engajamento de 13 (treze) praças na Companhia de Caçadores do Exército Brasileiro, visando à execução do policiamento da cidade de Vitória, capital da Província do Espírito Santo.

Na obra não publicada do coronel PM Francisco Eujênio de Assis, *Polícia Militar do Estado Espírito Santo: um pouco e sua história*, datilografada e doada pela sua filha ao Arquivo Público do Espírito Santo em 1983, temos um informe que diz: “1850 – Lei de 13 de setembro. Dispõe sobre vencimentos e cria uma banda de música” (p. 28). De início contradiz o ano de criação, 1850 e não 1840. Em seguida não cita o n.º da lei que a criou e nem diz aonde foi criada, é lógico que não foi na Força Policial, pois estava extinta desde 1845.

Diante do transcrito, pesquisamos as leis e resoluções aprovadas no ano de 1850 e constatamos somente as seguintes publicações: Lei n.º 1, de 26 de agosto, dando nova organização à administração das rendas da Província. Lei n.º 2, 26 de agosto, fixando subsídios e ajuda de custo aos membros da Assembléia Provincial. Resolução n.º 3, de 26 de agosto, autorizando construção de chafariz na Fonte Grande. Resolução n.º 4, de 26 de agosto, elevando o salário do professor de gramática da capital. Resolução n.º 5, de 26 de agosto, regulamenta o § 1.º, do art. 20, do Regulamento de 1848. Lei n.º 6, de 2 de setembro, orçando e fixando receita e despesa municipal para o ano 1851. Resolução n.º 7, aprovando artigos das Posturas

Municipais da Câmara de São Mateus. Resolução n.º 8, aprovando as contas das Câmaras Municipais da Província de 1849. Resolução n.º 9, de 20 de setembro de 1850, aprovando posturas da Câmara Municipal de Itapemirim. Resolução n.º 10, de 26 de setembro de 1850, autorizando uma subscrição para melhoramento da estrada da Vila Serra. Lei n.º 11, de 26 de setembro, orçando a receita e despesa para 1851. Resolução n.º 12, de 26 de setembro, incorporando a Freguesia de São José de Queimado a Vila da Serra. Lei n.º 13, de 26 de setembro, criando um hospital de caridade em São Mateus. Resolução n.º 14, organizando e uniformizando a escrituração contábil nas Câmaras Municipais da Província e, finalmente, a Resolução n.º 15, de 26 de setembro, aprovando Posturas Municipais da Câmara da Serra. Como provamos no ano de 1850, não houve qualquer lei ou resolução publicada sobre vencimentos e criação de qualquer banda de música na Província capixaba, muito menos na data de 13 de setembro daquele ano.

No ano de 1852, o presidente, José Bonifácio Nascentes de Azambuja ao apresentar seu relatório a Assembléia Provincial, no dia 24 de maio, informa que todo o efetivo das forças de segurança para a atividade de policiamento da capital, possui, ainda, 30 policiais, e sugere: “a criação de um commandante, sem o qual não pode ter a disciplina que lhe é indispensável, nem ser regularizada. Actualmente é ella commandada por uma das praças arvorada em sargento, que nada póde fazer por lhe faltar o prestígio, e capacidade necessária” (Rel. Pres. 1852, p. 17). Conforme podemos constatar o pelotão de 30 praças policiais encarregadas do policiamento da capital capixaba, atuam vinculada a Companhia de Caçadores, sem um Oficial comandante próprio, necessário para a sua legalização como uma Força Policial Estadual.

O presidente Evaristo Ladislau Silva no relatório à Assembléia da Província, no dia 23 de maio de 1853, volta a criticar a situação

de abandono em que se encontra a reduzida tropa policial, composta por apenas 30 praças e devido à “falta de um official que a vigiasse” (p. 11), determinou que a tropa policial se instalasse no Quartel da Força de Pedestres, e permanecesse sob as ordens do comandante dos Pedestres e seus regulamentos, desvinculando-a da Companhia de Caçadores do Exército.

No ano de 1854, fica cada vez mais clara a necessidade da recriação da Polícia Militar na província, quando o presidente Sebastião Machado Nunes, na sessão do dia 25 de maio deste ano, afirma: “Depois que a lei de 16 de novembro de 1844 aboliu o corpo policial nesta província, a administração não tem cessado de lutar com sérios embaraços” (p. 11), e prossegue:

A criação de um corpo policial, regular, e convenientemente organizada, vos tem sido por muitas vezes pedida por meus illustres antecessores. Hoje ousou afirmar que a sua falta compromette o futuro da província. As 21 praças de policia, decretadas na vigente lei de orçamento, sem organização, sem disciplina, e sem a menor instrução militar, quase nem um serviço podem prestar. (Rel. Pres. 1854, p. 12)

Este registro de 1854 comprova que continua extinta a Guarda de Polícia Provincial capixaba, e a reativação da Força Policial na Província do Espírito Santo se faz extremamente necessário, sob pena de conforme afirmou o presidente Sebastião Nunes, comprometer o futuro da província capixaba, pois as praças que atuam junto a Companhia de caçadores e as do Corpo de Pedestre, desviadas de suas funções, não conseguem realizar os serviços de policiamento necessários a segurança da sociedade capixaba.

Os reclamos presidenciais pela ausência da Força Policial nove anos depois surtem efeito, pois, através da Lei n.º 4, de 8 de julho de 1856, o presidente da Província decide pelo “Art. 1.º – A Força Poli-

cial da província contará de um commandante, que terá ao menos a graduação de alferes, de um sargento, um furriel, dous cabos, um corneta e vinte e cinco soldados [...]”, conforme constatamos, há apenas um corneteiro, sem qualquer referência a uma Banda de Música.

No ano de 1857, o presidente José Maurício, em relatório diz: “Policia – A companhia de policia reorganizada pela lei n.º 4, de 8 de julho de 1856, conta apenas de 21 praças [...]” (p. 7), logo, não há qualquer possibilidade de possuir qualquer Banda de Música.

Quanto à afirmativa de que, a Banda de Música da PMES tocara na recepção do Imperador D. Pedro II, em sua visita ao Espírito Santo, em 1860, feita por Demoner (1985, p. 131), o autor, Paulo de Barros, na obra *Memória Fotográfica da Serra* (2002), afirma que:

A banda Recreio dos Artistas teve sua origem na ocasião das solenidades dedicadas ao Imperador Dom Pedro II na sua visita oficial ao Município da serra no ano de 1860 — a sua origem está ligada à antiga Guarda Nacional, que teve sua formação na serra pelo decreto número 284 em 20 de outubro de 1858. (p. 102)



Foto 1 – Banda Recreio dos Artistas do município de Serra-ES. Incorporou-se a Guarda Nacional em 1858.

Assim, temos a Banda Militar da Guarda Nacional, que recepcionaria o Imperador, a qual pode considerar o “embrião” da Banda de Música do 38.º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, sediada no município de Vila Velha-ES.

Em 1861, o presidente Antonio Alves de Souza Carvalho, no dia 11 de março, por ocasião da transmissão do cargo para o 1.º vice-presidente, João da Costa Lima e Castro informa que a Companhia de Polícia conta atualmente com 33 (trinta e três) praças, faltando apenas três praças e um corneta para completá-lo, e no dia 23 de maio de 1861, o presidente empossado, José Fernandes da Costa Pereira Junior, na abertura dos trabalhos na Assembléia Legislativa Provincial, informa: que “O único meio [...] é obter-se o velho e arruinado convento do Carmo [...]. A companhia de policia occupa o pavimento inferior do convento” (p. 15), e conta com 32 (trinta e duas) praças, faltando apenas duas para completá-lo, porém, devido a necessidade de atender as comunidades que a requisitam, solicita o aumento do efetivo da citada Companhia, e conforme constatamos não há nenhuma banda na Corporação.

Prosseguindo, a própria Demoner (1985) em sua obra anexa mapa do efetivo de 1862 no qual não consta à existência de nenhuma Banda de Música na Companhia de Polícia capixaba.

Quartel na Cidade da Vitória		Oficial	Inferiores		Cabos	Sold.	Cornet.	Total
		AlfCmt	1º Sgt	Fur				
Prontos		1	1	—	1	18	1	22
Destacados	São Mateus	—	—	—	—	3	—	3
	Itapemirim	—	—	—	1	6	—	7
	Piúma	—	—	—	—	3	—	3
	Santa Cruz	—	—	—	—	4	—	4
Estado Efetivo		1	1	—	2	34	1	39
Falta Completar		—	—	1	—	1*	—	2
Estado Completo		1	1	1	2	35	1	41

3. Mapa da Cia de Polícia em 1862. Extraída da obra de DEMONER (1985, p. 53).



O presidente o presidente Eduardo Pindahyba de Mattos sanciona a lei n.º 4, de 11 de março de 1864, organizando a Companhia de Polícia, em Infantaria, com um comandante (Alferes ou tenente), um sargento, um furriel, dois cabos, um corneta e vinte e nove soldados, e a Cavalaria, com um cabo e cinco soldados (p. 70), surge assim, o “embrião” do Esquadrão de Cavalaria da Força Pública, porém nenhuma Banda de Música na Polícia Estadual.

Em 1866, conforme Demoner (1985), a Companhia de Polícia sob o comando do Alferes Damaso Antunes Siqueira assim se constituía: “40 praças, sendo 1 Sargento, 1 Furriel, 1 Corneta, 2 cabos e 33 Soldados.” (p. 55), mãos uma vez, conforme consta nenhuma alusão a uma Banda de Música.

No relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo 1.º vice-presidente Carlos de Cerqueira Pinto, no dia 23 de maio de 1867, consta que o efetivo da Companhia de Polícia possui o mesmo efetivo do ano anterior, porém é feita uma solicitação para que seja aumentado em mais 20 (vinte) praças, sendo dois 2.º sargentos, dois cabos e dezesseis soldados, ampliando o efetivo de praças para 60 (sessenta) integrantes, e solicita a liberação de verbas para aquisição de armamento.

Em 1868, a Lei n.º 582, aprova a deliberação, ordenando que fossem enviadas para a Guerra do Paraguai, as praças da Companhia de Polícia, ocasião em que partem para o conflito, 50 (cinquenta) praças de polícia, permanecendo na capital, somente 6 soldados policiais, ajudantes de ordens e motoristas de autoridades estaduais, ocasião em que um pelotão da Guarda Nacional é destacado para fazer o policiamento da capital.

COMPANHIA DE POLICIA							MAPPA DIARIO					
Victoria 1.ª de Setembro de 1868.	Comandante	INFERIORES.			Cabos	Soldados	Cornetas	Total	Praças montadas			Guarnição total
		1.º Sargento	2.º Bts	Furriel					Cabos	Soldados	Total	
Promptos	1	1			2		4					4
Destacados				1		5	6					6
Ordenanças					3	2	5					5
Recrutas						2	2					2
DOENTES	No Quartel		1				1					1
	No Hospital											
AUZENTES	Com licença											
	Sem ella											
PREZOS	Para sentenciar											
	Sentenciados											
	De correção											
Estado Efectivo	1	1	1	1	3	11	18					18
Falta completar			1			35	1	37	1	5	6	43
Estado completo	1	1	2	1	3	46	1	55	1	5	6	51

4. Mapa da Cia de Policia, 1868. Extraído do relatório presidencial, 1.9.1868.

O presidente da Província capixaba, Antônio Dias Paes Lemes, pelo Decreto n.º 625, de 8 de novembro de 1869, fixa o efetivo da Companhia de Policia para o ano seguinte, em 50 (cinquenta) praças, estabelecendo para o Alferes comandante e todas as praças a mesma tabela de vencimentos de 1867, porém extingue as praças encarregadas da execução do policiamento montado na província, sem qualquer alusão a banda de Música.

Quanto ao retorno das tropas ao fim da Guerra do Paraguai, a citada autora, anexa em sua obra, o mapa de efetivo de 1870 que comprova inexistência da Banda na PM, na chegada das tropas da Guerra do Paraguai.

#### 1: MAPA DA FORÇA DA COMPANHIA DE POLICIA

Quartel da Companhia de Policia, na cidade de Vitória em 11 de agosto de 1870.	Cap Cmt	Inferiores			Cabos	Soldados	Corneta	Total	Grande Total
		1º Sgt	2º Sgt	Fur.					
Prontos	1	1	—	1	2	23	—	28	28
Estado Efetivo	1	1	1	1	3	37	—	44	44
Faltam Completar	—	—	—	—	—	6	1	7	7
Estado Completo	1	1	1	1	3	43	1	51	51

5. Mapa de Cia de Policia de 1870. Extraído da obra de DEMONER (1985, p. 56).

No relatório do presidente da Província do Espírito Santo, Francisco Ferreira Correia, datado de 9 de outubro de 1871, consta que:

**O estado completo da força policial é o seguinte:**

Capitão commandante	1
Alferes	1
1.º Sargento	1
2.º ditos	2
Furriel	1
Cabos	3
Cornéta	1
Soldados	52
<b>Total</b>	<b>62</b>

6. Mapa de efetivo da Cia de Polícia em 1871. Extraído do relatório presidencial, 1871, p. 23

Nada consta a respeito de qualquer Banda de Música no citado relatório, nem no relatório do presidente da Província capixaba Antônio Gabriel de Paula Fonseca, apresentado no dia 2 de outubro de 1872 encontra-se o seguinte registro:

#### Força Policial

Consta esta fôrça de uma companhia cujo estado effectivo é de um capitão commandante, um primeiro sargento, dous segundos sargentos, um furriel, três cabos de squadra, trinta e quatro soldados e um corneta, fazendo um total de quarenta e três. Faltão para completar o seu número legal, um alferes e dezoito praças. (Rel. 1872, p. 8)

No ano seguinte, Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, no relatório apresentado em 3 de março 1873, volta a falar sobre a necessidade de aumentar o efetivo da Companhia, a qual conta com 1 capitão, 1 tenente, 2 alferes, 1 (1.º) sargento, 4 (2.º) sargentos, 1 furriel, 8 cabos, 2 cornetas e 87 soldados, e da dificuldade de recrutamento em virtude da falta de incentivos monetários, nos moldes do Exército Brasileiro.

A autora Demoner (1985), também transcreve a distribuição do efetivo da Companhia de Polícia no ano de 1874 (p. 59), com apenas um corneta, o que reforça a tese da inexistência de qualquer Banda de Música na Corporação capixaba.

Neste ano de 1874, o número de praças da Companhia estava fixado em 83, sendo que seu efetivo era o seguinte:	
Capitão Comandante . . . . .	1
Tenente . . . . .	1
Alferes . . . . .	1
1º Sargento . . . . .	1
2ºs ditos . . . . .	2
Cabos . . . . .	5
Corneta . . . . .	1
Soldados . . . . .	39
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>51</b>

7. Mapa de efetivo da Cia de Polícia, 1874. Extraído da obra de DEMONER (1985, p. 59).

No dia 4 de maio de 1875, agora sob o comando do Capitão João Antunes Barbosa Brandão, no relatório apresentado à assembleia Provincial, o presidente Manoel Coutinho R. Mascarenhas expõe que: “de efeito, na Lei da Força que se acha em vigor, foi attendida a minha ponderação, ficando reduzida a força policial a 46 praças, inclusive os officiaes inferiores” (p. 9), mais uma vez é fácil constatar que com esse efetivo reduzido, não há qualquer Banda de Música.

O presidente Manoel José de Menezes Prado, em seu relatório apresentado no dia 15 de outubro de 1876, apresenta o seguinte mapa:

### Companhia de Policia.

Continúa esta Companhia sob o commando do activo e intelligente official honorario do exercito, Tenente João Antunes Barbosa Brandão.

Tendo a Lei Provincial n.º 28 de 19 de Novembro do anno proximo findo elevado o pessoal d'essa Companhia a 1 Capitão, 1 Tenente, 1 Alferes, 3 Sargentos, 6 cabos, 89 soldados e 2 cornêtas, ordenei ao respectivo Commandante que seguisse para diversas localidades da provincia, a fim de engajar voluntarios :

O seu estado actual é :

Estado completo.	103
Falta completar.	52
Estado effectivo.	51
D'estes achão-se distrahidos :	
Em diferentes serviços.	44
Recruta.	1
Doentes.	3
Ficando sómente promptos.	3

8. Mapa de efetivo da Cia de Policia 1876. Extraído do relatório presidencial. 1876, p. 15.

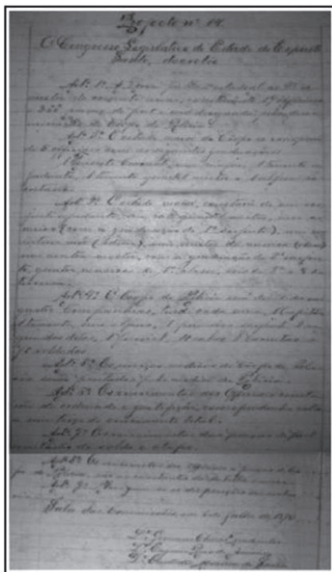
O efetivo existente continua contando com 51 praças, sendo que 44 destas encontram-se distribuídas em serviços diversos, e em 3 de março de 1877, no relatório do presidente Antônio J. de M. Nogueira Gama, ele afirma que “o estado effectivo desta Companhia compõe-se presentemente de 61 praças, faltando para completar 43, que difficilmente se obterão” (p. 28), e nenhum dado sobre qualquer Banda de Música.

Prosseguimos a pesquisa em todas as leis e resoluções organizadoras da PMES, consultando as Leis n.º 32, de 30.12.1878, n.º 16, de 18.4.1879, n.º 10, de 29.4.1880, n.º 13, de 10 de maio de 1881, que fixa a Força Pública para o ano de 1881 e 1882, com 1 capitão. 1 tenente; 1 alferes; 1 (1.º) sargento, 3 (2.º) sargentos; 1 furriel, 8 cabos, 85 soldados e 2 cornetas. Resoluções n.º 18, de 15.5.1882, n.º 15, de 4.5.1883, n.º 39, de 6.5.1884, Lei n.º 4, de 18.11.1885, resoluções n.º 36, de 26.11.1886, n.º 8, de 18.8.1887, n.º 31, de 17.9.1888 que fixam os efetivos da PMES para os anos subseqüentes, e não encontramos a criação da Banda de Música da PMES ou qualquer referência sobre esta, assim como em todos os relatórios presidenciais (APE-ES), de 1840 até 1888, não encontramos nenhuma citação sobre a criação da Banda PMES.

Prosseguindo a pesquisa, chegamos até a Lei n.º 5 de 1891, que ao fixar o efetivo da Cia PM para 1892, institui 8 cornetas e 2 clarins, e é com ampliação do quadro de corneteiros e acréscimo de dois clarins, que surge um “embrião” para o nascimento de uma Banda de Música, porém, a citada lei não inclui músicos no efetivo.

#### 4. A Criação da Banda de Música da PMES e a sua Evolução

No dia 6 de julho de 1892 é apresentado o projeto n.º 14, prevenindo que a partir do 2.º semestre do ano em curso, o Corpo de Segurança passe a ter a nova denominação de “Corpo de Polícia”, e ao mesmo tempo ao organizá-lo, propõe a criação de uma Banda de Música na Corporação do Estado do Espírito Santo, nos seguintes termos:



Projeto n.º 14  
O Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo,  
Decreta.

Art.º 1º - A Força Pública estadual no 2º semestre do corrente anno, contará com 17 officiaes, e 362 praças de pret, sendo designada pela denominação de Corpo de Polícia.

Art.º 2º - O estado maior do Corpo se comporá de 6 officiaes com as seguintes graduações: 1 Tenente Coronel, um maior, 1 Tenente ajudante, 1 tenente quartel mestre e 1 alferes secretário.

Art.º 3º - O estado maior constará de um sargento ajudante, um dito quartel mestre, um ameiro (com graduação de 1º sargento), um corneteiro mor (idem), um mestre de música (idem), um contra mestre, com a graduação de 2º sargento, quatro músicos de 1ª classe, seis de 2ª e 8 de terceira.

Art.º 4º - O Corpo de Polícia será dividido em quatro Companhias, tendo cada uma, 1 Capitão, 1 Tenente, um alferes, 1 primeiro sargento, 2 segundos ditos, 1 furriel, 10 cabos, 2 cornetas e 70 soldados.

Art.º 5º - Os serviços médicos do Corpo de Polícia serão prestados pelo médico da Polícia.

Art.º 6º - Os vencimentos dos officiaes constarão de ordenado e gratificações, correspondendo esta a um terço do vencimento total.

Art.º 7º - Os vencimentos das praças de pret constarão de soldo e etapa.

Art.º 8º - Os vencimentos dos officiaes e praças do Corpo de Polícia são constantes da Tabela annexa.

Art.º 9º - Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1892.  
D: Germano Chaves Tiradentes  
D: Eugênio Aires de Amorim  
D: Custódio Moreira de Paula  
(grifos nosso)

Foto 2 - Projeto de Lei - Criação da Banda de Música no Corpo de Polícia do Espírito Santo lavrado em 6 de julho de 1892, sancionado pelo governador Moniz Freire, como Lei n.º 13, em 13 de julho de 1892.

Finalmente, o projeto apresentado é votado, aprovado e sancionado pelo governador Moniz Freire, através da Lei n.º 13, de 13 de julho de 1892, que ao fixar o efetivo da PM, para o 2.º semestre de 1892, que dispõe: “art. 3.º – O estado menor constará de [...], (com graduação de 1.º sargento) [...] um mestre de música, um contra mestre, com graduação de 2.º sargento, quatro Músicos de 1.ª classe, seis de 2.ª e oito de 3.ª”, a “certidão de nascimento” que comprova assim, a criação Banda de Música da Polícia Militar do Espírito Santo, com 18 músicos civis a serem contratados, sendo que em sua obra *Demoner* (1985, p. 131), afirmar que ela teria sido reorganizada, mas comprovadamente, no âmbito da Força Policial capixaba ela estava mesmo, sendo criada.

Para quem imagina que os projetos de formação musical para menores na PMES é coisa dos dias atuais, engana-se, pois através da Lei n.º 157, de 30 de dezembro de 1895 é instituído um programa de apoio, admitindo no Corpo de Polícia o total de 40 (quarenta) órfãos e menores, aos quais serão oferecidas assistência e instrução para que tivessem início a uma formação musical através da Banda de Música da PMES.

Em 1899 é fixado através da Lei n.º 332, de 31 de outubro, o efetivo do Corpo de Polícia para o ano de 1900, e desta vez terá 13 Oficiais e 227 praças, o Estado Maior tem a mesma composição do ano anterior e o Estado Menor<sup>1</sup> com apenas uma alteração, que consiste na instituição o posto de Alferes (2.º tenente) para exercer o cargo de mestre de música, o qual era exercido por um 1.º sargento.

Conforme afirma *Demoner* (1985), coube ao major Orozimbo Corrêa Lyrio comandante geral do Corpo Militar de Polícia em 1902, a militarização total da banda de Música da Corporação, ou seja, dos músicos civis de 1.ª, 2.ª e 3.ª categorias, é bom esclarecer que essa militarização dada pelo presidente a Província, Moniz Freire, em 1902, apenas implicou a utilização de fardamento por parte dos músicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, sem qualquer graduação,

e essa militarização ainda demoraria muito, conforme comprova a publicação na obra de Almeida (1925) sobre a participação destes músicos na Revolução Paulista de 1924.

O autor descreve que toda a tropa reembarca às 19 horas e chega às 3 horas da manhã do dia 13 de julho, na Estação de Sacco, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, chegando no dia 16 de julho de 1924, no porto de Santos, Estado de São Paulo, e de acordo com o mapa de efetivo elaborado após a chegada, a tropa da PM do Espírito Santo contava com a seguinte composição e alterações: (1) ten-cel; (4) caps; (5) 1.º tens; (4) 2.º tens; (3) aspirantes; (1) sgt ajud; (6) 1.º sgts; (18) 2.º sgts; (13) 3.º sgts; (26) cbs; (14) aspençadas; (171) sds; **(30) músicos**; (14) corneteiros e tambores; (4) hospitalizados, (3) extraviados e (4) desertores, (grifei).

O contingente de 1924, contou com a Banda de Música e um grupo de tambores e corneteiros do Regimento Policial Militar, assim descrito:

BANDA DE MÚSICA – 1.º sargento Nilo Roque Régis; 2.º sargento Daniel Monteiro de Oliveira; Músicos Joaquim Columbiano Barcellos, João Vicente Ferreira da Silva, Elisário Francisco Nunes, Felinho Nogueira da Costa, Walfredo Rubim [autor da música do Hino da PMES], Sebastião Florentino da Silva, Ricardo Rios, Paulino de Souza Ribeiro, Deodoro de Souza Carvalho, Manoel Theophilo Maçhado, Joaquim Adriano dos Santos, Manoel Coutinho, Julio Cardozo, Fidelino Corrêa Bonfim, Euphrasio Henrique do Carmo, Innocencio Pedro da Silva, Oscar Piniheiro da Costa, Lucindo José de Almeida, Raphael Pereira Campos, José Isidoro da Guia, Joaquim da Cruz, João Baptista dos Santos, Anízio Agra Pereira, Deosídio José da Cunha, Antonio Xavier de Castro, Alexandrino Pinto da Victória, Porsidonio de Mattos e José Antonio de Lima.  
TAMBORES E CORNETEIROs – 1.º sargento Francisco Paula Soares; Cabo João Ferreira Lyra



Junior; Soldados José Torquato de Lima, Antonio Alves de Sant'Anna, Genézio José Rodrigues, Severino Pereira da Hora, Manoel Francisco de Assis, Antonio Peçanha, Joaquim José Lúcio, Joaquim Ferreira da Costa, Eugênio Teixeira, João Gabriel de Andrade e Paulo Pereira Cabral. (Almeida, 1925, p. 41) (inserir e grifei)

Estes integrantes da Banda de Música do contingente que combateu em 1924 no Estado paulista constam do mapa de efetivo da época, conforme destacamos, apenas como músicos, e assim também foram relacionados, e apesar de usarem fardamento da Corporação Policial Militar, ainda não possuíam qualquer tipo de graduação policial militar.



Foto 3 – Banda de Música da PMES em 1923, na jornada PM no município de Serra-ES.

Os integrantes da Banda de Música do Regimento Policial Militar capixaba (PMES), ainda participam da Revolução de 1932, em São Paulo compondo o 1.º Batalhão de Infantaria comandado pelo tenente-coronel Carlos Marciano Medeiros, integrando o Pelotão Extranumerário composto por policiais e civis especialistas conforme a seguinte publicação:

Sargento-ajudante Julio Junquillo. 1.º sargentos Nestor Santana, Manoel Padilha de Barros, Aureliano Nunes de Moraes, João Amâncio dos Santos e Ludgero Costa. 3.º sargentos Emidio Xavier e Mario Peçanha. Cabos Francisco Antonio, Cesar Rodrigues de Farias, Rômulo Xavier Finamore e Raimundo Penaforte de Melo. Aspençadas Manoel Luiz Moura, Valter Ribeiro e Mário Clementino. Soldados Juvinião Corrêa de Andrade, Antonio Sebastião Machado, Antonio Joaquim de Freitas, Antônio Gomes da Silva, José Domingos da Silva, Julio França de Albuquerque e Delfino Albogastro. Músicos Lucindo José de Almeida, Cristiano Pimentel, Fausto Amazonas do Prado, Alfredo Siqueira, João Francisco dos Santos, Balbino José Torres Bandeira, Alexandrino Pinto da Vitória, João Ribeiro dos Santos, José Vieira da Costa, Pedro de Oliveira, Antonio dos Prazeres, Manoel Rodrigues de Barros, Amalio Gomes, Claudio Feitoza, Tomaz Ramos do Nascimento, Manoel José Dias, Cícero Dantas, Lucio Madeira de Freitas, Jarbas Pinheiro, Edison Guedes, Temístocles Alves dos Santos, José Alves da Silva e Norberto dos Prazeres. (Boletim n.º 2, 1.º Btl Inf/ RPM, 1.º.08.1932)

Conforme a publicação anterior, devemos observar que apenas o mestre (1.º sargento) e o contramestre (2.º sargento) são graduados, os demais integrantes da Banda de Música da Corporação capixaba são classificados apenas como músicos, e não possuem qualquer graduação, ou seja, em 1932, os músicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª categorias da Banda PM, ainda não eram militarizados.

A Banda de Música também contou com conjunto musical que atuou até a década de 70, sempre abrilhantando as festas de fim de ano que eram realizadas no Ginásio de Esportes da PMES, hoje praticamente extintas. Em razão do falecimento de um dos seus importantes ex-integrantes, encaminhei a Seção de Cartas da Coluna “Tribuna Livre” do jornal *A Tribuna* a seguinte missiva:

### CHIQUINHO DO ACORDEON

Em *A Tribuna*, soubemos do falecimento de Francisco Bento, músico que ficou conhecido como “Chiquinho do Acordeon”. Incorporado à PM como soldado, em 25/11/53, galgou todas as graduações sendo transferido para reserva Remunerada, como subtenente, em 23/2/83. Fez parte do famoso conjunto musical da PM e, na década de 60, com a histórica acordeon vermelha, abrilhantava as memoráveis festas de fim de ano da Corporação, ao lado do meu pai, na época, Sgt. Olinto Loiola (violão), sgt. Gesaias Norberto (violão), sgt. Barraca (trombone) sgt. Palmeiras (saxofone), sgt. Mapa (voz), sd. Odeci David (bateria), sd. Nilo (ritmo e voz), sd. Otávio (baterista), Aristótenes (civil) e outros mais. À família, o nosso pesar e saudades eternas. Ao admirado “Chiquinho do Acordeon”, o descanso em paz ao lado do criador.

Gelson Loiola – Jardim Camburí – Vitória ES  
[gelsonloiola@hotmail.com](mailto:gelsonloiola@hotmail.com)



Foto 4 - Conjunto Musical “Jazz-Band”, em 1938, composto por integrantes da Banda de Música do PMEES. Apresentava-se nos clubes de Vitória-ES, em bailes de formaturas, debutantes, aniversários e outros eventos festivos.

E só restou a saudade daquelas festas com distribuição de presentes para todos os filhos dos integrantes da PMES, e dos grandes e inesquecíveis e marcantes bailes e jantares que eram realizados na Corporação.

Conforme constatamos através das publicações, a militarização da Banda de Música da PMES começou a se efetivar a princípio, gradativamente quando os músicos civis contratados começaram a candidatar-se ao ingresso como soldados na Corporação, os quais depois de aprovados e incorporados continuavam a pertencer aos quadros da citada banda, desta feita já como soldado PM músico e, posteriormente com as graduações de suas promoções.

Ainda quanto à militarização da Banda de Música da PMES, conforme publicação da tabela de vencimentos pelo BD n.º 49 de 26 de fevereiro de 1946, consta “músicos de 1ª classe – 16. Músicos de 2ª classe – 14. Músicos de 3ª classe – 14”, sem qualquer graduação, no ano seguinte, nas publicações constates dos boletins desse ano, não há registros de modificação.

É no ano de 1948, quando são publicadas as tabelas relacionadas com os vencimentos do pessoal da Polícia Militar do Espírito Santo, que em uma delas constam os seguintes dados:

Tabela IV	
Graduação	CR\$
1.º Sgt. arquivista músico	750,00
1.º Sgt. músico	680,00
2.º Sgt. músico	600,00
3.º Sgt. músico	530,00

9. Mapa de vencimentos músicos PMES: Fonte: BD n.º 280, de 9.12.1948.

Assim, a partir daí, enquanto não forem localizados outros dados mais consistentes sobre o assunto, solidificou-se a militarização da Banda de Música da Polícia Militar do Espírito Santo que tem prestado excelentes serviços a cultura e a sociedade espírito-santenses.

## 5. Considerações Finais

Assim, no dia 13 de julho de 2010, a gloriosa Banda da Polícia Militar do Espírito Santo completará seus 118 anos de sua comprovada existência, porém, como a história se constitui em uma ciência, quando comprovada, e não há cientificidade absoluta, talvez outros pesquisadores encontrem documentos que comprovem o contrário, até para enriquecimento e restauração da memória capixaba.

Historicamente, o correto é que, enquanto não houver provas, o dia 13 de setembro de 1840 ou 1850 como a data de criação da Banda de Música da PMES será apenas uma estória que quase se perpetua no tempo, pelo uso de um carimbo em toda documentação emitida pela sua administração, em virtude da assertiva de Joseph Goebbels para quem, um dado sem qualquer comprovação, mas repetido a exaustão, acaba se tornando uma verdade.

Assim, em nome da belíssima história da PMES e seu compromisso com a **história** real é o que pretendemos evitar até provas em contrário, enquanto isso, comprovadamente, prevalece à história de que a Banda da Polícia Militar do Espírito Santo foi criada pela Lei n.º 13, de 13 de julho de 1892, completando nessa data em 2010, seus 118 anos de real existência, e o resto enquanto não contraditado será apenas **estória**.

### Notas

<sup>1</sup> O Estado Menor que posteriormente se transformaria em Companhia do Estado Menor, é o embrião da Companhia de Comando e Serviço cujo efetivo era composto por praças especialistas (pedreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, enfermeiros, farmacêuticos, cinematógrafos, cozinheiros, mecânicos, eletricitas, bombeiros hidráulicos, motoristas, etc., e a partir de 1892, os músicos).

## Referências

- ALMEIDA, Julio Barbosa. *A Revolução Paulista e a Polícia Espírito Santense*. Vitória: [s. ed.], 1925.
- ASSIS, Francisco Eujênio de. *Polícia Militar do Estado Espírito Santo: um pouco e sua história*. Vitória: datilografado, 1983.
- BARROS, Paulo. *Memória Fotográfica da Serra: imagens de um município brasileiro*. Vitória: Ed. Autor, 2002.
- DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo: 1835-1985*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1985.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). *Mensagens e Relatórios. Presidentes da Província e Estado do Espírito Santo, 1833-1892*. Vitória: Arquivo Público Estadual - ES.
- \_\_\_\_\_, (Assembléia legislativa). *Livros de Atas*. Vitória-ES, 1839-1850.
- \_\_\_\_\_, (Arquivo Público Estadual). *Livro das leis da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typographia Capitânea, 1835-1892.
- ESPÍRITO SANTO (Polícia Militar). *Boletins Diários 1912-1950*. Vitória: Arquivo Geral, QCG PMES.
- LOIOLA, Gelson. *A evolução histórica da Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: [em produção], 2010.
- SARMENTO, Getúlio (org.). *Raid Vitória a Serra*. Vitória: 1923.



## OS ESTÁDIOS DO RIO BRANCO

*Álvaro José dos Santos Silva\**

Em outubro de 1980, morando já há alguns anos no Rio de Janeiro, o general Carlos Marciano de Medeiros, o Carlito Medeiros, veio a Vitória. Principalmente para rever os familiares e seus muitos amigos. Já estava muito idoso — 89 anos — e temia não ter tempo para mais muita coisa na vida.

Convidado por dirigentes do Rio Branco, dentre os quais Manoel Ferreira e Álvaro Abaurre, estive com ele num hotel de Vitória. Na oportunidade, queria fazer ampla matéria sobre uma história pouco conhecida: como o Rio Branco Atlético Clube, que durante muitos anos foi dirigido por ele, havia construído dois estádios, o Estádio de Zinco e o Governador Bley, ambos em Jucutuquara. E isso por um motivo simples: na época ele iniciava a construção de seu terceiro estádio, o Kleber Andrade, no terreno aonde chegou a erguê-lo em parte antes de entrar mais recentemente em crise aguda e ter de passá-lo ao Governo do Estado que, hoje, constrói lá uma arena multiuso.

Conversamos muito, Carlito Medeiros, eu e as pessoas em volta, mas chegamos à conclusão de que um relato pormenorizado não seria possível onde estávamos. Porque o tempo era curto e porque muitas das anotações de Carlito estavam no Rio de Janeiro, onde ele morava. Combinamos então que a história seria contada numa troca de correspondências.

Combinado e feito. Durante seis meses o velho general e eu nos correspondemos por cartas escritas à máquina. Até que toda a história estivesse contada na versão dele e o texto, escrito. Sub-

---

\* Jornalista, escritor, membro da Academia Espírito-santense de Letras e associado efetivo do IHGES.



meti esse texto a antigos dirigentes esportivos capixabas que disseram, salvo algumas poucas restrições, que se tratava da história real. Dos primeiros anos do Rio Branco e, de resto, do futebol do Espírito Santo.

O jornal *A Gazeta*, onde eu trabalhava, não teve interesse em publicar um texto tão longo, mesmo em partes. Mas como circulava no Espírito Santo, então, a *ES Revista*, ligada ao governo do Estado durante a administração Eurico Rezende, ofereci o assunto ao Editor-Chefe, Francisco Flores Rodrigues, que se interessou. Sorte minha, pois eu havia prometido ao general Carlito que o relato dele, praticamente na íntegra, seria publicado logo depois de ter sido completado.

Na edição de 5 de maio de 1981, a reportagem foi publicada. Ia da página 59 a 64, com fotos. E resgatou uma parte importante da história do esporte do Espírito Santo. Nessa volta a 30 anos passados, fiz questão de manter, no texto que se segue, o relato segundo feito pelo velho Carlito — que morreria pouco tempo depois — inclusive no tocante ao linguajar, que hoje pode ser considerado às vezes um tanto defasado ou antiquado. Da mesma forma que o texto escrito por mim naqueles tempos. Num país onde se preserva tão pouco a história, esse relato tem muito interesse.

Ao longo do texto, todos os pontos colocados entre parênteses com as palavras em *italic*, foram acrescentados por mim, agora. Isso para tornar mais fácil o entendimento por parte daqueles que não conheçam perfeitamente a história do futebol do Espírito Santo e alguns de seus personagens.

Vamos, pois, a ele:

## Carlito conta a História

Carlito Medeiros começa a delinear a sua história das duas obras levantadas pelo Rio Branco, ao situar a sua própria situação e a do clube, nos primeiros anos de existência do futebol:

“O Rio Branco A.C. (*Atlético Clube*) (antes Rio Branco F.C. (*Futebol Clube*)), foi fundado em 1913, com o nome de Juventude e Vigor. Quando, em 1917, cheguei a Vitória vindo de Cachoeiro de Itapemirim para prosseguir meu curso secundário no querido Ginásio São Vicente de Paulo — que evoca a modelar figura do educador Aristóbulo (*Barbosa*) Leão — o Rio Branco começava a firmar a sua tradição no esporte regional, cuja atividade envolvia apenas o futebol e o remo”.

“A família alvinegra já então alinhava nomes que jamais poderão ser esquecidos, tais como: Agenor Santos (o China), Luiz Alves, Pires, Alfredo de Siqueira Melo, Cláudio Daumas, Cláudio Passos, Moysés Freitas, Ascendino Freitas, os irmãos Abaurre (ou melhor, a família Abaurre), Alfredo Copolillo, Gilberto Coronel, Luiz Gabeira, Delfim da Silva Nunes, Camilo Gianordoli, Edmundo Martins, os irmãos Morgado Horta, Edmundo de Andrade e Silva, Gilberto Paixão do Nascimento, Gentil Mascarenhas e Arnaldo Dangrenon. É evidente que o grupo de combatentes de primeira linha foi crescendo, à medida que o clube aprofundava sua popularidade”.

“Assim, em 1930 — quando o Rio Branco figurava entre os líderes do futebol no Estado — a velha guarda passou a contar com novos e dedicados obreiros da projeção do campeão capixaba: João Freitas, João Percy, Laonte (Lima) Soares (ambos irmãos do grande craque que foi Lácínio Soares), Heitor Rossi Belache, Aristol Greppe, Dagmar Ribeiro, Mirabeau Neto e outros”.

Carlito faz questão de citar, inclusive, que o ano de 1917 foi marcado por fatos os mais importantes na história do futebol do Estado:

“Três deles se destacaram: 1.º – O início da disputa dos campeonatos oficiais; 2.º – A consolidação da situação da Liga Esportiva Espírito-Santense como entidade máxima do Estado; 3º – A perda da invencibilidade do Vitória, quebrada pelo Rio Branco em memorável partida”.

“O América F.C. foi o primeiro campeão de futebol, em Vitória, título que conquistou em jogo desempate disputado contra o Rio Branco no campo do Campos Sales, em Vila Velha, tendo vencido por 2 a 1. O resultado foi muito discutido na época, pois naquele tempo já existiam juízes que cometiam equívocos...”

“O Rio Branco dispunha de elementos para, pelo menos conseguir a anulação do jogo pelo Conselho. Mas se isso acontecesse, o América deixaria a Liga Esportiva e passaria para a Federação Esportiva, entidade dissidente fundada pelo Vitória e que pleiteava seu reconhecimento pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD)”.

“Pode-se afirmar, sem suspeição, que o gesto de lealdade do Rio Branco, ditado pelos dirigentes, concorreu para consolidar a posição da Liga Esportiva Espírito-Santense, logo a seguir filiada à Confederação Brasileira de Desportos”.

Carlito Medeiros continua o seu depoimento esclarecendo que, naquela época, embora o América possuísse um bom quadro “integrado por ótimos elementos, entre os quais podemos citar Aylton Lyrio, Asdrubal Soares, Luiz Semprine, Carlos Lindenberg (*que seria por duas vezes governador do Estado, além de ter obtidos outros mandatos políticos*), Afonso Sarlo, Pedro O’Reyli, Aguinaldo Costa, a verdade é que os grandes adversários eram Rio Branco, o mais popular, e o Vitória, considerado clube da elite e que, inclusive, contava em sua representação principal com Nelson, Oswaldo e Lauro Monteiro, filhos do Presidente do Estado, Dr. Bernardino Monteiro, figura tradicional de político sereno e hábil”.

Carlito continua o seu relato: “Quando se deu a derrota do Vitória pelo Rio Branco, ainda me encontrava em Cachoeiro de Itape-

mirim, onde também comemoravam o feito alvinegro. É de justiça recordar que o Rio Branco, para chegar ao resultado que obteve, recorreu ao **mercado externo** (*os grifos em negrito são todos do autor do depoimento*), ‘importando’ um dos melhores jogadores da época, o conhecido Salema, craque do São Cristovão e da Seleção Carioca”.

“De fato, foi ele o condutor da jornada, mas o destaque da vitória ficou com Pavão, precisamente o mais fraco dos dianteiros do Rio Branco, mas que deixou nas redes contrárias dois dos três pontos assinalados. É claro que daí para a frente a rivalidade entre os dois grandes clubes foi aumentando sempre e nunca terminou. Rivalidade benéfica porque constituiu forte alicerce do progresso do futebol capixaba”.

“Apesar das rixas entre os torcedores, naquele tempo valia a pena assistir às expansões de alegria que se seguiam aos resultados dos encontros entre os dois famosos rivais. O ‘solo’ (agora conhecido como gozação) durava uma semana inteira, com bondes especiais cruzando a cidade com cartazes alusivos à partida realizada”.

## A Opção

Como um militar que depois chegou a general e ocupou cargos da mais alta importância no cenário político do Estado foi tão ligado a futebol? O próprio Carlito Medeiros faz questão de interromper um pouco a sua narrativa para explicar que seu pai era um amante de esporte e, sendo assim, estimulava os filhos a praticá-lo.

Tão logo veio para a Capital, de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Marciano de Medeiros ficou recomendado ao empresário Antenor Guimarães, de cujos filhos logo se fez amigo, principalmente de Orlando Guimarães. E, naquela época, recomendar alguém à família era o mesmo que indicar a ela os caminhos que levavam ao Vitória.

Mas no ginásio, as constantes discussões sobre futebol terminaram mudando os rumos de Carlito, porque ele passou a sofrer uma forte “catequese” por parte de Arnauld Melo, um “rio-branquense intransigente” e colega de turma que jamais deixou de ser amigo.

Depois de devidamente catequizado, o então jovem Carlito foi lançado em um jogo que o próprio Arnauld conseguiu entre o time do Colégio São Vicente e o do Rio Branco. Ele mesmo diz que “deu certo porque na segunda-feira meu nome estava na Praça Oito e no Bilhar do Justino... E a minha estréia se deu no famoso jogo desempate do Campeonato de 1917, realizado no campo do Campos Sales, a que me referi”.

## O Campo de Zinco

Antes de entrar definitivamente no assunto relativo ao Estádio de Zinco, o primeiro que o Rio Branco teve, voltemos ao relato puro e simples de Carlito, para ele colocar mais uma vez a situação do futebol do Espírito Santo no final da década de 10:

“Na nossa Capital, até 1918, só o campo do Vitória F.C. (*Futebol Clube, como até hoje*) era fechado, cercado de zinco, com uns degraus de madeira cobertos, **batizados** de arquibancada. Ficava situado em Santa Lúcia, hoje um dos bairros mais prósperos da cidade (*onde até os dias atuais está o campo do Santa Cruz, um tradicional clube amador*)”.

“Todos os demais eram abertos, sendo a área de jogo separada por fios de arame corrido, encimados de ripas grosseiras, sobre as quais os assistentes se debruçavam confortavelmente. O Rio Branco, o América e os demais (Moscoso, Barroso, Campos Sales, etc.) não dispunham de instalações capazes de oferecer a mesma qualidade ao público...”

“O Rio Branco nasceu, cresceu, viveu, sofreu e venceu em Jucutuquara, em terreno alugado aos herdeiros do Barão de Monjardim, terreno adquirido mais tarde pelo Estado. O América tinha o seu campo em Argolas, enfrentando os efeitos da maré...”

O início da vida efetiva do Rio Branco dependeria de um incidente. Como o próprio Carlito já colocou, o clube nasceu em Jucutuquara, e não tinha boas acomodações para os seus torcedores. Isso tudo foi, como o velho dirigente vai contar daqui para a frente, o caldo de cultura ideal para que começassem as lutas pela melhoria da agremiação.

“Evidentemente o Rio Branco sempre desejou possuir instalações melhores do que as do Vitória. As dificuldades, entretanto eram enormes e o numerário para enfrentar as despesas, curto. A maior **receita** do clube saía dos cofres do velho China (que criatura espetacular!) reforçada pelos sacrifícios de Guilherme e Celestino Abaurre, Cláudio Daumas, Cláudio Passos, Pires, Camilo Gianordoli, Coronel e alguns outros. E note-se que no saudoso período do amadorismo os gastos dos clubes não iam além do pagamento dos empregados contratados para conservação do campo e aquisição de material de esporte, reduzido, aliás, a bolas e camisas, pois, mesmo os craques mais famosos compravam por conta própria chuteiras, meias, calções, joelheiras, etc. Os jogadores só não pagavam mensalidade e, no intervalo dos jogos, tinham direito a uma garrafa de soda limonada...”

“Um acontecimento lamentável, inesperado, embora não surpreendente mesmo na atualidade abreviou a realização das aspirações do Rio Branco de ter seu campo fechado, com arquibancadas e gerais”.

“O Campeonato de 1918 corria normalmente e sob as melhores perspectivas. Pela ordem natural das coisas os três grandes de então, Rio Branco, Vitória e América, eram os candidatos ao título que vinha sendo disputado palmo a palmo. À frente da tabela estavam Rio

Branco e Vitória, sem pontos perdidos, enquanto o América ocupava o segundo posto, com dois pontos perdidos para o Rio Branco”.

“Afiml chegou o momento do encontro dos velhos adversários, Rio Branco e Vitória, que não se enfrentavam desde o jogo da perda da invencibilidade do Vitória. A semana que antecedeu a realização da partida transcorreu muito agitada. Os comentários maldosos tomaram conta das praças e dos cafés, o principal deles (e que acabou sendo o estopim) envolvendo gratuita animosidade entre Raul Teixeira (meia esquerda do Rio Branco) e Cézár Gonçalves (tenente do Exército e goleiro do Vitória). É que Raul Teixeira estava habituado atacar os arqueiros (contra minha vontade), ação que irritava Cézár (ao lado de quem disputei, mais tarde, pelo Fluminense A.C. (*não se trata do Fluminense da cidade do Rio de Janeiro, clube grande do futebol brasileiro*) em fins de 1919 e 1920, o Campeonato de Niterói)”.

“No dia do jogo, o aspecto do campo de Santa Lúcia era belicoso: patrulhas da R.P.M., sob o comando do tenente Getúlio Sarmiento, faziam o policiamento geral. E, atrás do ‘goal’ de Cézár o espaço estava ocupado por exagerada quantidade de praças do antigo 50º Batalhão de Caçadores, de Vila Velha. O Rio Branco (sem Raul Miranda e sem Paixão, contundidos, apenas fazendo número) já perdia por 2 a 0 quando o tumulto se estabeleceu: Cézár defendeu um arremate de Paixão e, à aproximação de Raul, largou a bola e pegou o jogador do Rio Branco. Os soldados do 50.º B.C. invadiram o campo e o conflito se generalizou com a participação de populares e jogadores. A Polícia não conseguiu dominar os ânimos”.

“Mas a partida chegou ao final, com a contundente derrota do Rio Branco por 4 a 0. Esse episódio — lamentável por todos os motivos — apressou uma rápida remodelação do campo do Rio Branco. Durante muitos dias a exaltação dominou os alvinegros, entristecidos com a derrota e inconformados com os acontecimentos. Os ânimos serenaram quando o velho e querido Agenor Santos

(o China) decidiu iniciar imediatamente, e por conta própria, as obras do novo campo, no mesmo terreno, cujo contrato de locação foi renovado, a fim de dar segurança ao empreendimento. Em pouco mais de um mês a área estava totalmente cercada de zinco, ao mesmo tempo em que se construiu uma arquibancada de madeira, espaçosa e com um pavilhão central destinado às autoridades, além de boas acomodações para as gerais, do lado oposto”.

“A Escola de Educação Física possuía foto deste campo, construído em 1918. Ela foi tirada por ocasião da grande festa de apresentação dos trabalhos daquela organização educacional, fundada em 1931 e da qual tanto nos orgulhamos. Produto do idealismo que acalentei desde que concluí, no Exército, o curso de instrutor da especialidade, ao lado do compromisso assumido com o então capitão Jair Dantas Ribeiro (depois ministro de João Goulart), contratado com o decidido apoio do interventor do Estado, João Punaro Bley; e dispondo da colaboração de entusiastas e abnegados, é justo ressaltar de passagem, que a Educação Física na nossa querida terra nasceu lá mesmo em Jucutuquara, hóspede diletta do Rio Branco. Foi a pioneira no meio civil nacional e a primeira que integrou uma Universidade”.

## **As Festas**

A inauguração deste estádio, nascido de uma divergência séria entre o Rio Branco e o Vitória, teria mesmo que terminar com muitas festas. E elas aconteceram. Mais uma vez o relato volta a Carlito Medeiros, que coloca tudo o que foi feito então:

“Segundo constava na época, a obra do novo campo custou cerca de 35 contos de réis, quantia considerada muito acima das possibilidades de qualquer clube, constituindo mesmo dispêndio excessivo para o orçamento particular de muitas pessoas categorizadas”.



“A festa da inauguração foi realizada com a participação do Fluminense A.C., de Niterói, reforçado, segundo me recorde, por Adamastor (ponta direita) do Fluminense F.C. (*este, o do Rio de Janeiro*); Braz (centro-avante), Leão (meia direita) e Quintanilha (meia esquerda), todos do São Cristovão; Pinaud (beque direito) e Amaral (tenente do Exército e lateral direito), ambos do Vila Izabel. O Fluminense A.C. venceu o Rio Branco por 2 a 0 e empatou em 1 a 1 com um combinado Vitória e Rio Branco, reforçado por Argeo (do Moscoso) de centro médio, e Semprine (do América). Se não me falha a memória, o combinado se apresentou com a seguinte formação: Pinto; Raul e Zaqueu; Constâncio, Argeo e Análio; Aylton, Tovar, Paixão, Carlito, Semprine e Nelson”.

“A construção do campo e as festividades de sua inauguração fizeram esquecer, em grande parte, os acontecimentos ocorridos em Santa Lúcia. Aparentemente mesmo, pois, na realidade, só se pensava no jogo do retorno a ser realizado no campo fechado do Rio Branco...”

“Os apaixonados, os exaltados, que, quase sempre, predominam — já não faziam muita questão da vitória; o que importava era o absurdo de ganharem no porrete. Foi intenso o esforço dos diretores do clube e de pessoas sensatas, objetivando acalmar os ânimos”.

“Felizmente e tempestade não desabou, pois a diretoria do Vitória F.C., certa de obter, depois, triunfo fácil sobre o América F.C., entregou os pontos ao Rio Branco, não com parecendo a campo. E a tabela sofreu nova alteração com os três clubes, Vitória, América e Rio Branco, ocupando o posto principal, cada qual com uma derrota”.

“Mas os cálculos do Vitória saíram errados, derrotado que foi pelo América, em Santa Lúcia, por 1 a 0. A liderança passou, assim, a ser dividida entre o América e o Rio Branco. Logo a seguir o campeonato foi suspenso, por causa da famosa e funesta epidemia de gripe chamada 'espanhola', que ceifou vidas preciosas não só em nosso Estado como em todo o Brasil (*no mundo todo, a Gripe Es-*

*panhola de 1918 matou cerca de 40 milhões de pessoas*). Reiniciado em princípios de 1919, o campeonato de 1918 voltou a ser decidido, como em 1917, entre América e Rio Branco. E, vencendo por 2 a 1, o Rio Branco sagrou-se campeão de 1918”.

## O Hiato

No que toca a Carlito Medeiros, a vida de jogador (então) e dirigente (daí para frente) sofreu um hiato. Ele foi embora de Vitória logo após a campanha de 1918, ficando no Rio de Janeiro até 1927. Na Escola Militar do Realengo, iniciou os estudos que só se findaram em dezembro de 1926. Retornou ao Espírito Santo em 27 como aspirante a oficial e ocupou o cargo de diretor técnico da Liga Espírito-Santense. A Liga era então presidida por Jair Tovar, desportista ligado ao Vitória.

Em 28, Carlito deixou novamente o Estado, transferido para Ouro Preto. Em 1930 ele matriculou-se na Escola de Educação Física do Exército, e conta que “iniciava-se então nos meios militares uma profunda modificação nos métodos seguidos da prática da chamada ginástica, logo considerada superada. A escola francesa, científica, substituiu a sueca, e a transformação assinalada demonstrou as vantagens dos critérios adotados”.

O militar envolveu-se com a Revolução de 1930, e logo depois se transferiu novamente para o Espírito Santo por interferência de Jair Dantas Ribeiro. Carlito havia se comprometido a fazer o máximo pela difusão da Educação Física no Estado.

Em 1931, foi eleito presidente do Rio Branco. Recebeu o mandato das mãos de Luís Gabeira e logo em seguida aceitou também a presidência da Liga Esportiva Espírito-Santense, mandatos renovados até 1937. Naquela oportunidade o clube já pensava em cons-

truir um estádio maior do que o então pequenino estádio de zinco, mas o próprio Carlito conta que as dificuldades eram muito grandes. Quase incontornáveis.

Mesmo com as limitações do poder público, na ocasião foram encontrados recursos para ajudar o Saldanha da Gama a saldar a dívida do antigo Cassino do Forte (*no Forte São João*), ao mesmo tempo em que foi dada ajuda ao Álvares Cabral para compra da sede da Praça Costa Pereira (*anterior ao Edifício Álvares Cabral, que existe até hoje*).

Esses movimentos todos, segundo ainda Carlito, foram conseguidos graças à ajuda dada pelo então interventor do Estado, Jones dos Santos Neves. Mais tarde os dois se tornariam adversários políticos “mas jamais inimigos”, como o ex-presidente do Rio Branco faz questão de enfatizar.

Ocorre apenas que, nesse meio tempo, ou seja, no período compreendido pelo início da década de 30, logo após a revolução que levou o presidente Vargas ao poder, o desejo do Rio Branco construir seu estádio novo crescia demais. Ele viria, então, a começar a se transformar em realidade em meados de 1934. Mas, sobre isso, vamos novamente obedecer à quase íntegra do relato de Carlos Marciano de Medeiros.

## O Estádio Governador Bley

“Por assim dizer, tudo começou em certa manhã de 1934. Por força das atividades administrativas que exercia junto ao Governo (atividades que, a contragosto, começavam também a alcançar a área política), frequentava o palácio com assiduidade. E foi assim que, no final de um expediente matinal, encontrei o interventor Punaro Bley examinando as plantas destinadas à construção de

um estádio, com arquibancada de tijolo. Logicamente, o exame da documentação passou a me interessar, julgando que se tratava de iniciativa do Estado. Enorme foi, porém minha surpresa ao tomar conhecimento de que se referia a projeto preparado sob a orientação de Jair Tovar, que se dispunha a executá-lo para o Vitória F.C. no terreno ocupado pelo Rio Branco...”

“É fácil deduzir a extensão do meu espanto, não pela possível construção do estádio, mas pela ocupação do campo do Rio Branco, lá mesmo em Jucutuquara onde, como já disse, ele nasceu, cresceu, viveu, venceu e, afinal, firmou sua tradição. É claro que a idéia não poderia vingar, como não vingou”.

“Meu protesto foi formal e, para não ‘esquentar os bronzes’, dei-lhe tom pilherio dizendo ao Interventor que ele estava arriscando a estabilidade de seu governo, pois tendo em vista a popularidade do Rio Branco, talvez não fosse possível conter nem mesmo com da força a briosa Polícia Militar, o clamor público inevitável. O episódio foi encerrado sem maiores debates: o Interventor federal não deu curso à sugestão, e Jair Tovar foi compreensivo”.

“Logo de imediato, entretanto, passei a agir objetivamente. Combinei um encontro com meu saudoso amigo, o engenheiro Álvaro Sarlo, jovem e competente profissional que, inclusive, ocupou no Estado, cargos de importância correspondentes ao seu valor, tais como Diretor de Obras da Secretaria de Viação, Secretário da Agricultura e Prefeito da Capital”.

“Pedi-lhe um estudo urgente a respeito das opções a que poderíamos recorrer, deixando passar sem resposta a pergunta feita quanto ao vulto da obra e as disponibilidades financeiras, detalhes básicos importantes que, em verdade, não podiam ser debatidos tendo em vista a complexa inexistência de recursos; a **moeda corrente** ainda era a expressão do nosso idealismo de dar ao Espírito Santo, em particular à sua formosa Capital, uma praça de esportes à altura do progresso da terra de Domingos Martins”.

“O passo seguinte, de grande significação, foi a doação do terreno. Não houve dificuldades para o encaminhamento da pretensão, considerando-se principalmente que antes de postular em favor do Rio Branco, conseguimos pela forma já descrita, os benefícios concedidos ao Saldanha da Gama e ao Álvares Cabral. Autorizado pelo Interventor Federal, minutei o projeto de doação, minuta que tive o cuidado de submeter à apreciação de mestres, inclusive Jair Tovar. A publicação da lei respectiva foi nossa primeira vitória, comemorada na sede da Rua Jerônimo Monteiro, por ocasião da assinatura da escritura”.

## **A Construção**

Quando Carlito Medeiros enviou o último pedaço de seu depoimento sobre a história da construção dos dois estádios do Rio Branco, ele se esqueceu de anotar que Álvaro Sarlo (engenheiro) e Camilo Gianórdoli (construtor) levantaram de graça o novo estádio, depois chamado de Governador Bley. Isso ele fez logo depois, em uma pequena carta.

E o início da luta foi, como ele volta a enfatizar na sua narrativa, difícil. Como difícil seria toda a luta do clube por sua sede:

“Prudente e meticuloso, Álvaro Sarlo preparou um esboço de estudo menos ambicioso, prevendo a construção de uma arquibancada de tijolo, com o objetivo de colocar o empreendimento mais ao alcance das possibilidades a mobilizar. Como não poderia deixar de acontecer, o trabalho agradou pelo estilo original apresentado. Contudo, não se ajustava aos nossos desejos, pois o que pretendíamos era uma arquibancada de concreto armado, sem colunas, tipo a do Jóquei Clube do Rio. Álvaro Sarlo não escondeu sua admiração pelo nosso arrojo mas, contagiado pelo entusiasmo, ultimou seu trabalho conforme nosso desejo e apresentou o projeto que foi

aprovado pela diretoria e depois executado sem alteração, senão em pequenos detalhes”.

“Vencida essa etapa, passamos a enfrentar a mais dura, isto é, a da mobilização de recursos para a construção da obras, recursos que deveriam obviamente cobrir as despesas de aquisição de material e pagamento de operários. Naquele tempo os centros noturnos de diversões, especialmente os cassinos, mantinham livremente em todo o Brasil o chamado jogo carteadado. Firmados neste exemplo, fizemos um trabalho paciente e honesto visando a obter a tolerância do poder público para que os clubes sociais e esportivos no Estado usufríssem de idêntica concessão. A tentativa alcançou êxito, nunca sendo demais repetir que o Governo dificilmente deixava de cooperar com o desenvolvimento do esporte, dentro, aliás, do programa que decidiu seguir no setor de Educação Física”.

“As principais associações locais se instalaram de acordo com as normas estabelecidas, a principal das quais, o acesso aos salões de jogos só era permitido aos sócios quites o que, inclusive, fez melhorar a receita das tesourarias com o aumento substancial do quadro de associados”.

“No Rio Branco o contrato foi feito com João Percy, outro abnegado alvinegro, sempre disposto a remover as dificuldades do clube. Pelo ajuste estabelecido, João Percy cobria todas as despesas da sede instalada em dois andares do edifício de Domingos João, na Praça Costa Pereira; mantinha um restaurante à disposição dos sócios e ainda dava uma contribuição mensal de cinco contos de réis. Outros jogos funcionavam separadamente e por conta do clube em diversas salas da sede, os quais também rendiam conforme a tabela fixada e controlada pela tesouraria”.

“Fomos dessa forma fazendo lastro para levar a termo o empreendimento. Simultaneamente, organizamos uma lista de contribuintes especiais, mais tarde transformados em sócios proprietários, cujo quadro não chegou a ser estruturado porque os principais

interessados abriam mão dos seus direitos, dando assim ajuda mais destacada ao clube”.

“Vale a pena enumerar a maior quantidade possível de pessoas componentes do grupo de proprietários, pois muitos não pertenciam ao Rio Branco. Lembro-me de João Freitas, Guilherme Abaurre, Celestino Abaurre, Delfim da Silva Nunes, Alfredo Copolilo, Cyro Medeiros, Laonte Soares, Gilberto Coronel, Camilo Gianórdoli, João Percy, Cezar Nonato, Heitor Rossi, Orlando Guimarães, Oswald Guimarães, Jones dos Santos Neves, Arnaldo Magalhães, Arnaldo Arruda Vieira de Melo, Horácio Cândido Gonçalves, Aristol Greppe, Gilberto Paixão do Nascimento, Luiz Gabeira, Álvaro Sarlo, João Bastos Bernardo Vieira, Nicolau Gimenez e mais outros, não citados porque a memória não ajuda. Para meu orgulho, tiver a honra de formar entre estes abnegados e que tanto nos estimularam nas horas difíceis e jamais negaram seus planos nos momentos de sucesso”.

“Muita ajuda recebemos também em material fornecido pelo Estado e pela Prefeitura Municipal de Vitória (ferro, cimento, tijolo, etc.), além de madeira fornecida pela serraria de Cyro Medeiros. Até o modesto mas dedicado Manoel Donêncio colocou sua viatura a serviço da construção, fazendo o transporte a preço baixo”.

“Logicamente, as operações bancárias possíveis complementaram o nosso esforço no sentido de obter recursos para a manutenção do ritmo de trabalho, que não podia parar. Os responsáveis por essas operações eram quase sempre os mesmos: João Freitas, Guilherme Abaurre, Alfredo Copolilo, Carlos Medeiros, Gilberto Coronel e Gilberto Paixão do Nascimento. Quase todas as transações eram feitas no antigo Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, cujo gerente, Diniz, era um mineiro pachorrento e seguro e que sempre confessou sua simpatia pela causa. Não poucas vezes, aliás, os compromissos com o Hipotecário foram resolvidos por João Percy, para acerto posterior”.

## Outros Empréstimos

Ocorre que os empréstimos bancários que o Rio Branco fez não foram suficientes. Ele teve que lançar mão de outros e aí encontraria, mais tarde, suas maiores dificuldades. O acompanhamento do relato feito por Carlito Medeiros dá a exata noção do problema:

“Para conclusão da obra, recorreremos a dois empréstimos hipotecários sucessivos: o primeiro, no valor de cem contos de réis, concedido por Jair Tovar, por interferência de Asdrubal Soares, e o segundo, de cinquenta contos de réis, feito por João Percy. Como se vê, a caminhada foi áspera, constituindo um desafio à pertinácia e à coragem dos seus idealizadores. Mas a vitória chegou retumbante e a 30 de maio de 1936, o Espírito Santo ganhava um belíssimo estádio, construído por iniciativa do Rio Branco, que soube mobilizar seus adeptos e atrair as simpatias e a colaboração das pessoas conscientes e de boa vontade, todos empenhados na mesma bandeira”.

“Antônio Gil Vellozo, jovem e brilhante cronista esportivo de *A Gazeta*, cujo apoio nunca nos faltou, iniciou um movimento popular para que o estádio recebesse meu nome. Fiz, entretanto, um apelo à sua compreensão de moço inteligente, e fui atendido. No meu entender, impunha-se homenagear um cidadão a quem o esporte muito estava a dever: o então governador João Punaro Bley. Foi constante o apoio que o governo da Revolução de 1930 deu aos clubes e às entidades regionais, daí resultando a projeção que o Espírito Santo alcançou no cenário esportivo nacional. Apresentando esses argumentos, agora aqui repetidos, a compreensão foi geral e se fixou no nome que o estádio recebeu, de Governador Bley”.

“Ademais, com um pouco de vaidade, considerava que para permanecer vinculado à majestosa obra para sempre, não precisava dar-lhe o meu nome, bastava minha dedicação e meu sacrifício. Apesar de tudo isto, não me deixaram sem uma distinção que muito



me comoveu, principalmente pela total reserva com que foi preparada, a colocação de meu busto no saguão de entrada do estádio, na véspera de sua inauguração, e com a participação da delegação do Fluminense F.C., do Rio de Janeiro”.

“Presidida pelo governador João Punaro Bley, chefe do Executivo Estadual, e com a presença de seu secretariado, prefeito de Vitória, autoridades civis e militares, representantes de entidades esportivas nacionais e regionais e inúmeros clubes e associações, a solenidade teve lugar a 30 de maio de 1936”.

“Os portões foram flanqueados ao povo para que todas as classes participassem da alegria e do orgulho dos desportistas que, vencendo todos os obstáculos, ofereceram ao Estado aquele monumento. As festividades inaugurais prosseguiram no dia seguinte, 31, obedecendo à programação de jogos de que participou, além do dono da casa, o Fluminense F.C., do Rio de Janeiro, grande amigo do futebol capixaba, o Vitória F.C. e o Estrela do Norte F.C. Como era natural, o jogo Fluminense X Rio Branco, realizado a 31, assinalou o início das atividades da praça de esportes”.

“Excetuando o governador do Estado, todos os demais assistentes pagaram ingresso. A receita foi um verdadeiro sucesso: pouco mais de dezenove contos de réis, quantia que, no dia seguinte, se diluiu nos pagamentos dos débitos acumulados, dívidas que, dali por diante, passaram a se constituir nova batalha, a que todos se entregaram de corpo e alma, com a mesma coragem que consagrou a luta vitoriosa da construção do estádio”.

“As dificuldades financeiras foram agravadas com a implantação do profissionalismo. É verdade que o número de profissionais do Rio Branco era pequeno (Caxambu, Vicente, Pereira e Camilo), mas ainda assim eles acarretavam despesas de ordenados, gratificações e manutenção”.

“As temporadas interestaduais com a participação de Fluminense, Flamengo, Atlético Mineiro, América, Portuguesa de Des-

portos deixavam saldo escasso, enquanto os jogos dos campeonatos regionais tornaram-se desinteressantes para os aficionados, pelo desequilíbrio entre os disputantes. Até os clássicos encontros Rio Branco x Vitória deixaram de atrair público por causa do poderio que o Rio Branco atingiu, bastando considerar que, entre 1931 e 1937, obteve seis campeonatos consecutivos”.

“Por tudo isso, a euforia do grande acontecimento foi substituída pela crescente preocupação decorrente do atraso no pagamento das dívidas, dentre as quais as mais atordoantes pelo perigo que encerravam, eram as hipotecas, cujos juros (irrisórios) deixaram de ser atendidos”.

“A preocupação com as citadas dívidas hipotecárias era enorme, pois a rigor o Rio Branco não podia contraí-las sem prévia anuência do Estado. E o próprio Jair Tovar conhecia tal obrigação, mas, de boa fé, não se prendeu ao detalhe por considerar — como nós — que iniciadas as atividades do estádio haveria receita suficiente para cobrir o débito”.

“A razão pela qual o Rio Branco não dispunha de liberdade para onerar o patrimônio de que passou a dispor estava expressa em cláusula contratual, segundo a qual se o clube ficasse em condições de não poder solver os compromissos contraídos para a construção do estádio, ou na hipótese de sua dissolução por qualquer motivo, o terreno e as benfeitorias nele existentes deveriam reverter à propriedade do Estado, que a seu turno responderia por todos os débitos existentes”.

“Foi nesse plano inclinado do qual o Rio Branco despencou, apesar das inúmeras composições tentadas com o objetivo de evitar a derrocada. Durante algum tempo as negociações junto ao Governo foram conduzidas com êxito, servindo pelo menos para proteger qualquer decisão prejudicial ao clube e às pessoas vinculadas às operações ainda sem solução”.

“Subitamente os acontecimentos se precipitaram. Um fato comum na vida política — embora não programado — fez desabar a

tempestade: meu rompimento com o situacionismo, em 1937, com a imediata renúncia da presidência da Assembléia Legislativa. Interromperam-se os entendimentos que vinham sendo sustentados exclusivamente pela influência que eu exercia junto ao Governo. E nós nos preparamos para o pior, que aconteceu com rapidez fulminante, até porque atingir o Rio Branco naquele momento comprometia o bom nome que eu desfrutava, não só junto ao meu clube, como perante o meio esportivo em geral”.

“Quis evitar a ligação dos fatos e, sem demora, renunciei à presidência do Rio Branco, elegendo João Freitas para o cargo e deixei também a presidência da Federação Desportiva Espírito-Santense, assumida por Arnauld Melo. Mas minha atitude de nada adiantou porque o Governo consumou o seu intento. Após entendimentos com Jair Tovar e com João Percy, o Estado entrou na posse do estádio, por via legal, aliás, sem contudo liquidar os débitos existentes com outros credores”.

“Na ocasião, Jones dos Santos Neves fez tudo para que o Governo saldasse tais dívidas, livrando o prejuízo de abnegados que não mereciam tão árdua penalidade”.

## A Devolução

Jones dos Santos Neves, ao tomar posse do cargo de interventor, em 1943, segredou a Carlito que iria devolver o estádio ao clube. Em 1956 o velho dirigente, que havia se distanciado mais uma vez do Estado, investido em cargos do Exército, retornou para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça, no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, o **Chiquinho**.

Tão logo chegou, Carlito encontrou o Rio Branco, ainda **hóspede** da Educação Física na casa que fora sua. Começou, então, a

última parte da luta do clube antes da venda do Governador Bley e da passagem para as obras de Campo Grande. Ele tinha que reaver o estádio. E conta o último lance seu como dirigente do clube:

“O então deputado José Buaiz, meu amigo e simpatizante do Rio Branco, mostrou-se sensível às ponderações que apresentei, no sentido de devolver o estádio ao Rio Branco. Conversamos a respeito com o governador e este acolheu bem a iniciativa. Lacerda de Aguiar sempre revelou estranha sensibilidade à prática de atos do agrado popular”.

“Redigido o projeto, antes de sua apresentação à Assembléia Legislativa, sondagens foram levadas a efeito, não só entre os correligionários da Coligação Democrática, mas também na área da oposição. A opinião dominante era favorável à medida. Quando a proposição chegou à Comissão de Justiça, procurei o então deputado Cristiano Dias Lopes, também meu amigo e de cuja boa vontade não era possível duvidar, seja pelo seu espírito público, seja pelas suas conhecidas ligações com a família alvinegra. Cristiano ampliou o projeto, nele acrescentando a obrigatoriedade de o Rio Branco ressarcir o Estado de todas as despesas por ele feitas por ocasião da encampação do estádio”.

Carlito, considerado como parte integrante da vida do Rio Branco, fez questão de encerrar seu depoimento dizendo que, na tomada do estádio Governador Bley, “o pior porém foi a imolação das tradições de um clube que, afinal, foi despojado do direito inalienável de guardar o troféu maior da sua máxima conquista”.

Nesse ponto termina a reportagem de *ES Revista*.

Mas no texto escrito em 1981 não constava uma explicação hoje necessária. Depois de retornar ao seu estádio, não era intenção do Rio Branco sair de lá, mas sim ampliar, no que fosse possível, a praça de esportes. Ocorre que a área passou, por volta do final da década de 1960, a ser de interesse da então Escola Técnica Federal

do Espírito Santo (hoje Centro Federal Tecnológico) e esta fez gestões junto ao Ministério da Educação e Cultura no sentido de que tudo fosse desapropriado.

Sabendo desse fato, o Rio Branco tentou impedir que ele se concretizasse. Em vão. Um belo dia o então governador Cristiano Dias Lopes Filho chamou ao Palácio Anchieta o diretor do Rio Branco, Manoel Ferreira (eram cunhados, sendo Cristiano casado com Aliete Ferreira Dias Lopes, irmã de Manoel) e disse a ele que a desapropriação era inevitável. Ou o clube a aceitava por preço compensador ou ela seria feita por avaliação, o que representaria prejuízo.

No dia da assinatura do contrato de venda, as mãos do então presidente do Rio Branco, Kleber Andrade, tremiam. Durante muitos anos ficou secreto o fato de que essa venda foi realizada à força. Mas o clube obteve prazo para deixar o local e, neste meio tempo, comprou a área de Campo Grande, Cariacica, onde começou a construir o Estádio Kleber Andrade, nome dado após a morte desse dirigente.

Era o terceiro estádio do clube. Mas os azares voltariam. Primeiro, uma enorme pedra encontrada no terreno consumiu, para sua retirada, parte substancial do dinheiro arrecadado para a obra toda, tanto no que toda à venda do Governador Bley, quanto também ao que entrou com lançamento de títulos e cadeiras numeradas sociais, além de camarotes.

A isso tudo se juntou a crise do futebol capixaba. Com arrecadação pífia, já sem associados, jogadores ganhando às vezes salário mínimo e respondendo a diversas ações trabalhistas, o Rio Branco entrou num grande processo de crise. Que viria a culminar com a venda de todo o complexo de Campo Grande para o Governo do Espírito Santo.

## Quem foi Carlito?

O general de divisão Carlos Marciano de Medeiros passou para a reserva remunerada em 1957, quando encerrou uma carreira militar iniciada em 1923, com a matrícula na Academia Militar do Realengo. Ele ainda faria cursos na Escola de Educação Física do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Estado Maior. Além disso, formou-se em Direito.

Embora tenha exercido uma série de outros cargos em outros estados, no Espírito Santo foi comandante da Polícia Militar, diretor do Departamento de Educação Física e secretário do Interior e Justiça. Eleito deputado estadual em 1934, ocupou a presidência da Assembléia Legislativa em 1936, depois de ter ocupado, no ano anterior, a presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Carlito Medeiros foi, ainda, prefeito do município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, por nomeação do governador do Estado do Rio e aprovação do Presidente da República, por se tratar de município de área considerada como de segurança nacional. Isso de 1971 a 1975.

Capixaba, ele iniciou a sua vida fazendo o curso secundário em Vitória, no Ginásio São Vicente de Paulo e, antes de entrar na Escola Militar, frequentou a Escola de Engenharia de Juiz de Fora.

Especificamente na área do esporte, além de ter sido seis anos presidente do Rio Branco e ser, ainda, considerado benemérito do clube, jogou nele e mais no Cachoeiro, no Esporte Clube Juiz de Fora (MG), no Fluminense A.C. (RJ) e no Gragoatá (RJ). Foi presidente da Federação Esportiva Espírito-Santense, exercendo esse mandato juntamente com o de presidente do Rio Branco durante seis anos. Possuía título de sócio benemérito, ainda, do Fluminense A.C., do Gragoatá e do Álvares Cabral.



Estádio do Rio Branco: Desfile escolar em 7 de Setembro de 1932.

## FICÇÃO, SIGNIFICAÇÃO ESTÉTICA E MEMÓRIA HISTÓRICA NO MONUMENTO A DOMINGOS MARTINS

*Almerinda da Silva Lopes\**

**Resumo:** No período que se estende da Independência do Brasil (1822) ao de 1930, tomou grande impulso a idéia de perpetuar e manter viva a memória dos heróis pátrios através de monumentos honoríficos, espalhando-se por logradouros das capitais de todos os estados da federação. A consolidação da arte moderna fez com que essa temática saísse de cena. Remontando às antigas civilizações, essa prática reafirmava e renovava a relação entre poder, política e arte, em todo o mundo, através de diferentes faturas, estilos, linguagens. Os monumentos escultóricos levariam vantagem sobre a pintura e outras formas de expressão, pois a resistência, durabilidade e nobreza dos materiais mantêm sintonia com a utopia política de eternizar os mitos.

Este artigo reflete sobre a relação entre arte e poder, pondo em foco o significado estético, poético e histórico do monumento ao revolucionário espírito-santense Domingos José Martins, 1781-1817, morto na Bahia lutando pela causa da Independência do Brasil. Executado em granito e bronze pelo laureado escultor e professor da antiga Escola Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro), José Otávio Correia Lima, foi inaugurado em 1922, em Vitória (Espírito Santo), como parte das comemorações do centenário da Independência. A metodologia comparativa permite-nos estabelecer relações com outros monumentos brasileiros, além do aporte da investigação perpassar a história das imagens, embasando-se para isso num corpus teórico que contempla autores brasileiros e estrangeiros.

**Palavras chave:** Monumento público – memória – arte e política – arte no Século XX.

Para o historiador italiano Argan (1993, p. 1), um monumento ao ser inserido no espaço de uma praça ou rua “recorta e delimita

---

\* Professora doutora de História da Arte da UFES, pesquisadora de Produtividade do CNPq e da FAPES e membro do IHGES. Com algumas modificações, este artigo foi publicado originalmente nos anais do 1.º Seminário Internacional sobre Arte Público em Latinoamérica, Buenos Aires, 2009.



a continuidade da natureza”, submetendo o espaço da cidade a uma determinação espacial. E enquanto “artifício ou artefato, isto é, algo feito segundo os procedimentos da arte”, o monumento também “qualifica o espaço urbano”, estabelecendo uma relação de identidade entre “arte e cidade”, além de ser portador de um sentido histórico, que visa instigar os indivíduos a dialogar e se reconhecer, seja nas formas artísticas, seja no significado heróico dos vultos que nele estão representados (Id., pp. 1-2).

Mas é preciso atentar, ainda, que, o processo que se estende da construção ao culto do herói tem sempre um sentido coletivo e conecta-se, ao mesmo tempo, a circunstâncias históricas e ideológicas. Portanto:

É fundamental que se procure sempre por quem determinado personagem histórico é considerado herói e porque merece essa classificação; [...] quais as condições de criação e recriação do herói por quem está interessado em fazer uso dele, para devolvê-lo a seu tempo, pondo-o em confronto com os valores dominantes em seu meio.

E assim “estabelecer uma aproximação contemporânea” que facilite a compreensão de seu significado (MICELI, 1989, pp. 9-12). Calabrese, também observa que o herói “resiste a qualquer sentido de atualidade, a partir do momento em que nos abismos se perdeu todo o contato com a realidade que o gerara” (1987, p. 202).

Sem perder de vista essas e outras premissas, o foco desta comunicação pauta-se na análise do processo de mitificação de um dos mais significativos revolucionários brasileiros que lutou e morreu pela libertação do Brasil de Portugal, e um dos mais convictos idealizadores da República. O discurso proposto respalda-se, assim, em três momentos: a reconstituição do fato histórico, o jogo de intenções e interesses que motivaram a construção do herói, e a tentativa de

manutenção da memória mítica, através de um monumento público, esculpido em bronze, localizado na Praça João Clímaco, em Vitória.

O monumento presta tributo a Domingos José Martins, líder da Revolução Pernambucana, ocorrida em 1817. Nascido em Itape-mirim, município daquele Estado, em 1781, chegou a ser eleito para ocupar o cargo de “representante do comércio” na junta governativa emancipacionista e republicana, que ajudou a implantar naquele estado nordestino. Diante da recusa de apoio dos Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, os revolucionários não resistiram à força da Guarda Nacional, enviada a Pernambuco por D. João VI.<sup>1</sup> Reprimidos e derrotados foram presos pelos militares e condenados à morte. O mentor intelectual da revolução, Domingos José Martins foi fuzilado no campo da Pólvora, em Salvador (Bahia), pelo Conde de Arcos, em 12 de junho de 1817, juntamente com outros líderes do movimento revolucionário.

Para se entender melhor o significado da revitalização desse herói e o papel desempenhado pela construção do monumento à sua memória, vale considerar que, no final do século XIX, quando ocorreu a queda do regime imperial e foi implantada a República Federativa, integrava o panteão cívico brasileiro somente Tiradentes. Cultuado como o “Mártir da Independência”, esse herói liderou, entretanto, um movimento revolucionário fracassado, debelado antes de eclodir e concretizar seus maiores ideais: a Independência do Brasil e a instauração da República.

Alguns anos depois da Inconfidência Mineira, Domingos Martins se tornaria o mentor de uma revolução que iria proclamar a República em Pernambuco, debelada pelos portugueses poucos meses depois. Porém, por razões que serão analisadas ao longo deste texto, Tiradentes acabaria se tornando a figura emblemática da causa separatista brasileira, ainda durante o Império, enquanto Domingos Martins caiu no esquecimento. Voltaria a ser lembrado e mitificado

no seu estado natal, apenas após a Proclamação da República no Brasil, no final do século XIX.

A morte de Tiradentes (1792) e a condenação de seus companheiros inconfidentes, não fizeram esmorecer os ideais por eles defendidos,<sup>2</sup> pois a partir daí surgiram vários outros movimentos separatistas no Brasil, sendo o mais significativo e bem sucedido deles — no sentido que chegou a ocorrer de fato — a Revolução Pernambucana (1817). Apenas cinco anos depois dessa revolução, que culminou com a morte de seu líder, Domingos Martins, dava-se a aclamação de Independência (1822).

Embora morressem lutando por causas semelhantes, entre esses dois heróis existiram algumas peculiaridades que os aproximam, e outras que os colocam em pólos opostos. Ambos eram membros integrantes da maçonaria, o que ajuda a entender o empenho de intelectuais e de membros dessa sociedade secreta, ao longo do século XIX, para cultivar a memória dos dois revolucionários, intento que foi veementemente refutado pela Coroa portuguesa, durante o Império.

A difusão das idéias iluministas e liberais do pensador inglês John Locke (1632- 1704) e dos enciclopedistas franceses Denis Diderot (1723-1790) e Jean Jacques Rousseau (1723-1790) — expressas no *Contrato Social* e *A origem da desigualdade entre os homens* — influenciaram os ideais da Revolução Francesa (1789), sintetizados pelo lema: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Esses ideais rapidamente se difundiram nas Américas, através de livros (entre outras publicações), e por sociedades secretas, como as lojas maçônicas, fomentando o ideal revolucionário pela emancipação de outras colônias. A Independência dos Estados Unidos (1776) influenciou inúmeros movimentos separatistas que eclodiriam nos domínios espanhóis (Paraguai, Bolívia, Chile, Peru), e no Brasil, que pleiteava se libertar de Portugal.

Ao contrário do que seria de esperar — quem concedeu ao Brasil a tão almejada liberdade foi um português criado na Colônia, e que era justamente o Príncipe Regente (então com 24 anos). A atitude do monarca de libertar o Brasil parecia ser acima de tudo, um ato de bravura, rebeldia e desobediência à Coroa, como se procurou difundir.

Entretanto, deve-se considerar o jogo de interesses e a ambição pessoal que moveram aquele que se tornou o Imperador Pedro I, a conceder a independência à Colônia. Essa decisão lhe assegurou o comando da monarquia no Brasil, sem se subordinar às ordens e determinações emanadas de Portugal.<sup>3</sup> Além disso, tal feito acabaria sustentando a manutenção do absolutismo na ex-colônia portuguesa até o final do século XIX. Após a Independência seriam adotadas estratégias visando transformar D. Pedro I em *herói nacional*: uma delas deve-se à impressionante quantidade de encomendas de telas e monumentos retratando o Imperador; outra foi colocá-lo como o intelectual que ele nunca se mostrou. O Imperador passaria a ser citado, por exemplo, por força de seus aliados incondicionais, como autor da música do Hino da Independência.

Se tais predicados pareciam suficientes para manter no esquecimento Tiradentes e Domingos Martins, não conseguiram aplacar a fama desfrutada por Pedro I de excêntrico, fanfarrão, mulherengo e de mau marido, que rapidamente se espalhou pelo mundo. Esses e outros agravantes tornavam o absolutismo alvo de constantes embates e críticas, e inócuas as tentativas de elevar a imagem do Imperador à condição de herói.

A abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho Pedro de Alcântara, então com 5 anos de idade e seu retorno a Portugal (1831), para disputar a vacância do trono luso, com a morte de seu pai, aumentaria ainda mais a instabilidade e os ataques irônicos à monarquia brasileira, que pululavam na imprensa. Quando da posse de D. Pedro II

(em 1840, aos 14 anos), a propaganda pela instauração da República tomava impulso. Mesmo se mostrando sensível aos problemas do país, ao longo do Segundo Império (1840-1889) surgiram vários movimentos e sociedades republicanas, liderados por intelectuais e militares. Paralelamente à disseminação dos ideais republicanos revitalizava-se a memória daqueles que lutaram e morreram lutando por eles. Tiradentes assumia, então, posição privilegiada.

A figura paternal, benquista pelo povo e carismática do Imperador Pedro II, não conseguiu impedir o aumento generalizado da oposição à monarquia, que se acirrou após a Guerra do Paraguai e a libertação dos escravos, liderado pelos latifundiários paulistas, mineiros e cariocas, em favor da mudança do regime no país. Com a intenção de propagar o espírito nacionalista e desviar a atenção e o foco da causa republicana, o Imperador encomendou a pintores acadêmicos, como Vitor Meireles e Pedro Américo, pinturas de temática histórica, narrando episódios recentes e remotos. A escolha da temática pela Casa Imperial enaltecia os feitos portugueses (Descobrimiento do Brasil, Primeira Missa, Expulsão dos holandeses e franceses) e do Império (Independência, Vencimento de batalhas na Guerra do Paraguai...). Assim, se Tiradentes foi transformado numa “espécie de fantasma, que metia medo ao trono” (MICELI, 1988, p. 7), o mesmo poderia ser dito do líder da Insurreição pernambucana, Domingo Martins.

O descontentamento por parte do alto comando das tropas brasileiras que lutou na Guerra do Paraguai, que não se sentia devidamente valorizado e recompensado, multiplicava a aversão dos militares ao regime monárquico. Por meio de articulações e num jogo de interesses de alguns líderes militares era proclamada a República no Brasil (1899) por um golpe militar, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, sem a participação das diferentes representações sociais, nem das camadas populares.

A implantação do novo regime estava longe de constituir unanimidade, por não ter sido uma conquista, mas uma imposição da vontade e do interesse de alguns. Recebia críticas e oposições até mesmo dos antigos membros das sociedades republicanas, descontentes com as manobras políticas adotadas pelos militares e as articulações que ocorriam nos bastidores da chamada República velha. Para seus inúmeros opositores, o regime republicano brasileiro nascia fraco, carecendo de lideranças e de legitimação popular. O momento tornava-se, portanto, propício à reabilitação da memória daqueles líderes que lutaram e morreram pela causa republicana, num tempo recente ou remoto. Os interesses políticos seriam, então, mais favoráveis à mitificação de Tiradentes. Seu nome era elevado à categoria de herói nacional, sendo sua memória evocada com constância na laudatória de historiadores, homens públicos e intelectuais, do porte de Rui Barbosa.

Segundo José Murilo de Carvalho, a construção do mito heróico atende a prerrogativas e construções de natureza real, histórica e simbólica:

O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais. A formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica. (1990, p. 58)

A larga vantagem desfrutada pelo líder da Inconfidência Mineira em relação ao mentor intelectual da Insurreição Pernambucana iria se pautar em algumas razões e intenções, sendo a mais significativa delas a identificação profissional daqueles que passaram a ocupar o poder. Tiradentes exerceu a carreira militar, tal qual os que lideraram a ainda recente proclamação republicana.<sup>4</sup> Além disso, a

origem humilde do mesmo vinha de encontro ao gosto popular e à ideologia positivista encarnada pelos republicanos. Em contraposição, Domingos José Martins foi um abastado comerciante civil, quando da eclosão da revolução pernambucana, o que o colocava numa situação desfavorável e antipática aos militares, aos positivistas e às camadas populares.<sup>5</sup> Mas o fator mais significativo à mitificação de Tiradentes era de ordem política. Minas Gerais — estado natal e palco das idéias revolucionárias de Tiradentes — exercera importante destaque político ao longo da *Primeira República*.<sup>6</sup> Domingos Martins, por ter nascido no Espírito Santo e lutado em Pernambuco<sup>7</sup> — estados pobres e atrasados social e economicamente, e que não desfrutavam, conseqüentemente, naquele momento, de prestígio político que pudesse ser comparado ao dos estados hegemônicos da região Sudeste — teve sua imagem depreciada e mantida intencionalmente no esquecimento.

Deve-se considerar, todavia, que Tiradentes angariava, desde o século XIX, de considerável prestígio junto a Sociedades Secretas, como a Maçonaria<sup>8</sup> e entre os positivistas republicanos. Isso parece explicar a construção, ainda durante o Império (1877), pelo governo provincial mineiro, na antiga Vila Rica, atual Ouro Preto, do primeiro monumento público fundido em bronze, em homenagem à memória do herói da Inconfidência.

A memória de Tiradentes também acabaria vivificada em inúmeras pinturas, esculturas e charges, criadas em anos posteriores, que procuraram associar esse mártir à figura de Cristo: barbas longas, trajando longa túnica, crucifixo pendendo do pescoço, atitude serena e altiva, a caminho da força. Nessa analogia entre a imagem altruísta do herói que morreu pela Pátria e a de Cristo que deu a vida para salvar a humanidade, desvelam-se os principais valores positivistas: a Pátria e a humanidade. Embora Pedro Américo pintasse o corpo do herói despedaçado, destituído de sua integridade

física e humanidade (1893), essa cena de carnificina, tendo a forca e o patíbulo como pano de fundo, expõe a violência, a “atrocidade” e a “barbárie” a que foi submetido o corpo do Inconfidente, não escamoteia a mesma intenção de associar a morte Tiradentes à crucificação de Cristo, como bem observa Maraliz Christo (2008, p. 73).

Considerando que o objetivo principal deste artigo é a representação artística que o líder da Insurreição Pernambucana, Domingos José Martins recebeu no seu estado natal, o Espírito Santo, o foco de abordagem centra-se na ação e construção da imagem mítica do revolucionário, e na maneira como foi representado no já mencionado monumento público.

## **O herói Domingos Martins e o monumento em sua memória**

A Revolução Pernambucana (1817), não se constituiu em ação isolada, pois contou com a adesão e a participação de Alagoas, Paraíba Ceará e Rio Grande do Norte (esta última anexada a Pernambuco no século XVIII). Essas províncias integravam uma região considerada pacata, com uma economia decadente e em crise, e com insignificante participação política. Assim, o governo central não parecia preocupado com possíveis ações revolucionárias, acreditando que as idéias liberais não fizessem parte do cotidiano daquelas províncias, tanto por seu atraso como pela distância que as separava da capital federal, onde esse ideário circulava de forma mais efetiva.

Pouco depois de se transferir de Londres para Pernambuco para gerir seus negócios (1814) Domingos Martins iria liderar o principal movimento revolucionário de oposição ao absolutismo de D. João VI (que instalara a corte portuguesa no Brasil, em 1808, face à ameaça de Napoleão Bonaparte de invadir Portugal). Insensível



às desigualdades sociais e à miséria em que vivia grande parte da população brasileira, o Rei era movido pela sanha da máquina arrecadadora, implacável na determinação de cobrar pesados impostos do povo para fazer frente aos gastos exorbitantes da Corte. Por esse e outros motivos, a causa libertária contou com a simpatia e o engajamento de militares de expressiva participação de eclesiásticos (daí ser chamada também de *Revolução dos Padres*), intelectuais, fazendeiros e comerciantes.

Os militares brasileiros se mostravam descontentes com os baixos salários e desprestigiados e preteridos pelos portugueses, a quem eram concedidos privilégios e as patentes mais altas, como forma de estimulá-los a debelar as crescentes revoltas na Colônia. Os comerciantes se queixavam da taxaço que onerava os produtos e desestimulava o consumo; os religiosos e os fazendeiros, donos de grandes glebas de terra e de engenhos de açúcar, se ressentiam da crise econômica que assolava a região. Além de prejuízos à comercialização da produção local de açúcar, algodão, tabaco e couro, a situação de penúria aumentava com a inanição do governo pernambucano, a concorrência de produtos ingleses e a forte seca que assolou a região (1816).

Esses problemas e o descontentamento generalizado asseguraram o engajamento de várias categorias sociais contra os colonizadores. Para isso contribuiu a liderança e as idéias liberais difundidas por Domingos José Martins na cidade de Recife (Pernambuco), e em outras localidades nordestinas, onde esse bem sucedido comerciante possuía feitorias. Movido pelo sentimento nacionalista, e mostrando-se sintonizado com as lutas anticolonialistas latino-americanas,<sup>9</sup> o revolucionário angariou respeito e prestígio, entre as diferentes classes sociais e categorias profissionais, mobilizando e engajando significativo contingente de simpatizantes na luta pela libertação do país.

Os separatistas depuseram o fraco governo provincial de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, e proclamaram a República pernambucana. Instaurado o governo provisório, aboliram impostos, promulgaram uma constituição, que propunha a igualdade de todos perante a lei e estabelecia a liberdade de culto e de imprensa. O líder Domingos Martins foi eleito representante da câmara de comércio, na junta governativa revolucionária provisória.

A República de Pernambuco teve, porém, duração efêmera, sem tempo sequer de adotar medidas mais justas e radicais, como a abolição da escravatura, estratégia que não chegou a ser cogitada pelos líderes revolucionários, para assegurar o apoio dos latifundiários ao movimento libertário. O anseio de tornar o Brasil independente de Portugal seria novamente reprimido e debelado, com a prisão e execução dos líderes da Insurreição Pernambucana. Entre os condenados à morte estava Domingos Martins, fuzilado, enquanto outros revolucionários tiveram as cabeças decepadas e os cadáveres arrastados por cavalos até o cemitério do *Campo dos Mártires* (Salvador), onde foram sepultados.

Embora o nome do líder da Revolução Pernambucana permanesse longo período no esquecimento, após a Proclamação da República foi revitalizado e mitificado. Paradoxalmente, a mitificação desse personagem histórico ocorreu no Espírito Santo, estado onde ele nasceu e viveu apenas parte da infância, não na região onde ele viveu e liderou os insurretos,<sup>10</sup> o que confirma o jogo de interesses e estratégias que perpassam a construção do mito heróico.

Entre outras homenagens recebidas, Domingos Martins tornou-se nome de cidade, da Assembléia Legislativa, patrono da Polícia Civil do Estado e tema do mais importante monumento público edificado em Vitória, capital do Espírito Santo, instalado pelo governador Bernardino de Souza Monteiro (em frente à sede do Governo e da antiga Assembléia que leva seu nome). Encomendado em 1915,

ao escultor José Otávio Correia Lima (1878-1974),<sup>11</sup> teve sua configuração formal e simbólica definida pelos integrantes do Instituto Geográfico e Histórico local. Seguindo a norma adotada na maioria dos monumentos executados durante a Primeira República, a figura do herói e os demais elementos alegóricos que integram o monumento são de bronze, e a base onde se apóiam, em granito, materiais nobres e de durabilidade afiançável, para eternizar o mito.

As reflexões de Omar Calabrese nos ensinam que o herói “resiste a qualquer sentido de atualidade, a partir do momento em que nos abismos se perdeu todo o contato com a realidade que o gerara”. Mas cabe “aos bronzes atestar a sua indestrutibilidade”, tornando-se peças-chave na perpetuação da memória dos mitos e dos heróis pátrios, razão porque a escultura em pedra e bronze leva vantagem em relação à pintura ou a outros processos artísticos:

A forma dos bronzes resistiu à intempérie do tempo, à descontinuidade da história, à degeneração dos acontecimentos. Expressam, pois, uma duração que vai muito além da vida dos homens e dos seus comuns artefatos, atestando [...] a sua indestrutibilidade. [...] Nada sabemos deles, nem o seu autor, nem o seu proprietário, nem o lugar de origem ou de chegada, nem o título que indicava o seu significado. São sem qualquer nome, isto é, sem qualquer propriedade. Têm a mesma configuração de um milagre ou de uma lenda [...] ao contarem a saga dos heróis. (CALABRESE, 1987, pp. 202-204)

A concepção do *Monumento* pauta-se em linguagem que carrega resquícios do romantismo e da ideologia positivista, destituída do caráter trágico que envolveu a morte do herói. O busto de Domingos Martins posiciona-se no alto e na parte anterior do bloco escultórico. A crítica costuma enfatizar o realismo que o escultor imprimia às suas figuras. Neste caso, o escultor parece ter se inspi-

rado na reprodução de retrato do herói, pintado a óleo por artista de seu tempo. A cabeça apolínea do jovem revolucionário possui traços harmoniosos e fidalgos, porte atlético, expressão serena. Mantém o olhar fixo no horizonte, como se vislumbrasse que seu sacrifício não seria em vão.

O busto perpetua a ação corajosa e altruísta do personagem histórico no exato momento em que se posicionou frente aos executores, inspirado nas figuras da República francesa: camisa aberta, cobrindo-lhe apenas um dos ombros, permite visualizar o corpo viril e quase desnudo do herói (morto aos 36 anos), pleno de energia e de certa sensualidade. O retrato de Domingos Martins distancia-se, portanto, do caráter dramático, enfatizando a coragem e a determinação do revolucionário mesmo na eminência da morte. Diante do pelotão de militares que o executariam, abriu a camisa e ofereceu o peito, bradando com ironia: “Cumpri a ordem de vosso Sultão! Eu morrerei pela liber...” Sequer teve tempo de terminar a frase (inscrita na face anterior do monumento) e completar a palavra *liberdade*, atingido por rajada de tiros.

O tecido da camisa enrodilha-se em volta do torso do herói, formando uma espécie de moldura que oculta o corte abrupto do tronco do retratado e se institui como extensão do corpo, que parece prestes a submergir do interior da coluna de pedra, onde ele se apóia. Uma parte do tecido desprende-se e pende ligeiramente pelo pedestal, à direita, como uma fenda a drenar a memória e a continuidade da história, restituindo ao herói “o esplendor do sentido”, emprestando a expressão de José Gil. A fenda faz verter a “energia concentrada e não-codificada, que escorre do fluxo corporal [...] e irrompe como saída de si, no silêncio sem forma, o grande silêncio do corpo” inerte do revolucionário (GIL, 2005, p. 16).

Esse atributo potencializa, ainda, uma espécie de “tensão em movimento ou uma expectativa explosiva”, instaurando um abis-

mo entre a memória e o aprisionamento do mito, através do ideal estético. A grandiloquência do retrato não remete ao passado, mas aponta para a idéia de futuro, subvertendo a lógica do discurso sobre o episódio dramático, para redimensionar o herói num outro tempo e espaço, confirmando a impossibilidade de redimensionar plenamente uma narrativa histórica atravessada por séculos (CALABRESE, *ibidem*, p. 204).

Atrás do busto de Domingos Martins posiciona-se uma alegoria feminina, de rosto idealizado, vestes drapejadas deslizando com leveza e transparência sobre o corpo de harmoniosa anatomia. Essa figura alada possui um ombro desnudo, que mais do que esboçar sensualidade potencializa a altivez, nobreza e atitude destemida da mulher. Tem na cabeça um barrete frígio e inclina-se na direção do herói, mantendo o olhar pousado nele. O corpo em genuflexão posiciona-se lateralmente ao busto do herói, tangenciando-o, enquanto suas enormes asas se projetam em sentido oposto, formando uma espécie de nicho acolhedor do torso do mito. Os pés descalços e bem talhados da figura são lançados para trás. Enquanto um deles está quase obstruído pelas vestes; o outro e parte de sua perna nua, projetam-se para fora do espaço cênico, flutuando no ar, sem qualquer sustentação.

Com firmeza e convicção, a imagem alegórica puxa uma corrente, mantendo o braço direito levemente arcado, enquanto a mão cerrada aproxima-se do ombro do revolucionário. O braço esquerdo tensionado ao logo do corpo levanta a corrente que se projeta no espaço, para além do suporte, pondo em destaque o símbolo do ideal libertário defendido e difundido por Domingos Martins: o rompimento dos grilhões que nos iam a Portugal. Caracterizando uma atitude protetora e maternal da figura em relação ao herói, a cabeça deste insere-se no intervalo gerado entre o braço e o corpo da mulher.

A alegoria feminina como exaltação da Pátria é um anacronismo, que tem origem na antiguidade. Foi apropriada pelas representações artísticas da República francesa, e como mulher destemida e corajosa manteria igualmente destaque na simbologia da República brasileira. Idealizada pela filosofia positivista de Augusto Comte, essa representação alegórica dominou os símbolos republicanos militares e civis, sendo adotada também pelos acadêmicos dos Institutos Históricos e Geográficos brasileiros, para os quais a humanidade, a pátria e a família constituíam a mais significativa tríade.

A alegoria feminina que integra o monumento a Domingos Martins representa ao mesmo tempo a liberdade, a pátria e a humanidade (o que explica sua proporção avantajada, em relação do busto do revolucionário). Remete à combatente destemida da pintura do francês Eugène Delacroix (1798-1863), *A Liberdade guiando o povo* (1830).<sup>12</sup> Entretanto, vale observar que a mulher como alegoria da República aparece no Brasil antes mesmo da proclamação, tendo destaque nas charges publicadas na imprensa carioca, principalmente a partir da metade do século XIX.

A inauguração do monumento a Domingos Martins estava prevista para ocorrer dois anos após a definição da encomenda ao escultor José Otávio Correia Lima, para homenagear o centenário de morte do revolucionário (1917), mas, por motivos ignorados, a obra acabou sendo concluída com atraso de um ano, confirmado pela datação inserida no bronze pelo escultor juntamente com sua assinatura. Por essa razão acabou sendo inaugurado somente em 1922, para marcar a comemoração do aniversário de Vitória e o Centenário da Independência do Brasil.<sup>13</sup>

Os elementos alegóricos desse monumento encontram alguma simetria nas imagens aladas representando a Pátria e a Vitória, esculpidas por Correia Lima no *Monumento ao herói da Guerra do Paraguai, Almirante Barroso* (1909); ou em outros, edificadas no

Rio de Janeiro entre 1889-1930, como o de autoria de Eduardo de Sá, em memória daquele que consolidou a República, *Floriano Peixoto* (1910), período em que muitos monumentos públicos foram integrados à paisagem urbana da Capital Federal, que desde o início do século passado foi submetida a completa remodelação.

Se para Félix Duque, a multiplicação de monumentos na paisagem permite inserir “no espaço do caminhar, passear, do deleite, do aprendizado” da arte e da revitalização da história, que é “uma concepção tipicamente moderna”, e própria do conceito baudelaireano de “flâneur” (2001, p. 11), Calabrese situa o monumento numa outra perspectiva. Afirma que, formatar um monumento é para o artista “renovar o passado”. Segundo o teórico italiano, isso significa que o artista “não o reproduz, mas antes, tirando dele como de um depósito formas e conteúdos esparsos, o torna novamente ambíguo, denso, opaco [...]”, operação que denomina “deslocamento”. Tal processo “consiste em atribuir ao que foi desvelado do passado um significado a partir do presente, ou em proporcionar ao presente um significado a partir do que foi desvelado no passado” (CALABRESE, 1987, p. 193).

Reflexão similar é postulada por Ruysen (2000, pp. 9-13), ao afirmar que os monumentos aos heróis, enquanto representações históricas e fenômenos culturais de um passado mítico instauram a possibilidade de arrolar discursos e narrativas sobre memória e esquecimento, “emergindo como preocupação” nos diferentes continentes. A revitalização de determinados feitos cívicos e acontecimentos políticos da história mundial gerados em passados-presentes muitas vezes traumáticos, que permaneceram na memória cultural impregnados no corpo-matéria dos monumentos públicos, permitem repensar e “entender situações locais específicas, historicamente distantes e politicamente distintas do evento original”. Por esse viés, o fato histórico se transforma “em metáfora para outras

histórias e memórias”, possibilitando arrolar e refletir sobre “questões fundamentais como violação dos direitos humanos, justiça, responsabilidade coletiva”, liberdade, e “criar esferas públicas de memória contra as políticas do esquecimento”.

## Notas

<sup>1</sup> A recusa da Inglaterra parecia incoerente, considerando que esse país incentivou e financiou o movimento revolucionário na América. Maior potência comercial da época tinha interesse na libertação das colônias de Portugal e da Espanha na América, visando aumentar a venda de produtos ingleses, sem a concorrência daquelas duas nações européias. Segundo Miceli (1989, p. 67), antes da Independência (1822), “o Brasil consumia sozinho mais de 80% de todos os produtos que aquele país exportava para a América”. A negativa de apoio à revolução emancipacionista pernambucana teria sido motivada, segundo aventam alguns historiadores, pela não-adoção de medidas radicais, entre elas a abolição da escravatura.

<sup>2</sup> Delatado e preso no Rio de Janeiro, em maio de 1789 (data que coincidia ironicamente com a deflagração da Revolução Francesa), assumiu para si a responsabilidade pela causa libertária. Após três anos de prisão, Tiradentes foi julgado e o único revolucionário condenado à pena máxima, tendo sido executado no Rio de Janeiro a 21 de abril de 1792, por ordem da rainha de Portugal, D. Maria I. Depois de enforcado, o corpo de Tiradentes foi esquartejado, e suas partes depositadas na estrada conhecida como Caminho Novo, principal passagem do ouro que saía de Ouro Preto em direção ao Rio de Janeiro, que era vigiada ironicamente por esse militar.

<sup>3</sup> Ironicamente, Pedro I era neto da rainha D. Maria I, que condenou Tiradentes à morte, e filho de D. João VI que determinou o fuzilamento do líder separatista em Pernambuco, Domingos Martins.

<sup>4</sup> Na época que liderou o movimento separatista, Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pela alcunha de *Tiradentes* (por ter atuado como prático de dentista naquela província e no Rio de Janeiro), exercia o cargo de Alferes do Regimento da Cavalaria, na antiga Vila Rica, atual Ouro Preto (Minas Gerais).

<sup>5</sup> Educado na Inglaterra e por manter em Pernambuco feitorias em sociedade com poderosas empresas inglesas, suspeitava-se que ele defendesse os próprios interesses e o dos comerciantes europeus (MICELI, 1989, p. 68).

<sup>6</sup> Por um acordo entre as lideranças dos estados mais ricos da federação — São Paulo, produtor de café e Minas Gerais, produtor de leite, foi criada a política



do “café com leite” — estratégia para assegurar o revezamento de políticos desses estados no poder central.

<sup>7</sup> Domingos Martins ainda disputou com o Frei Caneca (que lutou ao lado do capixaba pela mesma causa libertária) o posto de herói da Revolução Pernambucana. A figura do religioso parecia digna de maior credibilidade, pois Domingos Martins, por sua posição social poderia ser interpretado como defensor dos interesses da elite.

<sup>8</sup> Segundo Miceli, (Ibidem), Tiradentes e os demais inconfindentes eram maçônicos, o mesmo ocorrendo com Domingos Martins, que logo depois de sua chegada da Inglaterra fundou em Recife a loja maçônica *Patriotismo* (1814).

<sup>9</sup> Após estudar em Lisboa e concluir os estudos em Londres, Domingos Martins tornou-se sócio-proprietário de importante estabelecimento comercial, e ampliou seus negócios em Pernambuco e região, onde mantinha feitorias em sociedade com empresários ingleses. Fascinado pelas idéias iluministas e liberais, aproximou-se do general venezuelano Francisco Miranda e Rodríguez (1750-1816), que aspirava libertar as colônias americanas. Miranda lutou pela Independência dos Estados Unidos e pela emancipação da Colômbia (1805), dissolvida pelos espanhóis, e concretizada por Simon Bolívar.

<sup>10</sup> Todavia, mesmo que tardiamente, a memória do revolucionário começa a ser revisitada no estado de Pernambuco, onde ele lutou pela causa separatista, e viveu nos últimos anos de vida. Pela Lei Ordinária n.º 947/2009 foi aprovada a denominação de Domingos José Martins à rodovia estadual PE-51, ligando Porto de Galinhas a Serrambi.

<sup>11</sup> Foi aluno na Escola Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro) do prestigiado Rodolfo Bernardelli, tornando-se, posteriormente, professor da instituição (1910-1930). Correia Lima aperfeiçoou-se em Roma (depois de curta temporada em Paris), entre 1899 e 1902, como bolsista de Viagem ao Estrangeiro, do Salão de Belas Artes (1899), com a obra *Remorso*.

Em Roma ligou-se ao Centro Artístico Internacional (criado em 1870), para onde afluíram do final do Oitocentos ao início do século XX, pintores e escultores europeus e brasileiros. Correia Lima venceu concursos públicos do governo brasileiro para execução de importantes monumentos, no Rio de Janeiro, após seu retorno da Itália (DAZZI, 2006).

<sup>12</sup> Alegoria à Revolução de 1830, com destaque para figura feminina (que alguns citam como a revolucionária Marie Duchamps) que marcha vitoriosa sobre cadáveres, empunhando a bandeira tricolor e um fuzil (Museu do Louvre). (CARVALHO, 1990, p. 76).

<sup>13</sup> O conjunto escultórico em bronze tem cerca de 170 cm de altura e foi assinado e datado por Correia Lima na lateral esquerda (1918) e assenta-se em base de granito com cerca de 400 cm de altura, devendo-se ao Instituto His-

tórico e Geográfico a escolha do herói e a representação simbólica do monumento (*Revista do IGHEs*, n.º 4, 1925).

## Referências

- ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. Trad. Píer L. Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- CALABRESE, Omar. *A Idade neobarroca*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário na República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DUQUE, Félix. *Arte público Y espacio político*. Madrid: Akal, 2001.
- GIL, José. *Movimento total: o corpo e a dança*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano; Universidade Cândido Mendes; MAM, 2000, pp. 9-17.
- MICELI, Paulo. *O Mito do herói nacional*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 1989, pp. 8-12.

## Artigos

- CHRISTO, Maraliz de Castro V. “A fragmentação do corpo do herói e a sensibilidade do final do século 19”, in *Arte e Ensaio* – Revista do Programa de Pós-Graduação Artes Visuais/ Escola de Belas Artes. Rio de Janeiro: UFRJ, n.º 16, julho 2008, pp. 73-81.

## Revistas

- DAZZI, Camila. “Pensionistas da Escola Nacional de Belas Artes na Itália (1890-1900) – questionando o afrancesamento da cultura brasileira no início da República”, in: *19&20. Revista Eletrônica de Dezenove Vinte*. Volume I, n.º 3, nov. 2006, disponível em: [HTTP://www.dezenovevinte.net/19e20](http://www.dezenovevinte.net/19e20)
- Revista do IGHEs*, n.º 4, 1925.



## HABITANTES DE LUGAR NENHUM. CIDADES/PERSONAGENS EM CONTOS DE MARÇAL AQUINO

*Isabela Basílio de Souza Zon\**

**Resumo:** O artigo pretende “ler” a exclusão social das cidades, em uma análise dos contos “Visita”, “Matadores”, “A face esquerda” e “Santa Lúcia”, de Marçal Aquino, com ênfase nos personagens e pelo modo como se mostra nos textos o desenvolvimento das relações do “eu” com o “outro” e com a linguagem. Para tal fim será utilizada uma abordagem interdisciplinar, especialmente com base em textos de Zygmunt Bauman, Michel Foucault, Walter Benjamin e Roland Barthes.

**Palavras-chave:** cidade – personagens – exclusão.

Sou de um país vertiginoso onde a loteria é uma parte essencial da realidade.

Jorge Luís Borges

“Zodíaco”, “Santa Lúcia”, “Blue Star” são alguns dos não-lugares: boates, comunidades pobres e hotéis, povoados pela ficção de Marçal Aquino (2003). “Espaços destituídos das expressões simbólicas de identidade, relações e história” (BAUMAN, 2001, p. 118), que de tão determinantes na evolução da trama deixam a impressão de serem eles os protagonistas nas narrativas. Agindo de forma a moldar o caráter daqueles que os habitam, se tornam os centros dos acontecimentos, como abismos atraindo para os seus vazios todos os que deles se aproximem, por não resistirem ao apelo que lhes chega de “[...] descobrir um mundo que é aquele no qual se vive” (BENJAMIN, 1997, p. 214).

---

\* Associada efetiva do IHGES.

Sendo um andarilho do submundo brasileiro, o escritor-detective se debruça sobre as nossas “galerias”, ou melhor, nossos bares e prostíbulos, e “faz botânica no asfalto” (BENJAMIN, 1997, p. 34), tentando decifrar o enigma da cidade-cenário que se fragmenta em várias imagens. Mas, antes de tudo este *flanêur* é “alguém que não se sente seguro em sua própria sociedade. Por isso busca a multidão.” (BENJAMIN, 1997, p. 45).

Figura múltipla e dividida entre as várias atividades que exerce: autor, roteirista, jornalista, M. Aquino elabora a sua leitura do texto-vida em que a ficção funda um novo mundo, matando o mundo oficial e a memória que temos dele, concedendo, ao menos na sua escrita, um espaço central àqueles que vivem em “nenhum lugar” das cidades modernas. Torna assim mais fácil a exposição dos excluídos porque desperta a imaginação do leitor, ao negar o real e operar um simulacro, ao considerarmos o mundo que se toma por real apenas uma construção de conceitos e categorias criadas pelos discursos que pretendem estabelecer uma verdade (REVEL, 1996).

A literatura é o artifício que permite olharmos o estranho “no olho” sem aquele desconforto mencionado por Simmel (BENJAMIN, 1997, p. 36). Pelo filtro da ficção o perigo nos fascina e atrai já que o medo provocado pelo segredo que o desconhecido carrega pode ser controlado. Ver sem ser visto é também um ato que remete ao princípio do “apagamento do autor” (FOUCAULT, 2006, p. 264). Isto porque o autor ocupa a função de observador do que há ao seu redor, capaz de elaborar a partir da observação o seu pensamento, não fruto das “características individuais do sujeito que escreve,” (FOUCAULT, 2006, p. 264) mas de um ser cujo acesso direto ao inconsciente possibilita perceber uma outra dimensão do coletivo. Por tal motivo o fazer literário é considerado por Foucault uma espécie de loucura, contrária ao poder do capital, por existir independente de ter algum valor ou de ser desejado por alguém

(FOUCAULT, 2006, p. 243). A escritura, ironicamente, passa a ser também aquela que deveria ocupar um “lugar-sem-lugar” na sociedade, pois “irredutível ao espaço real” (idem, 2006, p. 253).

A distância irônica da linguagem apresentada nos contos sinaliza um julgamento de valor por parte do autor das situações a serem narradas, além de ser responsável por criar um contraste entre o que é afirmado e o que é significado. Captar os personagens torna-se um desafio aos leitores potenciais do texto que se deparam com o discurso codificado a ser decifrado. Desta forma “o leitor é de certo modo puxado para frente ao longo do livro por uma força mais ou menos disfarçada, da ordem do suspense.” (BARTHES, 1988, p. 49).

Nomes dos cenários em que se desenvolvem as tramas, tais como “Zodíaco” ou “Santa Lúcia” se abrem a outros significados, podendo remeter o primeiro, tanto à origem grega da palavra, “círculo de animais”, quanto à suposta má sorte que rege os destinos dos personagens que o frequentam. Já a comunidade pobre de “Santa Lúcia” alude ao desejo de seus moradores por iluminação, proveniente da santa protetora da visão e dos olhos, e às mulheres brutalizadas pelos marginais da comunidade em que vivem. Ou ainda, as personagens “Regina” dos contos “Visita” e “A Face Esquerda”, que a etimologia aponta para “Rainha”, operando um contraste com a situação projetada pela ficção. A ironia torna subversiva a linguagem desde o nascedouro pois contra a ordem de consumo, passa a ser meio para estar ao lado dos expurgados da sociedade, tornando-os visíveis a um grupo que não os quer ver.

M. Aquino ocupa a função autor já que seus textos fazem uma “história dos excluídos, dos esquecidos e dos vencidos” (GAGNEBIN, 1999, p. 43), ao remover a terra que encobre a face de uma verdade que só é interessante aos beneficiados por ela, captando a hostilidade do meio que frequenta e que lhe é familiar. É a arte que apresenta o lado doentio do cotidiano, renunciando à característica

de “promessa de felicidade” para ser uma arte da “dor” ou “arte do real”. Não há mais a arte “ilusão” e sim a arte “testemunhal” (SELIGMAN-SILVA, 2003, p. 37).

A proximidade do fazer literário ao labor proletário marca uma dissolução na fronteira entre aquele que escreve e aquele que lê. E vai além ao despertar um questionamento sobre a independência do escritor diante do capital que o financia, servindo de alerta sobre o risco da obra transformar-se em mero artigo de consumo. Até que ponto seria possível tornar audível a voz transgressora de uma obra de arte cuja veiculação dependeria do suporte econômico das classes dominantes? Benjamin (1985, pp. 132-136) já em 1934 dissolve o paradoxo, ao sugerir o uso de técnicas pela produção artística semelhantes àquelas utilizadas nos meios do rádio, do cinema e da imprensa, “em que o processo de montagem mobiliza os acontecimentos e com isso obriga o espectador a tomar uma posição quanto à ação”, fazendo-o “estar no centro de suas experiências”.

Marçal Aquino conhece bem o uso desta técnica e a utiliza em seus contos, aproximando a narrativa literária a um roteiro cinematográfico. A visão como sentido privilegiado cria imagens dos movimentos da rua, liberando acontecimentos, retirando deles prazer ao apreender o texto que surge. “Textos-rua” levam os acontecimentos aos leitores, surgindo além das imagens que passam aceleradas. As cenas vão se desencadeando em velocidade, não há fixação de um tempo cronológico, apenas ênfase no espaço, o que causa certo estranhamento. Assim como no cinema, a caracterização dos personagens se dá pela linguagem, por seus vícios e modo de vestir, e principalmente pelos objetivos que querem atingir. O conflito que surge revela a personalidade dos envolvidos e a ação é fruto de seus comportamentos (FIELD, 1995, pp. 31-33).

Simmel, na voz de Benjamin, declara: “Quem vê sem ouvir fica muito mais inquieto do que quem ouve sem ver” (BENJAMIN, 1994,

p. 36). Hábito de uma sociedade urbana, exacerbado pela possibilidade de estar em muitos lugares ao mesmo instante, via internet, celular, vídeo-conferência. Incorpora a realização instantânea do tempo, em que “o espaço perde o valor” (BAUMAN, 2001, p. 136), por ser acessível a qualquer hora. A comunicação verbal mostra-se insuficiente aos cidadãos, cada vez mais preocupados em produzir e não apenas existir, sendo a visão responsável pela maioria das imagens que elaboramos na atualidade e também instrumento de controle para percebermos o “outro” e o ambiente que nos cerca.

O privilégio concedido ao aspecto visual é responsável pelo detalhamento, um excesso descritivo do espaço e dos objetos, criando um efeito de irrealidade. O homem sempre foi tido como o senhor dos objetos e quando o foco muda do homem para o que o cerca, ele fica deslocado, como se não pertencesse àquele mundo, remetendo à impressão de um “pesadelo” (FOUCAULT, 2006, p. 146). Esse sentimento é experimentado com a entrada do narrador-personagem de “A Visita” no quarto que é utilizado pela irmã para se prostituir:

Era um cômodo verde-claro, com cortinas de um tecido grosseiro da mesma cor na janela. Havia um guarda-roupa pequeno no canto, uma cadeira e uma cama, com almofadas de cetim vermelho em forma de coração no lugar dos travesseiros. Na parede, um pôster de um sujeito de boné e blusão de couro sobre uma motocicleta. Uma porta entreaberta deixava ver, na penumbra do outro cômodo, um pedaço da pia, uma privada e um bidê. (AQUINO, 2003, p. 109)

Ou ainda quando o mesmo personagem descreve a mulher-objeto encontrada na boate à beira da estrada como um simulacro do ser capaz de seduzir:

Seus dentes eram brancos — e artificiais. O cabelo pintado de loiro, destoava das sobranceiras



escuras. E tanto os brincos como as pulseiras e o colar que usava poderiam ter sido comprados numa dessas lojas que vendem quinquilharias em qualquer rodoviária. Uma mulher, enfim, em quem somente as rugas, que apareciam abaixo dos olhos e no pescoço, não eram falsas. (idem, 2003, p. 101)

O simulacro da mulher fantasiada pelo homem tem o poder de pôr fim ao jogo do sexo pois mostra o homem igualmente como um ser imaginário, em que a prática do artifício leva a “exacerbar o traço para dele fazer mais que um signo e, por esse uso, não do falso oposto ao verdadeiro mas do mais falso que o falso, de encarnar o apogeu da sexualidade e simultaneamente reabsorver-se na simulação”. (BAUDRILLARD, 1992, p. 20).

A crítica aos traços sociais do individualismo e da solidão, próprios aos habitantes das grandes cidades, aparece nos textos por meio da formação genérica da personalidade dos tipos, carentes de um perfil psicológico mais elaborado. Mas tal escolha do autor também revela uma ironia diante da atitude daqueles que rotulam ou classificam os marginalizados. Dessa forma, evita colocar-se como portador de uma verdade totalitária, ou, ainda, negando-se a tomar-lhes a palavra, naquela que seria uma pretensa tentativa de ser a voz dos representados, detentores que são de um discurso próprio, capazes de articular. Nelson Brissac (2004, pp. 120-122) entende que com a sociedade industrial surge a necessidade de se enquadrar e classificar o ser em tipos e assim controlar o comportamento humano, objetivando dominar o medo pelo desconhecido, o estrangeiro e selvagem.

Alguns personagens das tramas não são sequer identificados por um nome, tornando-se invisíveis aos olhos dos que os cercam: o narrador de “A Visita” ou a criança de “Santa Lúcia” são apenas “pivete” (AQUINO, 2003, p. 109) ou “meninos” (idem, 2003, pp.

158-196). Já as mulheres quando fazem “programas” usam codinomes variáveis: “Suzi, Tânia, Lúcia...” (idem, 2003, p. 101) ou são designadas pelo aspecto físico: “índia” (idem, 2003, p. 105), “loira” (idem, 2003, pp. 101-131), “japonesa” (idem, 2003, p. 117), “nordestina” (idem, 2003, p. 122). Mesmo quando não rotuladas pela prostituição, o são pelo estado civil: “desquitada da Telefônica” (idem, 2003, p. 103) e “mulher do Turco” (idem, 2003, p. 138).

Para Adorno (2002, pp. 70-71) a perda de individualização se reflete nos nomes de família, usuais indicadores da origem do ser. Os apelidos tornam “substituíveis” as pessoas e o tratamento entre elas superficial. Sinal de que o indivíduo contemporâneo é genérico e fungível, e que o seu esforço pessoal pouco influencia para se chegar ao sucesso, agora atribuído ao acaso. Assim encontra-se Lourival, um dos habitantes de “Santa Lúcia”: “Seu nome é Lourival, mas todo mundo no bairro só o conhece por Nego, apelido dos tempos de moleque. Ele desconfia mesmo que a maioria das pessoas ali nem sabe que se chama Lourival.” (AQUINO, 2003, p. 147).

Ou Pedro, cujo hábito de balançar os braços compridos ao longo do corpo lhe conferiu o apelido de “Pedro Macaco” (idem, 2003, p. 148). Reflexo do aspecto físico que, assim como os dentes estragados, indicam um ser portador de uma moral defeituosa, oposto do malandro elegante e educado do passado, já que não se submete ao código de ética instituído na favela, portando-se como um animal no trato com suas vítimas.

“Turco”, “Zeca”, “Alfredão”, “Paulo Preto”, “Duão”, “João Paraíba” (AQUINO, 2003, pp. 118-140) seguem o padrão de denominações dos personagens conforme a aparência ou procedência dos mesmos. Estranhos revelados pelo olhar embaçado do narrador, capaz somente de vislumbrá-los pela réstia de luz dos ambientes que frequenta. Iluminação artificial proveniente de algum “[...] luminoso, que tinha duas de suas letras apagadas” (AQUINO, 2003, p.

102). Símbolo da limitação do meio que os circunda, desfavorável a que os personagens mostrem mais que o superficial. Por todos ali estarem de passagem e tudo ser provisório, não há motivação para criarem laços com o próximo. São lugares de consumo do corpo, da vida, de bebida ou cigarros, onde as pessoas não interagem para não se desviarem do propósito que os levou até ali. Um ato solitário a ser experimentado individualmente (BAUMAN, 2001, p. 114).

A situação é vislumbrada através dos matadores de aluguel, para quem qualquer distração poderia prejudicar o “serviço” ou levar à própria morte:

Eu disse: “Pois é” e o Alfredão pareceu ficar satisfeito. Bebeu um gole grande daquele uísque horrível e falou que o nosso serviço ali era fácil, sem maiores complicações, e tudo o que a gente tinha de fazer era esperar. Era só não distrair a atenção que a coisa saía direitinho. (AQUINO, 2003, p. 126)

As representações de pessoas “comuns”, assim entendidas as que não se destacam por nenhum feito especial, vão se formando a partir das ações que movimentam a trama. Os matadores e as prostitutas, personagens recorrentes nos contos em análise, se explicam pelo que fazem em cada momento da história/estória. E aqueles que observam projetam suas dúvidas naquele que é observado, possibilitando o surgimento de novos valores apesar dos preconceitos existentes sobre alguma classificação já feita. Mesmo sendo produtos da ficção, se confundem com aquilo que é entendido por realidade, resultado da construção do leitor, pela via do imaginário. Curiosamente, não se tornam mercadorias simbólicas a serem consumidas pelos leitores pois há muito já se tornaram mercadorias na realidade histórica, por práticas que projetam as objetivações que fazem deles matadores e prostitutas (VEYNE, 1982, pp. 164-165).

Usar o corpo como mercadoria ou como máquina de matar “transforma em objetos as pessoas humanas que são os seus atores” (idem, 1982, p. 152), assim como aqueles que vivem para produzir e para consumir, em um movimento infundável. É a destruição do indivíduo capaz de autocrítica e de pensamentos autônomos, “o eu reduzido ao ‘exemplar’ que pode ser trocado como qualquer mercadoria” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 85).

O poder do capital torna inumanos os serem quaisquer que sejam os locais que habitem. No entender de Simmel “ativa entre os homens um distanciamento funcional, que vem a ser uma proteção interna contra a proximidade excessiva” (BENJAMIN, 1994, p. 226). Porém os guetos que isolam acentuam a desumanidade dos pouco favorecidos porque lá estes se encontram por falta de opção. A única comunhão com o “outro” é a batalha para sobreviver, cada um isoladamente, incapaz de compreender e ser compreendido. Não há mais a utopia, a crença no progresso e no crescimento como facilitadores da vida nos grandes centros. Há apenas um vazio, em que tudo o que resta é a dificuldade em compartilhar experiências pela linguagem bem como a incapacidade de comunicar as ansiedades. O reverso da definição de Simmel para sociabilidade “como uma forma de interação sem um fim específico, lúdica, tendo como pressuposto a partilha de regras do jogo, tendo como referência um sistema de referências e crenças comuns com o outro.” (FRÚGOLI JR, 2007, p. 9).

A segregação involuntária a esses contextos sociais, marcados pela ausência de oportunidades e pela imposição de redes criminosas, faz da vida dos seus moradores apenas uma sucessão de momentos a serem vividos sem perspectiva de duração a longo prazo. Por isso não há possibilidade de serem criados vínculos com outros que possam durar, já que “relacionamentos mais profundos podem dificultar sua mobilidade no mundo movediço” (BAUMAN, 2004, p. 10).

Por meio da revelação do passado dos matadores e da forma pelo qual se tornaram conhecidos, fica estabelecida a conexão com o estilo fluido da vida, que torna difícil a fixação por longo tempo em algum lugar: “Zé Emídio era conhecido por nunca recusar uma empreitada, fosse quem fosse o mandante ou a vítima. Ele mesmo dizia que, ao receber a fotografia, já passava a odiar seu alvo, o que facilitava” (AQUINO, 2003, p. 127). E continua com o narrador expondo a saga dos “trabalhadores”:

Se mantivesse um diário, Múcio fatalmente teria registrado sua partida de Santa Rita. Ele tinha 20 anos e já era um pistoleiro conhecido. Zé Emídio estava morto; Honorino aposentado por derrame, e Duão fora espancado até a morte pela polícia. Escondido em um sítio, Múcio sabia que tinha chegado a hora de deixar a cidade. Em seu último trabalho, matara o filho do promotor e estava sendo caçado como bicho. (idem, 2003, pp. 127-128)

A ausência de interação leva a um dos abismos com que se deparam os personagens: aquele entre o silêncio e palavra, instaurador do vazio. A língua, tida como forma de imortalidade por Borges (n/d, p. 42), pois criação humana, não é capaz de subsistir em um ambiente de mecanização do homem. Na ausência da palavra, o olhar pretende substituí-la nas relações, julgando pelas aparências. Um olhar perplexo, que não se fixa em ponto algum, apenas se move de um lugar ao outro, só se detendo nas pessoas em que o inimigo possa se revelar dependendo da forma como se veste ou pelo modo que também retribui o olhar: “Alfredão abanou a cabeça, disse que era tudo a mesma merda e bicou o uísque. Ele vestia uma jaqueta de couro preto, o que lhe dava um ar suspeito. Aquele tipo de sujeito que basta uma olhada rápida para saber que está armado.” (AQUINO, 2003, p. 118).

Mas a visão acaba prejudicada por acontecer em meio à fumaça do cigarro, ou diante da luz de um sol encoberto por nuvens, verdadeiros anteparos à visão do “outro”, denunciando “a inquietude do habitante da cidade grande diante de seus concidadãos — que ele, na maioria dos casos, vê sem ouvir.” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Nos textos de Aquino a linguagem é usada com parcimônia, não flui, constituindo-se por fragmentos necessários a um mínimo de contato social, sempre objetivando a um fim, mas nunca em um meio para aproximar-se do outro. A violência a que se submetem os personagens é limitadora do verbo, está fora do alcance das palavras.

A violência é banal aos personagens. “Marcas de guerra” nas prostitutas (AQUINO, 2003, p. 110), acidentes nos assassinos que tem “a face esquerda” destroçada por cicatrizes (idem, 2003, p. 197) ou transforma-se em inconveniência pelo asco “no rosto que vai se transformando numa coisa muito ruim de se olhar” (idem, 2003, p. 159). Aceita como parte inerente da vida que levam, no máximo os deixam com algum defeito físico que carregam e com o qual se conformam. O próprio sofrimento ou mesmo o alheio não mais os sensibiliza, apenas os deixam perplexos, imóveis, sem saber o que fazer diante dele a não ser aceitá-lo como inevitável.

A alma inerte frente às imagens que lhes entram pelos olhos faz dos personagens meros autômatos, incapazes de reagir seja diante da morte de um cachorro...

Eu levantei e fiquei parado no acostamento da rodovia deserta, olhando o dia clarear. Era uma manhã de luz baça, cheia de nuvens cinzentas. A minha respiração saía como fumaça por causa do frio. Senti que aquele momento continha uma espécie de ensinamento, mas eu não sabia dizer qual era. Então fiquei apenas olhando a vegetação úmida, o céu cinzento e a luz aumentando. Lembro que fiquei em silêncio. Que, feito dizia minha mãe, é como a gente deve ficar diante das

coisas que não compreende direito. (AQUINO, 2003, p. 115)

Ou de um colega de “profissão” assassinado: “Cheguei a tempo de ver uma caminhonete manobrando e deixando o estacionamento. Não havia muito a fazer. Então tornei a guardar a automática no coldre e fui para o carro. Não ia demorar para amanhecer.” (idem, 2003, p. 136).

Outro abismo é aquele que se instaura entre a ordem econômica instituída e aquela desejada pelo indivíduo que, abandonado à própria sorte, entende nada poder fazer para alterá-la.

A mentalidade que se afirma em um matador é uma prática que ele entende como inerente à sua vida, assim como a da prostituta ou do produtor/consumidor, no sentido que Foucault concebe “por práticas, que são condutas e mentalidades que se impõe à consciência.” (VEYNE, 1982, p. 162). Mesmo quando exercem outro “trabalho” nos contos, os personagens não se livram de uma frustração da vontade, não são capazes de vencer o mal que se abate sobre suas vidas miseráveis, nem se tornam melhores ao final da história, já que não conseguem redimir a exclusão em que se encontram.

O acaso escapa ao homem que tudo quer controlar e entender. O passado surge na narrativa como algo que tenha acontecido a outro personagem, diferente daquele em que se tornou no presente. Portanto, incapaz de trazer um significado que modifique suas vidas e decisões, resultantes da fatalidade.

O passado só pode ser resgatado por fotografias, que deixam dúvidas sobre se o que está exposto de fato aconteceu ou se é fruto apenas da imaginação do personagem. “Instantes de iluminação súbita são, ao mesmo tempo, instantes de estar-fora-de-nós” (GAGNEBIN, 1999, p. 83). Sendo a única expressão da memória, a fotografia revela a limitação do olhar para significar uma imagem com que o personagem não mais se identifica:

Era um retrato amarelado em que aparecia ao lado de nossa mãe, as duas sentadas no gramado que havia perto de casa. Ao fundo, era possível enxergar duas figuras desfocadas, uma pequena e outra um pouco maior. Provavelmente era eu quem aparecia naquela foto, brincando com o Duque. (AQUINO, 2003, p. 114)

O sentimento de impotência decorre, no entender de Bauman, da distância entre ser um indivíduo por fatalidade ou poder escolher ser um indivíduo por ter a capacidade na realidade prática de auto afirmar-se (2001, p. 43). Sendo responsável por um sentimento de indiferença pelo outro, considerado dispensável para o desempenho da vida, e até um impedimento à suposta liberdade de escolha. Assim, as comunidades só compartilham “temores, ansiedades e ódios” (BAUMAN, 2001, p. 47). Na ausência de normas sociais que agreguem os indivíduos em torno de uma causa comum, “emerge um ego nu, atemorizado e agressivo à procura de amor e de ajuda. Na procura de si mesmo e de uma sociabilidade afetuosa, ele facilmente se perde na selva do eu...” (idem, 2001, p. 47).

A possibilidade de tornar-se “um” sem nunca chegar a ser “alguém” configura-se em uma falsa liberdade diante da ausência de objetivos a serem perseguidos ou da ignorância sobre para onde ir ou até onde chegar. As identidades são formadas em uma tentativa de pertencimento a algum modelo que gere tranqüilidade. Os meios de comunicação, exemplificados pela televisão e suas antenas nas casas das favelas, criam imagens de identidades fantasiosas, formadas a partir de “objetos de consumo”. O ser passa a receber uma significação em decorrência daquilo que pode consumir.

Nos contos, as crianças expostas à violência dos guetos, e que “vestem as camisetas do Mickey”, (AQUINO, 2003, p. 153) são esquecidas diante da televisão, forjando uma realidade melhor a partir de sua tela, ou, por outro lado, absorvendo a idéia de que



o indivíduo não pode resistir na sociedade já que, no entender de Adorno, o “Pato Donald mostra como os infelizes são espancados na realidade, para que os espectadores se habituem com o procedimento” (2002, p. 33).

A desconsideração pelas idéias e desejo dos “outros” é que faz a tirania. Os tiranos se apresentam nos contos como “Chefões” do crime organizado, fixadores de regras que só lhes beneficiam ou aos interesses que representam. Como quando Damião, chefe da favela em “A face esquerda”, exige a morte de Zizinho: “Esse tal de Ézio me desrespeitou, Venâncio. Todo mundo obedeceu a minha ordem ontem. Por que ele não baixou a porta do bar na hora do enterro?” (AQUINO, 2003, p. 200). Ou na ocasião em que o Turco de “Matadores” “encomenda” o assassinato do amante de sua esposa a um dos pistoleiros (idem, 2003, p. 139). Aqui surge a ironia do autor diante das regras impostas pelo poder econômico global, responsável por eliminar do jogo aqueles que não têm astúcia ou vontade para se adequarem à ordem de produção e consumo.

Os marginais não escapam do sentido social pela desterritorialização a que estão condenados, mas fundam novas regras, convencionais e rituais, estranhas à equivalência de causa e do efeito que é a de ganho do dinheiro pelo esforço e pelo trabalho como acontece no mundo “oficial”. Operam uma troca ritual em que invertem a ordem das coisas para desafiar o acaso a seu favor como em um jogo de azar. “A regra atua como simulacro paródico da lei. Nem inversão, nem subversão, mas reversão da lei na simulação,” no entender de Jean Baudrillard (1992, p. 171).

A morte como o fim do jogo para os excluídos socialmente pode simbolizar a única saída para “involuir para dentro da própria imagem” (BAUDRILLARD, 1992, p. 171) e assim, definitivamente, fazer cessar a procura do “eu” no “outro”, para descobri-lo na própria imagem. Pensar na morte talvez seja um meio de despertar o

pensamento para a fórmula de se tornar imortal, e levar a questionar a fatalidade do que lhes foi destinado como vida.

## Referências

- ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. Tradução de Julia Elisabeth Levy. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AQUINO, Marçal. “Visita; Matadores; A face esquerda; Santa Lúcia”. In: *Famílias terrivelmente felizes*. São Paulo: Cosac&Naif, 2003.
- BARTHES, Roland. “A morte do autor”. In: *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 65-70.
- BAUDRILLARD, Jean. *Da sedução*. Tradução de Tânia Pellegrini. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Comunidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 7-69.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia jurídica: entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke*. In: [www.scielo.br/scielo.php.../artigo\\_033.html](http://www.scielo.br/scielo.php.../artigo_033.html). Acesso em 1.º jun 2009. [12 páginas]
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Jorge Luís. *Borges oral*. Tradução de Rafael Gomes Filipe. Lisboa: Veja, n/d.
- FIELD, Syd. *Manual do roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico*. Tradução de Álvaro Ramos. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?”. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Organização e seleção de textos, Manuel Barros Motta. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 264-298.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em W. Benjamin*. 2. ed.rev. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: Senac São Paulo, 2004, pp. 95-135.

REVEL, Judith. “Foucault leitor de Deleuze: do desvio à diferença”. In: *Critique – Cinquante ans*, n. 591/592, ago-set, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Adorno*. São Paulo: Publifolha, 2003 – (Folha Explica).

VEYNE, Paul. *Foucault revoluciona a história*. Brasília: Unb, 1982, pp. 151-181.

## NOTAS GENEALÓGICAS DA FAMÍLIA ANTUNES DE SIQUEIRA

*Paulo Stuck Moraes\**

O Espírito Santo teve, entre seus grandes oradores, o padre Francisco Antunes de Siqueira (1832-1897), expoente maior da família iniciada, até onde foi possível estender a pesquisa, em meados do século XVIII. Conhecido por sua oratória, também foi poeta, educador, escritor e até político. Mas não é o único expoente da família: Ainda temos seu pai, o homônimo Francisco Antunes de Siqueira (1799-1850), também padre e político, e João Antunes Barbosa Brandão (1835-1902), seu primo, herói da Guerra do Paraguai, e Patrono da Polícia Militar do Espírito Santo. Sua filha mais velha, Petronilha, foi casada com o poeta Virgílio Vidigal (1866-1907), que mais tarde seria patrono da Cadeira n.º 29, da Academia Espírito-santense de Letras, além da Cadeira n.º 16 da Academia Cachoeirense de Letras.

### Primeira Geração

1. Domingos Antunes Santiago. Viveu na primeira metade do século XVIII. É o que se pode supor, pela data do segundo casamento de seu filho, e também, pela data de falecimento do mesmo. A ausência de documentos oficiais e também de documentos eclesiásticos, nos impede de determinar com precisão o período de vida dele. Era casado com Maria da Encarnação.

*Filho:*

2. i. Domingos Antunes Santiago.

---

\* Associado efetivo e vice-presidente do IHGES.

## Segunda Geração

2. Domingos Antunes Santiago, † a.de 08.11.1795.<sup>1</sup> (1) cc. Rumana Lopes, † a.de 18.07.1766.<sup>2</sup> (2) Casado a 18.06.1766 em Vitória-ES,<sup>3</sup> (ver nota 1), com Anna Bernarda Pereira, \* 1749 em Vitória-ES (filha de Fellicianno Correia e Joanna da Costa Maciel), batizada a 14.12.1749 em Vitória-ES,<sup>4</sup> (ver nota 2).

*Filhos por Anna Bernarda Pereira:*

3. i. João Antunes Siqueira \* 1770.

## Terceira Geração

3. João Antunes Siqueira, \* 1770 em Vila Velha-ES, batizado a 29.04.1770 em Vitória-ES,<sup>5</sup> (ver nota 3). Casado a 08.11.1795 em Vitória-ES,<sup>6</sup> (ver nota 4), com Maria da Penha de Jesus, \* 1778 em Vitória-ES (filha de Antonio José Álvares Maciel e Maria da Penha de Jesus), batizada a 14.12.1778, em Vitória-ES,<sup>7</sup> (ver nota 5).

*Filho:*

4. i. Francisco Antunes de Siqueira \* 1799.

5. ii. Anna Maria de Jesus da Penha Brandão \* 1805.

## Quarta Geração

4. Francisco Antunes de Siqueira, \* 1799 em Vitória-ES, batizado a 01.07.1799 em Vitória-ES,<sup>8</sup> (ver nota 6), † 30.12.1850 em Vitória-ES.

*Deputado provincial (1840-1841), (1844-1845), (1846-1847), (1848-1849). Presidiu a Assembléia Legislativa Provincial em 1840.*

Teve como companheira Maria Luiza do Rosário, \* 1810 em Vitória-ES (filha de Francisco Gomes Rodrigues e Vitória Maria da Conceição), batizada a 01.10.1810 em Vitória-ES,<sup>9</sup> (ver nota 7).

Ainda vivia em 1876.

*Filho:*

6. i. Francisco Antunes de Siqueira \* 03.02.1832.

7. ii. Adelaide Antunes de Siqueira Pádua.

8. iii. Domingos Antunes de Siqueira.

5. Anna Maria de Jesus da Penha Brandão, \* 1805,<sup>10</sup> † 13.11.1878 em Vitória-ES.<sup>11</sup> cc. Luiz Barbosa Brandão, \* 1794 em Porto,<sup>12,13</sup> (filho de Luiz Barbosa Leão e Maria da Conceição Barbosa Brandão), † 28.07.1870 em Vitória-ES.<sup>14</sup> Luiz chegou a Vitória a 19.06.1820.

*Filho:*

9. i. João Antunes Barbosa Brandão \* 02.02.1835.

10. ii. Maria da Conceição Barbosa Freitas.

iii. Luiza, \* 09.11.1838,<sup>15</sup> batizada a 27.12.1838 em Vitória-ES.<sup>16</sup>

11. iv. Anna Antunes de São João Brandão \* 20.10.1844.

## Quinta Geração

6. Francisco Antunes de Siqueira, \* 03.02.1832 em Vitória-ES,<sup>17</sup> batizado a 10.03.1832 em Vitória-ES,<sup>18</sup> (ver nota 8), † 29.11.1897 em Vila Velha-ES.

*Poeta, orador sacro, escritor, educador e político capixaba. Ordenado sacerdote pelo Seminário São José, do Rio de Janeiro. Um de nossos primeiros folcloristas. Deputado provincial (1862-1863). Escreveu, entre outros: Poemeto descritivo sobre a província do Espírito Santo (1884), Tratados sobre a ortografia e sintaxe latina (1887), Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense (1893). Patrono da Cadeira n.º 16, da Academia Espírito-Santense de Letras.*

Teve por companheira Josephina Maria da Victória.

*Filho:*

12. i. Petronilha Antunes de Siqueira \* 02.12.1868.

13. ii. Dalmácia Antunes Carneiro.

7. Adelaide Antunes de Siqueira Pádua, (1) cc. Manoel Baptista Pires (filho de João Batista Pires e Maria da Penha Pires). (2) Casada em 1869,<sup>19</sup> com Antonio da Silva Pádua, † 1932.<sup>20</sup>

*Filhos por Manoel Baptista Pires:*

i. Adelaide, \* 1861 em Vitória-ES, batizada a 19.05.1861 em Vitória-ES.<sup>21</sup>

*Filhos por Antonio da Silva Pádua:*

14. ii. Hermogena de Pádua Linhares.

8. Domingos Antunes de Siqueira, casado c.de 1862,<sup>22</sup> com Anna Antunes de São João Brandão, \* 20.10.1844 em Vitória-ES,<sup>23</sup> (filha de Luiz Barbosa Brandão e Anna Maria de Jesus da Penha Brandão), batizada a 01.1845 em Vitória-ES,<sup>24</sup> † a.de 07.08.1872.<sup>25</sup>

*Filho:*

i. Luiz, \* 1865 em Vitória-ES, batizado a 01.10.1865 em Vitória-ES.<sup>26</sup>

ii. José, \* 17.02.1867,<sup>27</sup> batizado a 21.04.1867 em Vitória-ES,<sup>28</sup> † 07.08.1872 em Vitória-ES.<sup>29</sup>

9. João Antunes Barbosa Brandão, \* 02.02.1835 em Vitória-ES, batizado a 20.03.1835 em Vitória-ES,<sup>30</sup> † 30.07.1902.<sup>31</sup>

*Militar capixaba. Herói da Guerra do Paraguai. Patrono da Polícia Militar do Espírito Santo.*

Casado com Francisca Nunes Gonçalves Brandão, \* 1829,<sup>32</sup> (filha de José Francisco Gonçalves Laranja e Thereza Maria de Jesus), † 29.05.1871 em Vitória-ES.<sup>33</sup>

*Filho:*

i. Luiza, \* 1856 em Vitória-ES, batizada a 28.07.1856 em Vitória-ES.<sup>34</sup>

ii. Hortência Antunes Barbosa Brandão, \* 1859 em Vitória-ES, batizada a 11.09.1859 em Vitória-ES.<sup>35</sup> Casada a 10.12.1887 em Vitória-ES,<sup>36</sup> com Antonio José Ribeiro dos Santos Júnior (filho de Antonio José Ribeiro dos Santos e Laura Maria Ribeiro Santos).

10. Maria da Conceição Barbosa Freitas. Cc. Antonio de Souza Freitas (filho de Francisco de Souza Freitas e Mathildes Rosa Moreira).

*Filho:*

i. Francisco, \* 1854 em Vitória-ES, batizado a 07.07.1854 em Vitória-ES.<sup>37</sup>

ii. Anna, \* 1856 em Vitória-ES, batizada a 06.04.1856 em Vitória-ES.<sup>38</sup>

11. Anna Antunes de São João Brandão (Ver número de casamento 8.)

## Sexta Geração

12. Petronilha Antunes de Siqueira, \* 02.12.1868 em Vitória-ES,<sup>39</sup> batizado a 17.04.1869 em Vitória-ES.<sup>40</sup> Casado a 20.08.1887 em Vitória-ES,<sup>41</sup> Virgílio Rodrigues da Costa Vidigal, \* 04.09.1866 em Cachoeiro de Itapemirim-ES,<sup>42</sup> (filho de Antonio Ignácio Rodrigues e Anna Maria da Conceição Rodrigues), † 26.12.1907 em Manaus-AM.<sup>43</sup>

*Virgílio foi poeta de inspiração mimosa e espontânea, de espaço a espaço, tarjada de tristeza e melancolias. Seus versos, de lirismo apaixonado e dolente, são revestidos de formas galantes e notáveis pela tonalidade de suas linhas e segurança de seus debuxos, conforme afirmou Elpídio Pimentel, em Noções de Literatura (1918). Escreveu: Cantos e prantos (1886), Irídeas (1891). Patrono da Cadeira n.º 29 da Academia Espírito-Santense de Letras. Patrono da Cadeira n.º 16 da*



*Academia Cachoeirense de Letras.*

*Filho:*

i. Julieta, \* 20.06.1889 em Vitória-ES,<sup>44</sup> batizada a 25.12.1889 em Vitória-ES.<sup>45</sup>

ii. Romeu.

iii. Francisco.

iv. Laura.

15. v. Jocelym Antunes Vidigal \* 12.04.1894.

16. vi. Ernesto Vidigal.

13. Dalmácia Antunes Carneiro, cc. Pedro de Alvarenga Carneiro (filho de Marcellino Pinto de Alvarenga Carneiro e Maria Vieira Machado de Alvarenga). Pedro: Filiação não comprovada, mas provável, pela época.

*Filho:*

17. i. Edite Carneiro Fraga \* 01.01.1903.

18. ii. Maria Izabel Carneiro \* 28.09.1905.

14. Hermogena de Pádua Linhares, cc. Manoel Clodoaldo Linhares (filho de Francisco Gonçalves Linhares e Josepha Gonçalves Linhares).

*Filho:*

i. Maria, \* 30.08.1904,<sup>46</sup> batizada a 02.06.1906 em Vitória-ES.<sup>47</sup>

ii. Jader, \* 28.02.1906,<sup>48</sup> batizado a 01.01.1908 em Vitória-ES.<sup>49</sup>

iii. Alda, \* 30.06.1907,<sup>50</sup> batizada a 02.02.1908 em Vitória-ES.<sup>51</sup>

## Sétima Geração

15. Jocelym Antunes Vidigal, \* 12.04.1894,<sup>52</sup> † 02.04.1950 em Santo Antonio de Canaã, Santa Teresa-ES.<sup>53</sup> Casado a 23.06.1923

em Vitória-ES,<sup>54</sup> com Palmira Linda Simonassi, \* 26.03.1904 em Santa Teresa-ES,<sup>55</sup> (filha de Luciano Antonio Maria Simonassi e Emma Ferrari), † 15.11.1990 em Santa Teresa-ES.<sup>56</sup>

*Filho:*

19. i. Maria da Penha Vidigal \* 13.05.1924.
20. ii. Dalva Vidigal \* 23.05.1926.
21. iii. Jarbas Vidigal \* 14.10.1927.
22. iv. Ruth Vidigal \* 09.01.1929.
23. v. Virgílio Hedery Vidigal \* 16.06.1930.

16. Ernesto Vidigal. Ele casado Desconhecida Vidigal.

*Filho:*

- i. Sônia Vidigal.
- ii. José Américo Vidigal.
- iii. Iara Vidigal.
- iv. Ernesto Vidigal Filho.

17. Edite Carneiro Fraga, \* 01.01.1903 em Vila Velha-ES,<sup>57</sup> † 09.12.1961 em Vila Velha-ES.<sup>58</sup> cc. Paschoal Fraga, \* 07.11.1898.<sup>59</sup>

*Filho:*

24. i. Laura Fraga Nobre \* 06.07.1937.
25. ii. Clemilda Fraga.
26. iii. Neusa Fraga Nunes.

18. Maria Izabel Carneiro, \* 28.09.1905,<sup>60</sup> batizada a 06.01.1907 em Vitória-ES,<sup>61</sup> † 22.06.1963 em Vila Velha-ES.<sup>62</sup> Casada a 03.03.1923 em Vitória-ES,<sup>63</sup> com Manoel Pereira Sarmento, \* 15.11.1898 em Cariacica-ES,<sup>64</sup> (filho de José Primo Pereira Pinto e Carolina Rodrigues Pereira), † 10.1975.<sup>65</sup>

*Filho:*

27. i. Geny Sarmento Antunes \* 28.11.1923.

28. ii. Djalma Pereira Sarmento \* 11.10.1926.

29. iii. Pedro José Pereira \* 21.04.1932.

iv. José Pedro Pereira Sarmento, \* 30.12.1933 em Guarapari-ES,<sup>66</sup> † 1971.<sup>67</sup>

30. v. Antonio Rômulo Carneiro Pereira \* 25.07.1935.

31. vi. João Pereira Sarmento \* 29.01.1936.

32. vii. Maria Cecília Sarmento Penha \* 06.04.1939.

viii. Francisca Amélia Pereira d'Oliveira, \* 20.07.1942 em Guarapari-ES,<sup>68</sup> † 26.09.2004 em Guarapari-ES.<sup>69</sup> Sem descendentes. Casada a 15.01.1972 em Vila Velha-ES,<sup>70</sup> com Fausto Rosa d'Oliveira, \* 29.12.1939 em Viana-ES.<sup>71</sup>

33. ix. Maria de Lourdes Sarmento Faria \* 16.01.1945.

34. x. Benedito Manoel Sarmento \* 11.04.1948.

## Oitava Geração

19. Maria da Penha Vidigal, \* 13.05.1924 em Santo Antonio, Vitória-ES,<sup>72</sup> † 27.03.2003 em Vitória-ES.<sup>73</sup> Casada a 24.12.1949 em São João de Petrópolis, Santa Teresa-ES,<sup>74</sup> com Avelino Zamprogno, \* 05.04.1921 em Nova Valsugana, Santa Teresa-ES,<sup>75</sup> (filho de Pedro Zamprogno e Theodora Rossi Zamprogno).

*Filho:*

35. i. Pedro Jocelim Zamprogno \* 17.01.1952.

36. ii. Cláudio Zamprogno \* 25.07.1954.

20. Dalva Vidigal, \* 23.05.1926 em Santo Antonio, Vitória-ES.<sup>76</sup> Casada a 08.02.1947 em Santa Teresa-ES,<sup>77</sup> com Pedro Colli Dalmaschio, \* 15.06.1926 em Santa Teresa-ES,<sup>78</sup> (filho de Ângelo Dalmaschio e Justina Colli).

*Filho:*

37. i. Maria Auxiliadora Dalmaschio \* 23.10.1949.

- 38. ii. Maria das Graças Dalmaschio \* 23.10.1949.
- 39. iii. Pedro Luiz Vidigal Dalmaschio \* 18.12.1950.
- 40. iv. Rubens Vidigal Dalmaschio \* 25.03.1952.

21. Jarbas Vidigal, \* 14.10.1927 em Santo Antonio de Canaã, Santa Teresa-ES,<sup>79</sup> † 28.02.1984 em Vila Velha-ES.<sup>80</sup> cc. Maria Andrigh, \* 15.01.1935,<sup>81</sup> (filha de Edmundo José de Souza e Margarida Marina Andrigh).

*Filho:*

- i. Jarbas Vidigal.
- ii. Mauro Vidigal.
- iii. Renato Vidigal.
- iv. Eliana Vidigal.
- v. Tadeu Vidigal.

22. Ruth Vidigal, \* 09.01.1929 em Vitória-ES,<sup>82</sup> † 18.12.1980 em Vitória-ES.<sup>83</sup> Casada a 20.05.1950 em Santo Antonio de Canaã, Santa Teresa-ES,<sup>84</sup> com Elpídio Andrigh, \* 16.04.1927 em Santo Antonio de Canaã, Santa Teresa-ES,<sup>85</sup> (filho de Lodovico Andrigh e Izabel Rodnitzky), † 02.03.1998 em Bayeaux-PB.<sup>86</sup>

*Filho:*

- 41. i. Aldo Andrigh \* 07.06.1951.
- 42. ii. Áurea Andrigh \* 01.11.1958.

23. Virgílio Hedery Vidigal, \* 16.06.1930.<sup>87</sup> (1) cc. Jozilda Migliorelli, \* 08.07.1934,<sup>88</sup> (filha de Ângelo Migliorelli e Thedolinda Rosa). (2) cc. Lúcia Vidigal.

*Filhos por Jozilda Migliorelli:*

- 43. i. Hedery Vidigal \* 03.04.1955.
- 44. ii. Herlyn Vidigal \* 31.12.1956.
- 45. iii. Glayce Vidigal \* 18.01.1965.

*Filhos por Lúcia Vidigal:*

- iv. Tiago Vidigal.
- v. Priscila Vidigal.

24. Laura Fraga Nobre, \* 06.07.1937 em Vila Velha-ES.<sup>89</sup> Casada a 11.07.1969 em Vila Velha-ES,<sup>90</sup> com Eraldo Ferreira Nobre, \* 07.09.1935 em Aimorés-MG.<sup>91</sup>

*Filho:*

- 46. i. Everaldo Fraga Nobre \* 02.11.1970.
- 47. ii. Vânia Fraga Nobre \* 18.02.1971.
- 48. iii. Eraldo Nobre Filho \* 04.02.1973.
- 49. iv. Eberaldo Fraga Nobre \* 20.11.1975.
- 50. v. Elimar Fraga Nobre.
- 51. vi. Alessandra Fraga Nobre Capeline.

25. Clemilda Fraga, cc. Desconhecido.

*Filho:*

- i. Rosângela Fraga.
- ii. Dailângela Fraga.
- iii. Phascoal Fraga.
- iv. Rosana Fraga.
- v. Jorge Fraga, †<sup>92</sup>

26. Neusa Fraga Nunes, cc. Irineu Nunes.

*Filho:*

- i. Anderson Fraga Nunes, \* em Governador Valadares-MG.<sup>93</sup>
- ii. Fabíola Fraga Nunes.
- iii. Alexandra Fraga Nunes.

27. Geny Sarmiento Antunes, \* 28.11.1923 em Cariacica-ES,<sup>94</sup> † 1986.<sup>95</sup> cc. Antonio Antunes, \* 13.01.1912 em Viana-ES.<sup>96</sup>

*Filho:*

52. i. Maria da Penha Antunes da Silva \* 21.06.1947.  
53. ii. João Manoel Sarmento Antunes \* 16.11.1948.  
54. iii. Jorge Antonio Sarmento Antunes \* 30.04.1950.  
55. iv. José Marcos Sarmento Antunes \* 30.04.1950.  
v. Francisco Carlos Sarmento Antunes, \* 14.07.1952 em Vila Velha-ES.<sup>97</sup>  
vi. Benedita Sarmento Antunes, \* 18.11.1953 em Vila Velha-ES,<sup>98</sup> † 1976.<sup>99</sup> Faleceu solteira.  
56. vii. Antonio Antunes Filho \* 10.05.1955.  
57. viii. Sebastiana Sarmento Antunes \* 22.01.1956.  
ix. Deoclécia Sarmento Antunes, \* 01.07.1957 em Vila Velha-ES.<sup>100</sup>  
x. Maria Izabel Sarmento Antunes, \* 20.01.1959 em Vila Velha-ES.<sup>101</sup>  
xi. Lúcia Helena Sarmento Antunes, \* 01.09.1960 em Vila Velha-ES.<sup>102</sup>  
xii. Geraldo Sarmento Antunes, \* 23.03.1962 em Vila Velha-ES,<sup>103</sup> † 22.06.2009 em Vila Velha-ES.<sup>104</sup>  
xiii. Josué Sarmento Antunes, \* 01.08.1967 em Vila Velha-ES.<sup>105</sup> Casado em Vitória-ES,<sup>106</sup> Adriana Cruz de Souza Antunes, \* 25.09.1967.<sup>107</sup>

28. Djalma Pereira Sarmento, \* 11.10.1926 em Cariacica-ES,<sup>108</sup> † 29.04.2003.<sup>109</sup> Casado a 22.04.1953 em Governador Valadares-MG,<sup>110</sup> com Delcy Correa Sarmento, \* 05.10.1933 em Cachoeiro de Itapemirim-ES,<sup>111</sup> (filha de Theodolo Correa e Catharina Aquino Correa).

*Filho:*

58. i. Maria Catarina Sarmento Valle \* 13.01.1951.  
59. ii. Ana Maria Sarmento Vale \* 01.09.1955.

60. iii. Therezinha Sarmiento Spalenza \* 23.08.1956.

61. iv. Lúcia Helena Correa Sarmiento \* 26.11.1958.

62. v. Moisés Correa Sarmiento \* 18.06.1960.

vi. Elias Correa Sarmiento, \* 10.06.1962 em Governador Valadares-MG.<sup>112</sup>

vii. Maria Izabel Correa Sarmiento, \* 08.02.1964 em Governador Valadares-MG.<sup>113</sup>

viii. Marta Correa Sarmiento, \* 12.03.1969 em Vitória-ES.<sup>114</sup>

29. Pedro José Pereira, \* 21.04.1932 em Viana-ES,<sup>115</sup> † 06.02.1982.<sup>116</sup> Casado a 12.07.1958 em Vila Velha-ES,<sup>117</sup> com Jacyl Cruz Pereira, \* 23.09.1938 em MG.<sup>118</sup>

*Filho:*

63. i. Marcos Cruz Pereira \* 05.05.1959.

64. ii. Márcia Cruz Pereira Andriolo \* 11.08.1960.

65. iii. Magno Cruz Pereira \* 15.04.1964.

66. iv. Margarete Cruz Pereira \* 26.05.1966.

67. v. Marcelo Cruz Pereira \* 11.08.1972.

30. Antonio Rômulo Carneiro Pereira, \* 25.07.1935 em Guarapari-ES,<sup>119</sup> † 11.1998 em Vila Velha-ES.<sup>120</sup> (1) Casado em 1958 em Vila Velha-ES,<sup>121</sup> com Sônia Costa Carneiro, \* 23.10.1937.<sup>122</sup> (2) Teve como companheira Maria.

*Filhos por Sônia Costa Carneiro:*

i. Sônia Maria Costa Pereira.

ii. Antonio Rômulo Costa Pereira.

iii. Romildo Costa Pereira.

iv. Robson Costa Pereira.

v. Suzy Costa Pereira.

*Filhos por Maria:*

vi. Júnia Pereira.

vii. Júnio Pereira.

31. João Pereira Sarmiento, \* 29.01.1936 em Viana-ES,<sup>123</sup> † 25.05.1989 em Vila Velha-ES.<sup>124</sup> Casado a 14.07.1962 em Governador Valadares-MG,<sup>125</sup> com Placidina Correa Sarmiento, \* 05.06.1945 em Governador Valadares-MG,<sup>126</sup> (filha de Theodolo Correa e Catharina Aquino Correa).

*Filho:*

i. Helton Correa Sarmiento, \* 05.11.1963 em Governador Valadares-MG.<sup>127</sup>

ii. Heloísa Helena Correa Sarmiento, \* 14.11.1964,<sup>128</sup> † 10.1965.<sup>129</sup>

68. iii. Cristina Sarmiento Gomes \* 24.05.1965.

69. iv. Hέλvio Correa Sarmiento \* 15.02.1967.

v. Hélder Correa Sarmiento, \* 01.1968,<sup>130</sup> † 05.1968.<sup>131</sup>

70. vi. Karina Correa Sarmiento \* 07.09.1972.

32. Maria Cecília Sarmiento Penha, \* 06.04.1939 em Guarapari-ES.<sup>132</sup> Casada a 08.07.1958 em Governador Valadares-MG,<sup>133</sup> com Onofre Nogueira da Penha, \* 04.02.1932 em Manhauçu-MG.<sup>134</sup>

*Filho:*

71. i. Carlos Onofre Penha \* 23.05.1909.

72. ii. Rita de Cássia Penha Forreque \* 29.07.1961.

73. iii. Tânia Mara Sarmiento Penha \* 10.05.1963.

74. iv. Kátia Maria Penha Frasson \* 17.10.1964.

33. Maria de Lourdes Sarmiento Faria, \* 16.01.1945 em Viana-ES.<sup>135</sup> Casada a 16.12.1972 em Vila Velha-ES,<sup>136</sup> com Asdrúbal Faria, \* 07.03.1937 em Santa Leopoldina-ES.<sup>137</sup>

*Filho:*

75. i. Welby Sarmiento Faria \* 19.12.1973.

ii. Aldrey Sarmiento Faria, \* 11.12.1975 em Vitória-ES,<sup>138</sup>



† 13.01.1976.<sup>139</sup>

76. iii. Kizy Sarmento Faria Brambate \* 18.01.1980.

iv. Klaus Sarmento Faria, \* 18.02.1982 em Vitória-ES.<sup>140</sup>

34. Benedito Manoel Sarmento, \* 11.04.1948 em Viana-ES,<sup>141</sup>  
† 19.07.2007 em Vila Velha-ES.<sup>142</sup> Casado a 04.07.1970 em Governador Valadares-MG,<sup>143</sup> com Sandra Maria Valadares Sarmento, \* 27.01.1945 em Bom Jesus do Galho-MG.<sup>144</sup>

*Filho:*

77. i. Andra Mara Valladares Sarmento \* 24.09.1971.

78. ii. André Luiz Valadares Sarmento \* 01.03.1973.

79. iii. Cláudio Márcio Valadares Sarmento \* 17.05.1974.

## Nona Geração

35. Pedro Jocelim Zamprogno, \* 17.01.1952.<sup>145</sup> cc. Maria das Graças de Aguiar, \* 24.11.1951.<sup>146</sup>

*Filho:*

i. Bruna de Aguiar Zamprogno.

ii. Pedro Henrique de Aguiar Zamprogno.

36. Cláudio Zamprogno, \* 25.07.1954,<sup>147</sup> † 30.11.1997.<sup>148</sup> cc. casado Maria das Graças Freitas.

*Filho:*

i. Vanessa Zamprogno.

ii. Viviane Zamprogno.

37. Maria Auxiliadora Dalmaschio, \* 23.10.1949.<sup>149</sup> (1) cc. Luiz. (2) cc. Josmar Matta.

*Filhos por Luiz:*

80. i. Cristina Haddad \* 19.01.1966.

*Filhos por Josmar Matta:*

ii. José Inácio Matta, \* 25.12.1981.<sup>150</sup>

38. Maria das Graças Dalmaschio, \* 23.10.1949.<sup>151</sup> cc. Edson Luis Gonçalves.

*Filho:*

i. Rosângela Dalmaschio Gonçalves, \* 19.07.1966.<sup>152</sup>

ii. Rosemary Dalmaschio Gonçalves, \* 21.05.1969.<sup>153</sup>

iii. Edson Luis Gonçalves Filho, \* 05.01.1978.<sup>154</sup>

39. Pedro Luiz Vidigal Dalmaschio, \* 18.12.1950.<sup>155</sup> cc. Latife Levi.

*Filho:*

i. Raphael Levi Dalmaschio, \* 20.01.1978.<sup>156</sup>

ii. Karen Levi Dalmaschio.

40. Rubens Vidigal Dalmaschio, \* 25.03.1952.<sup>157</sup> cc. Sandra Dalmaschio.

*Filho:*

i. Cathia Regina Dalmaschio, \* 21.05.1981.<sup>158</sup>

41. Aldo Andrich, \* 07.06.1951 em Santa Teresa-ES.<sup>159</sup> Casado a 20.07.1974 em Vila Velha-ES,<sup>160</sup> com Maria do Carmo Sampaio, \* 05.11.1950 em Mantemópolis-ES,<sup>161</sup> (filha de Nilton Sampaio e Guaraci Gomes).

*Filho:*

i. Thiago Andrich, \* 05.01.1978 em Vitória-ES.<sup>162</sup>

ii. André Andrich, \* 02.03.1980 em Vitória-ES.<sup>163</sup>

iii. Filipe Andrich, \* 05.06.1982 em Vila Velha-ES.<sup>164</sup>

iv. Mariana Andrich, \* 06.03.1984 em Vitória-ES.<sup>165</sup>

42. Áurea Andrich, \* 01.11.1958 em Santo Antonio de Canaã,

Santa Teresa-ES.<sup>166</sup> Cc. Janduí Nunes de Oliveira, † 27.12.1991 em João Pessoa-PB.<sup>167</sup>

*Filho:*

i. Michel Andrich Nunes de Oliveira, \* 01.01.1978 em Vitória-ES,<sup>168</sup> † 13.02.1995 em Bayeaux-PB.<sup>169</sup>

ii. Carlos Felipe Andrich Nunes de Oliveira.

43. Hedery Vidigal, \* 03.04.1955.<sup>170</sup> Casado a 23.07.1983,<sup>171</sup> com Valéria Freitas da Silva e Silva, \* 17.03.1962.<sup>172</sup>

*Filho:*

i. Caio Freitas da Silva Vidigal, \* 28.11.1989.<sup>173</sup>

ii. Mateus Freitas da Silva Vidigal, \* 04.01.1992.<sup>174</sup>

44. Herlyn Vidigal, \* 31.12.1956.<sup>175</sup> cc. Richard Robspierre Pedro de Albuquerque.

*Filho:*

i. Viviane de Albuquerque.

ii. Caroline de Albuquerque.

45. Glayce Vidigal, \* 18.01.1965.<sup>176</sup> cc. Ciro Cormack Júnior.

*Filho:*

i. Ciro Cormack Neto.

ii. Cecy Vidigal Cormack, \* 28.08.1989.<sup>177</sup>

46. Everaldo Fraga Nobre, \* 02.11.1970 em Vila Velha-ES.<sup>178</sup> cc. Sayonara Ferreira.

*Filho:*

i. Mayara Fraga Nobre Ferreira, \* 06.07.1995 em Flórida-EUA.

ii. Lucas Fraga Nobre Ferreira, \* 2003 em Flórida-EUA.

47. Vânia Fraga Nobre, \* 18.02.1971 em Vila Velha-ES.<sup>179</sup> cc.

José Roberto Silva, \* 04.08.1969 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>180</sup>

*Filho:*

- i. Thiago José Nobre Silva.
- ii. Felipe Nobre Silva.

48. Eraldo Nobre Filho, \* 04.02.1973 em Vila Velha-ES.<sup>181</sup> cc.  
Sandra Nobre.

*Filho:*

- i. Cristian Nobre, \* 1988.<sup>182</sup>
- ii. Abraão Nobre, \* 1991.<sup>183</sup>

49. Eberaldo Fraga Nobre, \* 20.11.1975 em Vila Velha-ES.<sup>184</sup> cc.  
Nívea Nobre.

*Filho:*

- i. Rodrigo Nobre, \* 1991.<sup>185</sup>
- ii. Luana Nobre, \* 1996.<sup>186</sup>

50. Elimar Fraga Nobre, cc. Shirliene Nobre.

*Filho:*

- i. Yuri Nobre, \* 2005.<sup>187</sup>

51. Alessandra Fraga Nobre Capeline, \* em Vila Velha-ES.<sup>188</sup> cc.  
Wemerson Capeline, † 2005.<sup>189</sup>

*Filho:*

- i. Natália Fraga Nobre Capeline, \* 1992.<sup>190</sup>
- ii. Larissa Fraga Nobre Capeline, \* 1997.<sup>191</sup>

52. Maria da Penha Antunes da Silva, \* 21.06.1947 em Vila Velha-ES.<sup>192</sup> Casada a 16.12.1978 em Vila Velha-ES,<sup>193</sup> com Corinto da Silva, \* 30.12.1950 em Maceió-AL.<sup>194</sup>

*Filho:*

- i. Murilo Antunes da Silva, \* 08.05.1980 em Vitória-ES.<sup>195</sup>
- ii. Vinícius Antunes da Silva, \* 09.03.1982 em Vitória-ES.<sup>196</sup>
- iii. Cassiano Antunes da Silva, \* 08.05.1986 em Vitória-ES.<sup>197</sup>

53. João Manoel Sarmiento Antunes, \* 16.11.1948 em Vila Velha-ES.<sup>198</sup> Casado no Rio de Janeiro-RJ,<sup>199</sup> com Eliane Carneiro Antunes, \* 06.03.1953 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>200</sup>

*Filho:*

- i. Emanuely Carneiro Antunes, \* 26.06.1979 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>201</sup>
- ii. Rômulo Carneiro Antunes, \* 24.08.1981 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>202</sup>

54. Jorge Antonio Sarmiento Antunes, \* 30.04.1950 em Vila Velha-ES.<sup>203</sup> Gêmeo de José. (1) cc. Eva Patrício Antunes, \* 19.01.1952 em Governador Valadares-MG.<sup>204</sup> (2) cc. Benedita Vieira Dias, \* em Vila Velha-ES.<sup>205</sup>

*Filhos por Eva Patrício Antunes:*

81. i. Washington Patrício Antunes \* 16.04.1970.

*Filhos por Benedita Vieira Dias:*

- ii. Elizabeth Vieira Dias, \* 1979 em Vila Velha-ES.<sup>206</sup>
82. iii. Jorgiane Dias Antunes \* 1980.

55. José Marcos Sarmiento Antunes, \* 30.04.1950 em Vila Velha-ES.<sup>207</sup> Gêmeo de Jorge. Cc. Geny Carvalho.

*Filho:*

- 83. i. Marcos José Carvalho Antunes \* 20.01.1976.
- 84. ii. Joãnderson Carvalho Antunes \* 04.10.1979.

56. Antonio Antunes Filho, \* 10.05.1955 em Vila Velha-ES,<sup>208</sup> † 19.04.1996.<sup>209</sup> cc. Maria Nilza de Souza Antunes.

*Filho:*

i. Nilza Cristina de Souza Antunes, \* 30.01.1987 em Vila Velha-ES.<sup>210</sup>

57. Sebastiana Sarmiento Antunes, \* 22.01.1956 em Vila Velha-ES,<sup>211</sup> † 09.08.1998.<sup>212</sup> cc. Paulo Roberto Ferreira.

*Filho:*

i. Aryane Ferreira Antunes, \* 06.02.1986 em Vila Velha-ES.<sup>213</sup>

ii. Pablo Ferreira Antunes, \* 1990 em Vila Velha-ES.<sup>214</sup>

58. Maria Catarina Sarmiento Valle, \* 13.01.1951 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>215</sup> Casada a 28.06.1980 em Vila Velha-ES,<sup>216</sup> com Edson Lepori Valle, \* 24.06.1954 em Governador Valadares-MG,<sup>217</sup> (filho de Décio Moreira Valle e Lourdes Lepori Valle).

*Filho:*

i. Cíntia Sarmiento Valle, \* 28.09.1981 em Vila Velha-ES.<sup>218</sup>

ii. Felipe Sarmiento Valle, \* 18.03.1983 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>219</sup>

iii. Taís Sarmiento Valle, \* 10.11.1984 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>220</sup>

59. Ana Maria Sarmiento Vale, \* 01.09.1955 em Governador Valadares-MG.<sup>221</sup> Casada a 08.05.1981 em Vila Velha-ES,<sup>222</sup> com Antonio Lepori Vale, \* 30.10.1948 em Rio de Janeiro-RJ,<sup>223</sup> (filho de Décio Moreira Valle e Lourdes Lepori Valle).

*Filho:*

85. i. Mariana Sarmiento Vale \* 20.01.1983.

ii. Érica Sarmiento Vale, \* 10.11.1985 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>224</sup>

60. Therezinha Sarmiento Spalenza, \* 23.08.1956 em Governador Valadares-MG.<sup>225</sup> Casada a 30.05.1987 em Vila Velha-ES,<sup>226</sup> com Carlos Spalenza, \* 25.07.1957.

*Filho:*

- i. André Sarmiento Spalenza, \* 23.09.1988 em Vila Velha-ES.<sup>227</sup>
- ii. Carolina Sarmiento Spalenza, \* 15.06.1991 em Vila Velha-ES.<sup>228</sup>

61. Lúcia Helena Correa Sarmiento, \* 26.11.1958 em Governador Valadares-MG.<sup>229</sup> Cc. Leonardo de Freitas Tatagiba, \* 08.03.1965 em Vitória-ES.<sup>230</sup>

*Filho:*

- i. Luiza Sarmiento Tatagiba, \* 08.07.1992 em Vila Velha-ES.<sup>231</sup>
- ii. Daniel Sarmiento Tatagiba, \* 23.02.1994 em Vila Velha-ES.<sup>232</sup>

62. Moisés Correa Sarmiento, \* 18.06.1960 em Governador Valadares-MG.<sup>233</sup> Casado a 26.06.1999 em Vila Velha-ES,<sup>234</sup> com Rosane Feitosa e Souza Sarmiento, \* 09.05.1961.<sup>235</sup>

*Filho:*

- i. Lucas Souza Sarmiento, \* 09.01.2004 em Vila Velha-ES.<sup>236</sup>

63. Marcos Cruz Pereira, \* 05.05.1959 em Vila Velha-ES.<sup>237</sup> (1) cc. Maria da Penha Almenara, \* 13.11.1960 em Vila Velha-ES.<sup>238</sup> (2) cc. Márcia Regina Ribeiro Cruz Pereira, \* 21.08.1965 em Coronel Fabriciano-MG.<sup>239</sup>

*Filhos por Maria da Penha Almenara:*

- 86. i. Olívia Almenara Cruz Pereira de Lima \* 04.06.1980.
- ii. Marcos Cruz Pereira Filho, \* 16.03.1984 em Vila Velha-ES.<sup>240</sup>
- iii. Camila Almenara Cruz Pereira, \* 27.01.1988 em Vila Velha-ES.<sup>241</sup>

*Filhos por Márcia Regina Ribeiro Cruz Pereira:*

- iv. Luiza Ribeiro Cruz Pereira, \* 18.09.2000 em Vila Velha-ES.<sup>242</sup>

64. Márcia Cruz Pereira Andriolo, \* 11.08.1960 em Vila Velha-ES.<sup>243</sup> Casada a 29.10.1983 em Vitória-ES,<sup>244</sup> com Êlio Andriolo, \* 28.08.1957 em Afonso Cláudio-ES.<sup>245</sup>

*Filho:*

i. Vinicius Cruz Pereira Andriolo, \* 15.09.1984 em Vila Velha-ES.<sup>246</sup> Casado a 05.04.2008,<sup>247</sup> com Naila Senna Magnago.

ii. Raphael Cruz Pereira Andriolo, \* 11.11.1985 em Vila Velha-ES.<sup>248</sup>

65. Magno Cruz Pereira, \* 15.04.1964 em Vila Velha-ES.<sup>249</sup> Casado a 07.01.1989 em Vila Velha-ES,<sup>250</sup> com Mônica Madeira Pereira, \* 06.05.1965 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>251</sup>

*Filho:*

i. Fernanda Madeira Pereira, \* 12.06.1991 em Vila Velha-ES.<sup>252</sup>

ii. Júlia Madeira Pereira, \* 05.03.1996 em Vila Velha-ES.<sup>253</sup>

iii. Yago Madeira Pereira, \* 09.06.1999 em Vila Velha-ES.<sup>254</sup>

66. Margarete Cruz Pereira, \* 26.05.1966 em Vila Velha-ES,<sup>255</sup> † 27.03.2009 em Cariacica-ES.<sup>256</sup> Casada a 17.07.1986 em Vila Velha-ES,<sup>257</sup> com Paulo Roberto Emmerich de Oliveira, \* 04.11.1959 em Colatina-ES.<sup>258</sup>

*Filho:*

i. Paulo Roberto Emmerich de Oliveira Filho, \* 11.12.1989 em Vila Velha-ES.<sup>259</sup>

ii. Vítor Cruz Emmerich, \* 26.09.1991 em Vila Velha-ES.<sup>260</sup>

iii. Matheus Cruz Emmerich, \* 13.09.1994 em Vila Velha-ES.<sup>261</sup>

67. Marcelo Cruz Pereira, \* 11.08.1972 em Vila Velha-ES.<sup>262</sup> Casado a 07.07.2005,<sup>263</sup> com Josilene Alves Moreira, \* 08.06.1979 em Belo Horizonte-MG.<sup>264</sup>

*Filho:*



- i. Pedro José Moreira Pereira, \* 06.05.2007 em Vila Velha-ES.
- ii. Lucas José Moreira Pereira, \* 27.03.2009 em Vila Velha-ES.<sup>265</sup>

68. Cristina Sarmiento Gomes, \* 24.05.1965 em Governador Valadares-MG,<sup>266</sup> † 06.11.2004 em Governador Valadares-MG.<sup>267</sup> Casada a 31.11.1991 em Vila Velha-ES,<sup>268</sup> com Fernando da Silva Gomes, \* em Resende-RJ.<sup>269</sup> †<sup>270</sup>

*Filho:*

- i. Abidã Sarmiento Gomes, \* 19.12.1992 em Resen-de-RJ.<sup>271</sup>
- ii. Quezia Sarmiento Gomes, \* 20.11.1993 em Resende-RJ.<sup>272</sup>

69. Hélio Correa Sarmiento, \* 15.02.1967 em Governador Valadares-MG.<sup>273</sup> Casado em Governador Valadares-MG,<sup>274</sup> com Maria Aparecida do Nascimento Sarmiento, \* 31.07.1967 em Governador Valadares-MG.<sup>275</sup>

*Filho:*

- i. Gabriel do Nascimento Sarmiento, \* 02.06.1998 em Boston-EUA.<sup>276</sup>
- ii. Filipe do Nascimento Sarmiento, \* 18.06.2001 em Boston-EUA.<sup>277</sup>

70. Karina Correa Sarmiento, \* 07.09.1972 em Governador Valadares-MG.<sup>278</sup> Casada a 28.01.1989 em Vila Velha-ES,<sup>279</sup> com Renato Moreira Baiense, \* 10.10.1967 em Marataízes-ES.<sup>280</sup>

*Filho:*

- i. Priscila Sarmiento Baiense, \* 21.05.1992 em Vitória-ES.<sup>281</sup>
- ii. Renato Moreira Baiense Filho, \* 31.07.1994 em Vitória-ES.<sup>282</sup>

71. Carlos Onofre Penha, \* 23.05.1909 em Governador Valadares-MG.<sup>283</sup> Casado a 01.06.1985 em Vitória-ES,<sup>284</sup> com Tereza Cristina Simões Ferreira e Penha, \* 19.07.1959 em Vitória-ES.<sup>285</sup>

*Filho:*

i. Carlos Juliano Simões Ferreira e Penha, \* 14.02.1988 em Vitória-ES.<sup>286</sup>

ii. Carlos Cristiano Simões Ferreira e Penha, \* 24.03.1998 em Vitória-ES.<sup>287</sup>

iii. Maria Cristina Simões Ferreira e Penha, \* 24.03.2001 em Vitória-ES.<sup>288</sup>

72. Rita de Cássia Penha Forreque, \* 29.07.1961 em Governador Valadares-MG.<sup>289</sup> Casada a 24.09.1982 em Vila Velha-ES,<sup>290</sup> com Paulo César Forreque, \* 08.08.1959 em Santa Teresa-ES.<sup>291</sup>

*Filho:*

i. Paulo César Forreque Júnior, \* 29.01.1983 em Vila Velha-ES.<sup>292</sup> Casado a 08.01.1910 em Vila Velha-ES,<sup>293</sup> com Luciana Simões Ribeiro Forreque, \* 10.09.1983 em Vila Velha-ES.<sup>294</sup>

ii. Renato Penha Forreque, \* 05.05.1986 em Vila Velha-ES.<sup>295</sup>

iii. Matália Isabel Penha Forreque, \* 15.01.1991 em Vila Velha-ES.<sup>296</sup>

73. Tânia Mara Sarmiento Penha, \* 10.05.1963 em Vila Velha-ES.<sup>297</sup> Casada com Desconhecido de Oliveira.

*Filho:*

i. Anna Carolina Penha de Oliveira, \* 05.05.1993 em Vila Velha-ES.<sup>298</sup>

ii. Mariana Penha de Oliveira, \* 02.12.1997 em Vila Velha-ES.<sup>299</sup>

74. Kátia Maria Penha Frasson, \* 17.10.1964 em Vila Velha-ES,<sup>300</sup> † 15.07.2008 em Vila Velha-ES.<sup>301</sup> cc. Valério Máximo Nogueira Frasson, \* 22.04.1960 em Vila Velha-ES.<sup>302</sup>

*Filho:*

i. Diego Penha Frasson, \* 22.09.1985 em Vila Velha-ES.<sup>303</sup>

ii. Ludmila Penha Frasson, \* 20.06.1987 em Vila Velha-ES.<sup>304</sup>

75. Welby Sarmiento Faria, \* 19.12.1973 em Vitória-ES.<sup>305</sup> Casado a 12.11.2005 em Vila Velha-ES,<sup>306</sup> com Samantha de Aguiar da Silva Faria, \* 14.10.1978 em Vila Velha-ES.<sup>307</sup>

*Filho:*

i. Juan Pedro Sarmiento de Aguiar, \* 29.03.2005 em Vila Velha-ES.<sup>308</sup>

76. Kizy Sarmiento Faria Brambate, \* 18.01.1980 em Vitória-ES.<sup>309</sup> Casada a 12.03.2005 em Vila Velha-ES,<sup>310</sup> com Anderson Bosi Brambate, \* 13.12.1976 em Vila Velha-ES.<sup>311</sup>

*Filho:*

i. Alcía Sarmiento Faria Brambate, \* 03.11.2008 em Vitória-ES.<sup>312</sup>

77. Andra Mara Valladares Sarmiento, \* 24.09.1971 em Governador Valadares-MG. Casada a 05.10.1996 em Vila Velha-ES,<sup>313</sup> com Célio Alexandre Picorelli de Oliveira, \* 08.05.1969 em Niterói-RJ.<sup>314</sup>

*Filho:*

i. Gabriel Sarmiento Picorelli de Oliveira, \* 12.02.2007 em Vitória-ES.<sup>315</sup>

78. André Luiz Valadares Sarmiento, \* 01.03.1973 em Governador Valadares-MG.<sup>316</sup> (1) teve como companheira Silvana Lorenzini, \* 11.01.1971. (2) teve, também, como companheira Rubiana Zanotelli, \* 07.05.1979 em Vitória-ES,<sup>317</sup> (filha de Agostinho Zanotelli e Maria Helena Stein Zanotelli). (3) Casado a 25.07.2009 em Cachoeiro de Itapemirim-ES,<sup>318</sup> com Joise Giro Moreno, \* 23.03.1981 em Cachoeiro de Itapemirim-ES.<sup>319</sup>

*Filhos por Silvana Lorenzini:*

i. Arthur Lorenzini Valadares Sarmiento, \* 11.06.1994 em

Anchieta-ES.<sup>320</sup>

*Filhos por Rubiana Zanotelli:*

ii. Luiza Zanotelli Sarmento, \* 19.02.2001 em Vila Velha-ES.<sup>321</sup>

*Filhos por Joise Giro Moreno:*

iii. Pedro Giro Moreno Sarmento, \* 11.06.2010 em Vitória-ES.<sup>322</sup>

79. Cláudio Márcio Valadares Sarmento, \* 17.05.1974 em Governador Valadares-MG.<sup>323</sup> Casado a 09.09.2000 em Vila Velha-ES,<sup>324</sup> com Ana Paula Zanotelli Sarmento, \* 27.04.1976 em Vitória-ES,<sup>325</sup> (filha de Agostinho Zanotelli e Maria Helena Stein Zanotelli).

*Filho:*

i. Ana Clara Zanotelli Sarmento, \* 08.12.2006 em Vitória-ES.<sup>326</sup>

## Décima Geração

80. Cristina Haddad, \* 19.01.1966.<sup>327</sup> Casada com Desconhecido Haddad.

*Filho:*

i. Camila Haddad.

ii. Rosângela Haddad.

81. Washington Patrício Antunes, \* 16.04.1970 em Vila Velha-ES.<sup>328</sup> Casado em Vila Velha-ES,<sup>329</sup> com Adriana da Costa Krull.

*Filho:*

i. Priscila da Costa Antunes, \* 1991 em Vila Velha-ES.<sup>330</sup>

ii. Patrick da Costa Antunes, \* 1992 em Vila Velha-ES.<sup>331</sup>

iii. Thamires da Costa Antunes, \* 2000 em Vila Velha-ES.<sup>332</sup>

82. Jorgiane Dias Antunes, \* 1980 em Vila Velha-ES.<sup>333</sup> Casada com Desconhecido Lima.

*Filho:*

- i. Mari Sthefani Dias Lima, \* 1998 em Vila Velha-ES.<sup>334</sup>
- ii. Marlon Natan Dias Lima, \* 1999 em Vila Velha-ES.<sup>335</sup>

83. Marcos José Carvalho Antunes, \* 20.01.1976 em Vila Velha-ES.<sup>336</sup> cc. Alessandra Campos.

*Filho:*

- i. Yuri Campos Antunes, \* 1999 em Vila Velha-ES.<sup>337</sup>
- ii. Yago Campos Antunes, \* 2001 em Vila Velha-ES.<sup>338</sup>

84. Joânderson Carvalho Antunes, \* 04.10.1979 em Vila Velha-ES.<sup>339</sup> Casado em Vila Velha-ES,<sup>340</sup> com Cristiane da Silva de Jesus Antunes.

*Filho:*

- i. Amanda de Jesus Antunes, \* 1999 em Vila Velha-ES.<sup>341</sup>
- ii. Douglas de Jesus Antunes, \* 2001 em Vila Velha-ES.<sup>342</sup>
- iii. Aline de Jesus Antunes, \* 2004 em Vila Velha-ES.<sup>343</sup>

85. Mariana Sarmiento Vale, \* 20.01.1983 em Rio de Janeiro-RJ.<sup>344</sup> cc. Jean Rodolfo Chaves Pirovani, \* 15.12.1978.<sup>345</sup>

*Filho:*

- i. Ana Clara Vale Pirovani, \* 29.01.1999 em Vila Velha-ES.<sup>346</sup>

86. Olívia Almenara Cruz Pereira de Lima, \* 04.06.1980 em Vila Velha-ES.<sup>347</sup> Filha adotiva.<sup>348</sup> Casado a 02.06.2007 em Vila Velha-ES,<sup>349</sup> com Francisco Antonio de Lima Júnior, \* 16.12.1981 em Vitória-ES.<sup>350</sup>

*Filho:*

- i. Vitória Almenara Pereira de Lima, \* 31.10.2007 em Vila Velha-ES.<sup>351</sup>

## Legenda

\* - nascimento

† - morte

cc. casado (a) com.

## Notas

Transcrição dos registros de batizados constantes nas Habilitações de gênero dos dois Francisco Antunes de Siqueira:

**Nota 1** Aos dezoito dias do mes de junho de mil setecentos e sessenta e seis, nesta igreja matriz da Victória, feitas as diligências na forma do Sagrado Concilio Tridentino de minha, em minha presença e das testemunhas Capitão José Martins Ferreira e Antonio José Pereira, commigo abaixo se assignarão, de licença do reverendo vigário, se receberão em matrimônio por palavras de presente, Domingos Antunes Santiago, viúvo de Rumana Lopes, com Anna Bernarda de Jesus, filha legítima de Felliciano Correia e de sua mulher Joanna da Costa Maciel, ambos contraentes naturais e moradores desta villa. Receberão benções. Padre Estanislaio Casca.

*OBS: Segundo a Habilitação de gênero de Francisco Antunes de Siqueira (pai), constaria do livro de casamentos de Vitória, nr. 5, à fl. 26.*

**Nota 2** Aos quatorze dias do mes de dezembro de mil setecentos e quarenta e nove, nesta matriz da villa da Victória baptizei e pus os sanctos óleos a innocente Anna filha legítima de Felliciano Correia e de sua mulher Joanna da Costa. Forão padrinhos Manoel da Rocha Pimentel e Francisca Xavier da Rocha, filha do ditto. O vigário Vicente de Souza Oliveira

*OBS: Segundo a Habilitação de gênero de Francisco Antunes de Siqueira (pai), constaria no Livro de batizados de Vitória nr. 8, à fl. 38*

**Nota 3** Aos vinte e nove dias do mes de abril do anno de mil setecentos e setenta, de licença minha, na matriz de Nossa Senhora da Victória, baptizou e pos os santos óleos o reverendo Antonio Esteves Ribeiro a João, innocente filho legítimo de Domingos Antunes e Anna Bernarda, freguezes desta freguesia. Forão padrinhos João d'Almeida Coelho, homem cazado e sua filha Maria de Almeida, solteira. O vigário Antonio Martins Guerra.

*OBS: Segundo a Habilitação de gênero de Francisco Antunes de Siqueira (pai), constaria do livro de batizados da Igreja de Nossa Senhora do Rosário da villa do Espírito Santo, à fl. 220*

**Nota 4** Aos oito de novembro de mil setecentos e noventa e cinco, nesta igreja matriz da Villa da Victoria, onde os contraentes são freguezes da minha, e feitas as diligencias na forma do Sagra-do Concilio Tridentino e constituição por provisão do reverendo vigário da vara, em presença do reverendo Manoel Pinto Ribeiro, de licença minha, e das testemunhas João Nunes Pereira e Joaquim Ferreira da Silva, se receberam por marido e mulher, em face da igreja, João Antunes Siqueira, filho legítimo de Domingos Antunes Santiago, já falecido, e de Anna Bernarda Pereira, com Maria da Penha, filha legítima de Antonio José Álvares Maciel e de Maria da Penha, já falecidos, ambos naturais e baptizados nesta freguesia, e receberão as bençãos. E de tudo, para constar, fiz este termo, que assignei com as referidas testemunhas. O vigário José Pinto dos Santos.

*OBS: Segundo a Habilitação de gênero de Francisco Antunes de Siqueira (pai), constaria do livro de casamentos de Vitória, nr. 6, à fl. 87.*

**Nota 5** Aos quatorze dias do mes de dezembro de mil setecentos e setenta e oito, nesta igreja Matriz da Villa da Victória, baptizei e pus os sanctos óleos a innocente Maria, filha legítima de Antonio

José Alves Maciel e de Maria da Penha de Jesus. Forão padrinhos João Gonçalves de Vasconcellos, homem cazado e Ignácia de Jesus, solteira, filha legítima de Antonio José Pereira, já defunto, e Quitéria Fernandes. Para constar fiz este assento em que me assignei. Era et supra. João de Barros Chauim, Vigário encomendado.

*OBS: Segundo a Habilitação de gênero de Francisco Antunes de Siqueira (pai), constaria do livro de batizados de Vitória nr. 10, à fl. 53.*

**Nota 6** Ao primeiro de julho de mil setecentos e noventa e nove annos, nesta igreja matriz da Villa de Nossa Senhora da Victória, baptizei e pus os sanctos óleos e \_\_\_\_\_ ao innocente Francisco, filho legítimo de João Antunes Siqueira e de Maria da Penha de Jesus, neto pela parte paterna de Domingos Antunes Santiago e Anna Bernarda e pela materna de Antonio José Alves e Maria da Penha. Forão padrinhos Francisco José de \_\_\_\_\_ e Victória Correia da Encarnação.

*OBS: Segundo sua Habilitação de gênero, constaria do livro de batizados de Vitória, nr. 13, à fl. 154.*

**Nota 7** Ao primeiro do mes de outubro de mil oitocentos e dez, nesta parochial da Victória, baptizei e pus os sanctos óleos a innocente Maria, filha legítima de Francisco Gomes Rodrigues e de sua mulher Victória Maria do Nascimentos, neta pela parte paterna de Joaquim Manoel de Almeida e Anna do Espírito Santo, e pela materna de José Ribeiro Maciel e Catharina Maria da Conceição. Forão padrinhos Manoel Gonçalves Espíndula e sua filha Maria de Jesus de Nazareth e tudo para constar fiz este termo em que me assignei. Frei Domingos de Jesus Maria.

*OBS: Segundo a Habilitação de gênero de Francisco Antunes de Siqueira (filho), constaria do livro de batizados de Vitória, nr. 15, à fl 48.*



**Nota 8** Aos dez de março de mil oitocentos e trinta e dois, nesta matriz da Victória, o reverendo vigário Manoel Alves de Souza, baptizou solenemente e pos os sanctos óleos ao innocente Francisco, filho natural de Maria Luiza do Rosário, neto de Francisco Gomes e de Victória Maria da Conceição. Forão padrinhos o senhor reverendo vigário Domingos Leal e dona Anna Maria da Penha de Jesus e para constar mandei fazer este termo em que me assignei. O coadjutor Francisco Antunes de Siqueira.

*OBS: Segundo sua Habilitação de gênero, constaria do livro de batizados de Vitória, nr. 17, à fl 270.*

<sup>1</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (pai) (1817), 30v.

<sup>2</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (pai) (1817), 35v.

<sup>3</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (pai) (1817), 35v.

<sup>4</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (pai) (1817), 33v.

<sup>5</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (pai) (1817), 26v.

<sup>6</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (pai) (1817), 30v e 31.

<sup>7</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (pai) (1817), 28v.

<sup>8</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (pai) (1817), 24v.

<sup>9</sup> Arquidiocese Metropolitana do Rio de Janeiro, Habilitação de gênero de Francisco Antunes Siqueira (filho) (1852).

<sup>10</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Óbitos de Vitória (1870-1883), 129/nr. 1132.

<sup>11</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Óbitos de Vitória (1870-1883), 129/nr. 1132.

<sup>12</sup> Arquivo Nacional, Movimentação de Portugueses no Brasil – 1808-1842 (<http://www.an.arquivonacional.gov.br/baseluso/menu/menu.php>).

<sup>13</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Óbitos de Vitória (1870-1883), 6/nr. 50.

- <sup>14</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Óbitos de Vitória (1870-1883), 6/nr. 50.
- <sup>15</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1832-1841), 198.
- <sup>16</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1832-1841), 198.
- <sup>17</sup> Siqueira, Francisco Antunes de, *Memórias do passado* (1999), xviii.
- <sup>18</sup> Siqueira, Francisco Antunes de, *Memórias do passado* (1999), xviii.
- <sup>19</sup> Balestrero, Heribaldo Lopes, *Subsídios para o estudo da geografia e da história do município de Viana* (1951), 79.
- <sup>20</sup> Balestrero, Heribaldo Lopes, *Subsídios para o estudo da geografia e da história do município de Viana* (1951), 79.
- <sup>21</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1851-1862), 182.
- <sup>22</sup> Cúria de Niterói, *Proclamas de casamento* ([http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/index\\_gen.htm](http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/index_gen.htm)).
- <sup>23</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1841-1851), 95.
- <sup>24</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1841-1851), 95.
- <sup>25</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Óbitos de Vitória (1870-1883), 29/nr. 264.
- <sup>26</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1862-1873), 60v.
- <sup>27</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1862-1873), 88.
- <sup>28</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1862-1873), 88.
- <sup>29</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Óbitos de Vitória (1870-1883), 29/nr. 264.
- <sup>30</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1832-1841), 67.
- <sup>31</sup> Pereira, Amâncio, *Homens e cousas Espírito santense* (1914), 120A.
- <sup>32</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Óbitos de Vitória (1870-1883), 14 e14v/nr. 128.
- <sup>33</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Óbitos de Vitória (1870-1883), 14 e14v/nr. 128.
- <sup>34</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1851-1862), 92v.
- <sup>35</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória

(1851-1862), 154.

<sup>36</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Casamentos de Vitória (1884-1896), 42 e 42v.

<sup>37</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1851-1862), 53.

<sup>38</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1851-1862), 88.

<sup>39</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1862-1873), 121.

<sup>40</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1862-1873), 121.

<sup>41</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Casamentos de Vitória (1884-1896), 38.

<sup>42</sup> Valle, Eurípedes Queiróz do, Pequeno dicionário informativo do Estado do Espírito Santo (1959), 116.

<sup>43</sup> Valle, Eurípedes Queiróz do, Pequeno dicionário informativo do Estado do Espírito Santo (1959), 116.

<sup>44</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1888-1896), 65v.

<sup>45</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1888-1896), 65v.

<sup>46</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1905-1907), 45 e 45v/nr. 250.

<sup>47</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1905-1907), 45 e 45v/nr. 250.

<sup>48</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1907-1912), 1v/nr. 1.

<sup>49</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1907-1912), 1v/nr. 1.

<sup>50</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1907-1912), 1v/nr. 2.

<sup>51</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1907-1912), 1v/nr. 2.

<sup>52</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>53</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>54</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>55</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias

de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>56</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>57</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>58</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>59</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>60</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1905-1907), 62v/nr. 17.

<sup>61</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Batizados de Vitória (1905-1907), 62v/nr. 17.

<sup>62</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>63</sup> Arquidiocese Metropolitana de Vitória, Livro de Casamentos de Vitória (1918-1925), nr. 18, de 1923.

<sup>64</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>65</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>66</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>67</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>68</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>69</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>70</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>71</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>72</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>73</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>74</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>75</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>76</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>77</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>78</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>79</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>80</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>81</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias

de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>82</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>83</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>84</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>85</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>86</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>87</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>88</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>89</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>90</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>91</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>92</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>93</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>94</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>95</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>96</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>97</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>98</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>99</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>100</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>101</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>102</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>103</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>104</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>105</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>106</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>107</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>108</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>109</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>110</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>111</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>112</sup> Valladares Sarmiento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>113</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>114</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>115</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>116</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>117</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>118</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>119</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>120</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>121</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>122</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>123</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>124</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>125</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>126</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>127</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>128</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>129</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>130</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>131</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>132</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>133</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>134</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>135</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>136</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>137</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>138</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>139</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>140</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>141</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>142</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>143</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>144</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>145</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>146</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>147</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>148</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias

rias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>149</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>150</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>151</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>152</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>153</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>154</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>155</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>156</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>157</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>158</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>159</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>160</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>161</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>162</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>163</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>164</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>165</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>166</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>167</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>168</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias

rias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>169</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>170</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>171</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>172</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>173</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>174</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>175</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>176</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>177</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).

<sup>178</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>179</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>180</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>181</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>182</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>183</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>184</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>185</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>186</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>187</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>188</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>189</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>190</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>191</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>192</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>193</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>194</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>195</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>196</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).

<sup>197</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).









- <sup>315</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>316</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>317</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>318</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>319</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>320</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>321</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>322</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>323</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>324</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>325</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>326</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>327</sup> Andrich, Aldo, Genealogia da Família Andrich e outras famílias originárias de Santa Teresa (<http://www.familiaandrich.com/>).  
<sup>328</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>329</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>330</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>331</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>332</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>333</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>334</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>335</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>336</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>337</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>338</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>339</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>340</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>341</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>342</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>343</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>344</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>345</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>346</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>347</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>348</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>349</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>350</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).  
<sup>351</sup> Valladares Sarmento, Andra Mara, Informação via e-mail (14.09.2010).



## CULINÁRIA, IDENTIDADE CULTURAL DE UM POVO!

*Evandro Ferrari\**

Era o ano santo de 1535, 23 de maio, domingo de Pentecostes, quando as caravelas portuguesas de Vasco Fernandes Coutinho aportavam nas águas de Vila Velha, mais precisamente numa pequena enseada que hoje conhecemos como Prainha. Próximo à residência do donatário foi erguido o primeiro engenho, no *Sítio do Ribeiro*. Na equipagem, homens dispostos a desbravar as novas terras. Chegavam em terras desconhecidas cheios de sonhos e com muita vontade de encontrar riquezas. Depois de meses navegando em mar aberto queriam pisar e sentir o cheiro de terra firme. Queriam banhar-se em água doce e limpa. Mas antes de pisar terra firme tinham que enfrentar seu primeiro grande desafio, os ferozes e guerreiros índios Goytacazes que aqui viviam...

A travessia do Atlântico durava em média três longos meses. Como sobreviver no mar todo esse tempo? Em 1998 Portugal sediou a grande feira mundial Expo'98. Uma de suas atrações foi uma réplica de uma caravela usada na época do descobrimento do Brasil, há 500 anos. Nela havia um curral, onde ficavam as vacas que forneciam o leite fresco aos navegadores. Um galinheiro, que fornecia ovos frescos e carne. Além de outros animais domésticos, como as cabras.

Havia um cozinheiro que preparava as refeições e cuidava para que os grãos que traziam para subsistência não estragassem ou fossem devorados por insetos. O açúcar? Bem pouco. Só os ricos nessa época consumiam tal iguaria. As classes mais abastadas usavam mel para adoçar suas sobremesas. As receitas portuguesas faziam parte da bagagem que esses homens traziam. E com certeza, cada um tinha seu modo de preparar sua comida.

---

\* Jornalista, Gastrônomo e professor de Gastronomia.

O Espírito Santo, como foi chamada a capitania hereditária, em homenagem ao domingo de Pentecostes, tinha como limite leste um extenso mar/oceano com águas verdes e calmas. E era dessas águas que os índios tiravam seu sustento. O pescado existia com fartura. “A terra é mui abastada de pescado”, disse Afonso Brás, em 1551, salientando essa fartura. Das pedras tiravam mexilhões, lagostas e outros moluscos. Já dominavam a técnica de secar o peixe limpo ao sol, ou, às vezes, com sal. E para acompanhar essa iguaria tão apreciada e farta não faltava a farinha de mandioca. Completavam sua dieta com os frutos que a terra fértil fornecia em abundância. E essas são as raízes da culinária capixaba. Foi como tudo começou. E essa parceria, peixe e farinha de mandioca, foi durante séculos a base do prato do povo capixaba — do mulato, do negro e do caboclo — como já tinha sido dos índios.

A mandioca, a contrário do que muitos pensam e acreditam, não é herança africana. É da terra Brasil. No Espírito Santo, essa herança cultural, resultado do aproveitamento da mandioca (*Manihot utilissima*), foi passada ao colonizador português, ao africano, aos imigrantes alemães e italianos e a muitos outros. Vale aqui ressaltar uma passagem do livro/romance *Karina*, da escritora e descendente de italianos Virgínia Tamanini. Ela conta que quando os imigrantes italianos chegaram ao estado e receberam o documento da “terra prometida”, receberam também utensílios e ferramentas para começarem a desbravar a terra. Como alimentação, levaram para o interior arroz, carne-seca (que não conheciam) e um saco de farinha. Felizes, acreditando ser um saco de *formaggio*, partiram para a nova vida. Quando descobriram que não era queijo e sim algo que não conheciam trataram de adaptar esse novo alimento à sua dieta normal. Era a terra nova com suas nuances e novidades.

Assim como o açúcar produzido na capitania chegou a ser considerado o melhor do Brasil, nossa farinha de mandioca também

conquistou seu lugar no paladar dos brasileiros do século XVIII. A produção capixaba se concentrava em São Mateus e era toda exportada para a Corte, no Rio de Janeiro. Isso porque o produto tinha cotação especial devido à sua fama. A farinha de mandioca movimentou o porto de São Mateus, aonde a mesma chegava em enfileiradas canoas.

Há quase trezentos anos o viajante Saint-Hilaire, naturalista e explorador das terras brasileiras, deixou escrito, quando por aqui passou, que os capixabas tinham como base da dieta alimentar a farinha de mandioca, peixe fresco ou seco, mariscos e feijão. Ele teve tempo ainda para registrar uma iguaria que o povo capixaba adorava, as tanajuras.

Sabemos, então, das nossas raízes. Mas o que mudou com a chegada dos europeus e africanos?

A identidade do estado do Espírito Santo está fortemente associada à culinária ou a ícones da cozinha. Não dá para não lembrar da torta, da moqueca capixaba e da panela de barro. Mas, este também é o lugar do escudiguin, da polenta, do chouriço, minestrone, anholini, do quibe, da torta de maçã alemã, da carne de porco, dos bijus e de uma infinidade de receitas que se misturam num verdadeiro caldeirão étnico. Podemos considerar que a torta capixaba e a moqueca são os pratos emblemáticos do nosso estado. Típico é qualquer prato que tenha o peixe ou os frutos do mar como ingredientes principais.

Nossa cozinha tradicional é litorânea, contudo existem outros sabores para além do oceano azul. Com as imigrações, a culinária transformou-se, interiorizou-se, incorporando outros gostos e aromas. Simples, saborosa, rica. É uma cozinha onde se unem temperos estranhos e muito do que se faz é fruto de adaptação.

O Espírito Santo é hoje uma diversidade de culturas. A herança indígena, a tradição portuguesa, as sobrevivências africanas, as imi-



grações italiana, alemã e sírio-libanesa, só para destacar os grupos mais significativos. Essa diversidade é a liga, o tempero principal presente em cada prato servido por aqui.

Nos porões das caravelas portuguesas que aqui aportaram vieram influências culinárias de outras partes do mundo. Com Pedro Álvares Cabral os portugueses chegaram ao Brasil e nas suas viagens trouxeram de regiões do Oriente, como a Índia, por exemplo, os condimentos (substâncias aromáticas, que realçam o sabor dos alimentos, tempero), e que começaram a ser usados pelos índios ao redor de Porto Seguro, na Bahia. Trouxeram também presunto, vinho, pão, açúcar etc. Aqui eles encontraram animais, plantas e peixes que não conheciam. Os portugueses trouxeram seus hábitos alimentares já com as influências orientais, a cultura negra (as escravas africanas trabalhavam na cozinha das fazendas) e um pouco da cultura indígena, que renderam frutos e estão entre nós até os dias de hoje.

As culturas espanhola e portuguesa se confundem em alguns pontos, já que os dois países sofreram influência dos árabes. Mas foram os alemães os primeiros a vir fundar colônias no sul do país, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, e também no Espírito Santo. Eles trouxeram como influência um reforço de certos hábitos que foram utilizados pelos portugueses, como a cerveja e as carnes salgadas e defumadas.

Entre 1860 e 1890 desembarcaram 974 mil italianos no Brasil. Com eles, além de lágrimas de saudade dos que ficaram, veio também um gosto especial pelas massas com farinha de trigo, com os molhos densos e condimentos. Eles não mudaram a alimentação que trouxeram e acabaram influenciando e muito a gastronomia brasileira. O Espírito Santo tem hoje 70% de sua população descendente de italianos. No vocabulário, podemos ouvir pelas ruas e principalmente nos núcleos de Santa Tereza e Venda Nova do Imigrante, só para fazer saber, expressões como *porca miséria*, *dio*

*santo, nona* (referindo-se a nossas avós), *mama mia, madona mia* e muitas outras.

Disse a historiadora e doutora em História da Gastronomia, Patrícia Merlo, em seu *Em torno da panela: Sabores do Espírito Santo*. (Vitória: Sebrae/ES, 2006):

A cozinha tradicional do Espírito Santo segue os contornos do mar. Os pratos típicos da terra são feitos com os frutos retirados dessa grande horta — peixes, camarões, siris, lagostas, caranguejos e muitos outros. Reina nessa culinária a moqueca de peixe com pirão de farinha, servida fervendo em panela de barro. A combinação perfeita de ingredientes nativos, há muito consumidos pelos índios, com a tradição portuguesa e mão africana.

Dos portugueses, continua ela, herdamos o azeite-doce, o bacalhau e o gosto pelo açúcar, que, no século XVI, foi considerado por Pero Magalhães Gandavo, o melhor de todo o Brasil. Quem sabe foi essa a razão de nossa cozinha adotar os doces de ovos e das mais diversas frutas. Surgiu a goiabada, a bananada, a marmelada e todas as “adas” que constituem o arsenal energético das sobremesas brasileiras. Além do pudim de leite, do arroz-doce, do pão-de-ló e de uma infinidade de aromas tentadores. “Saindo do mar já se depara com o ar puro e fresco das montanhas. Sua colonização remonta à segunda metade do século XIX. Imigrantes vieram muitos. Eram alemães — especialmente pomeranos — austríacos, suíços e holandeses. O maior número porém veio do norte da Itália. Plantando e colhendo café ao lado de outros produtos agrícolas, os imigrantes e seus descendentes foram gradualmente incorporando novas áreas à agricultura. Desbravaram o sertão e trouxeram consigo saudade da terra, que muitas vezes se acalmava em torno da panela”. Conta a historiadora.

Descendo as montanhas e seguindo pelo interior do Espírito Santo, chegamos ao espelho d’água que é o rio Doce, vindo lenta-

mente das terras de Minas Gerais. “Alguns subiam o rio em busca do ouro e outras riquezas, outros desciam em busca das praias. E foi nesse sobe e desce que o interior ficou com características mineiras, misturando o aroma delicioso do café com as saborosas broas de milho.” Ao sul do rio Doce, a serra da Mantiqueira se aproxima do litoral. Em seu entorno, já nos idos de 1850 se deu, em ondas crescentes, o avanço dos cafezais da região, firmando raízes no chão antes recoberto de matas. Em pouco tempo, por causa do café, um novo pólo econômico centralizou-se na vila de Cachoeiro de Itapemirim, sob forte influência da Corte carioca. As panelas não ficaram de fora. Destaque para o azeite de sardinhas, o bife acebolado, o alho nos miolos, a costela com feijão manteiga. Tudo regado a vinho. No sul do Espírito Santo os limites com o Rio de Janeiro se fundem no gosto da língua com batatas, dos miúdos de frango, na carioquice da isca de fígado e dos bolinhos de bacalhau.

Ainda no sul do Estado, encontramos sabores das arábias! Imigrantes sírio-libaneses aqui chegaram no início do século XX, falando várias línguas além da materna, com vocação cultural de fineza e requinte, um talento nato pelo comércio e apaixonados por sua pátria. Com eles vieram o quibe, a mehaha que virou charuto, cujas folhas de uva foram substituídas por repolho. O cordeiro com hortelã, o grão-de-bico as lentilhas e a kafta.

No norte do Espírito Santo encontramos as águas calmas do rio São Mateus, chamado de Cricaré, que na língua tupi quer dizer preguiçoso. O Cricaré formou na cidade de São Mateus um importante porto. Ainda hoje, seus casarios nos fazem viajar ao tempo em que os escravos eram os responsáveis pelo principal produto da região, a mandioca. “No município de São Mateus, mais que em qualquer outro, a presença e os sabores africanos podem ser sentidos com

mais exatidão”, ressalta Patrícia Merlo. “Terra do mamão papaia, do camarão da água doce fresco ou seco, dos beijus, da tapioca, do cuz-cuz com coco, é aqui que o Espírito Santo se mistura com a Bahia, criando uma combinação de aromas e temperos que não pode deixar de fora a pimenta-do-reino e as ervas de cheiro”.

A memória dos nossos antepassados é lembrada hoje em Vitória pelas panelas de Goiabeiras e as catadoras de siri da Ilha das Caieiras. Elas fazem hoje como era feito no passado. Com esse trabalho elas sustentam a história da culinária capixaba desde a época do descobrimento. São elas que nos proporcionam, principalmente aos domingos, sentarmos à mesa e saborear a nossa deliciosa moqueca capixaba, o pirão e o arroz branquinho. Sinta o aroma e faça uma viagem no tempo. Bom Apetite!



## DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

### A REGIÃO DO RIO DOCE E SUA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA: A PESQUISA DA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO E O IHGES\*

Em uma breve análise da historiografia regional, podemos afirmar que, no Espírito Santo, a exclusão dos cronistas e viajantes, como, por exemplo, Frei Vicente do Salvador (*História do Brasil*), ou Fernão Cardim (*Tratado da terra e da gente do Brasil*),<sup>1</sup> entre outros, que esporadicamente se reportam à região, podemos datar apenas do meado do século XIX o surgimento de trabalhos impressos sobre a História capixaba. Entretanto, não é de se desprezar os relatos desses mesmos cronistas e viajantes que, desde o período que permeia o século XVI, vêm emitindo pareceres e testemunhos de uma época em que o Espírito Santo apresentava-se apenas como uma promessa favorável à colonização.

A começar pelos jesuítas, que a historiografia regional registra como marco da sua presença em terras capixabas o ano de 1551, quando aportaram na Capitania o padre Afonso Braz e o irmão Simão Gonçalves, os fundadores do Colégio dos Jesuítas de Vitória. Embora tenham eles sido precedidos pelos padres Leonardo Nunes e Diogo Jácome, no ano anterior.

Foi graças ao Colégio dos Jesuítas que por aqui passaram inúmeros desses religiosos que deixaram, nas suas cartas, as impressões tão caras à historiografia colonial. A começar pelo próprio padre Manoel da Nóbrega, em 1560, que não fora menos gentil com o Espírito Santo que os que o precederam, afirmando: “Esta Capitania se tem por a melhor cousa do Brasil depois do Rio de Janeiro [...]” Entretanto, nou-

---

\* Pronunciamento proferido por Gabriel Bittencourt, Vice-Presidente do IHGES, na Câmara Municipal de Colatina, em 27 de agosto de 2010.

tra carta que escrevera anteriormente, consignou: “[...] Outro pecado nasce também desta infernal raiz, que foi ensinarem os cristãos aos gentios ao furtarem-se a si mesmos e venderem-se por escravos. Este costume, mais que em nenhuma capitania, achei no Espírito Santo”.

A propósito do tratamento dispensado ao indígena e dos conflitos daí advindos, o próprio pe. José de Anchieta, que não conheceu de perto a epopéia dos primeiros anos da colonização do Espírito Santo, principia a narração épica do seu poema *De gestis Mendi de Saa*,<sup>2</sup> descrevendo a bravura dos indígenas do Cricaré, que enfrentaram, em 1558, as forças comandadas pelo filho do Governador Geral, Fernão de Sá, que encontrara a morte ali mesmo, na “Batalha do Cricaré”, região do atual São Mateus. Mem de Sá, 3.º Governador Geral do Brasil, conforme Frei Vicente,<sup>3</sup> culpou o Capitão Donatário pela morte de Fernão e, magoado, jamais perdoou a Capitania onde residiam aqueles que negligenciaram com a vida do seu filho. Anchieta, aliás, teve a consagração que nenhum outro vulto jesuítico conseguiu atingir, particularmente no Espírito Santo. Suas informações, fragmentos históricos e sermões, reunidos em coletânea editada pela Editora Itatiaia em co-edição com a Universidade de São Paulo, em 1988, jamais foram superados pelos seus pares que por aqui passaram, durante sua existência.

*Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica* escrita pelo padre Fernão Cardim (1540?-1625) e publicada sob a denominação geral de *Tratado da terra e gente do Brasil*, é outro estudo básico dos primeiros tempos do Brasil. Cardim que fez companhia a Anchieta por algum tempo, antes que este viesse morrer em Reritiba, a 7 de junho de 1597, tem na sua obra muitos pontos de contato com as Informações do taumaturgo, quer pela contemporaneidade dos escritos quer pelos conceitos que coincidem. Ao lado de Anchieta e Cardim, é de se destacar, ainda, as *Cartas* do Padre João de Azpilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires, entre outros,

que são documentos do amanhecer do Brasil, muitos trazendo impressões sobre o Espírito Santo, e que também ficaram reunidos em coletânea publicada pela Itatiaia/Edusp, em 1988, na *Coleção conquista do Brasil* (Cartas jesuíticas; v. 2).<sup>4</sup>

Também Pero de Magalhães de Gândavo, autor da primeira história do Brasil em português e impresso em Lisboa, em 1576, intitulada *História da Província de Santa Cruz* que traz inúmeras referências à Capitania do Espírito Santo. Mas a primeira história do Brasil escrita por um brasileiro e com amplas repercussões na pesquisa histórica do Espírito Santo foi mesmo a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (1564-1639?), anteriormente citado, embora sua obra só tenha sido publicada em fins do século XIX. É nesse século, aliás, que aparece a verdadeira historiografia capixaba.

Quanto à historiografia capixaba propriamente dita, até há bem pouco tempo, localizávamos a publicação pioneira nas *Memórias para servir a história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo... escrita em 1818*, e publicada por “Um Capixaba”, atribuída ao governador Francisco Alberto Rubim (1768-1843), e que teria produzido o texto em 1818, mas só publicado em Lisboa, em 1840.<sup>5</sup>

Ainda a propósito do texto de Francisco Rubim, Afonso Cláudio, considerou-o “o primeiro escrito na Capitania sobre a história e a estatística da região”, opinião que encontrou seguidores em Levy Rocha, Maria Stella de Novaes e José Teixeira de Oliveira.<sup>6</sup> Para José Honório Rodrigues, no entanto, não se iniciou com Rubim, em 1816 ou em 1818, a historiografia capixaba, mas sim com a “**Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Capitania do Espírito Santo em 1811**” (*RIHGB*, 1842. pág. 240-247). Isto é, no ano seguinte à independência do Espírito Santo da Bahia.<sup>7</sup>

Trabalho essencialmente descritivo, mas fonte primária rara, contemporâneo a um período em que a Capitania permanecia incógnita até mesmo para seus próprios habitantes. É um depoimento



que apresenta a terra capixaba em um estado lastimável, inclusive a própria sede da mesma, cujo comércio, realizado em pequena escala, refletia a penúria de seus habitantes, que não conseguiam sequer reedificar as casas arruinadas pela ação das intempéries.

José Joaquim Machado Oliveira, que governou a Província do Espírito Santo em 1840, no justo momento da criação da primeira tipografia de Vitória, interessado pelas coisas capixabas, fez publicar no jornal *O Semanário*, a “Memória do Convento da Penha”, de sua autoria, também divulgada no tomo XVIII da *Revista do IHGB*. Sócio-fundador do mesmo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Machado de Oliveira, produziu inúmeras outras monografias, algumas sobre a terra que governara. Levy Rocha faz referência à “Notícia sobre a estrada de ferro que da província do Espírito Santo segue para a de Minas Gerais, etc.” Vitória, 1841. Trabalho, em sua opinião, que, na realidade, refere-se à antiga *Estrada do Rubim*, abandonada àquela época por falta de trânsito necessário entre as duas províncias.<sup>8</sup> Machado de Oliveira divulgou, também, em 1845, no tomo VII da *Revista do IHGB*, estudos sobre o rio Doce que foram realizados pelo major-engenheiro Luiz d’Alincourt (Documentos, 1845). E, em 1856, fez publicar na mesma revista as “**Notas, apontamentos e notícias para a história do Espírito Santo**”. Pres- tou, conforme Levy Rocha, inestimável contribuição ao acervo da história regional. Seus estudos constituem mananciais imprescindíveis aos que se ocupam do tema.

Braz da Costa Rubim, que nascera em Vitória quando o pai gover- nou a Capitania, publicou, em diversos tomos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em cujos quadros figurava, o resulta- do da sua incansável atividade intelectual: *Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da Província do Espírito Santo*, desde o seu descobrimen- to até a nomeação do governo (1856, n.º XIX, pp. 336-348); *Memórias históricas e documentos da Província do Espírito Santo* (1861, XXIV,

pp. 171-316). Trabalhos que precederam ao *Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo* (1862), entre outros textos. Para Afonso Cláudio, seus escritos, embora inferiores aos do pai sob o ponto de vista estatístico, inegavelmente, complementam a obra do velho governador. Sua obra, dispersa e fragmentada, conforme Levy Rocha é fonte indispensável aos estudiosos da Historiografia Capixaba.<sup>9</sup>

Do mesmo período podemos, também, destacar a *Memória estatística e documentos da Província do Espírito Santo* escrita no ano de 1828, da lavra de Inácio Acioli de Vasconcelos, que presidiu a província nos albores da Independência, entre 1823 e 1829.

O tema Rio Doce, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, pode ser também encontrado nos “Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pocrane e sobre o francês Guido Marlière”. Guido Tomas Marlière, brasileiro naturalizado e comandante dos *Quartéis do Rio Doce*, tornou-se importante figura na pacificação dos botocudos, que tanta atenção despertava aos viajantes estrangeiros que por aqui passaram no século XIX (Apontamentos, 1896).

É no contexto do Rio Doce capixaba que, entre esses viajantes estrangeiros agiganta-se a figura de Saint-Hilaire. Sua excelente *Voyage dans le district des diamans et sur le littoral du Brésil*, contém, nos capítulos VII ao XV (2.º volume), a *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce* (1818), reeditados como obra isolada, em 1974.<sup>10</sup>

O naturalista francês ocupa-se dos mais variados aspectos dos locais visitados: sua história, seu povoamento; descrição de cidades, montes e rios; a fauna e a flora; governo, comércio, agricultura, indústria etc. Todas as características da qualidade de narração e julgamento de Saint-Hilaire estão presentes nesse animado relato de viagem à terra espírito-santense. É obra indispensável para o estudo da região no fim do período colonial.

Compatriota de Saint-Hilaire, quarenta anos depois da passagem do ilustre naturalista, François Biard, relata nos capítulos ter-

ceiro e quarto do livro *Deux années au Brésil*, as peripécias por que passou em sua viagem pelo Espírito Santo, capítulos que foram reeditados, recentemente, sob o título *Viagem à Província do Espírito Santo*, com prefácio de Luiz Guilherme Santos Neves, do IHGES, e tradução de José Augusto Carvalho.<sup>11</sup>

O saudoso Levy Rocha, também membro do IHGES, resume, de maneira primorosa, a passagem de muitos estrangeiros ilustres pela Província do Espírito Santo, alguns eram naturalistas, entre estes o barão Georg Heinrich von Langsdorff, Johan Julius Linden, o barão de Tschudi, Charles Frederick Hartt, a princesa Teresa da Baviera, e, sobretudo, Maximiliano, Priz von Wied-Neuwied, entre outros; em cujos relatos, é de se observar, a atração exercida pelos botocudos, que os motivavam a se interessar pela Província, particularmente, pelo Rio Doce. Mas apenas Maximiliano, pela importante obra para a historiografia capixaba, pode ser comparado a Saint-Hilaire.<sup>12</sup> O Espírito Santo, que percorreu desde a barra do Itabapoana até o Mucuri, foi descrito por Wied-Neuwied, com minúcias, para valorizar a primitiva pujança da natureza capixaba.<sup>13</sup>

A *Viagem ao Brasil* do Príncipe Wied-Neuwied teve, originalmente, duas edições simultâneas em alemão, datadas de 1820 a 1821. O Espírito Santo é tema privilegiado no tomo primeiro, um relato minucioso, conforme afirmamos, da sua natureza que não restará mais que pálida reminiscência, após a explosão da cafeicultura e da atividade madeireira, particularmente, no legendário Vale do Rio Doce. Tendo antecedido ao sábio francês Saint-Hilaire (1816), sua obra é documento essencial para o estudo da Capitania no contexto da internacionalização do Brasil, no início do século XIX.

Não se tratando de publicações específicas sobre o Espírito Santo, os relatos dos viajantes valem como fontes primárias primordiais para o estudo da Capitania, mantido ainda intacto sertão, em seus

recursos naturais, até o início do século XIX, paradoxalmente, graças ao exclusivismo português. Muito embora, maiores tenha sido a contribuição dada aos estudos sobre a fauna e a flora, devido ao fascínio exercido pela selva bruta, **habitat** natural dos botocudos. Os inúmeros outros cientistas citados por Levy Rocha que por aqui passaram, impelidos pelo imaginário europeu a propósito do País, também não se furtaram a deixar, indelevelmente marcadas, suas impressões, nos livros, e demais trabalhos e estudos. Os materiais coletados da fauna e da flora, e da mineralogia, como os de Maximiliano, ainda se conservam, em grande parte, nos grandes museus europeus.

No Espírito Santo, as tímidas incursões dos temas capixabas no universo do livro e da publicação impressa só seriam ampliadas em 1849, quando Pedro Antônio d'Azeredo, iniciando a publicação do jornal *Correio da Vitória*, abre perspectivas às publicações locais, em decorrência da reativação daquela tipografia que fora criada em 1840, mas que ficara paralisada desde a sua inauguração.

Daí para diante, no século XIX, podemos citar como obras de maior interesse para a historiografia capixaba as publicações de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Misael Ferreira Pena, Cezar Augusto Marques e, sobretudo, Basílio de Carvalho Daemon.

José Marcelino Pereira de Vasconcelos, nascido em Vitória, em 1.º de outubro de 1821, foi funcionário público, advogado, político e jornalista, tendo sido fundador do periódico *O Espírito-santense* do qual fora o seu primeiro redator. No entanto, é nos *Ensaios sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*,<sup>14</sup> a primeira história impressa na província, que localizamos sua maior contribuição à historiografia regional, em que pese a crítica de Afonso Cláudio, de que o autor extraíra o texto das **Memórias** de Rubim. Sem rigor de cunho didático, os livros de José Marcelino, conforme Levy Rocha, pela linguagem clara, “desataviada e expositiva, foram de inestimável auxílio aos estudantes”.<sup>15</sup>

*História da Província do Espírito Santo* (1878) é a obra fundamental de Misael Ferreira Pena (o pai). Advogado, formado pela faculdade do Largo de São Francisco, de São Paulo, foi, aqui, deputado provincial e exerceu cargos de magistratura. Sob pseudônimo, colaborou na imprensa de Vitória com sátiras de grande repercussão na sociedade de então. Para Afonso Cláudio (1912), ele seguiu a mesma rota dos historiadores capixabas do século XIX, reincidindo nos mesmos defeitos apontados sobre Rubim, Vasconcelos e Daemon, entre outros.

Concomitante a Misael Pena, Cezar Augusto Marques (1826-1900), a expensas do governo provincial, editava em 1878, também no Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional, o *Dicionário histórico e estatístico da Província do Espírito Santo*. Maranhense, conhecido por diversos trabalhos divulgados na imprensa e autor de um volume sobre a história e geografia da sua província, não correspondeu, conforme Afonso Cláudio (1912), “à confiança inspirada por suas credenciais e precedentes honrosos e, menos ainda justifica o inconsiderado dispêndio da avultada soma de vinte contos de réis [...]” pelo contrato com o governo local, em 1875, para publicação da obra. Para o autor da *História da literatura*, a publicação de Cezar Marques é um trabalho sobre história, geografia e estatísticas baseadas em apontamentos limitados e falhos, com erros grosseiros que invalidam a obra.

O carioca Basílio Carvalho Daemon (1834-1893) é considerado o quinto historiador capixaba, na ordem cronológica de Afonso Cláudio. Trabalhando como revisor em diversos jornais do Rio de Janeiro, chegou a freqüentar os primeiros anos da Faculdade de Medicina, conhecimentos que lhe valeram para prestar serviço como enfermeiro, durante epidemia de cólera **morbus**, em Paty de Alferes, em 1856 e, depois, em Cachoeiro de Itapemirm e em Vitória (ES), que foram assoladas pela varíola, nos anos de 1868 e 1874. Foi em Cachoeiro, que fundou o primeiro periódico a circular na cidade, *O Itabira*, em 1.º de julho de 1866. Político, filiado ao Partido Conser-

vador, através do qual atingiu a presidência da Câmara, Daemon, eleito para a Assembléia Provincial, transferiu-se para Vitória, onde terminou por assumir a redação e direção do principal órgão conservador da província — *O Espírito-santense*. Foi na mesma tipografia que imprimiu seu livro de 513 páginas: *Província do Espírito Santo — sua descoberta, história cronológica e sinopse estatística* (1879). Obra clássica que inspirou gerações de historiadores regionais, apesar das falhas grosseiras que lhe imputa Afonso Cláudio (1912). Livro obrigatório como fonte de pesquisas, conforme Levy Rocha (1977) tornou-se privilégio de uns poucos bibliófilos que possuem os raros exemplares remanescentes da única edição conhecida.

Eurípedes Queiroz do Vale, membro do IHGES, na sua obra *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*<sup>16</sup> destaca, ainda, pela importância de suas publicações, os seguintes autores, no Século XIX: Padre Francisco Antunes de Siqueira, autor em 1844, do *Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense*, editado em Vitória; Heráclito Amâncio Pereira, *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Artes Gráficas, 1897; e Afonso Cláudio de Freitas Rosa, que aborda o tema escravidão com a *Insurreição de Queimados*, cuja primeira edição foi impressa na tipografia de *A Província do Espírito Santo*, em Vitória, em 1885. Estes dois últimos são autores da transição ao século XX. Aquele, com destaque para os estudos sobre a imprensa (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* n.ºs III, IV, V e VII) e este, para a *História da literatura espírito-santense*, editada em Portugal, em 1912.

Afonso Cláudio foi escolhido primeiro governador do Espírito Santo, onde viveu até 1920, quando foi aposentado no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, seguindo daí para o Rio de Janeiro, ingressando no magistério jurídico como professor de Direito Romano, na Faculdade de Direito de Niterói. Sua *Insurreição do Queimado*, que já conta com três edições, aborda a revolta de

escravos ocorrida dez anos antes de seu nascimento, em março de 1849, no distrito de São José do Queimado, no município da Serra (ES). Dessa revolta, de duração efêmera, mas plena de lances dramáticos, resultou o sacrifício de inúmeros negros daquela localidade e de regiões circunvizinhas, onde atuava o vigário Gregório José Maria Bene, pivô dos acontecimentos. Esta obra, embora pequena, mas escrita com garra de quem pugnava pelo abolicionismo, vem sendo, de uns tempos para cá, reestudada e até dramatizada por outros autores locais.<sup>17</sup>

Para Levy Rocha (1977), “nenhum escritor já exerceu tanta influência sobre os seus co-estaduanos como Afonso Cláudio”. A sua *História da literatura*, afirmou, “é ainda o melhor roteiro crítico-literário, um bom paradigma das conferências de última hora”.

Seguindo o mesmo plano esboçado por Sílvio Romero, na *História da literatura brasileira*, Afonso Cláudio metodizou o estudo da literatura espírito-santense, dividindo-a em dois momentos, sendo o primeiro de 1770 a 1870, e o segundo de 1871 à data da publicação do livro, incluindo, ali, como vimos, não só capixabas natos mas, também, os que aqui viveram e produziram. Seu prefaciador, Clóvis Bevilacqua, assinala que Afonso Cláudio:

Não quis inculcar que nesse pedaço do Brasil tenha florescido uma literatura vigorosa e autônoma, já que pretendeu apenas mostrar que também aí têm vivido e trabalhado cultores conspícuos das letras, alguns dos quais influíram na evolução do pensamento geral do Brasil; outros, mais modestamente dotados, apenas formaram o plano de onde se destacaram aquelas figuras maiores.

É bem certo, porém, que, nesse volume de 560 páginas, do qual muito nos valem, figurem, um a um, todos os legítimos representantes da cultura até então, poetas, romancistas, ensaístas, tea-

trólogos, jornalistas e historiadores, nomes alguns que, não fosse o cuidado do autor situá-los no contexto da nossa literatura, já agora estariam totalmente esquecidos, com grave perda desta ampla visão que hoje podemos formar, concluída a leitura do livro, de todo processo evolutivo de nossas letras até o início do Século XX.

Em que pese, porém, o valor das obras publicadas no século XIX para a memória capixaba, elas formavam, no seu conjunto, um quadro historiográfico insatisfatório para a interpretação da formação espírito-santense; caracterizado pelo autodidatismo e técnicas de pesquisa e de investigação quase sempre superadas, calcadas, via de regra, nas mesmas fontes e temas. Essas obras tradicionais, ficavam apegadas à cronologia e aos eventos, sem a preocupação das conexões estruturais ou, ainda, da História cultural, não se questionando o passado em nível e profundidade exigidos pela sociedade contemporânea. Muito embora, em termos nacionais, também, o quadro geral da historiografia não se apresentasse muito diferente.

Melhores perspectivas surgem no século XX, embora persistisse grande parte dos problemas anteriores, surgindo uma série de edições versando sobre assuntos municipais ou regionais, custeados, com algumas exceções, pelas municipalidades ou, ainda, pelos próprios autores. É dentro deste contexto que nasce o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1916. Criado na mesma diretriz do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a inspiração de conquistar os documentos e de estabelecer um método lógico e racional para a pesquisa histórica regional.

No Espírito Santo, o Instituto Histórico e Geográfico, desde a sua fundação, vem acompanhando as transformações sociais; chegando aos nossos dias com grande lastro de realizações no plano da pesquisa histórica; cristalizadas, sobretudo, na publicação de trabalhos constantes em mais de meia centena de edições da sua *Revista* — aberta à colaboração de pesquisadores. Neste periódico, desde a



publicação do seu n.º 1, em 1917, um ano após a fundação da entidade, tivemos trabalhos valiosos que, paralelo às atividades diretas de seus membros, floresceram e deram bons frutos.

Simultaneamente às edições da *Revista*, vinha o IHGES, nos últimos tempos, promovendo trabalhos avulsos que enriquecem a biblioteca capixaba. A série **Cadernos de História**, editada em convênio com o Município de Vitória, suplantou a mais de uma dúzia de publicações. A Prefeitura de Vitória, aliás, por intermédio de sua Secretaria de Cultura, vinha promovendo nas coleções *Escritos de Vitória e Elmo Elton*, a publicação de textos de interesse à memória da cidade e da região.

Anteriormente à fundação do IHGES, além da *História da Literatura Espírito-santense* de Afonso Cláudio, em 1912, algumas obras de peso já haviam surgido na mesma década de sua criação. Deve-se, sobretudo, a Amâncio Pinto Pereira (*Homens e coisas do Espírito Santo*) e a Artur E. Margarinos Torres Filho (*O Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico*). Este, em nossa opinião, o mais importante ensaio sobre a economia capixaba até então produzido, aquele, educador e escritor, destacou-se principalmente como biógrafo.<sup>18</sup>

Mais recentemente, Maria Stella de Novaes, Luiz Serafim Derenzi, Eurípedes Queiróz do Vale, Cícero Moraes (*Geografia do Espírito Santo*, 1974), Neida Lúcia Moraes, todos membros do IHGES, e José Teixeira de Oliveira podem ser destacados. Este último é autor da *História do Estado do Espírito Santo* (2 ed. Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975), obra respaldada em grande massa de fontes primárias e um dos mais notáveis trabalhos editados sobre a história regional. Também não se pode esquecer Mário Aristides Freire, cuja publicação *A Capitania do Espírito Santo* (1945), é leitura obrigatória para estudo dos fatos coloniais. Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* encontramos importantes textos da sua lavra. Entre estes, **A República no Espírito**

**Santo**, editado em separata da *Revista* (n.º XII), pela oficina da Vida Capixaba, em 1939.

Maria Stella de Novaes (1894-1981) destaca-se pela versatilidade dos temas que aborda em sua incansável produção — mais de 100 obras publicadas, “abrindo caminho para as mulheres, dentro da trincheira, de dentro do sistema”, conforme Francisco Aurelio Ribeiro, pois nasceu com a modernidade do final do século XIX e “o início do século XX, que traz a industrialização, inúmeros inventos e a transformação das idéias [...] [e] a escolarização das mulheres e crianças é um fenômeno da modernidade e, no Brasil, da República”.<sup>19</sup>

Sua obra mais importante para nosso texto, *História do Espírito Santo*, registra 435 anos da história espírito-santense em ordem cronológica e metodologia como que inspirada na obra de Daemon. Foi, por algum tempo, um dos poucos grandes painéis da história regional em disponibilidade nas livrarias, devido ao esgotamento dos poucos livros aqui relacionados que se escreveram sobre a história da terra do Capitão Donatário Vasco Fernandes Coutinho. Elaborado em 1956 e concluído e atualizado em 1976, mas só publicado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, em Vitória, em 1980, quando a autora já contava 86 anos de idade, *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*, aborda aquele tema privilegiado na historiografia capixaba que é a epopéia vivida pelos imigrantes peninsulares que, a partir das últimas décadas do século passado até o início deste século, foram se deslocando para o território espírito-santense.

Derenzi, engenheiro civil e professor, nascido em Vitória ainda no Século XIX (1898), é, também, historiador de destaque da imigração italiana (*Os italianos no Estado do Espírito Santo*, 1974). Trabalho que, por certo, tornou-o merecedor da **Comenda da Ordem da Solidariedade da República Italiana**. Sua mais importante obra, no entanto, pode ser localizada nos estudos publicados sobre a cidade de seu nascimento, particularmente na *Biografia de uma*

*ilha*; estudo fadado a tornar-se um clássico da historiografia capixaba desde a publicação, em 1961. Dele afirmou Mário Aristides Freire: “Ninguém mais autorizado para escrever sobre a história de nossa terra, e falar sobre a gente criada ao sol que aqueceu um dia a Maria Ortiz, e viu nascer Domingos Martins”. Sua pequena *História do Palácio Anchieta*, de setenta e sete páginas, premiada pelo Governo do Estado, é um dos únicos escritos sobre a principal obra arquitetônica dos jesuítas no Espírito Santo.

Despretensiosamente, Eurípedes Queiróz do Vale, também nascido ainda no século XIX (1897), na antiga Benevente, atual Anchieta, fez publicar, em 1959, “um punhado de informes, dados, fatos e curiosidades da História, da Geografia e da Literatura do Estado”, que ele mesmo definiu como “nosso *Pequeno Dicionário Informativo do Espírito Santo*”. O livro, porém, tornou-se leitura obrigatória, particularmente, para historiadores, geógrafos, literatos e mais aqueles interessados em estudar a terra capixaba. Tanto que, em 1971, já estava sendo publicada a sua terceira edição sob o título *O Espírito Santo e os Espírito-Santenses*, livro que passou a representar um guia, pela sua abrangência, uma fonte de conhecimentos para o estudante capixaba.

Bem mais jovem que os autores supracitados, Neida Lúcia Moraes, filha do engenheiro e aplaudido geógrafo Cícero Moraes, embora venha se consagrando como romancista, sua vertente de professora de história liga-a aos temas históricos locais, particularmente, a partir da impressão de *O Espírito Santo é assim*. O livro, publicado em 1971 pelo Governo do Estado tornou-se, também, uma fonte de informação das realizações da administração pública dessa época. Posteriormente, produziu também para o Estado o *Atlas escolar do Espírito Santo* (1986), um texto destinado aos alunos de 1.º Grau mas que, embora simplificado, com certeza, presta-se para apoio ao professor, como instrumento auxiliar para conhe-

cimento do Espírito Santo em seus aspectos históricos, geográficos, econômicos e sociais. Objetivo, por certo, que motivou a mesma Secretaria de Estado da Educação e Cultura a publicar, ainda em 1986, o texto *Espírito Santo minha terra, minha gente*, dos professores: Léa Brígida R. de A. Rosa, Luiz Guilherme Santos Neves e Renato Pacheco. Público este, de natureza fundamental, sobre o qual transita, de algum tempo, o geógrafo Miguel A. Kill (*Terra capixaba Geografia & História*, 1998).

Figuras isoladas do período, Levy Rocha, Norbertino Bahiense, entre outros, supra citados, quase todos têm em comum a característica que marca a produção historiográfica capixaba, qual seja, a ligação de seus autores ao IHGES, mas também, o patrocínio de seus próprios livros, à vista da falta de recursos financeiros e do desinteresse que campeiam nas instituições culturais e editoras, a propósito dos estudos regionais. *Viagem de D. Pedro II no Espírito Santo* (Rio, 1960), *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo* (Brasília, 1971) e *De Vasco Coutinho aos contemporâneos* (1977), são temas destacados na obra de Levy Rocha. Enquanto *Domingos Martins e a revolução pernambucana de 1817* (1974) e *Caboclo Bernardo — O naufrágio do Imperial Marinheiro e outros — Rio Doce* (1971), foram as obras privilegiadas de Norbertino Bahiense, que elegera a biografia de vultos capixabas como tema.

É dentro desse momento da pesquisa histórica, a partir da conjuntura historiográfica do meado do século passado, que surgiu uma forte tendência na historiografia brasileira que passou a privilegiar a micro-história ou história regional, seguindo aquela inspiração do grupo dos *Annales*, da França; traçando paralelas e contraste inter-regionais, através de pesquisas multidisciplinares das ciências sociais e até mesmo das ciências biológicas, para reversão daquela defasagem verificada na produção dos textos históricos tradicionais. Este também será um momento do aparecimento das

faculdades de filosofia, ciências e letras e, com elas, os cursos de história; que virão juntar-se ao IHGES. A partir daí, em complemento aos estudos de mestres e alunos, a produção monográfica far-se-á em bases mais compatíveis com o desenvolvimento da pesquisa documental e da metodologia da história.

Embora sempre presentes em nossa historiografia, os estudos regionais ampliam-se com a expansão dos cursos de história nas faculdades de filosofia, cujo pioneirismo coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criador delas em 1919, gerando um movimento que, ampliado, chegou ao Estado e terminou por encetar, em 1953, a fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Espírito Santo, e com ela ingentes esforços no sentido de promover a pesquisa histórica.

Até então, o pouco que se estava escrevendo sobre a história espírito-santense era baseado, via de regra, em fontes localizadas noutros centros. A própria obra de José Teixeira de Oliveira, antes referida, foi redigida sem que o autor consultasse qualquer documento existente nos “**Arquivos Capixabas**”.

A partir de 1975, alguns professores do Departamento de História da UFES começaram a desenvolver seus cursos de pós-graduação. Para complementação desses cursos surgiram trabalhos monográficos, com base nas fontes primárias existentes nos arquivos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas, também, nas fontes do Arquivo Público e Biblioteca Pública, arquivos particulares, paroquiais, municipais e judiciários do Espírito Santo. Muitos, aliás, logo publicados: PACHECO, Renato José Costa, *Os primeiros anos (Conflitos nas colônias agrícolas espírito-santenses. 1847-1882)*; BITTENCOURT, Gabriel A. M. *Esforço industrial na república do café (O caso do Espírito Santo – 1889/1930)*; DEMONER, Sônia Maria. *A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo — Século XIX*; ROSA, Léa Brígida R. de A. *Uma ferrovia em questão: A Vi-*

*tória a Minas — 1890/1940*. Vitória, 1985; SIQUEIRA, Maria da Penha. *O desenvolvimento do Porto de Vitória*; ALMADA, Vilma Paraíso F. *Escravidismo e transição*; CAMPOS, Mintaha Alcuri. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico*; MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*; CARVALHO, Regina Hees. *Santa Maria de Jetibá*; COSTA, Luciana Osório da. *A colônia do Rio Novo (1954-1880)*; ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira para o Espírito Santo (1847-1896)*; BORGIO, Ivan Anacleto Lorenzoni. *Norte do Espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)*. Ivan Anacleto Lorenzoni Borge, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Renato José Costa Pacheco.

Ainda no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo, mas fora do Departamento de História, outros professores vêm produzindo trabalhos não menos importantes à historiografia capixaba, entre estes até mesmo textos de docentes de outros Estados, como é o caso de José Ribeiro de Araújo Filho que, em 1974, apresentou tese para provimento da cadeira de Geografia do Brasil, na Universidade de São Paulo, sob o título *O Porto de Vitória*. A partir daí podemos destacar os seguintes estudos, quase todos publicados no Espírito Santo: CARVALHO, José Antônio. *O colégio e a residência dos jesuítas no Espírito Santo*; MUNIZ, Maria Izabel Perini. *Arquitetura rural do século XIX, no Espírito Santo; Cultura e arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo*; ROCHA, Haroldo Corrêa. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. / Haroldo Corrêa Rocha, Angela Maria Morandi; COUTINHO, José Maria. *Uma história da educação no Espírito Santo*; GUALBERTO, João. *A invenção do coronel*. / João Gualberto M. Vasconcellos; RIBEIRO, Francisco Aurelio. *Literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica*; SALETTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930) e Transição para o trabalho livre e pequena*

*propriedade no Espírito Santo*; LOPES, Almerinda da Silva. *Arte no Espírito Santo do Século XIX à Primeira República*.

Por outro lado, em que pese o pouco apoio de que dispunha o historiador, algumas instituições forneceram um certo respaldo à publicação e à pesquisa. Dentre estas, destacamos a Fundação Jones dos Santos Neves (atual IJSN – Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves) que, dentro de uma filosofia de planejamento urbano, procurou enquadrar, com a concessão de bolsas de estudos e a edição da “**Série Documentos Capixabas**”, o patrocínio e/ou produção monográfica sobre o passado e presente capixabas, sempre com a visão de um maior conhecimento das transformações que permeiam a nossa história.

O primeiro desta série, *Documentos Coloniais*, é resultado das pesquisas do professor e paleógrafo João Eurípedes Franklin Leal, em arquivos portugueses. Novos volumes foram editados — *Documentos Administrativos Coloniais e Informações Bibliográficas*, ambos do mesmo autor, e *A Indústria de Energia Elétrica no Espírito Santo: 1889/1978*. Este último, de nossa autoria, é quase totalmente baseado em fontes primárias levantadas no próprio local regional e visa preencher o claro historiográfico que caracterizava o setor. Posteriormente foram ainda editadas *As Constituições do Estado do Espírito Santo*, de Milton Caldeira, volumes 5 e 6 e deu-se início à “Série Maria Stella de Novaes” com a publicação *Os Italianos e Seus Descendentes no Espírito Santo*, da própria autora homenageada.

Franklin Leal publicou, também, pela Secretaria de Estado da Cultura e Esportes (1998), o *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. Trabalho resultante do levantamento da documentação avulsa do acervo pertinente ao Espírito Santo, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Representa, sob o ponto de vista das fontes documentais, o preenchimento de uma lacuna nas fontes históricas para estudo

da Capitania, considerando-se que a documentação mais antiga encontrada no Arquivo Público Estadual data apenas de 1770. O Arquivo Público Estadual que já havia editado um *Guia Preliminar*, em 1981, as *Fontes para a história da escravidão negra no Espírito Santo* (1988), o ementário da *Legislação Provincial – 1835-1888* (1988) e o ementário da *Legislação Republicana – 1889-1930* (1989), passa a contar, a partir daí, com mais este instrumento de orientação aos pesquisadores que ali buscam, nos documentos, o embasamento das hipóteses formuladas nas suas pesquisas.

Em paralelo à Universidade e ao Instituto Histórico, surge uma série de edições versando sobre assuntos municipais ou locais, patrocinada geralmente pelas municipalidades ou pelos próprios autores, ou ainda empresas, via de regra, instaladas no Espírito Santo. A Coleção “Memórias”, editada pelo antigo Departamento Estadual de Cultura, e as coleções Escritos de Vitória, Elmo Elton, ou Esporte Memória, da Prefeitura de Vitória, enquadram-se neste ponto. Enquanto os autores dos temas municipais, já vislumbrados em Derenzi, encontraram paralelo, entre outros, em Heribaldo Lopes Balestrero, autor de *Subsídios para o estudo da geografia e da história de Viana* (1951, p. 236), trabalho que reúne em nada menos de 25 capítulos, a geografia, a política, a economia, desde 1813 a história do Município de Viana, a primeira colônia sistematicamente organizada no Espírito Santo, com a instalação de casais de açorianos, ainda no período colonial, ao tempo do Governador Francisco Alberto Rubim. Balestrero publicaria também, em 1979, pequeno mas importante texto sobre *A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo* (p. 146) Estudos municipais que foram precedidos pelos de Antônio Marins (*Minha terra e meu município*, 1920) e Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro (*Município de Cachoeiro de Itapemirm (Suas terras, suas leis, seu progresso, sua gente)*, 1928), ambos voltados para o mesmo tema. Este último, no mesmo ano em que apareceu a *História do antigo Município de São Pedro do Itabapoa-*



na, de Grinalson Francisco Medina. Publicações que foram seguidas, posteriormente, por *Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro* (2 ed. 1966), de Joaquim Pires de Amorim.

Mais recentemente, entre outros autores, podemos citar *O Novo Arrabalde de Vitória*, de Carlos Teixeira de Campos Júnior (1996), um estudo de fôlego sobre digno da tradição de Derenzi, cuja obra clássica (1965), abriu o caminho para os estudos capixabas (no sentido estrito da toponímia). Em maior quantidade ainda que os estudos municipais têm sido publicados os trabalhos sobre a imigração, de autores isolados.

Não sendo este um levantamento preciso, deixa-nos perceber, entretanto que, ao longo das modificações ocorridas no âmbito da historiografia capixaba, conforme podemos observar, mudou também a temática. Se antes era voltada aos fatos coloniais, agora sobressaem as imigrações, o café, a infra-estrutura material, a transição para o trabalho assalariado, cujas balizas temporais privilegiam o século dezenove e as primeiras décadas do século vinte. É que no Espírito Santo, como vimos, a *imensa empresa comercial* que caracterizou a colonização brasileira ficou nos justos limites da ação dos interesses metropolitanos, que privilegiarão o Nordeste açucareiro, o centro-sul minerador, ou os centros administrativos da colônia ligados à economia predominante. Tudo isso relegou a terra capixaba a uma *economia de sobrevivência*, ou mesmo à condição de cinturão armado de sua própria hinterlândia, impedido, paradoxalmente, da exploração de seu território. O café foi decisivo para a modificação desse panorama, chegando a representar 94,33% das exportações espírito-santenses. Assim, também, entendemos a imigração europeia, particularmente a italiana, estimada em 40% da população regional ao findar do século passado.<sup>20</sup>

Dos aproximadamente 4 milhões e 800 mil imigrantes que entraram no Brasil entre 1850 a 1950, a maioria dos que ficaram,

acreditamos, vieram no século passado, quando a população brasileira atingiu a tão-somente 18 milhões de habitantes no ano de 1900. A influência estrangeira não portuguesa, portanto, a partir do século passado, marca, profundamente, o caráter nacional do país, sobretudo o centro-sul, onde o café, ávido de braços, era o motor da política da imigração.

Entre estes, a contribuição demográfica italiana foi decisiva para o crescimento econômico do Espírito Santo. Segundo Derenzi (1974), não há unanimidade quanto ao número de imigrantes dessa nacionalidade entrados na região. Estimando ele a contribuição de 45.900 pessoas em 1890, ou seja 33% da população recenseada naquele ano, de 135.998 *almas*. Algo de substancial, portanto, da população do Estado, representando foi formidável fator de crescimento da economia cafeeira local.

Logo, a história do Espírito Santo não pode ser escrita sem um capítulo importante da larga contribuição dos imigrantes italianos e respectivos descendentes. Não só na agricultura cafeeira, mas em todos os setores do fazer humano da vida capixaba.

Assim, também, entendemos os trabalhos a propósito de outras etnias que compõem o quadro demográfico do Espírito Santo, cujos pesquisadores, muitos tendo adquirido os fundamentos metodológicos e historiográficos necessários para sua especialização na micro-história, noutros centros de pesquisas, particularmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, vêm seguindo essa mesma tendência da qual resulta a multiplicação de trabalhos, promovidos nos centros de pós-graduação do país e do exterior.

Esta é uma tendência que não deixa de influenciar os trabalhos já citados de Derenzi, Sonia Demoner, Luiz Busatto (“A imigração no Espírito Santo” In. *RIHGES*, n.º 38), de João Batista Cavati (*História da imigração italiana*, 1973), os trabalhos municipais de Zandonadi sobre Venda Nova: *Um capítulo da imigração italiana*

(1980), entre outros títulos. Trabalhos surgidos a partir da valorização da micro-história, alguns já reforçados daqueles fundamentos metodológicos e historiográficos.

Estudos municipais sobre a imigração italiana podem ser vislumbrados, também, na publicação sobre o município de Castelo (2003), de André Casagrande e Maria Helena Barbiero. Enquanto Francisco Schwarz, capixaba de origem germânica, dedicou-se ao Município de Santa Leopoldina, produzindo, em 1992, título homônimo ao seu município de origem e, em 1994, *Famílias de Santa Leopoldina*. Schwarz publicou ainda, em 1993, um texto sobre Santa Maria de Jetibá, “o município mais pomerano do Espírito Santo”. Trabalhos estes, inspirados, talvez, em Jean Roche, que, desde 1968, editou no Brasil *A colonização alemã no Espírito Santo*. Autores, todos precedidos por Antônio Aguirre que, em 1934, produziu um estudo sobre a imigração estrangeira no Brasil sob o título *Monografia sobre a imigração e colonização em geral e particular no Estado do Espírito Santo*.

São temas sobre etnias que vieram juntar-se ao português invasor, ao índio e ao negro africano, ainda muito pouco estudados e que Rogério Medeiros tenta sintetizar no *Espírito Santo encontro das raças* (s/d.). Algumas que, mesmo não apresentando o mesmo desempenho de alemães e italianos, os mesmos padrões favoráveis que incrementaram a imigração européia, não devem ter seus estudos negligenciados. É o caso, por exemplo, da imigração libanesa.

É de se destacar, ainda, sobre a imigração italiana para o Espírito Santo que, muitas vezes, estudos de história, biografia e genealogia confundem-se nessa temática, como se pode observar na obra de Orestes Bissoli. Um imigrante italiano que trocou, quando criança, a bacia do Pó pelas montanhas capixabas. Narra, já sexagenário, em 1933, as *Memórias de um imigrante italiano* (Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979).

Fato curioso, o texto de Eugene C. Harter, *A colônia perdida da Confederação* (Nórdica s/d), traz luz a presença de norte-americanos no Espírito Santo, na região do Rio Doce. Outro exemplo isolado pode ser encontrado em Ceciliano Abel de Almeida, um “plantador de trilhos” que, tendo participado decisivamente na construção da estrada de ferro Vitória a Minas, registra de feição indelével, nas suas memórias, *O desbravamento das selvas do rio Doce* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1978), área onde também o café entrará, conforme assinalou Augusto Ruschi (Boletim n.º 42), como um conquistador inimigo, “matando as florestas, destruindo os animais que ali viviam, dizimando as tribos indígenas [...]”. Ruschi, aliás, mesmo não sendo historiador, não deixou de publicar, por intermédio do Museu de Biologia “Melo Leitão”, que criara em Santa Teresa, uma série de estudos a propósito dos imigrantes italianos circunscritos à área do município.

Neste mesmo enfoque, mas especificamente sobre a emigração do Trento, a obra do sociólogo e jornalista italiano Renzo Grosselli, *Colonie imperiali nella terra del caffè — Contadini trentini (veneti e lombardi) — Nelle foreste brasiliane Parte II — Espírito Santo 1874-1900*, que contém 471 páginas, publicada em 1987 sob os auspícios do *Comitato Nazionale per le Celebrazioni del V Centenario della scoperta dell’America*, é, talvez, o mais importante painel sobre aquelas famílias oriundas no norte da península italiana. Finalmente, não se pode esquecer a publicação *A presença italiana no Brasil – II*, que contém os trabalhos de Luiz Buzatto, Sonia Demoner, Carlos Bussola e Valeriano Altoé, apresentados no Simpósio do mesmo nome, realizado sob o patrocínio da *Fondazione Giovanni Agnelli*, em Vitória, em outubro de 1988; em uma linha semelhante vemos a *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora* (1998), organizada por Aurélia Castiglioni, Luiz Buzato, Maria Inês Faé e pela arquiteta Maria Izabel Perini Muniz; e, ainda, a *Arquite-*

*tura da imigração italiana no Espírito Santo*, de Júlio Posenato (Porto Alegre, 1997), obras de peso que podemos citar, entre outras.

Outras temáticas não menos importantes, sobretudo da economia e da política, vêm ocupando espaço destacado na historiografia capixaba. Entre estas, o trabalho de Marta Zorzal e Silva *Espírito Santo. Estado, interesse e poder* (1995) e o de Terezinha Bichara *História do poder legislativo do Espírito Santo 1835-1889* (1984); o de Carol Abreu et al. *Vitória: Trajetória de uma cidade* (1993), os *Estudos sobre estrutura agrária e cafeeicultura no Espírito Santo*, obra póstuma de Vilma Paraíso F. Almada; os *Estudos espírito-santenses*, de Renato Pacheco (1994); *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar* (1535-1700), de José Gonçalves Salvador (1994), que enfoca a presença dos cristãos-novos no Espírito Santo; ou a *História geral e econômica do Espírito Santo* e *A formação econômica do Espírito Santo*, de nossa autoria; publicações que abordam o problema da mão-de-obra, a industrialização, o fenômeno imigração, e a economia cafeeira. Também da nossa lavra, *Notícias do Espírito Santo* recria, em aspectos multifacetados, as conexões dos fatos regionais com os eventos nacionais e do exterior, sem que seja esquecido o patrimônio histórico do Espírito Santo. Tema no qual avulta a figura de Elmo Elton, poeta e literato, historiador dos costumes, dos tipos populares, e dos *Logradouros antigos de Vitória* (Vitória, IJSN, 1986). Escritor que admiro e aplaudo, nutria, também, profundo interesse pela memória regional, razão pela qual, certamente, fê-lo patrono de uma de suas coleção de textos publicados, a Prefeitura Municipal de Vitória.

Mais recentemente, surgiu a coleção “Grandes Nomes do Espírito Santo”. Coordenada pelo jornalista Antônio de Pádua Gurgel, está voltada para publicação de biografias de personalidades ligadas ao estado. Nela estão elencadas mais de uma dúzia de obras, entre as quais o nosso **Padre José de Anchieta** e **Frei Pedro Palácios**, publicados com recursos de Leis de Incentivo à Cultura.

Assim sendo, a historiografia brasileira que tem passado por um processo de revisão, privilegia a micro-história, ou história regional, vem valorizando a produção de monografias locais e regionais, objetivando melhor interpretação da história nacional. Coerente ao momento historiográfico, o historiador capixaba tem procurado viabilizar e produzir projetos, muitos dentro de uma metodologia apropriada e rigor científico comprovado e, ainda, embasados em fontes primárias apropriadas da história local.

Paralelamente a esse movimento, a produção de uma literatura *stricto sensu*, com caráter retrospectivo e enfoque temático regional, tem contribuído também para a moderna historiografia espírito-santense, cuja participação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo tem sido fundamental.

## Notas

<sup>1</sup> CARDIM, Fernão, 1540?-1625. *Tratado da terra e da gente do Brasil* / Pe. Fernão Cardim; introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. – 3 ed. São Paulo: Nacional (Brasília): INL, 1978.

SALVADOR, Frei Vicente do (1564-1639): *História do Brasil* : 1500-1627. (por) Frei Vicente do Salvador, revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

<sup>2</sup> ANCHIETA, José de S.J., 1534-1597. *Poema: De gestis Mendi de Saa*. Dos feitos de Mem de Sá. Original acompanhado da tradução vernácula pelo Pe. Armando Cardoso S. J. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958. pp. 63-77.

<sup>3</sup> SALVADOR, *op. cit.* pp. 109-157.

<sup>4</sup> *Cartas avulsas, 1550-1568* / Azpilcueta Navarro e outros. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

<sup>5</sup> RUBIM, Francisco Alberto (1768-1843). Um Capixaba (Psed.) *Memórias para servir a história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo porção integrante do Reino do Brasil. Escrita em 1818, e publicada em 1840*. Lisboa: Nevesiana, 1840.

<sup>6</sup> ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. [Rio de Janeiro], [s.n.], 1977.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória : Fundo Editorial

do Espírito Santo, [s/d] p. 118.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: [s.n.], 1975, p. 254.

<sup>7</sup> RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3 ed. São Paulo : Nacional; (Brasília); INL, 1978.

<sup>8</sup> Levy Rocha (1977) *op. cit.*

BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização (O Espírito Santo no Século XIX)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987. pp. 95-96.

<sup>9</sup> CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura espírito-santense*. Porto: Comércio do Porto, 1912. Edição Fac similar – Biblioteca Reprográfica Xerox. Rio de Janeiro: 1981, p. 158.

Rocha, 1977, *op. cit.*

<sup>10</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*; tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

<sup>11</sup> BIARD, Auguste-François. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Tradução de José Augusto Carvalho. Vitória: Aracruz Celulose/Fundação Jônice Tristão, s.d.

<sup>12</sup> Levy Rocha, 1971, *op. cit.*

<sup>13</sup> WIED, Maximilian, Prinz von. 1782-1867. *Viagem ao Brasil / Maximiliano Príncipe de Wied-Neuwied*; tradução de edgard Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969. (Coleção Reconquista do Breasil, 2. Série; v. 156).

<sup>14</sup> Vitória: Tip. de P. A. d'Azeredo, 1858.

<sup>15</sup> Rocha, 1977, *op. cit.*

<sup>16</sup> Vale, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*. Vitória: APEX, 1971. pp. 177-8.

<sup>17</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

<sup>18</sup> VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*. Vitória: APEX, 1971, p. 47.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Francisco Aurélio. “Revolucionárias do Século XX : Maria Stella de Novaes e Haydée Nicolussi”. In: *Cadernos de pesquisas: Mestrado em Letras*, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 1 (1997). Vitória: UFES, Centro de Estudos Gerais, Departamento de Línguas e Letras, 1997. p. 13.

<sup>20</sup> DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. 1974. p. 157.

## REATIVAÇÃO DO NÚCLEO DO IHGES EM COLATINA\*

É bom estar de volta a Colatina, numa solenidade que integra, também, os festejos da data magna desta cidade. Esta foi a terra que meu pai, Gélice Aucyrones d'Oliveira Neves, descortinando, talvez, o rumo vaticinado pelo maranhense Graça Aranha no Canaã, escolheu para viver, para trabalhar e produzir, na sua mocidade. Seus pais, vindos de Santa Leopoldina, dirigiram-se à Capital, Vitória, com o colapso da economia daquela cidade do Porto do Cachoeiro, e dali foi que veio ele se estabelecer, aos 18 anos, como funcionário do Banco do Brasil, aqui às margens do Rio Doce, no que seguiu a trilha do desenvolvimento do Espírito Santo. Daqui, desde meados da década de 50 do século XX, acompanhou grande parte da história de desenvolvimento desta cidade, contribuindo para esse desenvolvimento. Mesmo estando atualmente impossibilitado de se locomover, deve estar contente por mais esse acontecimento na vida de sua cidade querida.

O apelo que esta cidade de Colatina exerce sobre mim é inesgotável, porque aqui passei os primeiros anos de vida. Aqui vivemos, a minha família, até os meus quinze anos de idade, quando meu pai assumiu a chefia do serviço jurídico do Banco do Brasil em todo o Espírito Santo, o que determinou seu retorno para Vitória. Aqui fiz minha breve carreira de professor, na Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina, que meu pai dirigiu por longos anos, sucedendo ao professor Advalter Alves de Souza e precedendo ao professor Martiniano Lintz Filho, participante destacado, por seus esforços, da solenidade desta noite.

A solenidade desta noite, minhas senhoras e meus senhores, é bastante grata para mim. Não só como “colatinense” que sou, mas

---

\* Pronunciamento proferido pelo Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves, Presidente do IHGES, na Câmara Municipal de Colatina, em 27 de agosto de 2010.



como presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. O Instituto Histórico e Geográfico deste Estado, que é o guardião das coisas e das tradições do Espírito Santo, desde o ano de 1916, ano de sua fundação, numa sala do Congresso Legislativo do Espírito Santo. É, assim, a mais antiga instituição cultural deste Estado que os senhores vem se somar nesta noite.

Por coincidência, foi precisamente nesse ano de 1916 que a florescente Colatina se tornou, por mais ou menos um mês, capital do Espírito Santo, no episódio que ficou conhecido, na historiografia capixaba, como “A Revolta do Xandoca”. É que, recordemos, nas terras da povoação originada do Barracão do Santa Maria, a mais pujante seção do renovado “Núcleo Antonio Prado” — povoação esta cujas primeiras casas datam de 1892 — foi nas terras desta povoação que vieram passar os trilhos da futura ferrovia Vitória a Minas, isso em 1906, ligando o povoado à capital do Estado. E o desenvolvimento inicial foi tanto que àquela povoação, situada na hoje Colatina Velha, foi outorgado, em 1899, o status de Vila, chamada Colatina em homenagem à esposa do primeiro presidente eleito do Estado do Espírito Santo, José de Mello Carvalho Moniz Freire, como sabemos todos.

Vila Colatina, do município de Linhares. Linhares, cuja sede é a mais antiga ponta de lança na ocupação do território a norte do Rio Doce, cuja fortificação serviu, ao longo do século XIX, de anteparo às investidas indígenas contra a Vila de Vitória, e que então via sua importância econômica decrescer vertiginosamente, pela criação do novo entreposto comercial no povoado mais a oeste. A ponto de o coronel Alexandre Calmon lograr transferir a sede do município de Linhares para Colatina, naquele mesmo ano de 1906.

É óbvio, minhas senhoras e meus senhores, que não pretendo falar de história local aos historiadores locais. Mas ponho em relevo

a substituição meio que simbólica que se fazia assim do centro de importância da região do Rio Doce, de Linhares — povoação que leva o nome de destacado funcionário do Império — por Colatina, povoação que leva o nome de personagem destacada daquela nova era republicana no Espírito Santo.

E de fato o surgimento e a ascensão da cidade de Colatina no cenário estadual não deixa de ser a personificação dessa nova era que se instalava nos tempos republicanos, era de um surto desenvolvimentista sem precedentes na história da região e quiçá, por suas próprias características, até mesmo na história do Espírito Santo de então (descontados, aí, os governos empreendedores de Moniz Freire e de Jerônimo Monteiro). Esta conjuntura favorável levou na época a oposição aos Souza Monteiro, que dominavam a política estadual, a deslocarem a sede do Congresso Estadual para Colatina, empossando o cachoeirense Pinheiro Junior e o linharenses Alexandre Calmon, presidente da Câmara Municipal de Linhares, aqui instalada, para o governo do Estado. Aqui, na antecessora desta Casa legislativa, resistiram os dissidentes no governo do Estado por trinta e três dias.

Cinco anos depois, no ano de 1921, a cultura no Espírito Santo teve o seu segundo ponto culminante na fase republicana: depois da criação do Instituto Histórico e Geográfico, organizava-se em Vitória a Academia Espírito-santense de Letras. Paralelamente, naquele mesmo ano de 1921, o desenvolvimento de Colatina atingia o auge, com a criação do município, pela Lei n.º 1307, de 30 de dezembro. A partir daí, com a inegável importância desta “cabeça de ponte” do movimento de ocupação das florestas a norte do Rio Doce, foi inevitável que aqui se construísse, em 1928, a primeira ponte sobre o rio inconquistável do período colonial, que caía ante as investidas empreendedoras dos novos tempos.

O desbravamento e a ocupação das terras a norte do Rio Doce, que se fez a partir de Colatina é, sem dúvida, o desafio maior na his-

tória do Espírito Santo da primeira metade do século XX. Surgida com o novo século, no alvorecer do novo regime recém-instalado no país, a cidade de Colatina logo se tornou ponto-chave na marcha do movimento populacional que, vindo dos contrafortes da região serrana central, subindo os afluentes do Rio Santa Maria de Vitória, veio desaguar em terras dos afluentes do Rio Doce, pela sub-bacia do Rio Santa Maria cá do norte. Como, aliás, vaticinara Graça Aranha no seu romance.

Toda essa saga merece ser constantemente escrita e reescrita. Os esforços dos pesquisadores colatinenses atuais no levantamento da sua história e das suas tradições devem continuar a suceder os esforços dos Fausto Teixeira, Ermelando Serafini, Orlando Valverde, entre os inúmeros locais, e os Ernst Wagemann e Walter Alberto Egler, entre os vários forasteiros. É que a vocação de Colatina para os estudos da História e da Geografia está patente do fato de ter sido criado aqui o primeiro curso de História do interior do Estado, em 1964, funcionando na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Onde, aliás, fez seus estudos e se diplomou em História o nosso falecido presidente de honra, Renato José Costa Pacheco, nome de relevo na pesquisa das coisas do Espírito Santo. E que, não fosse por isso, relembro hoje por seu estudo *Notas sobre os Botocudos*, publicado no n.º 17 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*.

Vejo aqui, na reativação desse núcleo colatinense do Instituto Histórico e Geográfico, diversos pesquisadores locais, que pretendem levar adiante esse trabalho de resgate, de conservação e de divulgação das suas coisas e das suas tradições. Da maioria dos senhores, meus amigos, eu sempre ouvi falar com respeito: são contemporâneos meus e da passagem da minha família por Colatina. A todos quero saudar na pessoa do professor Olney Braga, de quem tive o prazer de ser colega na Faculdade de Ciências Econômicas.

Hoje, com a organização dos arquivos e a difusão da informação, não é mais tão difícil produzir nessa área específica. As revistas de várias instituições importantes, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre outros, estão acessíveis na internet. Hoje é possível, daqui mesmo, sem deslocamento para as sedes dos arquivos no Rio de Janeiro, afirmar que Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, deputado pela Paraíba, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que instalou nestas terras a colônia Fransilvânia, em 1857, não era engenheiro, como constou de *Colatina Ontem e Hoje*, de nosso associado Fausto Teixeira — baseado, aliás, em Mário Aristides Freire e a partir daí repetido, já sem outras investigações. É que do site do Colégio Brasileiro de Genealogia se podem ler dados biográficos daquele empreendedor, formado, em 1834, na Faculdade de Direito do norte do Império — instalada, naquela altura, ainda em Olinda — e que veio a ser o primeiro tesoureiro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Podemos constatar, da mesma forma, que a confusão de Mário Freire se deve ao fato de que o filho de França Leite, este sim engenheiro, que atuou profissionalmente em São Paulo, tinha o mesmo nome do pai.

Ainda com relação a este episódio da história de Colatina — que o é, da mesma forma, da história da imigração estrangeira no Espírito Santo e também da história da navegação no Rio Doce, a cujo estudo venho me dedicando — pode-se inferir, da leitura dos relatórios do Ministério do Império, também disponíveis na internet, que a liquidação daquela colônia se deveu, em grande parte, a problemas de ordem contratual, que impediram a assistência material aos colonos, e não pura e simplesmente aos propalados ataques patrocinados pelos índios — como se diz hoje, a resistência dos botocudos em defesa de suas terras. Esta última, aliás, é uma visão bastante difundida hoje em dia e que particularmente considero

simples renovação daquela visão oitocentista do caráter indígena propalada pelo Romantismo literário, mas que, creio eu, não esgota a verdade.

Ora, a evolução das pesquisas históricas, que vem da multiplicidade de pontos de vista sobre um mesmo objeto de estudo, está hoje em dia facilitada por esse fácil acesso às fontes de informação, às fontes históricas, matéria prima do trabalho do historiador. Da mesma forma a comparação do perfil hidrográfico, do regime de chuvas e estiagem, do perfil do solo e o recuo das áreas de vegetação nativa desde a ocupação do território — os primeiros tópicos do domínio da geografia física e o último deles também do domínio da geografia humana — aliás, onde as ciências histórica e geográfica se confundem — da mesma forma, senhores, todo esse estudo pode ser feito pelo pesquisador, pelo acesso facilitado à bibliografia.

Assim, as ciências histórica e geográfica podem se desenvolver paralelamente ao resgate e à continuação da produção das fontes orais, estas últimas tão importantes para focar a perspectiva e inspirar o direcionamento dos estudos a serem desenvolvidos.

Minhas senhoras e meus senhores, a história social, política e econômica de toda essa vasta região entre os rios Doce e Cricaré passa por Colatina. Desde as primeiras entradas no território, no século XVI, até a abertura da navegação dessa via fluvial pelo governador Silva Pontes, no século XIX, com a conseqüente instalação dos quarteis ao longo do Rio Doce; a pioneira colônia Fransilvânia, a visita de D. Pedro II à região, cujos cento e cinqüenta anos o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo vem de comemorar condignamente; o deslocamento, de Santa Teresa para Boapaba, da sede do núcleo colonial Antônio Prado e a onda de migração interna vinda do sul; os viajantes estrangeiros na região, a exemplo da princesa Teresa da Baviera, que aqui esteve mais ou menos nessa época e cujo diário ainda não tem tradução em português; a partir

da migração interna e também da chegada de imigrantes estrangeiros, o desenvolvimento urbano e também dos distritos do município, hoje quase todos emancipados; a instalação da ferrovia, a derubada da mata virgem e a extração da madeira, o coronelismo e a pistolagem, o plantio do café, seu auge e a erradicação dos cafezais, com suas conseqüências funestas e seus reflexos para a economia do Espírito Santo; os reflexos locais da disputa lindeira interestadual na região do Contestado; o incremento da atividade pecuária e, paralelamente, a instalação do pólo industrial. A vida da cidade, suas personagens, destacadas ou não, os estabelecimentos culturais, esportivos, de ensino, a instalação da diocese, a marcha da urbanização, tão acelerada, e a evolução do seu traçado urbanístico, as conquistas e as vicissitudes que fazem a história de uma cidade e do seu povo. Lembro-me, particularmente, da grande enchente de 1979, e do quase instantâneo renovar do ânimo da população naqueles dias para a tarefa de reconstrução da sua cidade.

Esse ânimo renovado, renovador, é que vemos aqui hoje, em que um grupo que podemos chamar de abnegados nos propõe a reativação do núcleo colatinense do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Núcleo este que já fora criado em 1993, passando a funcionar a partir de 1994, como consta da ata de sua instalação, mas de que não temos outras notícias.

Tenho dito ultimamente no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo que eu ponho especial empenho em reativar esta Casa. Como se precisasse buscar razões para isso, foi inevitável, nestes últimos dias, recordar aqueles dias em que eu, menino, tentava construir uma canoa para passar do Rio Santa Maria ao Rio Doce (no que, aliás, fui impedido pelo bom senso de minha mãe, a professora Marly Pereira Neves); nos acampamentos, como escolteiro do grupo do Colégio Marista, às margens do Rio Santa Joana; no time de futebol de salão que fundamos para participar de um

torneio na AABB, a que demos o nome Rio Doce Futebol de Salão; nos dias em que, após as aulas na FACEC, ficávamos conversando nos bares que davam fundos para o rio. De tudo tenho saudades, como aliás vaticinara o Ten. Mús Ref da PMES, Maestro Walfredo Rubim, o autor do hino de Colatina.

Parafraseando verso de Rubim acredito, minhas senhoras e meus senhores, que “esse povo tão gentil” de Colatina merece conhecer a fundo sua história e seus costumes. Aos senhores esta tarefa estará confiada a partir de hoje, já que declaro reativado o núcleo colatinense do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vossa constituição é livre, vossa atuação é totalmente autônoma. Contem conosco e colaborem conosco, honrando a sua cidade.

Parabéns aos que trabalharam para isto, meu correspondente e ex-aluno, Valbert Vago, meu colega e amigo Martiniano Lintz Filho. Parabéns aos demais, vocês todos, sem cujo concurso esta solenidade não seria possível.

Ao fim desta fala, espero dos senhores uma indicação para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Colatina, pelo qual, a partir de hoje, tenho já um especial apreço.

Parabéns a todos os senhores,  
Comecemos a trabalhar.

## O INTELLECTUAL BRAZ DA COSTA RUBIM E A FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL EM 1855\*

Recebi da prof.<sup>a</sup> Rita Maia a incumbência de falar sobre Brás da Costa Rubim, e o recebi mais como um encargo de que não me poderia furtar em atenção a ela. Um encargo, aliás, que inicialmente julguei indevido, já que a fundação da Biblioteca Pública do Espírito Santo, no ano de 1855, seria assunto fácil para uma quantidade de estudiosos: da conjuntura da época, da história da cultura no Espírito Santo, até mesmo da metodologia da história etc. No entanto, aceitei o encargo, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico, porque sem dúvida Brás da Cosa Rubim foi um de nossos destacados historiógrafos, cuja obra encontra-se hoje praticamente esquecida. Creio estar, portanto, no desempenho do papel que me incumbe, como associado do Instituto Histórico e Geográfico, no sentido de dar a conhecer os esforços daqueles que produziram em prol da história e das tradições do Espírito Santo.

Como o título dado a esta intervenção pela organização colocou em relevo “o intelectual e a fundação da Biblioteca”, resolvi aprofundar-me no intelectual, já que a fundação da Biblioteca em si — seja sua crônica, sejam as suas causas e consequências — já foram abordadas por outros e assim, até mesmo pelas características de que se reveste este encontro, não poderia eu alongar-me além da repetição de outros trabalhos. Pensei, então, que, de preferência a isso, pode-se passar alguns dados sobre a pessoa de Brás da Costa Rubim, para que sua memória permaneça, na medida de sua importância, para nós, no início desta nossa Biblioteca Pública. De que também não deixarei de lembrar alguns dados, como simples

---

\* Pronunciamento proferido pelo Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves, Presidente do IHGES, na Biblioteca Pública Estadual de Vitória, em 16 de julho de 2010.



forma de aproximação à nossa personagem e à sua obra, a que me referirei na parte final destas palavras.

Consta de Bazilio Carvalho Daemon que a Biblioteca Pública da então província foi iniciada pela doação de obras por parte de diversos cidadãos, obras essas que vieram juntar-se a algumas poucas remanescentes do antigo Colégio dos Jesuítas. Destas doações destacou o cronista a feita por Braz da Costa Rubim, que doou quatrocentos volumes de obras “de grande valor científico”. Daemon dá a Biblioteca como instalada em 16 de junho de 1855, pelo Presidente da Província Sebastião Machado Nunes. A propósito, abrindo a sessão ordinária da Assembleia Legislativa no dia 25 de maio de 1855, Sebastião Machado Nunes faz constar, às fls. 23, que proximamente se instalará a Biblioteca numa sala do Palácio da Presidência, que à altura estava sendo preparada para esse fim.

Em 8 de março de 1856, ao passar o governo da Província ao Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, o Barão de Itapemirim, vice-presidente, registra sobre a Biblioteca o seguinte (fls. 18):

Bibliotheca: A 16 de julho próximo passado abrio-se a bibliotheca publica desta capital em uma sala, que em palácio foi destinada para isso. Estão della encarregados o Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, Dr. José Camillo Ferreira Rabello, e João Malaquias dos Santos e Asevedo. Para que se possa porem tirar a utilidade, que desta instituição se deve esperar, necessario é que a assembléia provincial não só facilite quantitativo, com que se faça todos os anos a aquisição de algumas obras, como também authorise a nomeação de um bibliothecario.

De fato, outros documentos dão a data de abertura ao público 16 de julho (p. ex. é o que se lê em José Teixeira de Oliveira, 2.<sup>a</sup> ed. 1975, p. 359). Faz hoje 155 anos. O próprio Daemon nos fala das di-

ficuldades por que passou inicialmente a instituição, o que se deveu a vários fatores que não cabe, aqui, elencar.

O fato é que, em 28 de maio de 1880, o presidente Eliseu de Souza Martins assinou o Regulamento para o serviço da Biblioteca, nomeando-lhe bibliotecário. Do Relatório com que entregou o governo da Província ao vice-presidente, Eliseu de Souza Martins fez constar (fs. 8):

Faço votos para que tão útil instituição encontre, como é de esperar, da parte de meus sucessores apoio e esforços mais proficuos do que foram os meus.

As grandes dificuldades do começo estão vencidas, tudo o mais depende da perseverança em favor da idéa.

Esse zelo de Eliseu de Souza Martins lhe rendeu menção elogiosa do presidente Herculano Marques Inglês de Souza, homem voltado para a educação, que reorganizou no Espírito Santo, e que posteriormente seria um dos fundadores e primeiro tesoureiro da Academia Brasileira de Letras. Inglês de Souza, em 1882, chega a referir-se a Elizeu de Souza Martins como fundador da Biblioteca, à vista da reorganização acima referida, e o encarregou de elaborar um catálogo das obras ali existentes.

Neste ponto deixamos de acompanhar a trajetória histórica da instituição, até mesmo porque Brás da Costa Rubim já falecera, no Rio de Janeiro, em 1871 — portanto, em pleno período daquelas “dificuldades do começo”, a que se referiu o presidente Eliseu de Souza Martins no seu Relatório de Governo.

É incontestavelmente de iniciativa de Brás Rubim a fundação da Biblioteca Pública. Isto porque só se cogitou sua instalação após o oferecimento que fez Rubim das quatro centenas de volumes. No Relatório com que se dirigiu à Assembleia Legislativa em maio de

1853, o presidente Evaristo Ladislau e Silva faz menção à iniciativa de Braz Rubim, nos termos seguintes:

Constando-me que o cidadão Braz da Costa Rubim, natural desta província e filho do fallecido governador Francisco Alberto Rubim que honrosos serviços fez á ella, se propunha á offerecer-lhe quatrocentos volumes em livros e quadernos para a criação duma bibliotheca, aproveitei-me disto e nomeei uma comissão composta dos Drs. José Joaquim Rodrigues, e José Camillo Ferreira Rebello, e de João Malaquias dos Santos e Azevedo para entender-se com elle e tratar dos meios conducentes ao fim proposto.

Já em 1854 o presidente Sebastião Machado Nunes dá conta em seu Relatório à Assembléia de já ter chegado à capital uma parte dos volumes ofertados por Rubim à Província.

Brás da Costa Rubim era capixaba, filho do capitão de mar-e-guerra Francisco Alberto Rubim, que governou a Capitania do Espírito Santo entre 1812 e 1819. De sua ficha de associado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constam, como local e data de nascimento, Vitória, a 1.º de janeiro de 1817. Estes dados são os que da mesma forma constam de Sacramento Blake, em seu monumental *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, de 1883.

Há, aqui, um ponto que merece destaque: da *História da Literatura Espírito-santense*, de Afonso Cláudio, consta como data de nascimento de Brás Rubim o ano de 1812, sem citar outros dados. Francisco Alberto Rubim, seu pai, foi nomeado para o governo da Capitania a 12 de junho de 1812, tendo tomado posse somente a 06 de outubro do mesmo ano, como consta em Teixeira de Oliveira, 2.ª ed., 1975, p. 254. Com base nessa data de nascimento, há até mesmo quem duvide de sua naturalidade capixaba. Como Afonso Cláudio não apresenta outras referências, creio não poder haver

qualquer dúvida quanto à data de nascimento, como consta de sua ficha de filiação ao IHGB, e cujos dados devem ter sido passados à secretaria da Casa pelo próprio. Sobre a naturalidade capixaba, aliás, o próprio Brás Rubim cuida de atestá-la, na introdução ao seu *Dicionário Topográfico*, publicado no tomo XXV da *Revista do IHGB*, de 1862.

Sacramento Blake segue dizendo que aos cinco anos de idade, portanto em 1822, seguiu Brás Rubim para Portugal com toda a família (ainda aqui um reforço da data de nascimento de 1817: tivesse nascido em 1812, aos cinco anos de idade o governo de Francisco Alberto Rubim ainda não se teria findado no Espírito Santo). O pai, estadista português, findo o seu longo governo de sete anos no Espírito Santo, foi agraciado por D. João VI com o governo da Província do Ceará, onde esteve por apenas dois anos. Provavelmente o motivo da partida da família para Portugal terá sido a Independência do Brasil.

Prossegue o biógrafo dizendo que em Portugal, “estudou Humanidades em Lisboa”, tendo retornado ao Brasil depois de 1840. Em 1856 já o vemos publicar seu primeiro trabalho na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Aqui um segundo ponto que merece destaque: Lisboa deixou de ter estudos superiores desde a instalação definitiva da Universidade em Coimbra, em 1537. Estes cursos só retornaram à capital do Reino no século XIX, com a criação da Escola Médico Cirúrgica, em 1836, a que se seguiram a Politécnica, em 1837 e o Curso Superior de Letras, em 1859. Teria Brás Rubim frequentado a Universidade de Coimbra? Ou, ao contrário, não teria tirado esses estudos superiores e daí a afirmação de Afonso Cláudio, na *História da Literatura Espírito-santense*, no sentido de que nosso autor “parece ter sido homem de relativa instrução”?

O fato é que, retornando ao Brasil, ingressou no funcionalismo público, onde serviu por muitos anos como serventário do

Tesouro, sendo sua última colocação a de 1.º escriturário da Diretoria Geral de Contabilidade, como registrado por Sacramento Blake.

Feitas essas menções, levantadas essas questões de cunho biográfico, passemos ao exame de sua obra. Nesta seara deparamo-nos, da mesma forma, com interessantes registros, sendo de destacar e mencionar as acusações de plágio contra e a favor do nosso autor. Trabalharemos, aqui, com seus textos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A primeira constatação a que chegamos é que, entre nós, a Brás da Costa Rubim é dispensada muito pouca importância como historiador. Pode-se dizer que sua importância, no Espírito Santo, vem apenas da feliz iniciativa da doação daqueles 400 volumes para a instalação da nossa Biblioteca Pública Estadual. A ressalva que lhe fazem os que se ocupam da história do Espírito Santo — e essa ressalva sobrevive até hoje — é a de que sua obra historiográfica foi uma cópia, na melhor das hipóteses um acréscimo, à obra do pai, o governador Francisco Alberto Rubim. Bazilio Daemon diz que Brás Rubim se baseou em José Marcelino Pereira de Vasconcelos; já sobre a *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*, de José Marcelino diz-se, também, que é cópia do trabalho de Francisco Alberto Rubim. O que parece fazer do primeiro Rubim cronista do Espírito Santo, Francisco Alberto, com seu trabalho impresso, na Revista do IHGB, em apenas vinte e cinco páginas (ocupa da pág. 161 à pag. 184 do tomo XIX, de 1856) o único autor original de memória estatística do Espírito Santo.

César Augusto Marques, autor do *Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Província do Espírito Santo*, ferozmente criticado por Afonso Cláudio, que faz alusão até mesmo a contrato firmado com o governo provincial para publicar-lhe a obra (o que, diga-se de passagem, Afonso Cláudio não conseguiu com o gover-

no estadual), teve que se defender perante seus pares, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1873, da acusação de plágio de Brás Rubim que lhe era feita em periódicos da Província do Espírito Santo. Esta acusação foi posteriormente repetida nas províncias de Minas Gerais e da Bahia, conforme o original da *Memória* que se encontra no arquivo do IHGB sob a cota DL.742.85, o que levou o autor a refutar-lhes os termos.

Tentemos colocar um pouco de ordem nessas fofocas todas. O fato é que a historiografia capixaba ressentia-se de um acontecimento que se deu em 1794, que foi o incêndio acidental na biblioteca dos jesuítas, de que dá notícia o presidente da Província Inácio Aciolli de Vasconcelos na sua *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828* (apud BITTENCOURT, Gabriel, *Historiografia capixaba e Imprensa no Espírito Santo*. Vitória: Edit, 1998). Atribui o presidente Vasconcelos a isto, e também a uma certa indolência dos naturais desta província, o fato de ser a sua história “muito obscura”.

Ora, Francisco Alberto Rubim era tido e havido, desde Afonso Cláudio, como o precursor da historiografia capixaba, com sua obra *Memórias para servir à história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino Unido do Brasil, escrita em 1818 e publicada em 1840 por um capixaba*. Mas não de forma tranquila: o professor Elpidio Pimentel, o primeiro secretário da Academia Espírito-santense de Letras, atribuiu a autoria daquele escrito ao nosso Brás da Costa Rubim, baseado na data da publicação do texto em Lisboa, 1840. A autoria de Francisco Alberto Rubim lhe foi “devolvida” por Rento Pacheco, no artigo *Um caso mal resolvido de autoria?*, texto este publicado na Revista de Cultura da UFES, n.º 31, de 1985.

Mas o próprio pioneirismo historiográfico do governador Francisco Alberto Rubim também lhe foi contestado. Inicialmente,

por José Honório Rodrigues, que apontou a *Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Capitania do Espírito Santo, em 1811*, como o documento fundador da historiografia capixaba na apresentação que fez do livro de Gabriel Bittencourt, *Alguns Aspectos da Independência no Espírito Santo (1820-1824)*, publicado em 1980. Posteriormente, em 2000, um estudo do professor Luis Guilherme Santos Neves, publicado no número 53 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, apresentou o texto *Informação do capitão-mor Ignácio João Mongiardino ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo, em 11 de julho de 1790* como o, até à altura — e penso que até hoje — texto inicial da historiografia capixaba, ou o mais antigo texto conhecido de caráter historiográfico sobre a Capitania do Espírito Santo.

Tudo isso vem a propósito de passagem, mas penso que as considerações críticas tecidas pelo professor Luis Guilherme na apresentação daquele texto vem muito ao encontro das minhas considerações ao final destas apreciações bastante superficiais, que agora passo a fazer, da obra de Brás da Costa Rubim.

De Brás Rubim diz Afonso Cláudio, na sua *História da Literatura Espírito-santense* (Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1912):

Menos erudito que seu pai, quanto deu a lume Braz Rubim sobre sua terra tem o mérito de ser acompanhado da respectiva prova.

Sua narração em geral é fastidiosa; falta-lhe brilho na expressão e polimento na frase; mas é ato de justiça reconhecer-lhe o mérito de ter sido um cronista consciencioso e veraz, um esmiuçador sem falhas flagrantes.

Seus escritos inegavelmente completam a obra de seu pai.

Como quer que seja, Braz da Costa Rubim influiu intelectualmente nos destinos e no progresso do seu berço; é, pois, um fator do seu desen-

volvimento na direção em que encaminhou os seus esforços e como tal tem direito a menção que do seu nome e dos seus trabalhos ora faço.

Há aí, portanto, críticas do velho mestre em relação ao estilo da escrita, mas também — e creio ser o que interessa mais — o reconhecimento da seriedade como pesquisador pela preocupação em citar as fontes. A propósito disto, é o próprio Brás da Costa Rubim quem diz, no preâmbulo do que considero seu máximo trabalho sobre a história do Espírito Santo, intitulado *Memórias Históricas e Documentadas da Província do Espírito Santo*, publicado no tomo XXIV da Revista do IHGB, de 1861:

Escrevendo estas Memórias, confessamos ingenuamente, consultamos mais o nosso zelo do que as nossas forças; o desejo de ser útil fez-nos esquecer todas as considerações que teriam podido e deviam fazer com que abandonássemos um projeto que oferecia dificuldades; mas, com algum cuidado, aplicação e diligencia na busca dos documentos necessários, esforçamo-nos por descobrir a verdade no meio de um tecido de fábulas, contradições, e absurdos que tem passado de geração em geração; compulsamos os autores antigos e os contemporâneos, e colhemos deles não pequena cópia de fatos que, depois de averiguados e confrontados com os documentos, constituem este escrito.

Será esta, talvez, a maior importância da obra historiográfica de Brás Rubim, a confrontação da tradição com a fonte histórica formal, a referência expressa a esta. Comparada com a obra do pai, trata-se, de fato, de um alentado complemento — em termos físicos, as *Memórias Documentadas* de Braz Rubim ocupam da pág 171 à pag. 316 da *Revista do IHGB*; da pág. 317 à pag. 327, lista e comenta 4 cartas geográficas gerais e 29 cartas parciais da Província.



Da pág. 336 à pág. 351, traz em forma de notas alguns comentários e menção pormenorizada a fontes utilizadas no texto.

Mas esta não é a única obra de Rubim. Sacramento Blake informa que na Revista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (sabemos todos que do seio dessa agremiação surgiu o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) Brás Rubim publicou também “alguns escritos sobre árvores úteis, cultura de árvores frutíferas e aproveitamento de terrenos porosos e secos”. Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou, em ordem cronológica: 1) *Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório*, de 1856; 2) *Memória sobre os limites da província do Espírito Santo*, de 1860; 3) *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*, de 1861; 4) *Dicionário Topográfico da província do Espírito Santo*, de 1862, 5) *Memória sobre a revolução do Ceará*, de 1866; 6) *Vocábulo indígenas e outros introduzidos no uso vulgar*, de 1882.

A *Memória sobre a Revolução do Ceará* foi publicada, também, na Revista do Instituto Histórico daquele Estado; O *Vocábulo indígenas* o foi, também, no periódico *Luz*, tomo I, em 1872, postumamente. Dos arquivos do IHGB constam, ainda, uma *Memória sobre os recursos de estado para sustentar uma guerra ofensiva e defensiva em conservação do Império e da Igreja* e um *Parecer sobre o trabalho de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas referente a línguas indígenas*, ambas lidas em sessões da Casa, a segunda delas em 1866.

Mas a primeira obra publicada por Brás Rubim foi o *Vocabulário Brasileiro*, em 1853, pela Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, de Paula Brito. É bom registrar que Brás da Costa Rubim continua hoje em dia a ser estudado no que respeita a línguas indígenas, havendo inúmeras citações ao seu *Vocabulário*, como se pode constatar de uma simples consulta à internet.

Brás Rubim pretendeu ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1857, tendo logrado fazê-lo em 3 de junho de 1859. Para tanto, ofereceu à instituição o autógrafo da segunda edição do *Vocabulário Brasileiro*, mediante ofício datado de março de 1857, que dirigiu ao secretário da Casa, Manuel de Araújo Porto Alegre. Nos considerandos com que se apresenta à Comissão de Admissão de Sócios, demonstra comungar das ideias passadas por Von Martius, que no sexto número da *Revista do IHGB* propunha aos associados *Como se deve escrever a História do Brasil*.

Afinado com as ideias da época, sobre como se fazer a abordagem desse tipo de estudos, destaca-se do ofício de Brás Rubim, muito menos conhecido que o texto de Von Martius, o seguinte trecho:

A etnografia tendo por objeto a descrição, divisão e filiação dos povos, compreende a geografia estatística e a história. Debaixo do ponto de vista geográfico estuda a distribuição dos povos no globo, a natureza dos habitantes de um país, sua conformação física, usos e costumes, religião e linguagem. Foi sobre este último ponto que empreendi o trabalho que ora apresento, e que julgo ter entre nós uma das mais palpitantes necessidades, acautelando autores estranhos, e ainda nacionais, para não cair em grande número de erros, como lemos a cada passo nas obras publicadas; erros, que tolerados como tem sido, vão passando com o cunho da autoridade, e mais tarde generalizados, terão difícil correção.

Ainda sobre suas ideias de cunho metodológico, no que respeita ao registro da história da sua província natal, felizmente constatou a importância que teria, àquela altura, reunir e registrar o máximo de dados possíveis de serem colhidos, visando à sua preservação. Ainda da introdução já referida das *Memórias Documentadas*, destaco seu pensamento com relação ao registro cro-

nológico dos fatos, sem se importar se seriam estes ou não “fatos históricos”, àquela altura:

Não se deve esperar uma narração histórica seguida e continuada sem interrupção; a história particular de uma província, é de preceito que contenha na íntegra documentos de maior importância, mencione circunstâncias minuciosas, que a muitos parecerão supérfluas; fatos isolados que demora a narração, e pequenos detalhes.

Essa explicação de Brás Rubim justifica a contento a sua “narração fastidiosa”, para que chama atenção Afonso Cláudio. E faz atentar, também, para o fato de que o autor seguia à risca o propósito do IHGB, que era “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos” (art. 1.º do Estatuto do IHGB).

Buscava-se, naquele tempo, uma metodologia adequada para a abordagem dos estudos ditos etnológicos — cujas ramificações foram referidas por Rubim no trecho mais acima. Não se pode falar, portanto, em falta de metodologia de parte dos contemporâneos porque não aplicavam, ainda, a metodologia aplicada hoje em dia no estudo da História. Felizmente para nós, Brás Rubim preocupava-se em colecionar fontes, registrá-las e utilizá-las nos seus escritos sobre a História do Espírito Santo. Estes primeiros trabalhadores de historiografia no seio do IHGB não teriam o direito de abandonar o que quer que fosse, pena de não podermos, seus sucessores, interpretar de forma diferente um fato histórico por eles abordado nem dedicarmo-nos a estudar outros campos ou ramificações não exploradas por eles, revitalizar-lhes os pontos de vista.

Quanto às acusações de cópia de um e de outro a que me referi acima, já vaticinava Afonso Cláudio o caráter de complementarie-

dade do trabalho do filho com relação ao do pai. Da auto-defesa feita em 1873 por César Augusto Marques com relação à aparente semelhança de sua obra com o *Dicionário Topográfico* de Brás Rubim, (catalogada, no Arquivo do IHGB, como *Estudo comparativo dos Dicionários históricos e geográficos da província do Espírito Santo, composto um por Braz da Costa Rubim e outro por César Augusto Marques*), refiro dois pontos principais: o primeiro, talvez não mais capaz de ser entendido por nós, republicanos, é o fato, diz ele, de ter dedicado sua obra ao Imperador D. Pedro II, e não poderia jamais oferecer ao Imperador uma obra que fosse minimamente plágio de outra. O segundo, de caráter mais prático, é que não haveria outra maneira de descrever determinados acidentes geográficos ou fatos relevantes sem alterar a verdade. Para exemplificar cita a Ilha da Guerra, descrita por Rubim como sendo “ilha na bahia do Espírito Santo, próxima da margem norte”, descrita exatamente da mesma forma por ele. Como, pergunta César Marques, alterar essa descrição?

A resposta, para mim, é que isso não importa mais. Aquela velha forma de se fazer história, a descrição em ordem cronológica de fatos relevantes (que daria, ainda, entre nós, os trabalhos de Bazilio Carvalho Daemon e Maria Stella de Novaes) encontra-se metodologicamente em descompasso com a forma atual de fazer história. Mas não se pode deixar de reconhecer que essas crônicas, máxime aquelas que fazem menção e principalmente que transcrevem as fontes documentais, são a base para os atuais exercícios de interpretação histórica. No mínimo, por oferecerem ao pesquisador uma visão de conjunto do assunto ou do período cogitado.

A forma de contribuir para o conhecimento era, ontem como hoje, a originalidade. Na época a originalidade tinha a ver com a acumulação de dados. Hoje, com a quase obrigatória divergência de opinião ou de ponto de vista dos autores sobre um mesmo fato. Dessa

divergência, desse olhar múltiplo sobre o mesmo fato é que se tenta compreendê-lo, o mais proximamente da verdade que seja possível.

Neste sentido pode-se dizer, então, que em matéria de história todos os trabalhos são, de alguma maneira, complementares. Diferentemente, aliás, das descrições de acidentes geográficos e do fato histórico em si, como registrou César Augusto Marques. Somente para ilustrar, refira-se que um outro Dicionário, bem posterior, o *Dicionário Geográfico e Histórico do Espírito Santo*, de Francisco Eujênio de Assis, publicado em Vitória, em 1941, descreve a mesma Ilha da Guerra como “ilha na baía de Vitória”. Ou seja, somente com a mudança do nome do acidente geográfico, a ex-baía do Espírito Santo, houve a mudança no verbete, quase oitenta anos depois. Mas a descrição é essencialmente a mesma, a posição geográfica da ilha, já que nenhum deles levantou qualquer fato a ela relacionado.

Assim se pode explicar, também, o fato de a obra historiográfica de Brás da Costa Rubim restar atualmente esquecida: sem dúvida os dados por ele coletados, mas de alguma maneira também as descrições por ele feitas, incorporaram-se aos trabalhos dos sucessores, naquilo que não poderia ser descrito de outra forma. Interessante, mas muito específico, seria tentar descobrir em que medida foi que isso se deu.

Não foi o propósito aqui. Da mesma maneira que não foi o propósito aqui, e para isso, aliás, alertei os senhores desde o início, fazer um histórico da fundação da Biblioteca Pública Estadual, analisar a conjuntura em que este fato se deu, nem as consequências daí advindas para a vida cultural da então província. Coloque em relevo, mais uma vez, a iniciativa de Brás da Costa Rubim — sem dúvida, e só por isso, se nada mais tivesse feito pelo Espírito Santo, um fator do desenvolvimento de sua terra na direção em que encaminhou os seus esforços, nas palavras de Afonso Cláudio.

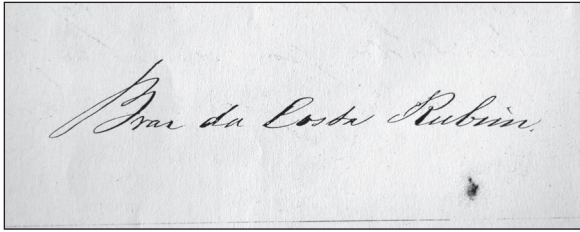
E também a conduta do presidente Sebastião Machado de Oliveira, porque podemos suspeitar que sem a boa vontade do governo da província, no mínimo por ceder as acomodações iniciais, a iniciativa não teria ido adiante.

Não poderia deixar de mencionar aqui a presteza e atenção dos funcionários da Secretaria, da Biblioteca e do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao começar esta pesquisa, para lá me dirigi, de posse da informação de que Brás Rubim fora seu associado, e em poucos dias toda a pesquisa de fontes chegou às minhas mãos. O IHGB cedeu também, ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, uma cópia do ofício com que Brás Rubim solicitou seu ingresso naquela Casa, e do Parecer com que a Comissão de Admissão de Sócios o recomendou à Assembleia Geral.

Não cheguei até hoje a fazer tantas pesquisas assim nesta Biblioteca, já o fiz em muitas outras, de que destaco a da minha Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Estava eu então mais maduro do que quando frequentava a nossa Biblioteca Central da UFES, de boas lembranças. Mas no ano passado, ao ser requisitado pelo presidente da Academia Espírito-santense de Letras para falar sobre Afonso Cláudio, foi aqui que encontrei material para aquela pesquisa. Assim, numa homenagem particular de minha parte a esta Casa, é que ofereço aos presentes um exemplar do discurso que fiz sobre o jurista Afonso Cláudio de Freitas Rosa, com dados colhidos aqui, e que cuidei de agradecer devidamente nas folhas iniciais do discurso impresso.

À Biblioteca Pública do Espírito Santo, no dia dos 155 anos de sua fundação, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo oferece um autógrafo de Brás da Costa Rubim, seu idealizador e iniciador, que agora tenho o prazer de passar às mãos da professora Rita Maia.

Muito obrigado.



Autógrafo de Braz da Costa Rubim.  
(MS do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.)

**RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E  
 GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO  
 DEZEMBRO/2010**

ATIVOS	
Posse	Nome
12/06/2006	Abgar Torres Paraíso
18/12/2005	Adilson Vilaça de Freitas
10/06/1992	Adriana Pereira Campos
25/03/2007	Agessandro da Costa Pereira
17/06/2009	Alcione Alvarenga Pinheiro
17/06/2009	Aldieris Braz Amorim Caprini
16/06/2010	Aldo José Barroca
13/06/2007	Alexandre de Oliveira Borgo
25/03/2007	Alexandre José Guimarães
12/06/2006	Almerinda Elisa Ferreira Gallo
12/06/2002	Álvaro José dos Santos Silva
12/06/2005	Amílcar Gasparini
20/12/2006	Amim Abiguenem
25/03/2007	Ananias Ribeiro de Oliveira
09/06/1993	Anderson Barbosa
12/06/2005	Annaelisa Aarão Marques
09/06/1993	Anníbal de Rezende Lima
13/06/2001	Anselmo Tose
13/06/2001	Antonio Carlos Amador Gil
20/12/2006	Antonio Carlos Antolini
25/03/2007	Antonio da Silva Pereira
20/12/2006	Antonio de Castro Pinto Neto
23/06/1999	Antonio de Pádua Ferreira Gurgel
12/06/2006	Antonio Marinho Machado
12/06/2002	Arabelo do Rosário
13/06/2001	Aricy Curvello D'Ávila Filho



14/06/2000	Arion Melgar
20/12/2006	Arione Vasconcelos Ribeiro
09/06/1993	Arnaldo Santos Souza
09/06/1993	Arthur Carlos Gerhardt Santos
09/06/1993	Ary Lopes Ferreira
11/06/1997	Assunta Baliana Zamprogno
14/06/1995	Aurélia Hermínia Castiglioni
18/12/2005	Benilda Mello de Lima
20/12/2006	Benjamin de Azevedo Quaresma
15/07/1998	Carlos Alberto Benevides
18/12/2005	Carlos Alberto Mello de Lima
12/06/2006	Carlos Benevides Lima Junior
12/06/2006	Carlos Ernesto Sanz Sanz
17/06/2009	Carlos Fernando Secomandi
25/03/2007	Catarina Cecin Gazele
18/12/2005	Cecy Prattes Salvador
11/06/2008	Célia Vieira de Oliveira
13/06/2001	Célio Roberto Stanger
12/06/2006	Celso Siqueira Júnior
12/06/2006	Cesar Viola Maio
16/06/2010	Cilmar Cesconetto Franceschetto
17/06/2009	Cláudio Humberto Vereza Lodi
13/06/2001	Clementino Dalmácio Santiago
25/03/2007	Clementino Izoton
12/06/1996	Clério José Borges de Santanna
20/12/2006	Cristóvão de Souza Pimenta
12/06/2006	David Evaristo Zanotti
25/03/2007	David Queiroz
20/12/2006	Djalma Frasson
25/03/2007	Dumont Santos Reis
13/06/2001	Durval Cardoso
16/06/2010	Ednéia de Moura Barroca

17/06/2009	Eliomar Carlos Mazoco
20/12/2006	Elisabeth Lordes
17/06/2009	Elizabeth Maria Caser
13/06/2001	Elizete Terezinha Caser Rocha
14/06/1994	Elói Angelos Guio
25/03/2007	Eloiza Helena Chiabai
18/12/2005	Elton Mayo Negri Pinheiro
18/12/2005	Emílio Wallace Bicalho Nemer
25/03/2007	Emir Prattes Conceição
17/06/2009	Enaile Flauzina Carvalho
11/06/2003	Eraldo José Bassetti
12/06/1996	Ester Abreu Vieira de Oliveira
14/06/1994	Esther Maria Banhos Fernandes Freitas
11/06/1997	Estilaque Ferreira dos Santos
09/06/1993	Ezequiel Ronchi Neto
11/06/1997	Fábio Dorotheu Helmer Guedes
16/06/2010	Felipe Ramaldes Correa
20/12/2006	Felippe Monteiro Morgado Horta
12/06/1996	Fernando Estevam Bravim Ruy
12/06/1996	Fernando Granhim Cavalcanti
12/06/2006	Fernando Peixoto Saliba
25/03/2007	Fernando Zardini Antonio
10/06/1992	Francisco Aurélio Ribeiro
11/06/2008	Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva
25/03/2007	Francisco Guilherme M. Apolônio Cometti
12/06/2006	Francisco Pereira de Azevedo
25/03/2007	Gabriel de Souza Cardoso
13/06/2007	Gelson Loiola
14/06/2000	Geovany Cardoso Jevaux
18/12/2005	Geraldo de Castro Pereira
11/06/1997	Getúlio Marcos Pereira Neves
25/03/2007	Gilson Leão Borges

14/06/1994	Glecy Helena Avancini Coutinho
09/06/1993	Guerino Dalvi
10/06/1988	Hélio Gualberto Vasconcellos
25/03/2007	Heloisa Malta Carpi
12/06/2006	Hélvio Augusto Pichamone Cândido Júnior
16/06/2010	Henrique Antonio Valadares Costa
12/06/2006	Henrique Norberto Rotundo
25/03/2007	Henrique Tommasi Netto
12/06/2006	Hildegardo Rodrigues
15/07/1998	Hormízio Santos Muniz
14/06/1995	Humberto Del Maestro
18/12/2005	Hyrtes Xavier Lobo
14/06/1995	Ilton Louvem
11/06/2008	Isabela Basílio de Souza Zon
25/03/2007	Itajacy Andrade Dornellas
25/03/2007	Ivanilce da Cruz Romão
25/03/2007	Ivelise Edineth Chiabai Arpini
14/06/1995	Izabel Lacerda Salviano da Costa
13/06/2001	Jadir Peçanha Rostoldo
20/12/2006	Jaime Ferreira Abreu
13/06/2001	Jair Santos
12/06/2006	João Baptista Herkenhoff
25/03/2007	João Estevão Silveira
13/06/1990	João Gualberto Vasconcellos
16/06/2010	João Guerino Balestrassi
12/06/2006	João Luiz Braga Soares
25/03/2007	João Miguel Filho
14/06/1994	Joaquim Beato
11/06/1997	Joaquim Gonçalves Serpa
16/06/2010	Jocelino Antonio Demuner
25/03/2007	Jocyr Oliveira Celestino
12/06/2002	Joelmo Jorge Freitas Costa

14/06/1995	Jorge Alencar Tavares de Freitas
09/06/1993	Jorge Augusto Pires Encarnação
18/12/2005	Jorge Gerhardt Farias Santos
20/12/2006	Jorge Henrique Valle dos Santos
12/06/1996	Jorge Saliba Calil
25/03/2007	José Alexander Bastos Dyna
11/06/1997	José Ângelo da Silva Fernandes
13/06/2001	José Antonio Martínez Alonso
12/06/2005	José Calógeras Valporto Tatagiba
12/06/2006	José Carlos Mattedi
09/06/1993	José Carlos Monjardim Cavalcanti
20/12/2006	José das Graças Pereira
25/03/2007	José Eduardo Silvério Ramos
12/06/2002	José Eugênio Vieira
18/12/2005	José Gomes Filho
18/12/2005	José Guilherme Ribeiro Netto
25/03/2007	José Marçal de Ataíde Assi
20/12/2006	José Marcos da Costa Tristão
12/06/2006	José Palmeira Vieira
12/06/2002	José Paulo Calmon Nogueira da Gama
18/12/2005	José Rodrigues Pinheiro
09/06/1993	José Tristão Calmon Fernandes
13/06/2007	Jovany Sales Rey
11/06/2008	Juliana Sabino Simonato
16/06/2010	Kátia Maria Bobbio Lima
16/06/2010	Leandro do Carmo Quintão
13/06/2001	Leonardo Alvarenga da Fonseca
11/06/2003	Leonardo Pinto Silva
12/06/2006	Leovigildo José Bello
25/03/2007	Licéa Maria de Moraes Carvalho
12/06/2006	Lindalva Barbosa e Castro
18/12/2005	Loadir Carlos Pasoline

25/03/2007	Lourenço de Freitas Neto
25/03/2007	Lucas Barbosa dos Santos
25/03/2007	Luiz Augusto Mill
25/03/2007	Luiz Buaiz
16/06/2010	Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
14/06/1995	Luiz Ferraz Moulin
18/12/2005	Luiz Tadeu Teixeira
09/06/1993	Magda Regina de Castro Lugon
12/06/2002	Manoel Carvalho
10/06/1988	Manoel Rodrigues Martins Filho
10/06/1992	Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel
10/06/1992	Maria Aparecida Pereira Ramos
10/06/1992	Maria Beatriz Nader
14/06/1995	Maria Cilda Soares da Costa
11/06/2003	Maria Clara Oliveira Medeiros Santos Neves
25/03/2007	Maria da Penha de Mattos Saudino
13/06/1990	Maria Izabel Perini Muniz
10/06/1992	Maria José Salles de Sá
13/06/1990	Maria Lúcia Grossi Corrêa Zunti
23/06/1999	Maria Neila Geaquinto
12/06/2002	Maria Neuza Carnielli Martínez
12/06/2006	Maria Thereza Feu Rosa Pasoline
11/06/2003	Marília Villela Medeiros Mignone
25/03/2007	Mário da Silva Nunes Neto
13/06/1990	Marta Zorzal e Silva
25/03/2007	Martiniano Lintz Júnior
14/06/2000	Matusalém Dias de Moura
12/06/2006	Maurício Alves
12/06/2006	Melchiades Costa
14/05/1986	Mintaha Alcure Campos
11/06/2008	Moshe Dayan Rosa
18/12/2005	Nádia Alcuri Campos

17/06/2009	Namy Chequer Bou Habib Filho
20/12/2006	Norton de Souza Pimenta
18/12/2005	Oneyda Viola Maio
25/03/2007	Osmar José Saquetto
13/06/2001	Osvaldo Ovídio dos Santos
17/06/2009	Pablo Silva Lira
12/06/2006	Paulo Fábio Pereira de Castro
20/12/2006	Paulo Nicola Copolillo
18/12/2005	Paulo Roberto da Costa Mattos
20/12/2006	Paulo Roberto Luppi
09/06/1993	Paulo Stuck Moraes
13/06/1990	Pedro Dadalto
09/06/1993	Pergentino de Vasconcellos
17/06/2009	Regina Menezes Loureiro
14/05/1986	Ricardo Brunow Costa
12/06/2006	Ricardo Pimentel Barbosa
11/06/1997	Roberta Giovanotti
25/03/2007	Rodrigo Marques de Abreu Júdice
16/06/2010	Rodrigo Simão Miranda
12/06/2005	Rogério Frigério Piva
09/06/1993	Rogério Ribeiro Coimbra
11/06/2003	Rogério Zanon da Silveira
17/06/2009	Romel Jorge Puppim
20/12/2006	Ronaldo Gonçalves de Souza
12/06/2006	Rubens Fernandes Rangel
17/06/2009	Samuel Machado Duarte
20/12/2006	Sebastião Vieira Rangel
25/03/2007	Sérgio Dário Machado
12/06/1996	Sílvia Helena Salvatici
13/06/2001	Sylvio Silva Vitali
20/12/2006	Thales Barboza
25/03/2007	Ulysses Gusman

20/12/2006	Valder Colares Vieira
16/06/2010	Vanda Lúcia Gasparini
20/12/2006	Vânia Massad Campos
12/06/2002	Victor Humberto Salviato Biasutti
18/12/2005	Walace Bonicenha
12/06/1996	Walter Arantes dos Santos
09/06/1993	Wanda Maria Bernardi Capistrano Alckmin
11/06/1997	William Couto Gonçalves

Entre os associados ATIVOS estão considerados apenas os que honraram com a obrigação social em, pelo menos, uma das semestralidades dos últimos 3 anos (2008/2009/2010), ou empossados a partir de 2008.

Isso não quer dizer que todos os acima listados estejam em dia com a Tesouraria, o que acarreta a impossibilidade de votar e ser votado.

Nessas condições, esta lista poderá sofrer alterações, a cada ano.

REMIDOS		
Posse	Nome	
1965	<i>Aly da Silva</i>	
11/06/1983	Américo Barbosa de Menezes Júnior	
1965	<i>Ângela de Biase Ferrari</i>	
15/06/1983	Aylton Rocha Bermudes	
12/06/1984	Carlo Bússola	
11/06/1983	Carlos Pedro Lozer Fundão	
12/06/1984	Celi da Rocha Neves	
1979	<i>Celso Perota</i>	
12/06/1981	Domingos Gomes de Azevedo	
12/06/1981	Douglas Puppim	GC
12/06/1982	Evandro Moreira	
12/06/1981	Fernando Antonio de Moraes Achiamé	
12/06/1981	Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	

12/06/1981	Ilza Miranda Bitran	
1965	<i>Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo</i>	
12/11/1981	José Antonio Carvalho	
14/05/1986	José Hygino de Oliveira	GC
18/05/1985	Júlio David Archanjo	
12/06/1981	Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa	GC
12/06/1982	Luciana Osório Costa	
12/11/1981	Luiz Busatto	
1963	<i>Luiz Guilherme Santos Neves</i>	
1965	<i>Manoel Ceciliano Salles de Almeida</i>	
11/06/1983	Maria Beatriz Figueiredo Abaurre	
12/11/1981	Maria da Penha Siqueira	
12/11/1981	Maria de Fátima Teixeira Monteiro	
12/11/1981	Maria do Carmo de Novaes Schwab	
1965	<i>Maria Filina Salles de Sá de Miranda</i>	
22/08/1984	Mário Bem Dias de Moura	
12/06/1981	Máximo Borgo Filho	
11/06/1983	Michel Antonio Saade	
12/06/1981	Miguel Archanjo Kill	
1965	<i>Nara Saletto da Costa</i>	
12/06/1981	Neida Lúcia Cunha de Moraes	
12/11/1981	Oscar de Almeida Gama Filho	
12/06/1981	Regina Rodrigues Hees	
22/09/1982	Reinaldo Santos Neves	
12/06/1982	Renato Bastos Vieira	
12/06/1981	Rômulo Salles de Sá	
12/06/1982	Rosa Helena Schorling de Albuquerque	GC
22/06/1983	Sebastião Pimentel Franco	
12/11/1981	Sônia Maria Demoner	
18/05/1985	Terezinha Tristão Bichara	
12/06/1982	Waldir Vitral	
12/06/1981	Walne Cassiano Botelho	



22/08/1984	Willis de Faria	
12/11/1981	Wilson Lopes de Rezende	

- São REMIDOS os sócios que atingem o 25.º aniversário de associado ao IHGES (Regimento Interno, art.20, § 2.º, b).

- Os associados Remidos, em **negrito e itálico**, são os remanescentes do grupo de 40 que reorganizou o Instituto, a 09.05.1981, após a longa inatividade causada pela construção do prédio onde se encontra a nossa sede.

- Os associados Remidos com a sigla GC, à frente de seu nome, são os atuais Grandes Conselheiros, com status de Presidente de Honra.

BENEMÉRITOS	
Posse	Nome
10/06/1988	<b>BANDES</b>
12/06/1981	<b>BANESTES</b>
12/06/1981	Cláudio Dalla Bernardina
12/06/1981	Construtora Glória Ltda
11/06/1983	Fundação Rotarianos do Espírito Santo
12/06/1981	Irmãos Dadalto
11/06/1983	Jonice Siqueira Tristão
15/07/1998	Luiz Paulo Vellozo Lucas
15/07/1998	Luzia Alves Toledo
13/09/1995	Paulo Cesar Hartung Gomes
12/06/1996	Rede Gazeta de Comunicações
12/06/1982	Rômulo Augusto Penina

HONORÁRIOS	
Posse	Nome
15/07/1998	Antonio Flores Rodrigues
12/06/1991	Câmara Municipal de Vitória
23/06/1999	Cláudia de Oliveira Cabral Santos

23/06/1999	ESCELSA
16/03/1983	Gerson Camata
15/07/1998	Guilherme Gomes Dias
10/11/1993	Luiz Carlos Vieira Nejar
12/06/2002	Reginaldo Barbosa Sales
12/06/1991	Rogério Sarlo Medeiros
12/06/1991	Vitor Buaiç

RESUMO	
226	Ativos
12	Beneméritos
10	Honorários
47	Remidos
119	Correspondentes
458	Falecidos/Falidos
32	Demissionários
44	Não empossados
134	Paralisados
1082	Total desde a fundação em 12.06.1916

- Demissionários: Associados que solicitaram sua exclusão.
- Não empossados: Associados diplomados que não compareceram à posse.
- Paralisados: Associados sem qualquer pagamento da semestralidade nos últimos 3 exercícios (2008/2009/2010).

Os 210 associados constantes dessas 3 subcategorias serão bem vindos, caso desejem retornar às nossas lides, mediante prévio acordo.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m<sup>2</sup>, e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m<sup>2</sup>.

Impresso na Gráfica JEP, Vitória-ES, em dezembro de 2010.  
Tiragem: 500 exemplares.